

CAPÍTULO 1.....	1
PERFIL INSTITUCIONAL.....	1
1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	1
1.2 HISTÓRICO.....	2
1.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	7
Missão.....	7
Visão.....	7
Valores.....	7
1.4 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS.....	7
1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	9
1.5.1 Ensino.....	10
Níveis.....	10
Modalidades de oferta.....	11
Eixos tecnológicos (cursos técnicos e superiores de tecnologia):.....	11
As áreas do conhecimento.....	11
1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Assuntos Internacionais.....	12
1.5.3 Extensão.....	13
 Figura 1.1: O IFSC em Santa Catarina.....	 2
Figura 1.2: Linha do tempo do IFSC.....	6

CAPÍTULO 1

PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O IFSC é uma instituição pública que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense.

A instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Possui uma Reitoria e 22 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Jaraguá do Sul – Rau (Geraldo Werninghaus), Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, São José, Palhoça Bilíngue, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê.

O IFSC também conta com o Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), responsável pelos programas de formação de professores e demais educadores, e de gestores para o serviço público. É papel do centro dar apoio às ofertas educativas próprias e dos câmpus do IFSC. Esse centro oferece cursos a distância e presenciais para a comunidade interna e externa, utilizando-se de metodologias inovadoras e sempre articuladas aos objetivos e metas do Instituto.

Para intensificar as atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação, em articulação com o setor produtivo, o IFSC pretende implantar, nos próximos cinco anos, um Polo de Inovação, uma unidade administrativa destinada ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica.



Figura 1.1: O IFSC em Santa Catarina

1.2 HISTÓRICO

Criado em Florianópolis por meio do Decreto nº 7.566/1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, o objetivo da instituição era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o país.

Nesse início, a instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautaço, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica. Desde o começo, a atuação da escola já se voltava para atender as demandas do setor produtivo e da comunidade.

Em 1937, por meio da Lei nº 378, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (Decreto-lei nº 4.127/1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos de mestría. A nomenclatura mudou novamente em 1965, passando para Escola Industrial Federal de Santa Catarina.

A partir de 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina

(ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso ginásial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio), o que passou a ocorrer a partir de 1971, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692/1971).

Em 1988, a escola iniciou a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em São José. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias, a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Em função de uma lei federal que transformou todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC), oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu*.

Em 2005, teve início em todo o País um processo de interiorização e de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Até então estava em vigor a Lei nº 9649/1998, que impedia a construção de novas escolas técnicas federais sem a parceria com os estados. A revogação dessa lei foi o primeiro entrave a ser vencido pelo MEC para dar início ao atual processo de expansão, o que ocorreu em 2005 com a Lei nº 11.195.

Um ano depois, como parte dessa política de criação de novas escolas técnicas no Brasil, o CEFET/SC implantou três novas unidades de ensino, que hoje são câmpus do IFSC. Uma delas, a Unidade Continente (atual Câmpus Florianópolis-Continente), foi instalada na parte continental de Florianópolis, onde antes funcionava uma escola de gastronomia, oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior: em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, e em Joinville, no norte do estado.

Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, na cidade de Itajaí, litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Florianópolis-Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET/SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008.

Em 2009, tiveram início as primeiras aulas de cursos de qualificação no Câmpus Xanxerê. No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete câmpus: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul – Rau (Geraldo Werninghaus) e Palhoça-Bílingue – primeira escola bílingue (libras/português) da América Latina. Já em 2011, começaram as atividades em Garopaba, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. **Nesse mesmo ano, foi inaugurada a sede própria da Reitoria do IFSC, no bairro Coqueiros, na parte continental de Florianópolis, em prédio ao lado do Câmpus Florianópolis-Continente. Com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi anunciada pelo Governo Federal a construção do Câmpus Tubarão e, posteriormente, do Câmpus São Carlos e do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.**

Paralelamente, cabe descrever a história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade de São José ofereceu o primeiro curso básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade de Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007 o CEFET/SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. **Atualmente, o IFSC oferta cursos em polos de apoio presencial localizados em Santa Catarina e em outros estados brasileiros, como Rio Grande Sul, Paraná e São Paulo.**



Figura 1.2: Linha do tempo do IFSC

1.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Visão

Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Valores

ÉTICA, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.

COMPROMISSO SOCIAL, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.

EQUIDADE, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.

DEMOCRACIA, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.

SUSTENTABILIDADE, pautada pela responsabilidade social e ambiental.

QUALIDADE, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais.

1.4 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Os Institutos Federais têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São objetivos dos Institutos Federais, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Como **instituição de educação profissional, científica e tecnológica**, o IFSC tem por finalidade formar e qualificar profissionais. Além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe que cada uma dessas atividades, mesmo que realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir

para a construção de uma sociedade ética e solidária.

1.5.1 Ensino

O IFSC, conforme previsto em sua lei de criação, deverá garantir o mínimo de: 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O IFSC possui a prerrogativa de atuar na educação básica e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

Níveis

- Qualificação profissional: cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.
- Educação Básica:
 - cursos de qualificação profissional articulada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, incluindo ofertas de educação no campo;
 - cursos de qualificação profissional ou cursos técnicos articulados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
 - cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes, articulados ao ensino médio regular, incluindo ofertas de educação no campo.
- Educação Superior:
 - cursos de graduação:
 - cursos superiores de tecnologia;
 - bacharelados;
 - licenciaturas, incluindo ofertas de educação no campo;
 - cursos de pós-graduação:
 - *lato sensu*: aperfeiçoamentos e especializações;
 - *stricto sensu*: mestrados e doutorados.

Modalidades de oferta

- Presencial
- A Distância

Eixos tecnológicos (cursos técnicos e superiores de tecnologia):

- Ambiente e Saúde
- Controle e Processos Industriais
- Desenvolvimento Educacional e Social
- Gestão e Negócios
- Informação e Comunicação
- Infraestrutura
- Produção Alimentícia
- Produção Cultural e Design
- Produção Industrial
- Recursos Naturais
- Segurança
- Turismo, Hospitalidade e Lazer

As áreas do conhecimento

O IFSC oferta, além dos cursos superiores de tecnologia, **cursos de engenharia** bacharelados e licenciaturas nas seguintes áreas do conhecimento:

- Engenharias, com os seguintes cursos:
 - Controle e Automação
 - Civil
 - Elétrica
 - Eletrônica
 - **Mecânica**
 - Mecatrônica
 - **Produção**
 - Telecomunicações

- Ciências exatas e da terra, com o seguinte curso:
 - Ciência da Computação
- **Ciências Agrárias, com o seguinte curso:**
 - Agronomia
- **Licenciaturas, com os seguintes cursos:**
 - Licenciatura em Física
 - Licenciatura em Química
 - Pedagogia Bilíngue (Libras/Português)

1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Assuntos Internacionais

O IFSC realiza pesquisa científica e tecnológica, levando em conta o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade. Além disso, faz a articulação com instituições de fomento e com o setor produtivo, visando ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento do campo científico e tecnológico do país.

Os programas de pós-graduação ofertados pela instituição proporcionam o estudo avançado e aplicado às necessidades da sociedade. Cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais (Minter e Dinter) são desenvolvidos em parcerias com instituições de ensino de excelência para qualificar os servidores e fortalecer a pesquisa e os programas de pós-graduação da instituição.

Os resultados alcançados com as atividades de pesquisa do IFSC são acompanhados e, em alguns casos, protegidos através das ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) para serem transferidos para o setor produtivo. O NIT também promove a disseminação da cultura de inovação, assim como articula e viabiliza a realização de projetos de PD&I em parceria com empresas e demais instituições.

Para intensificar as atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação em articulação com o setor produtivo, o IFSC pretende implantar, nos próximos 5 anos, um Polo de Inovação, uma unidade administrativa com o objetivo de atender às

demandas das cadeias produtivas por PD&I e à formação profissional para os setores de base tecnológica.

O IFSC, por meio da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (Assint), apoia e implementa acordos de cooperação com organismos e instituições de ensino internacionais, bem como implanta e acompanha programas para mobilidade internacional, com o objetivo de viabilizar o intercâmbio de estudantes e servidores da instituição. Cabe à Assint recepcionar alunos e representantes de instituições de ensino estrangeiras e incentivar a política de ensino de línguas na instituição.

1.5.3 Extensão

A Extensão é um processo educativo e um instrumento de articulação da instituição com os diversos atores da sociedade. As atividades de extensão visam à expansão da ciência e tecnologia a fim de contribuir para o fortalecimento do conhecimento científico, cultural e tecnológico.

O aluno, ao participar das atividades extensionistas, tem a oportunidade de interagir com o ambiente profissional, ampliando as oportunidades de inserção no mercado profissional, de atuar de forma transformadora na comunidade, aprender com a prática, conhecer sobre sua profissão, desenvolver habilidades artísticas e culturais e ampliar sua formação profissional e cidadã.

CAPÍTULO 2

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

O Projeto Pedagógico Institucional é o documento que manifesta o ideal de educação, que registra o processo de construção da identidade institucional e que dá suporte para a avaliação das ações educativas programadas pela instituição. Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Este documento também se referencia na Lei nº 9.394/1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

Foi a Lei nº 9.394/1996 que introduziu a obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006 traz a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, contendo nesse documento o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI.

Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

Para o ensino profissional, a Lei nº 9.394/1996 pode ser considerada um marco,

pela forma global como trata o tema e pela flexibilidade que confere ao sistema e aos alunos. Essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação. Também define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005)¹.

A educação profissional, na Lei nº 9.394/1996, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se a atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais”.

Em 2004, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/1997 – que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional – pelo Decreto nº 5.154/2004. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

- I – Formação inicial e continuada de trabalhadores.
- II – Educação profissional técnica de nível médio.
- III – Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, § 1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”.

Há que se considerar também os decretos e demais legislações que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 5773/2006, que dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e

1 CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

cursos superiores de graduação, o Decreto nº 5840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, a Resolução CEB 04/2010 e o Parecer CEB 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB 06/2012 e o Parecer CEB 11/2012, que definem as diretrizes para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB 02/2012 e o Parecer CEB 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

Destacam-se ainda as resoluções e pareceres CEB 2012 relacionados à educação indígena e quilombola, além de resoluções e pareceres de 2011 relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.

Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais.

Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento “mais importante do PDI, na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão” e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos (MASETTO, 2012, p.70)².

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009)³.

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos:

2 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

3 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001)⁴.

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

O PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa a orientar os desafios, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto para a elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, através de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

O quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar. As concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos que orientarão a formulação de diretrizes, políticas e projetos da instituição, e atuarão como bases da unidade do IFSC em seu processo de planejamento, execução e avaliação dos planos de ensino, pesquisa e extensão.

4 VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Politico-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

2.2.1 Concepção de educação

Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais”(LIBÂNEO, 2003, p. 68)⁵.

A educação é um fenômeno social, "portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas" (LIBÂNEO, 2003, p. 68)⁶. Essa concepção deve ser vivenciada nas relações estabelecidas por todos os participantes da comunidade acadêmica, tanto em sala de aula, em ambientes de pesquisa e extensão, como em qualquer outra situação educacional na Instituição.

Diante da concepção apresentada, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social, contribui com as transformações, atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia. Nessa perspectiva, a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.

Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Nesse sentido, o IFSC preserva e fortalece sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

2.2.2 Concepção de educação profissional e tecnológica

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007)⁷. Entende-se que o trabalho como

5 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

6 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

7 SILVEIRA, Zuleide. Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo**

princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p.13)⁸, sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação do homem integral, sem a preocupação de apenas prepará-lo para o mercado de trabalho. Nessa concepção, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa ser garantida.

Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente.

Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador,

histórico. In: A organização do trabalho didático na História da Educação: **Anais da VII Jornada do HISTEDBR**. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2013.

8 SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de aprender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

2.2.3 Concepção de currículo

Conforme a Resolução 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, o currículo apresenta caráter político-pedagógico e é um instrumento de compreensão do mundo, de transformação social, que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas. De acordo com Masetto (2012, p.77)⁹, o currículo é “um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem”.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O IFSC também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento. Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por diferentes linhas teórico-metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação nos fundamentos educativos do IFSC, buscamos aprimorar como proposta um currículo interdisciplinar, que atende ao desenvolvimento das competências traçadas a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais, visando a promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e perceber o aluno como uma totalidade.

9 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetiva a construção do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: professores, servidores, alunos, pais/responsáveis.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim. Isso possibilitará ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

2.2.4 Concepção de avaliação

Avaliação é um processo e pode indicar avanços e dificuldades na ação educativa, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos. A avaliação não deve ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social, mas de construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica tomar decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p.134)¹⁰. A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto, significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada. A avaliação vista por esse prisma se torna impulsionadora do processo de construção do conhecimento. Se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, tomamos consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo esse novamente o ponto de partida.

Avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Sendo assim, quando temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. A aprendizagem não se dá de forma linear. Porém, uma base bem

¹⁰ LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.).

Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

trabalhada, ainda que demore mais, leva a uma aprendizagem mais sólida. É preciso rever conceitos, repensar práticas de sala de aula, replanejar o calendário escolar, buscar alternativas.

A nova intencionalidade pode se traduzir na prática da metodologia participativa em sala de aula, pela qual se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p.177)¹¹. Portanto, se o aluno participa e dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode, então, dar-se de maneira concomitante ao ensino.

A avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Nesse sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p.26)¹². Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

A avaliação como ato diagnóstico e como processo contínuo deve ter por objetivo a inclusão, subsidiando ações que viabilizem tanto o domínio técnico como o domínio dos demais aspectos relevantes à formação do cidadão. O diagnóstico visa a apreciar atos, situações e pessoas, para então tomar decisões conscientes em relação ao que se está buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

11 ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000. p.177-195.

12 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita, e deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A interação dos servidores do IFSC com a comunidade é importante para identificar quais as suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da missão institucional.

A seguir, o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre eles.

2.3.1 Caracterização do ensino

O ensino é o processo de socializar, discutir e apropriar-se de saberes construídos historicamente para então dar a eles um ressignificado. Tem, portanto, caráter reflexivo, implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Nesse processo estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar, ao mesmo tempo, o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, que idealmente deve se constituir um cidadão. Relações entre os diversos saberes devem se estabelecer, produzindo assim novos saberes, que por sua vez promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e

da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades.

O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

A diversidade das condições de aprendizagem é uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Essas necessidades servem como referência para a compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IFSC sustentam-se nos seguintes princípios:

- respeito às diferenças de qualquer natureza;
- inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
- respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia;
- diálogo no processo ensino-aprendizagem;
- humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade;
- valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Definição e Importância

O Ensino está articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Associado aos demais processos educativos, necessita garantir sua identidade e sua singularidade, que se

referem ao conjunto de atividades coordenadas pelos educadores na construção dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Referenciado na aprendizagem, o ensino organiza-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, construindo competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos. No entanto, essas competências não podem se desvincular do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégias de ação.

O ensino deve considerar as singularidades de aprendizagem dos alunos, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas a sua trajetória de formação e de prática social, realidade de cada sujeito, bem como as suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.

Assim, o ensino precisa considerar a aprendizagem, garantindo, além da atividade didática, a atividade pedagógica. Em outras palavras, não basta que haja ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.

Objetivos

No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas com direito à acessibilidade.

Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, o papel da instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que a destaca das outras instituições educativas e a identifica com características peculiares, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e sociais.

A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la na idade regular de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, deve ser ampliada e consolidada através de um ensino que considere suas particularidades e demandas regionais.

Programas de inclusão e de qualificação profissional são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e de busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demanda mais saberes, e assim sucessivamente.

Diretrizes Gerais

As diretrizes do ensino no IFSC estão alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais, mas apresentam peculiaridades que o identificam e o desafiam ao longo da sua consolidação.

A oferta proporcional de matrículas, conforme dispositivos legais, bem como o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, com o objetivo de fazer o melhor uso dos recursos públicos, faz o IFSC dimensionar suas práticas, planos e projetos a fim de ir além do cumprimento das metas e inaugurar novas sistemáticas de elaboração de projetos e construção de currículos. O objetivo é desempenhar as atividades de ensino e de gestão em direção à concepção de educação prevista neste documento, mas desdobrada em diferentes estratégias, de acordo com as particularidades de cada oferta educativa.

Outra diretriz de ensino é a harmonização de currículos. Entende-se por harmonização a busca de uma identidade institucional, garantindo o atendimento às necessidades locais e regionais de profissionalização. Esse processo deve considerar as discussões dos perfis profissionais e de carga horária.

As demandas locais devem sempre estar presentes nos planos de novas ofertas, bem como na atualização das ofertas existentes, garantindo que o instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional e

tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para a oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre, devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada câmpus com sua comunidade, sem perder a identidade institucional.

Políticas

Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. O entendimento é o de que a educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau de aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos para os mais variados setores e atividades. O Instituto se define como instituição educativa, com capacidade de garantir educação continuada, tanto em seus cursos regulares, programas e projetos, como nas atividades de pesquisa e extensão.

Ao longo da vigência deste PDI, o IFSC ainda estará em consolidação de sua estrutura física, contratação de servidores, criação de novas ofertas e todos os desdobramentos advindos dessas atividades. Nesse sentido, algumas políticas orientam o seu planejamento:

- consolidação da oferta educativa nos diferentes níveis e modalidades, garantindo condições objetivas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas através da estrutura física e de materiais adequados;
- construção e consolidação do marco regulatório necessário à agilidade de processos, sistemas e métodos;
- implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos vários processos;
- ampliação de um programa de educação continuada na formação de formadores, aperfeiçoando os processos de ensino, comprometendo-se com o êxito na aprendizagem;
- fortalecimento das instâncias democráticas de construção coletiva, planejamento, projetos, decisões, articulações, normas e procedimentos;

- incentivo à Educação a Distância como uma das práticas de ensino da Instituição, sendo a EaD uma das opções que atenda a uma determinada demanda;
- participação em todos os fóruns relacionados à educação, especialmente à educação profissional e tecnológica;
- ampliação de acervo bibliográfico;
- implantação e manutenção permanente da infraestrutura de laboratórios;
- ampliação de programas que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade;
- garantia de ingresso, permanência e êxito do aluno na instituição.

Uma importante política deste instituto é a articulação com outras instituições da Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, crucial para o desenvolvimento do Brasil.

2.3.2 Caracterização da extensão

Definição

Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociais e comunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, 2013)¹³.

O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Essa definição amplia a ação institucional para além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, processo esse que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas aplicadas ao contexto social.

13 SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada” (SILVA, 2009, p. 44)¹⁴.

Importância

As atividades de extensão são extremamente importantes para a formação integral do aluno, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas com o seu contexto social, econômico e cultural. Também serve de instrumento para inserção do egresso no mundo do trabalho e manutenção de seu vínculo com a instituição, possibilitando o acesso a informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e como um meio de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, com o objetivo de estabelecer parcerias comprometidas com a missão e a visão institucional. O resultado das ações efetivas de extensão contribuem para as transformações sociais, econômicas e políticas, proporcionando benefícios, tais como os relacionados a seguir.

- Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social.
- Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos câmpus.
- Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender as demandas da região.
- Inter-relação com as áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando ao discente a atuação profissional e a inserção no mundo do trabalho durante a formação acadêmica.

14 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

- Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.
- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, gerando emprego e renda.
- Oferta ao educador de uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologia, e ao estudante de uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

Objetivos

As atividades de extensão têm como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. São objetivos da extensão:

- contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências, além de preparar o aluno para sua inserção no mundo do trabalho;
- buscar interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas, privadas e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis;
- integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo desde projetos de concepção até mecanismos que inter-relacionem os saberes;
- incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
- elaborar, implementar e avaliar projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão;
- articular parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão

com natureza de inovação tecnológica.

Diretrizes Gerais

Apoiadas no princípio de indissociabilidade, as atividades de extensão têm por finalidade possibilitar que o conhecimento construído nas práticas de ensino e de pesquisa da instituição sejam disponibilizados aos diferentes segmentos da sociedade.

Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes, nas quais se baseia a extensão, são:

- estimular participação do aluno em atividades de extensão, através do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC, articulando diferentes áreas do conhecimento;
- incentivar a inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos;
- possibilitar o contato com a comunidade e com o mundo do trabalho, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC;
- promover uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao esporte;
- sensibilizar os alunos para que desenvolvam a ideia de pertencimento social, para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional;
- ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania;
- fomentar e apoiar programas de mobilidade discente, especialmente no que se refere a intercâmbios, independentemente da área de formação.

Quanto aos servidores, as principais diretrizes são:

- proporcionar um espaço de ação com o mundo do trabalho, favorecendo o contato com as novas tecnologias e a formação continuada do servidor por meio da troca de conhecimentos contextualizados;
- fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão;
- incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais

- produtos de extensão;
- promover parcerias que possibilitem agregar conhecimentos e espaços para o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais;
 - apoiar o desenvolvimento de ações com instituições públicas, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
 - fomentar e fortalecer a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercursos, articulados ao ensino e à pesquisa aplicada;
 - fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e de ações que contribuam com a troca do conhecimento e de tecnologias;
 - apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de extensão.
- Do ponto de vista da sociedade, a extensão tem as seguintes diretrizes:
- propor e desenvolver ações, promovendo o desenvolvimento regional;
 - promover a troca de saberes para a promoção de ações em parceria, incentivando a produção e a disseminação cultural, artística, esportiva e tecnológica para o desenvolvimento regional;
 - atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa;
 - promover e apoiar ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, esportivo e cultural, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade;
 - apoiar e desenvolver projetos sociais de inclusão e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Políticas

São políticas de extensão:

- fortalecer e ampliar as atividades de extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo;
- estabelecer relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão como atividade institucional;

- ampliar a participação dos servidores e discentes nas atividades de extensão;
- fomentar a integração das atividades por meio do desenvolvimento de programas de extensão.

2.3.3 Caracterização da pesquisa

Definição e Contexto

Segundo a Resolução 086/2011/Cepe, “a pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica.” A pesquisa torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no âmbito do ensino e no desenvolvimento científico, tecnológico e social.

O fomento à pesquisa e à inovação é realizado por meio da valorização dos grupos de pesquisa, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas e do apoio à participação em eventos científicos. Nesse contexto tem-se como objetivo ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, visando à melhoria e à consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) promove a articulação e a viabilização de projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia, e realiza programas para disseminação da cultura da inovação e propriedade intelectual.

Na área de Assuntos Internacionais, alunos realizam intercâmbios em diferentes países através do programa Ciência sem Fronteiras, promovido pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), mostrando que o processo de internacionalização do IFSC já é uma realidade.

A implementação de vários Dinter e Minter nos últimos anos contribuíram para o fortalecimento no IFSC de um ambiente de produção científica e tecnológica, qualificando nossos servidores, além de estreitar os laços do IFSC com outras instituições de ensino renomadas no cenário nacional e internacional.

Além disso, a publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a Rede Federal e a comunidade.

A pesquisa no IFSC está sendo progressivamente estruturada, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

Importância

O Brasil tem crescido em média 5% ao ano no cenário latino-americano e mundial, tornando-se a 7ª economia no mundo. Esse crescimento contribui para a redução da pobreza, para o crescimento da classe média, para a ampliação da faixa de pessoas que saíram da condição de pobres e alcançaram a classe média, para o aumento da renda média, entre outras mudanças no país. Um efeito visível é a transformação nos hábitos dos consumidores, indicando a mudança social ocorrida como benefícios do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

Nesse contexto, no entanto, o país vive um deficit de profissionais com formação técnica e tecnológica, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Institucional e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), por ter investido pouco na educação profissional e tecnológica, ação que deve mudar com a ampliação dos Institutos Federais¹⁵.

A pesquisa beneficia a própria sociedade, pois a aproximação do IFSC com organizações de diversas naturezas traz benefícios e fortalece essas organizações para que ampliem sua atuação.

O país tem percebido isso e tem divulgado vários planos de crescimento na área tecnológica, tais como o Plano Brasil Maior, a criação de Polos de Inovação, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) e outras ações governamentais

15 <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1052418&tit=Apagao-de-engenheiros-no-Brasil>

que mostram a grande necessidade de melhorar a pesquisa aplicada no país. Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis à busca de inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e pela extensão.

É nesse contexto nacional que o IFSC procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão de obra qualificada na área tecnológica. A pesquisa não está ausente desse tema e por isso buscou fundamento em normas e legislações internas que permitam ao pesquisador do IFSC, seja servidor ou aluno, participar do processo da pesquisa.

Para regulamentar as diversas atividades que envolvem a pesquisa, foi criada a Resolução nº 086, em 2011, aprovada pelo Cepe (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão), estabelecendo os procedimentos necessários para quem deseja participar de projetos de pesquisa, remunerados ou não, internos ao IFSC ou com instituições parceiras.

A missão do IFSC reforça o compromisso do IFSC com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o que é corroborado pela lei de criação dos Institutos Federais. Portanto, esse aspecto deve ser considerado por todos os órgãos e colegiados internos.

Objetivos

O inciso VIII, do artigo 6º, da Lei nº 11.892/2008 dispõe que a finalidade dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.”

Da mesma forma, de acordo com o inciso III do Art. 7º, da Lei nº 11.892/2008, são objetivos dos Institutos Federais “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. Está disposto nas alíneas do inciso VI do mesmo Artigo que é objetivo dos Institutos Federais ministrar: “d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e, e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC são reguladas pela Resolução nº

086/2011/Cepe, indicando que a pesquisa visa a: “I - Incentivar a participação de servidores e alunos do IFSC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IFSC e em conjunto com instituições públicas e privadas. II – Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão. III – Articular com o NIT parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.”

Portanto, o processo da pesquisa envolve servidores e alunos do IFSC que têm a necessidade de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais.

Para tal, o conhecimento pode ir além do que é apreendido em sala de aula, utilizando a ferramenta da pesquisa aplicada para potencializar a aprendizagem dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de compartilhar com a sociedade, por meio da extensão, aquilo que foi desenvolvido nas pesquisas.

Considera-se que a pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social. A pesquisa deve proporcionar ao estudante o interesse pelo processo investigativo, de forma que direcione a compreensão e a transformação de sua realidade social.

Diretrizes Gerais

Busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa, além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação, deverá também buscar respostas às necessidades que emergem da instituição e dos anseios da sociedade. Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes são:

- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional

constante dos alunos, com o oferecimento de programas de pesquisa em diferentes níveis de ensino;

- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
 - prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
 - valorizar os conhecimentos prévios e as competências dos alunos, incentivando-os a participar de atividades de pesquisa;
 - incentivar a pesquisa na área da educação tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação;
 - promover a participação dos alunos em eventos científicos no Brasil e no exterior.
- Pensando em servidores, as principais diretrizes são:
- capacitar os servidores da Instituição para que exerçam melhor as atividades de pesquisa;
 - promover a participação dos servidores em eventos científicos no Brasil e no exterior;
 - apoiar a mobilidade de servidores, visando à participação em projetos de pesquisa no Brasil e no exterior;
 - ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação;
 - incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
 - aprimorar o processo de gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
 - fomentar e fortalecer os Grupos de Pesquisa;
 - fomentar e fortalecer a Pós-graduação;
 - ampliar a participação do IFSC em publicações nacionais e internacionais;
 - ampliar a divulgação das competências e tecnologias do IFSC;
 - ampliar o acesso a bases indexadas de conhecimento;
 - aplicar critérios e indicadores para acompanhamento e avaliação das pesquisas;
 - promover o compartilhamento e a criação de espaços físicos e equipamentos destinados à pesquisa.

Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a pesquisa tem as seguintes diretrizes:

- estabelecer e estreitar relações com instituições de diversas naturezas e órgãos de fomento;
- facilitar o processo institucional para viabilizar atividades de pesquisa com o setor produtivo;
- ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica;
- promover a transferência de tecnologia para a sociedade de maneira articulada à Extensão;
- incentivar a Proteção e a Transferência de Tecnologia.

Políticas

A consolidação da pesquisa no IFSC está pautada, principalmente, no fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, na estruturação de Cursos de Pós-Graduação e no estímulo às atividades de pesquisa aplicada e de transferência tecnológica.

Para tanto, a Política de Pesquisa do IFSC busca incentivar a organização dos seus pesquisadores em torno de um ou mais objetos de estudo por meio da formação de Grupos de Pesquisa. Dessa forma, potencializam-se as especialidades do conhecimento ao mesmo tempo em que se provoca o diálogo interdisciplinar, graças à maior interação e integração entre os pesquisadores e à complementaridade de suas competências. Como resultado, espera-se o aumento da produção científica e tecnológica, além do avanço nas soluções de problemas complexos, cujas soluções apresentam grande impacto quando transferidos para a sociedade. Tal processo de qualificação da pesquisa resulta em um diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica, com a possibilidade de uma educação complementar de qualidade. Além disso, provoca a criação de novos cursos de Pós-Graduação, que são fundamentais para uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível, que atenda atuais demandas do mercado.

Grupos de pesquisadores tendem a produzir informações relevantes e que devem ser publicadas, quer na forma de artigos, quer na forma de livros, ou ainda na produção de periódicos associados à área de interesse daquele grupo de pesquisadores. Para isso se fortalece, indiretamente, a participação em eventos e as publicações em geral.

Para a pesquisa, destacam-se as seguintes políticas:

- incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
- fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo;
- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
- disseminar a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual;
- disseminar o conhecimento produzido pelo IFSC.

A pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos elementos de incentivo da pesquisa. Entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de mestrados e doutorados profissionais, que aproximam a sociedade dos centros do conhecimento, tais como o IFSC.

Entre as metas para a pós-graduação, destaca-se a oferta de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tendo como objetivos:

- elevar o patamar na avaliação da Capes como decorrência da qualidade dos cursos ofertados;
- tornar o IFSC uma referência em pós-graduação nos Institutos Federais;
- fomentar intercâmbios nacionais e internacionais com servidores, com o objetivo de ampliar a pós-graduação para além do âmbito do IFSC;
- ampliar a oferta de Dinter e Minter.

2.3.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa a democratizar o saber e a contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior, dando início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

O ensino vai muito além de compartilhar saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem, o espaço acadêmico será também um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. É importante entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, dando assim mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado é necessário criar condições objetivas, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e atuar em atividades de pesquisa e extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e que não infrinjam as atribuições de sua função.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida.

O IFSC busca responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de

vida da população de regiões geograficamente delimitadas.”¹⁶

Está expresso na Lei nº 11.892/2008 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, pp.10-11)¹⁷. Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve ter foco no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão, segundo a Lei nº 11.892/2008, pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso à educação, à ciência e à tecnologia para os demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.”

Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Um aspecto importante a ser considerado em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão é o papel fundamental delas na orientação do desenvolvimento social e tecnológico do país.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, de criação dos Institutos. Dentre elas destacam-se:

16 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010. p.14.

17 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

- o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- o vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- a qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;
- o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- a realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
- o desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. A lei de criação dos Institutos Federais aponta, nos incisos VII a IX do artigo 6º, que esses conhecimentos,

devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. [...]. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade (SILVA, 2009, p.40)¹⁸.

18 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

2.3.5 Referenciais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos

Os projetos pedagógicos de curso – PPCs, de todo o IFSC, devem respeitar às mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam todas as atividades da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa. Os PPCs devem ser elaborados e implementados para a busca do desenvolvimento de competências – conhecimentos, habilidades e atitudes – dos sujeitos, de forma coerente com as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais. Os PPCs devem ser construídos de forma a esboçar coerência entre os itinerários formativos e os respectivos arcos ocupacionais.

Um conjunto de normas nacionais são observadas nos procedimentos e projetos do IFSC, mas temos nossas próprias estratégias de construção da identidade pela coerência de concepções e procedimentos educativos, dentre os quais destacamos:

- cada PPC deverá conter: justificativa da oferta, perfil profissional e suas competências, apresentação e justificativa da matriz curricular (buscando a integração entre as unidades curriculares), sistema de avaliação de acordo com o nível de escolaridade;
- todos os projetos são analisados pelo Cepe para emissão de parecer de aprovação ou revisão;
- os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação deverão ter seu PPC complementado por um plano de implementação, que deverá esclarecer todas as condições necessárias à implementação do curso, especialmente no que se refere à infraestrutura e ao corpo docente.

2.3.6 Formação de formadores

Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos Institutos foi a inclusão da formação docente como parte de nossas atribuições. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

O apoio à educação básica é dever do IFSC, seja por meio da formação de professores, de licenciaturas ou por um conjunto de outras ações, como cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros profissionais da educação, programa de apoio à docência (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor), programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e demais áreas.

Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura ou pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

O recentemente criado Centro de Referência em Formação e EaD deverá ofertar cursos de formação docente em EPT e gestão pública, bem como dar suporte à oferta de EaD no IFSC.

Além disso, o IFSC deve promover a formação continuada de seus servidores, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados tanto à atuação didático-pedagógica quanto à área técnica, bem como proporcionar condições para a consecução de estudos complementares dos servidores.

2.4 GESTÃO

2.4.1 Concepções

A Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, coloca a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social.

Dessa forma, a Lei nº 9394/1996 não deixa dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos.

Ainda em conformidade com a legislação, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional delimitarão as normas de organização dos processos de forma coletiva.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada "escola" sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para "escola" pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A "escola" torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFSC e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sociocrítica, e implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.

É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Soberania é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população, e a esse devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura multicâmpus, em que todos os câmpus possuem um elevado e

isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Consequentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão¹⁹.

A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais, e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico²⁰.

Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Configurando-se como uma estrutura multicâmpus, o IFSC precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada câmpus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Em adição, está em aprimoramento a definição e adoção de princípios e diretrizes

19 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

20 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

de gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

2.4.2 Relevância

Atualmente, gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor como mobilizador constante da comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se com seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e

aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a Instituição evolua continuamente.

É fundamental que a gestão da instituição seja essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. Dar continuidade ao uso de um modelo de gestão democrática e expandir a adoção desse modelo abrem caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da Instituição educacional requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, destaca-se também o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional ou até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

Avaliação

A avaliação institucional distingue-se como um processo de retratar, verificar, pesquisar determinada realidade de uma instituição, com o objetivo não só conhecê-la, mas também de modificá-la quando necessário. Ela está comprometida com aquilo que

se deseja alterar, partindo da avaliação autocrítica, que vai proporcionar condições de rever a sua realidade. Destaca-se a importância da promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência. Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição; compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

O IFSC, dentre as ferramentas de avaliação existentes, vem utilizando também a sistemática da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como um dos instrumentos de avaliação institucional, de modo a aprimorar a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os níveis de ensino do IFSC, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e a redimensioná-los para promover as mudanças necessárias a fim de se alcançar as finalidades e metas do IFSC.

É importante considerar também a adoção, por parte do IFSC, de formas mais flexíveis de organização do trabalho, tais como estruturação de fóruns para discussão e decisão, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa, tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos

elementos diferenciados que compõem a rede IFSC.

2.4.3 Princípios

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão pelos seguintes princípios:

- garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
- respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
- garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos câmpus;
- zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- respeito à pluralidade de ideias;
- integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
- promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
- incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos câmpus e na reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede;
- transparência para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional, sendo essa uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

2.4.4 Diretrizes

Considerando que o IFSC prima por sua função social, é importante que sua gestão (pedagógica e administrativa) seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

- consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica;
- institucionalizar o modelo de gestão em rede a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade;
- criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede do Instituto, sempre respeitando a autonomia e identidade dos câmpus;
- fortalecer e valorizar os câmpus, respeitando as suas potencialidades e especificidades;
- realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
- pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão;
- avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade;
- avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários;
- promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a

- utilização de indicadores de gestão;
- propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborar nos processos educativos;
 - garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;
 - envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC;
 - assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação;
 - promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório;
 - promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, assim como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;
 - criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;
 - promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que constituem a comunidade acadêmica do IFSC;
 - promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;
 - buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;
 - reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição;
 - garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão;
 - estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição;
 - promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do

aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão;

- desenvolver um programa de formação continuada de gestores;
- desenvolver programas de formação continuada de servidores;
- possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerenciais.

2.4.5 Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Elas são consideradas os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

Assim, apresentam-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto vem propondo políticas.

Inclusão: as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina.

Tecnologia da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de TIC. Além disso, apresentar uma imagem uniforme do IFSC através de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

Segurança da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFSC estão expostas.

Comunicação: estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer

atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além da atenção dos demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.

Internacionalização: desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

Responsabilidade Socioambiental: a política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve conter um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade.

Infraestrutura:

- gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista as demandas sociais, ambientais e a gestão democrática participativa;
- proposição de Planos Diretores específicos para a operacionalização das políticas.

Gestão de Pessoas: a política de gestão de pessoas contempla: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento dos processos de fixação dos servidores nos câmpus; e o fortalecimento de processos de mobilidade dos servidores.

Gestão da Informação e do Conhecimento: promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e a socialização de informações e conhecimentos

estratégicos relevantes para a gestão institucional.

Governança Corporativa:

- concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. Deve se levar em consideração a identidade institucional, a implementação das políticas públicas e a relação com a Rede Federal EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da administração pública, da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária.

2.5 ASSUNTOS ESTUDANTIS

Segundo o Documento Referência para a Assistência Estudantil do IFSC, de 2010, “a educação, direito social constitucionalmente estabelecido, sobretudo quando oferecida em organizações públicas de ensino, precisa responder às demandas pedagógicas e sociais próprias dos sujeitos de direitos que constituem seu corpo discente; favorecendo, assim, a formação integral com qualidade e estimulando o pensamento crítico. Para tanto, é necessário que o estudante tenha condições plenas para se desenvolver enquanto sujeito, bem como as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção no mundo do trabalho.”

O IFSC tem, desde a sua constituição, desenvolvido ações de inclusão. Assim, ao longo de sua história, ocorreram diferentes ações para diversos públicos, destinadas ao seu acesso, permanência e êxito na educação profissional técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social foi e está sendo gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e êxito de discentes.

2.5.1 Acesso

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do

tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso anteriores à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proposição dessa lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população ao acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado a esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos através de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. Dentro desse contexto, no IFSC são ofertados dois programas: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja Técnico), na modalidade de Jovens e Adultos, que tem como objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental (Proeja FIC), que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. Para garantir o acesso de diferentes públicos ao IFSC é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos estratégicos com

qualidade e clareza.

2.5.2 Permanência e êxito

A permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista nesse projeto, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação.

Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para a taxa de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

Com o objetivo de identificar mecanismos que possam levar à permanência e ao êxito dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, para ampliar as ações das Coordenadorias Pedagógicas. As ações dessas equipes têm por objetivo articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Compreende-se que, através dessas ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente, a fim de causar um impacto positivo nas taxas de permanência e êxito dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Para garantir a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados programas de assistência estudantil desde 2011. Um deles concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático.

Além das linhas de ação desenhadas acima, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e no êxito do discente do IFSC, é importante implementar como

ação programática:

- o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem;
- o acompanhamento docente para adaptação metodológica, buscando facilitar o processo de ensino e aprendizagem;
- o apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem;
- a prevenção e a promoção de saúde;
- o desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;
- a organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas;
- o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- o fomento da formação empreendedora;
- a promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- o fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;
- o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

2.5.3 Pessoas com necessidades específicas

A concepção de discentes com necessidades educacionais específicas é fundamentada na Declaração de Salamanca, de 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades. Também devem ser atendidas as crianças que vivem nas ruas, as que estão em situação de risco e/ou as que trabalham, as populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e as crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional

(NAÇÕES UNIDAS, 1994)²¹.

A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.” Garantir uma escola inclusiva implica propostas de ação em distintos eixos: oportunizar estágios de qualidade, prestar apoio à organização estudantil, criar espaços de convivência para os estudantes, garantir acesso a práticas de pesquisa e extensão, oportunizar atividades artísticas, culturais e esportivas, contribuindo para a inclusão e a permanência de todos os estudantes do IFSC.

Além da Constituição Federal, as ações do IFSC estão fundamentadas em princípios emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, e consonantes com o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Esta seção se destina a tratar do atendimento aos discentes com necessidades específicas, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo diversos tipos de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e o êxito em seus cursos. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.

21 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

No Brasil, o atendimento às pessoas com necessidades específicas iniciaram no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos (Ines). Já no século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e pessoas com necessidades específicas, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, que enfatizavam a ideia de "educação especial" e segregavam as pessoas com necessidades específicas. As discussões prosseguiram, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o "tratamento especial" para os alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados", não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas; ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com "políticas especiais", sem a efetivação de uma política inclusiva.

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, está baseada na defesa do direito de convivência de todos os alunos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para o atendimento educacional

especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com necessidades específicas.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), atualmente vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, através de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Cada câmpus do IFSC conta hoje com um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). É função desse Núcleo assessorar a instituição para receber as pessoas com necessidades específicas, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, e levando-se em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, o IFSC compromete-se com:

- a implementação da acessibilidade física;
- o desenvolvimento de programas de capacitação e formação para servidores;
- o atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
- a garantia de formas de acesso adequadas às necessidades das pessoas com necessidades específicas;

- a garantia de estratégias para permanência e êxito que atendam às especificidades das pessoas com necessidades específicas;
- a busca de condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.

2.5.4 Egressos

Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

Quanto a seus egressos, constituem-se ações a serem desenvolvidas pelo IFSC:

- desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
- implantar o Observatório da Educação Profissional;
- garantir uma forma de diálogo com os egressos;
- desenvolver uma política de acompanhamento de egressos;
- fomentar e incentivar o retorno dos egressos para que sigam o seu itinerário formativo no IFSC;
- fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
- criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha;
- criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

CAPÍTULO 3

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Este Planejamento Estratégico orientará a ação do IFSC nos próximos cinco anos. Além disso, ele é um capítulo que norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal e infraestrutura. A participação dos servidores e alunos na elaboração deste plano reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFSC.

A estrutura multicâmpus do IFSC e as metas estabelecidas para a Rede Federal de EPCT requerem mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do caráter sistêmico do Instituto e a consolidação da identidade institucional. Nesse contexto, o planejamento estratégico assume um papel fundamental como ferramenta de gestão.

Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico orientará a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho, o planejamento de caráter mais tático e operacional que, vinculado ao orçamento da instituição, resulta na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico foi subsidiado por uma pesquisa acerca da metodologia e da sua utilização em instituições de ensino. A partir do aprofundamento no tema, a equipe da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional pôde delinear como a metodologia seria adaptada à realidade e às necessidades do IFSC. Buscando envolver efetivamente a comunidade acadêmica no processo de construção do Planejamento Estratégico, foram realizados debates e eventos, dentre os quais destacam-se o Seminário do Planejamento Estratégico, a Consulta Pública e os Seminários Regionais de Comunicação da Estratégia.

Este documento apresenta as perspectivas e os temas estratégicos utilizados, bem como o mapa estratégico e o detalhamento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas do IFSC.

3.1 PERSPECTIVAS

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da instituição. Em outras palavras, cada perspectiva compreende um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse. São perspectivas do Planejamento Estratégico do IFSC: Alunos e Sociedade; Processos; Pessoas e Conhecimento.

3.1.1 Alunos e sociedade

Preocupa-se em medir o quanto as escolhas estratégicas executadas pela instituição estão contribuindo para satisfazer e beneficiar os alunos e a sociedade. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para realizar nossa missão e alcançar nossa visão, como devemos ser percebidos pelos nossos alunos e pela sociedade? Para realizar nossa missão, quais benefícios devem ser gerados para alunos e sociedade?

3.1.2 Processos

Nesta perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores, nos quais a instituição deve atingir a excelência para alcançar seus objetivos. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para cumprir nossa missão, em quais processos devemos ser excelentes? No que devemos melhorar ou inovar para alcançar a nossa visão?

3.1.3 Pessoas e conhecimento

Representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria a longo prazo. Abrange quatro categorias principais: capacidade dos servidores; capacidade dos sistemas de informação; clima organizacional; procedimentos organizacionais. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder à seguinte pergunta: Como proveremos a nossa capacidade de fazer, aprender, melhorar e inovar?

3.2 TEMAS ESTRATÉGICOS

Os temas estratégicos representam os pilares sobre os quais se executa a estratégia, extrapolando o organograma da instituição e promovendo o estabelecimento de relações de causa e efeito entre os objetivos. Assim, cada tema é constituído por um conjunto de objetivos que apresentam um encadeamento lógico e têm uma finalidade em comum: cumprir a Missão Institucional e alcançar a Visão de Futuro.

Os temas estratégicos do Planejamento 2015/2019 do IFSC foram definidos no começo do processo de elaboração do planejamento, norteando o estabelecimento dos objetivos estratégicos nos cinco eixos: inclusão social; inserção profissional; pesquisa e inovação; intervenção político-social; identidade e imagem institucional.

O objetivo estratégico C5, “Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia”, por exemplo, reforça a importância dos temas estratégicos para o crescimento da instituição, destacando que o IFSC deve implementar ações para consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

3.2.1 Inclusão social

O IFSC assume a função social de inclusão atuando em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas. Trabalha-se com a perspectiva da inclusão visando atender os diferentes públicos estratégicos, proporcionando-lhes educação formal de qualidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão.

Programas de inclusão são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. A realidade de cada sujeito e a pluralidade do coletivo devem ser consideradas.

Este tema envolve a oferta diversificada de cursos, permitindo o ingresso de diferentes públicos, ampliação das formas de acesso e acolhimento dos discentes. Os Projetos Pedagógicos de Cursos devem ser elaborados também com base no perfil do ingressante, considerando a diversidade, as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos

alunos. Nesse contexto, o processo de ingresso deve ser reestruturado a partir de uma perspectiva inclusiva, de modo que atraia potenciais alunos, identifique os perfis de quem ingressa, as peculiaridades e demandas regionais. Deve-se capacitar os servidores e criar estratégias com o objetivo de preparar os públicos para acessar os cursos da instituição.

As ações inclusivas devem facilitar, além dos processos de acesso, a permanência e o êxito dos discentes. Democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Para isso, estratégias de acompanhamento do discente são essenciais. A instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, com o objetivo de articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Através de ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender. Além disso, há o programa de assistência estudantil, que concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social.

3.2.2 Inserção profissional

Deve-se identificar, regulamentar e fortalecer as ações institucionais para a inserção socioprofissional do aluno e do egresso. Além de buscar articulação e parcerias com empresas para a oferta de estágios e aumento da empregabilidade, existem muitas possibilidades de criação de alternativas laborais com o apoio do IFSC, tais como o estímulo à criação de cooperativas, incubadoras sociais e a formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

Além disso, o estímulo ao empreendedorismo, que está entre as finalidades do Instituto, apresenta-se como uma dessas possibilidades. Este tema visa possibilitar a contínua troca de informações e conhecimento com o mundo do trabalho, conduzindo o aluno para a continuidade de sua formação nos diferentes níveis de ensino. A instituição deve criar estratégias de acompanhamento dos egressos para monitorar a inserção profissional de seus alunos.

3.2.3 Pesquisa e inovação

A pesquisa permeia toda a instituição e tem influência direta na qualidade do ensino, na formação integral do aluno, na qualificação dos professores, nos processos internos de

gestão, no desenvolvimento de soluções aplicadas ao meio produtivo e à sociedade. Para nos tornarmos uma instituição de excelência, devemos atentar para a necessidade de desenvolver pesquisa em todos os eixos de atuação, de forma continuada e constante. O conhecimento transforma a sociedade na medida em que a pesquisa se volta para o atendimento das demandas da sociedade.

A instituição deve promover a inovação para atingir a sociedade. Esse processo se constitui como norte para a pesquisa aplicada às demandas da sociedade. Além disso, é preciso fomentar a transferência de conhecimento e tecnologia por meio do desenvolvimento de atividades de extensão.

3.2.4 Intervenção político-social

A educação profissional, científica e tecnológica deve atuar no âmbito social, tornando-se um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais. O IFSC é uma instituição social e educacional, comprometida com a educação científica e profissional de jovens e adultos, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e ao funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa. Deve primar pela interação dos servidores do IFSC nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com a comunidade, para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis.

O IFSC deve estar inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional, científica e tecnológica nacionalmente, mas com um olhar especial à comunidade na qual se insere. Deve atuar em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais. Deve buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, com o objetivo de ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda. Os alunos devem ser formados cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade. O IFSC deve ampliar os programas que valorizem a participação cidadã e as políticas em diferentes instâncias da sociedade. Ainda, precisa contribuir nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao

conhecimento.

Uma importante política deste Instituto é a articulação com a Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, premente para o desenvolvimento do Brasil.

3.2.5 Identidade e imagem institucional

Identidade institucional é uma expressão relacionada ao que a organização efetivamente é, faz e diz: sua estrutura, seu histórico, seu patrimônio, as atividades que desenvolve, os serviços e produtos que oferece. Já a imagem está relacionada ao que se passa no imaginário dos seus públicos, como eles percebem o comportamento da organização. É a maneira como o público entende o que a instituição está transmitindo¹.

Para Kunsch² (2003, p.174), “a construção de uma imagem positiva e de uma identidade corporativa forte passa por uma coerência entre o comportamento institucional e a sua comunicação integrada, por meio de ações convergentes da comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa”. Assim, o papel do IFSC como instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que o destaca das outras instituições educativas e o identifica como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e instituições sociais.

Para isso, o IFSC deve trabalhar a imagem e reputação diante de todos os públicos estratégicos de forma a atrair os públicos demandados, com o fortalecimento das ações de relações externas, a internacionalização do IFSC, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, a harmonização dos currículos como forma de reforçar a identidade institucional, a publicação de revistas e livros e de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos. Deve ainda primar pelo reconhecimento dentro da academia com produção científica sobre EPCT baseada na nossa realidade, no que sabemos fazer.

1 TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. Estratégias de comunicação nas empresas modernas. In: III Congresso Brasileiro de Comunicação Empresarial. São Paulo: Aberje, 1985.

2 KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4ª edição revista. São Paulo: Summus, 2003.

3.3 MAPA ESTRATÉGICO



Figura 3.1: Mapa estratégico do IFSC

3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos devem ser acompanhados de indicadores, metas e iniciativas estratégicas.



Figura 3.2: Estrutura do objetivo estratégico

Indicadores: são uma definição de medida de desempenho estabelecida para obter uma maneira de avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Os indicadores possuem sempre unidades de medida associadas. Um indicador possui diversos atributos, tais como: fórmula, polaridade, fonte de dados, responsáveis e periodicidade. O detalhamento dos indicadores consta de documento próprio, complementar ao Planejamento Estratégico.

Metas: são pontos ou objetivos a serem atingidos em determinada medida e prazo. Elas quantificam e definem um prazo. Cada indicador deve apontar uma meta a ser alcançada. Em nosso planejamento estratégico, para cada indicador são apontados dois tipos de

meta: uma meta global, para 2019, e metas parciais anuais.

Iniciativas estratégicas: são as estratégias para atingir os objetivos e as metas definidas, ou seja, definem as prioridades nas quais as ações devem se pautar. As iniciativas são o elo entre o Planejamento Estratégico e os Planos Anuais de Trabalho, constituindo o ponto de partida para a definição dos projetos prioritários da instituição e de todas as suas unidades. As iniciativas são caracterizadas como:

- **autônomas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora;
- **articuladas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com a Reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente;
- **específicas:** projetos cadastrados e coordenados pela Reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução.

As iniciativas estratégicas serão revisadas anualmente a partir de proposições das unidades gestoras.

3.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Figura 3.3 exemplifica a forma de apresentação dos objetivos estratégicos ao longo da próxima seção, destacando os seus elementos constitutivos.

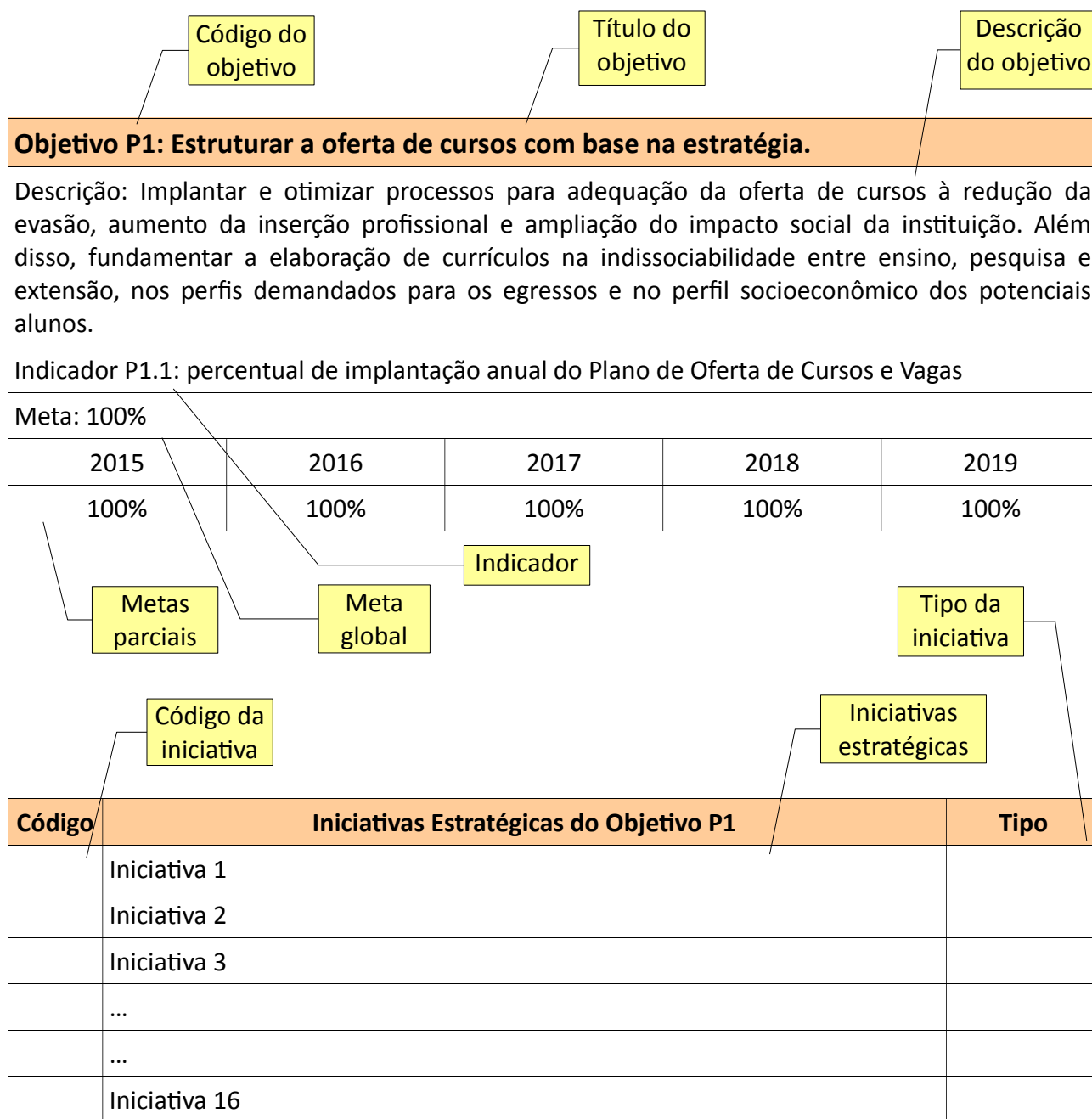


Figura 3.3: Estrutura de apresentação dos objetivos estratégicos

3.6 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA ALUNOS E SOCIEDADE

Objetivo A1: Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.

Descrição: Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional.

Indicador A1.1: percentual de vagas na educação profissional técnica de nível médio

Meta: 50%³

2015	2016	2017	2018	2019
64,3%	59,4%	55,7%	53,3%	51,6%

Indicador A1.2: percentual de vagas em cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica.

Meta: 13,8%⁴

2015	2016	2017	2018	2019
6,7%	7,2%	9,5%	11%	12,4%

Indicador A1.3: percentual de vagas de ingresso disponibilizadas ao Proeja

Meta: mínimo de 10%⁵

2015	2016	2017	2018	2019
6,1%	8,5%	8,7%	9,9%	10%

Indicador A1.4: número de alunos

Meta: 44.521

2015	2016	2017	2018	2019
30.238	36.718	41.242	43.622	44.521

3 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.4 do capítulo 4.

4 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.4 do capítulo 4.

5 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.6 do capítulo 4.

Indicador A1.5: relação entre o perfil socioeconômico dos ingressantes e o perfil socioeconômico da população catarinense

Meta: esta meta será estabelecida após modelagem do indicador e primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual, como no caso do A2.1, ou uma redução da diferença entre a meta para 2019 e a primeira medição, como no caso do A3.6, por exemplo.

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após modelagem do indicador e primeira medição.

Objetivo A2: Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.

Descrição: Produzir, compartilhar e aplicar conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.

Indicador A2.1: percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa

Meta: 30%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(30-x)}{5} + x$	$2 \frac{(30-x)}{5} + x$	$3 \frac{(30-x)}{5} + x$	$4 \frac{(30-x)}{5} + x$	30%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A2.2: Percentual de servidores participando de projetos de extensão

Meta: 30%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(30-x)}{5} + x$	$2 \frac{(30-x)}{5} + x$	$3 \frac{(30-x)}{5} + x$	$4 \frac{(30-x)}{5} + x$	30%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A2.3: pessoas atendidas por projetos de extensão

Meta: 97.240 (5% de crescimento anual)

2015	2016	2017	2018	2019
80.000	84.000	88.200	92.610	97.240

Indicador A2.4: Percentual de servidores com projetos financiados pelo IFSC que publicaram trabalho em periódico externo ou depositaram patente por ano

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador A2.5: percentual de grupos de pesquisa produtivos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Objetivo A3: Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos.

Descrição: Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais e desportivas.

Indicador A3.1: percentual de alunos concluintes que participaram de projetos de pesquisa, extensão tecnológica, intercâmbios ou eventos científicos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A3.2: percentual de alunos concluintes que participaram de atividades culturais, desportivas ou artísticas

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A3.3: Índice Geral de Cursos (IGC)

Meta: 5

2015	2016	2017	2018	2019
4	4	4	5	5

Indicador A3.4: Conceito Institucional (CI)

Meta: 5

2015	2016	2017	2018	2019
n.a	n.a	n.a	n.a	5

Indicador A3.5: índice de satisfação dos egressos com a formação

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador A3.6: excluído após revisão do PDI em fevereiro de 2017.

Objetivo A4: Atender às demandas dos alunos com efetividade.

Descrição: Melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.

Indicador A4.1: índice de satisfação dos alunos em relação à instituição

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Objetivo A5: Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso.

Descrição: Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção socioprofissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Indicador A5.1: percentual de egressos trabalhando na área de formação ou em áreas correlatas

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado da primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador A5.2: excluído após revisão do PDI em fevereiro de 2017.

Indicador A5.3: percentual de alunos em estágio

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador A5.4: percentual de alunos participando de atividades empreendedoras

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Objetivo A6: Consolidar a imagem e a identidade institucional.

Descrição: Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão da sua abrangência, história e valores, bem como da importância da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Indicador A6.1: percepção dos públicos estratégicos quanto à imagem do IFSC

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Objetivo A7: Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.

Descrição: Otimizar continuamente a gestão dos processos, de modo a alcançar com efetividade as metas institucionais.

Indicador A7.1: taxa de ocupação (relação entre matrículas e capacidade)

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A7.2: percentual de alunos formados no ciclo regular

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A7.3: relação aluno/professor

Meta: 19,37

2015	2016	2017	2018	2019
19,54	19,51	19,45	19,40	19,37

3.7 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

Objetivo P1: Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.

Descrição: Implantar e otimizar processos para a adequação da oferta de cursos, de modo a reduzir a evasão, aumentar a inserção profissional e ampliar o impacto social da instituição. Além disso, fundamentar a elaboração de currículos na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.

Indicador P1.1: percentual de implantação anual do Plano de Oferta de Cursos e Vagas

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P1	Tipo
P0101	Aprimorar metodologias de elaboração de projetos (PPC, pesquisa, extensão, inovação).	Articulada
P0102	Prospectar ofertas inovadoras.	Articulada
P0103	Promover eventos que fomentem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Autônoma
P0104	Fortalecer os Projetos Integradores.	Autônoma
P0105	Revisar os PPCs para verificar a existência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Articulada
P0106	Estabelecer diretrizes para elaboração dos PPCs fundamentados na indissociabilidade entre EPE, no ajuste dos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.	Específica
P0107	Harmonizar PPCs considerando a identidade institucional.	Articulada
P0108	Ofertar cursos demandados em parceria com outras esferas.	Articulada
P0109	Ampliar o acesso à EPCT por meio do Ensino a Distância.	Articulada
P0110	<i>Excluída após revisão do PDI em fevereiro de 2017.</i>	
P0111	Fortalecer os Grupos de Pesquisa.	Articulada
P0112	Fortalecer a Pós-Graduação.	Articulada
P0113	Desenvolver atividades de extensão em toda oferta educativa.	Articulada
P0114	Implementar polos de inovação.	Específica
P0115	Implantar o Centro de Referência em Formação e EaD.	Específica
P0117	Elaborar diretrizes para modalidade de educação a distância que atendam os	Específica

diferentes níveis e cursos ofertados no IFSC

Objetivo P2: Aprimorar o processo de ingresso.

Descrição: Reestruturar o processo de ingresso em uma perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.

Indicador P2.1: percentual de ocupação das vagas de ingresso

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
93%	94%	96%	98%	100%

Indicador P2.2: percentual de cursos com ao menos um candidato por vaga

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador P2.3: relação entre o perfil socioeconômico dos inscritos e o perfil socioeconômico da população catarinense

Meta: *esta meta será estabelecida após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual, como no caso do A2.1, ou uma redução da diferença entre a meta para 2019 e a primeira medição, como no caso do A3.6, por exemplo.*

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após modelagem do indicador e da primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P2	Tipo
P0201	Reestruturar o ingresso em uma perspectiva inclusiva.	Específica
P0203	Desenvolver estrutura organizacional de ingresso nos câmpus.	Articulada
P0204	Aprimorar a divulgação do Ingresso	Articulada

Objetivo P3: Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.

Descrição: Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do

fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.

Indicador P3.1: índice de retenção do fluxo escolar por tipo de curso/oferta

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P3.2: índice de evasão anual por tipo de curso/oferta

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P3.3: índice de evasão total por tipo de curso/oferta

Meta: serão determinadas após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P3	Tipo
P0301	Promover o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem.	Autônoma
P0302	Promover o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem.	Autônoma
P0303	Promover o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de ensino e aprendizagem.	Autônoma
P0304	Promover o apoio psicossocial em casos de dificuldades de aprendizagem, dificuldades emocionais e afetivas.	Autônoma
P0305	Desenvolver ações de segurança no trabalho, prevenção de riscos e doenças, e promoção à saúde.	Autônoma
P0306	Desenvolver estudos e ações sobre evasão e permanência.	Articulada
P0307	Organizar parcerias externas com setores de assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas.	Articulada
P0308	Fomentar a inserção dos discentes no mundo do trabalho.	Autônoma
P0310	Promover atividades artísticas, culturais e desportivas.	Autônoma
P0311	Fomentar a formação político-social para a comunidade acadêmica.	Autônoma

P0312	Desenvolver ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.	Articulada
P0313	Fomentar ações de mobilidade discente.	Articulada
P0314	Fortalecer o programa de assistência estudantil.	Articulada

Objetivo P4: Fortalecer a internacionalização do IFSC.

Descrição: Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, divulgação, produção científica e tecnológica.

Indicador P4.1: número de parcerias com instituições estrangeiras

Meta: 47

2015	2016	2017	2018	2019
35	39	42	45	47

Indicador P4.2: percentual de parcerias efetivas com instituições estrangeiras

Meta: 60%

2015	2016	2017	2018	2019
40%	45%	50%	55%	60%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P4	Tipo
P0401	Construir política de internacionalização.	Específica
P0402	Fomentar e diversificar os programas de mobilidade acadêmica internacional.	Articulada
P0403	Criar e implantar um Programa de Acolhimento de Estrangeiros.	Específica
P0404	Regulamentar os estágios internacionais.	Específica
P0405	Ampliar a divulgação interna de oportunidades de cooperação internacional.	Articulada
P0406	Criar programa de proficiência e certificação em idiomas.	Específica
P0407	Criar centro de idiomas nos câmpus.	Articulada
P0408	Organizar eventos internacionais.	Articulada
P0409	Fomentar a publicação de trabalhos em periódicos estrangeiros e eventos internacionais.	Articulada
P0410	Intensificar a capacitação de docentes em língua estrangeira	Articulada

Objetivo P5: Acompanhar egressos.

Descrição: Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos. Dessa forma, será possível viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.

Indicador P5.1: percentual de implantação do programa de acompanhamento de egressos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
30%	50%	80%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P5	Tipo
P0501	Desenvolver programa de acompanhamento de egressos.	Específica
P0502	Criar e implantar o Portal dos Egressos.	Específica
P0503	Criar mecanismos de comunicação com os egressos.	Articulada
P0504	Desenvolver ações sistemáticas voltadas à análise da inserção socioprofissional.	Articulada
P0505	Criar estratégias que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo.	Articulada
P0506	Fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC.	Articulada
P0507	Promover ações de socialização de egressos.	Autônoma

Objetivo P6: Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.

Descrição: Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com os públicos estratégicos do IFSC, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.

Indicador P6.1: índice de satisfação dos públicos estratégicos com a comunicação do IFSC

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P6	Tipo
P0601	Implantar a Política de Comunicação.	Específica
P0602	Criar ou adequar a estrutura de Comunicação nos câmpus e na Reitoria, de acordo com a Política de Comunicação.	Articulada
P0603	Construir os Planos de Comunicação nos câmpus e na Reitoria, de acordo com a Política de Comunicação.	Articulada
P0604	Aprimorar os canais de relacionamento do IFSC.	Articulada

Objetivo P7: Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.

Descrição: O IFSC deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.

Indicador P7.1: número de parcerias estabelecidas

Meta: 142

2015	2016	2017	2018	2019
116	122	128	135	142

Indicador P7.2: número de cargos ou cadeiras (inserções) ocupados em órgãos e fóruns de instituições e entidades das esferas pública, privada e do terceiro setor

Meta: será determinada após primeira medição.

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P7.3: número de eventos externos promovidos pelo IFSC

Meta: dobrar o número até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P7.4: número de participações em eventos externos

Meta: crescimento de 10% até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P7	Tipo
P0701	Participar dos fóruns relacionados à educação, especialmente à EPCT.	Autônoma
P0702	Promover a criação e formalização de parcerias.	Articulada
P0703	Fomentar ações que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade.	Autônoma
P0704	Aprimorar a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de EPCT.	Específica

P0705	Fomentar a participação da comunidade externa nos órgãos colegiados do IFSC.	Autônoma
P0706	Identificar espaços de atuação do IFSC na sociedade civil organizada.	Autônoma
P0707	Compartilhar soluções com outras instituições de EPCT.	Autônoma
P0708	Ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica.	Autônoma
P0709	Desenvolver projetos de pesquisa e extensão envolvendo os professores das redes públicas de outras esferas.	Autônoma
P0710	Fomentar a participação do IFSC em editais externos.	Autônoma
P0711	Transferir conhecimento e tecnologias para a sociedade.	Autônoma
P0712	Promover eventos técnico-científicos e culturais voltados à divulgação e reconhecimento da EPCT.	Autônoma
P0713	Fomentar a participação de servidores e estudantes em eventos externos.	Autônoma
P0714	Fomentar a participação institucional em eventos.	Autônoma

Objetivo P8: Atender as pessoas com necessidades específicas⁶.

Descrição: Aperfeiçoar e implantar processos para atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas.

Indicador P8.1: percentual de PNE com permanência e êxito

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P8.2: percentual de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
46,8%	60,1%	73,4%	86,7%	100%

Indicador P8.3: número de equipes capacitadas para atuar no atendimento educacional especializado

Meta: uma equipe por câmpus

2015	2016	2017	2018	2019
não se aplica				Uma equipe por câmpus

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P8	Tipo
P0801	Garantir atendimento especializado no processo de ingresso adequado às pessoas com necessidades específicas.	Específica
P0802	Garantir o atendimento educacional especializado e atuação em rede para atender as PNE.	Articulada
P0803	Atender a legislação relacionada à acessibilidade e à inclusão.	Articulada
P0804	Proporcionar terminalidade específica ao estudante, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.	Articulada

⁶ Ainda que na legislação atual a expressão “Pessoas com Necessidades Específicas” tenha sido substituída por “Pessoas com Deficiência”, preferiu-se manter a redação original no âmbito deste documento para não se descaracterizar a discussão sobre o objetivo estratégico, que em sua concepção levava em conta necessidades específicas que não podem ser consideradas deficiências.

Objetivo P9: Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.

Descrição: Garantir a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.

Indicador P9.1: percentual de implantação das políticas previstas no PDI

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
20%	40%	60%	80%	100%

Indicador P9.2: percentual de colegiados, comissões e grupos de trabalho institucionais efetivos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador P9.3: índice de participação dos servidores e alunos nos instrumentos de avaliação

Meta: ampliar em 50% até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P9	Tipo
P0901	Criar e aprimorar práticas que fortaleçam a gestão em rede.	Articulada
P0902	Estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto.	Articulada
P0903	Implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão.	Articulada
P0904	Realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto.	Articulada
P0905	Formalizar metodologicamente a implantação da gestão por processos no IFSC, considerando a gestão em rede e a perspectiva do usuário.	Específica
P0906	Construir e consolidar o marco regulatório necessário à efetividade de processos e sistemas.	Específica
P0907	Consolidar as competências da Reitoria, dos câmpus e dos fóruns sistêmicos, formalizando a implantação das políticas e diretrizes institucionais em rede.	Específica

Objetivo P10: Gerenciar recursos financeiros com efetividade.

Descrição: Planejar a captação, a aplicação e a execução dos recursos financeiros, de modo a maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas.

Indicador P10.1: percentual de execução de projetos e ações conforme Plano Anual de Trabalho (PAT)

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador P10.2: índice de satisfação dos servidores em relação à gestão dos processos administrativos da instituição

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P10.3: Percentual de execução dos recursos captados por meio de projetos Institucionais

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P10	Tipo
P1001	Implementar o Programa IFSC Sustentável.	Articulada
P1002	Fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para a sustentabilidade.	Autônoma
P1003	Otimizar o número de eixos tecnológicos, por câmpus, levando em conta infraestrutura, corpo docente e suporte técnico-administrativo.	Articulada
P1004	Aumentar a captação de recursos extraorçamentários.	Autônoma
P1005	Aperfeiçoar o processo de planejamento e execução orçamentária.	Articulada
P1006	Aperfeiçoar a gestão de materiais.	Articulada

Objetivo P11: Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.

Descrição: Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.

Indicador P11.1: percentual de implantação anual do Plano Diretor de Infraestrutura Física

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P11	Tipo
P1101	Consolidar a infraestrutura física e tecnológica dos câmpus e da Reitoria.	Articulada
P1102	Otimizar a utilização de espaços físicos e recursos tecnológicos.	Autônoma
P1103	Aprimorar a elaboração dos Planos de Implantação e Desenvolvimento de Cursos.	Específica
P1104	Desenvolver a infraestrutura tecnológica para a EaD	Específica

3.8 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PESSOAS E CONHECIMENTO

Objetivo C1: Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.

Descrição: Prover um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.

Indicador C1.1: número de iniciativas intercâmpus

Meta: ao menos uma por semestre por área⁷

2015	2016	2017	2018	2019
Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área

Indicador C1.2: número de iniciativas entre áreas acadêmicas do mesmo câmpus

Meta: ao menos uma por ano, por área acadêmica

2015	2016	2017	2018	2019
Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica

Indicador C1.3: índice de satisfação com os canais de relacionamento

Meta: 70%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(70-x)}{5} + x$	$2 \frac{(70-x)}{5} + x$	$3 \frac{(70-x)}{5} + x$	$4 \frac{(70-x)}{5} + x$	70%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C1	Tipo
C0101	Disponibilizar equipamentos e serviços para uso em rede.	Específica
C0102	Promover eventos de integração entre servidores.	Autônoma
C0103	Promover eventos que integrem ensino, pesquisa, extensão e gestão.	Autônoma

⁷ Para as áreas acadêmicas, serão consideradas as iniciativas regionais e institucionais; para as áreas administrativas (considerando as áreas listadas na Resolução N°02/2013/Codir) serão consideradas apenas as iniciativas institucionais.

C0104	Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e atividades em rede.	Específica
C0105	Fomentar e fortalecer atividades de pesquisa e extensão intercâmpus e intercursos.	Articulada
C0106	Promover Fórum de Compartilhamento de Boas Práticas.	Específica
C0107	Alinhar os portais institucionais de comunicação e informação.	Específica
C0108	Disseminar práticas de gestão do conhecimento.	Articulada

Objetivo C2: Disponibilizar dados, informações e conhecimento.

Descrição: Prover a infraestrutura necessária para garantir a disponibilização de dados e informações para a produção de conhecimento. Além disso, disseminar a cultura de utilização desses dados para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais.

Indicador C2.1: número de processos mapeados e otimizados

Meta: será determinada após primeira medição.

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador C2.2: percentual de processos informatizados

Meta: 90%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(90-x)}{5} + x$	$2 \frac{(90-x)}{5} + x$	$3 \frac{(90-x)}{5} + x$	$4 \frac{(90-x)}{5} + x$	90%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador C2.3: percentual de processos revisados

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C2	Tipo
C0201	Criar e implementar Políticas Institucionais para TI.	Específica

C0202	Criar e implementar a Política de Segurança da Informação.	Específica
C0203	Implantar Sistema Integrado de Gestão.	Específica
C0204	Conceber e implantar a Política de Gestão Documental do IFSC.	Específica
C0205	Implementar ações para garantir a disponibilização de dados, informações, conhecimento do mundo do trabalho, educação profissional e tecnológica.	Articulada

Objetivo C3: Promover a qualidade de vida no trabalho.

Descrição: Promover a atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Indicador C3.1: índice de satisfação do servidor no trabalho.

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador C3.2: percentual de ambientes e atividades adequados às normas de segurança do trabalho

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador C3.3: índice de afastamento por motivos de saúde

Meta: redução em 50% da diferença entre 0% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C3	Tipo
C0301	Criar um programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho.	Específica
C0302	Implementar o programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho.	Articulada
C0303	Avaliar e padronizar os ambientes de trabalho e as atividades laborais de acordo com as normas de segurança.	Específica

C0304	Incrementar as ações preventivas em parceria com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal (SIASS).	Articulada
C0305	Incentivar a regionalização do SIASS.	Específica
C0306	Fomentar e ampliar a participação dos servidores em atividades físicas, artísticas, culturais e esportivas.	Autônoma
C0307	Fortalecer os processos de identificação dos servidores com o local de trabalho.	Autônoma

Objetivo C4: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.

Descrição: Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para a diminuição da lacuna de competências.

Indicador C4.1: percentual de setores competências mapeadas.

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
80%	100%	100%	100%	100%

Indicador C4.2: Percentual de competências adequadas à execução da estratégia.

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019

Serão determinadas após primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C4	Tipo
C0401	Elaborar o plano anual de capacitação	Específica
C0402	Implementar o plano anual de capacitação.	Articulada
C0403	Desenvolver um programa de formação para gestão.	Articulada
C0404	Promover formação de lideranças para o exercício da representatividade.	Articulada
C0405	Ampliar a oferta de Doutorado e Mestrado Interinstitucionais.	Específica
C0406	Desenvolver um programa de formação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Articulada
C0407	Criar um programa de desenvolvimento de competências.	Específica
C0408	Implementar o programa de desenvolvimento de competências.	Articulada
C0409	Estruturar um banco de competências.	Específica
C0410	Realizar o mapeamento de competências.	Específica

C0411	Elaborar um programa de movimentação/remoção de servidores por competências.	Específica
C0412	Aprimorar os processos de redistribuição e concurso público por competências.	Específica
C0413	Capacitar os docentes para a práxis educativa direcionada aos diferentes públicos atendidos.	Autônoma
C0414	Capacitar os servidores em atendimento educacional especializado.	Articulada
C0415	Implementar a avaliação de desempenho por competências.	Específica

Objetivo C5: Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.

Descrição: Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

Indicador C5.1: grau de conhecimento da estratégia pelos servidores

Meta: 90%

2015	2016	2017	2018	2019
70%	75%	80%	85%	90%

Indicador C5.2: percentual de alinhamento do PAT com a estratégia

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
80%	85%	90%	95%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C5	Tipo
C0501	Realizar eventos de disseminação da estratégia institucional.	Específica
C0502	Adequar os macroprocessos finalísticos e de apoio à estratégia institucional.	Específica

CAPÍTULO 3.....	1
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	1
3.1 PERSPECTIVAS.....	2
3.1.1 Alunos e sociedade.....	2
3.1.2 Processos.....	2
3.1.3 Pessoas e conhecimento.....	2
3.2 TEMAS ESTRATÉGICOS.....	3
3.2.1 Inclusão social.....	3
3.2.2 Inserção profissional.....	4
3.2.3 Pesquisa e inovação.....	5
3.2.4 Intervenção político-social.....	5
3.2.5 Identidade e imagem institucional.....	6
3.3 MAPA ESTRATÉGICO.....	8
3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	9
3.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	11
3.6 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA ALUNOS E SOCIEDADE.....	13
3.7 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS.....	23
3.8 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PESSOAS E CONHECIMENTO.....	36
 Figura 3.1: Mapa estratégico do IFSC.....	 8
Figura 3.2: Estrutura do objetivo estratégico.....	9
Figura 3.3: Estrutura de apresentação dos objetivos estratégicos.....	12

CAPÍTULO 4

PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

As propostas apresentadas no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) nortearão a instituição em suas decisões acerca da oferta, da admissão de professores e da ampliação de espaço físico. O POCV será subsídio para o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) no cumprimento de suas competências, das quais destacam-se: “analisar os projetos pedagógicos dos cursos e submetê-los ao Conselho Superior (Consup)” e “regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas”. Nesse sentido, cabe ressaltar que a criação, alteração e extinção dos cursos do IFSC são deliberações do Consup. A implantação do POCV, portanto, está condicionada às decisões do CONSUP, com o assessoramento do Cepe e prévia apreciação do Colegiado do câmpus ofertante.

Para a elaboração deste Plano, foram considerados os documentos legais norteadores da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Planejamento Estratégico do IFSC, especialmente em relação aos Objetivos Estratégicos A1- *Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região* e A7- *Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos, que possuem metas e indicadores intrinsecamente relacionados à oferta de vagas e número de alunos*.

Assim, foram premissas da elaboração deste Plano que:

1. Conforme o *caput* do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, o IFSC garantisse:
 - a. o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio;
 - b. o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica visando a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
2. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, os percentuais acima referidos observassem o conceito de Aluno-Equivalente, conforme regulamentação expedida pelo MEC;



CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

A organização didático pedagógica do IFSC é apresentada em um documento que regula toda a atividade acadêmica do Instituto, desde a inscrição nos processos seletivos até a emissão de certificados e diplomas: o Regulamento Didático Pedagógico (RDP). Fundamentado nas leis e demais normas do sistema federal de ensino, o RDP mantém estrita consonância com a missão do IFSC e com toda sua estrutura de planejamento, administrativa, de ensino, pesquisa e extensão.

O RDP considera as características do IFSC, bem como as atuais normas e os avanços que o Instituto vem incorporando aos seus processos educativos. O processo de elaboração do atual RDP foi mais um exercício da democracia do IFSC, com ampla consulta à comunidade, apreciação pelo Cepe e aprovação pelo Consup.

Várias questões que refletem os avanços do Instituto estão presentes no RDP, agilizando e simplificando processos, definindo instâncias recursais e garantindo a identidade institucional do IFSC, preceitos de sua lei de criação. Com os demais instrumentos normativos em construção ou atualização, o IFSC garante sua identidade institucional na diversidade de práticas e ofertas por todos os seus câmpus.

A expansão do IFSC trouxe a ampliação das ofertas, desde cursos de formação inicial e continuada até a pós-graduação *stricto sensu*. Com essa nova realidade, a necessidade de harmonização de cursos e procedimentos educativos é premente, razão pela qual se decidiu rever o marco normativo da instituição, padrão para legitimar a democracia pela participação de todos os segmentos, bem como garantir regra única para todo o Instituto.

5.1 INOVAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS

O IFSC incorporará aos seus processos educativos, nos próximos anos, as seguintes inovações:

Harmonização de currículos, uma das expressões de identidade da instituição: um

mesmo curso ofertado em diferentes câmpus terá o mesmo projeto pedagógico; peculiaridades locais serão respeitadas, mas o perfil de formação deverá ser o mesmo.

Estímulo à inserção de vinte por cento da carga horária de todos os cursos em atividades não presenciais: uma forma de incorporar novas tecnologias e novas práticas pedagógicas à educação. Com apoio do Cerfead, é uma prática que poderá em breve ser realidade em nossos cursos.

Permanência e êxito: um desafio constante na educação no que se refere a currículos, integralização, racionalização de cargas horárias, horários noturnos diferenciados, monitoria no ensino técnico, aprovação e reprovação por análise conjunta do corpo docente, validação de componentes curriculares e planos especiais de estudos. O IFSC deverá incrementar seus índices no que se refere às questões acadêmicas, com inovações curriculares e normativas.

Sistema de ingresso nos cursos técnicos: além dos exames **de classificação, sorteio público e** da análise socioeconômica, a instituição deverá utilizar a certificação de competências e a validação de saberes para proporcionar o ingresso em seus cursos técnicos. ~~A fim de incluir mais pessoas em vulnerabilidade social, a participação em programas como o Mulheres Mil, por exemplo, deve ser um meio para ingresso nos cursos técnicos do IFSC.~~

Dez por cento da carga horária de cursos técnicos e superiores para atividades de extensão, conforme o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Esta é uma ação de incentivo para que a formação cidadã vá além das atividades acadêmicas.

Construção da política e regulamento de estágio, na concepção do estágio como prática educativa supervisionada, segundo a Lei nº 11.788/2008, que reconceitua o estágio como parte da formação profissional. Uma política e seu respectivo regulamento deverá sintonizar o estágio com a missão do IFSC.

Nova abordagem do processo de ensino-aprendizagem: nossa organização didática passa a avaliar os alunos e docentes de forma coerente com os propósitos da Lei nº 10.861/2004, subsidiando o planejamento de acordo com análises mais fundamentadas e de forma mais abrangente.

Oferta de cursos de forma dual: os alunos terão parte do curso ofertado diretamente no ambiente de trabalho de uma empresa ou instituição cuja atividade-fim esteja relacionada à formação, incluindo a possibilidade de que trabalhadores da empresa com qualificação possam ministrar aulas aos nossos alunos.

Oferta de cursos técnicos ou superiores em alternância: os alunos utilizarão o tempo de trabalho como parte da carga horária regular do curso quando a atividade estiver diretamente associada à formação. Por meio de atividades orientadas e acompanhadas pelo corpo docente, os alunos serão estimulados a aplicar as competências desenvolvidas em aula nas suas atividades profissionais, bem como trazer do mundo do trabalho os desafios para serem discutidos em sala de aula. É a práxis do trabalho como princípio educativo.

Consolidação do Proeja como oferta educativa regular: utilizar as diversas formas de oferta e metodologias inovadoras para implementar dez por cento das matrículas dos câmpus em Proeja, oferta em alternância, validação de saberes escolares, da vida e do trabalho como parte do processo formativo ou de ingresso.

Aprimoramento da certificação de saberes: por meio de portfólios individuais, qualificar cidadãos para a certificação de saberes associados ao mundo do trabalho. Esse processo implica na construção de procedimentos e normas específicas para elaboração do processo de avaliação e validação de saberes.

CAPÍTULO 5.....	1
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	1
5.1 INOVAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS.....	1

3. Em alinhamento com o art 7º da Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o cálculo dos percentuais de vagas dos cursos dos Institutos Federais, a que fazem referência o art. 8º da Lei nº 11.892/2008, se desse com base no conceito de Ingressantes Acumulados Equivalentes, também definido na mesma portaria.
4. Conforme previsto pelo parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, a oferta da formação em nível superior pudesse ser ajustada, quando justificada por demandas sociais, sem prejuízo do índice apresentado no item 1a, ou seja, por exclusão, com redução do índice apresentado no item 1b;
5. Assim como disposto pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.840/2006, no mínimo 10% (dez por cento) do total das vagas de ingresso da instituição fossem disponibilizadas para cursos do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
6. Conforme as metas 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a relação aluno-professor fosse gradualmente elevada para, respectivamente, 20 nos cursos técnicos de nível médio e 18 nos cursos presenciais de graduação, ajustando-se o disposto na meta 3 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM), que prevê a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, considerados os cursos técnicos, superiores e de formação inicial e continuada (FIC), em relação ao quadro de professores ativos na instituição.
7. O número de docentes necessários à oferta planejada não ultrapassasse os limites do Banco de Professores Equivalentes do IFSC (conforme disposto no Decreto 8.259, de 29 de maio de 2014).

O Plano de Oferta de Cursos e Vagas aqui apresentado é a revisão do capítulo 4 do PDI 2015-2019 aprovado pelo Consup e publicado em 2014. O processo de revisão ocorreu entre maio e dezembro de 2016, conforme as diretrizes do Capítulo 13 e do projeto de revisão do PDI aprovado pelo Consup em 2015. Os indicadores do Plano originalmente publicado não são aqui apresentados, uma vez que não são comparáveis à forma disposta na Portaria nº 25 da SETEC/MEC, de 14 de agosto de 2015, que definiu conceitos e estabeleceu fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Este capítulo está organizado em cinco seções:

- **Oferta total do IFSC:** apresenta os dados gerais da oferta proposta no Instituto;
- **Indicadores Estratificados por Câmpus:** apresenta os principais indicadores de oferta acadêmica de cada câmpus;
- **Cronograma de abertura dos cursos presenciais:** apresenta o cronograma de abertura de cursos novos na modalidade presencial, com informações relativas a: semestre de abertura, câmpus ofertante, periodicidade de entrada, número de vagas por turma, local e turno da oferta. Além disso, apresenta a oferta do Cerfead, nesse caso contendo também cursos na modalidade a distância.
- **Oferta de EaD:** apresenta os cursos que serão ofertados na modalidade a distância, detalhando tipo de curso e de oferta, bem como os câmpus ofertantes e os polos nos quais acontecerá a oferta.
- **Glossário:** elaborado pra facilitar a compreensão de conceitos e indicadores, é apresentado ao final do capítulo, mas recomenda-se sua leitura prévia.

4.1 OFERTA TOTAL DO IFSC

Norteadas pelos objetivos e finalidades dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), bem como pelo Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Lei nº 12.513/2011), a oferta do IFSC caracteriza-se pela grande abrangência de níveis de ensino, variados tipos e modalidades de oferta e diferentes formas de custeio. Enquanto instrumento de planejamento, o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) estrutura a oferta do IFSC e apresenta a evolução anual de seus indicadores, até o alcance das metas propostas. Esse processo não se completa necessariamente dentro do período de vigência do PDI, mas sim no ano em que todos os cursos planejados atingirem o seu regime de funcionamento pleno, ou seja, quando a primeira turma de um curso novo chegar na última fase prevista em seu Plano Pedagógico de Curso.

A oferta total geral do IFSC, ou seja, a somatória de todos os câmpus (total), considerando todas as modalidades e formas de custeio (geral), tem seus principais indicadores apresentados nas quatro subseções a seguir: Número de alunos e vagas; Distribuição da oferta de vagas; Relação aluno-professor e Distribuição de cursos e vagas por tipo de curso, tipo de oferta e eixo tecnológico.

Número de alunos e vagas

A Tabela 4.1 apresenta os seguintes indicadores “básicos”:

- total anual de vagas de ingresso (VIng), considerando o total de vagas anualmente oferecidas em editais de ingresso;
- capacidade total anual de alunos (CAMat), calculada com base na multiplicação do número de vagas de ingresso de cada curso pelo respectivo número de fases simultaneamente oferecidas, de forma a expressar a capacidade total da instituição em termos do número de alunos que podem ser matriculados em um ano; é o indicador mais próximo do conceito de Ingressante Acumulado Equivalente definido pelo MEC;
- total anual estimado de alunos matriculados (AMat), cuja diferença para o total anual de ingressantes acumulados representa, aproximadamente, a evasão entre a primeira e última fase dos cursos;

Para cada indicador acima, também é apresentado o correspondente “equivalente”, em cujo cálculo são considerados o Fator de Esforço de Curso e a Carga Horária Mínima Regulamentada, conforme determinado pelo Ministério da Educação.

Indicadores Totais Anuais		2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Vagas de Ingresso	Base (VIng)	40.210	38.290	35.779	33.556	32.507	34.219
	Equivalentes (VEq)	15.927	14.811	16.042	16.042	14.387	15.894
Capacidade	Base (CAMat)	61.461	64.582	61.978	62.064	62.127	63.645
	Equivalentes (CAEq)	37.726	39.177	40.064	42.690	41.739	42.752
Alunos Matriculados	Base (AMat)	54.848	57.684	55.119	54.764	54.504	56.112
	Equivalentes (AEq)	31.998	33.294	34.068	36.089	34.986	35.982

Tabela 4.1: Indicadores da Oferta Total Geral do IFSC.

Além de atenderem ao conceito de aluno-equivalente requerido pela legislação, os indicadores equivalentes permitem um melhor dimensionamento do esforço institucional para a oferta – em termos de ocupação de carga horária de professores e disponibilidade de espaço físico, e se alinham à lógica atualmente utilizada na composição da matriz orçamentária da Rede Federal EPCT. Por sua vez, os indicadores básicos representam a medida real de vagas, capacidade e matrículas previstas.

Os indicadores AMat e AEq representam as estimativas feitas pelos câmpus quanto ao número de alunos que serão matriculados em cada fase de cada curso oferecido. Para tal, considerou-se tanto a série histórica de matrículas quanto uma meta de superação, com a premissa de que as iniciativas previstas no planejamento estratégico do IFSC produzam efetivo resultado ao longo de cinco anos.

A Tabela 4.2 restringe os indicadores à oferta de cursos cujo custeio é dito “próprio”, ou seja, não considera os cursos em que os professores sejam bolsistas vinculados a programas e editais ou não pertençam ao quadro de docentes do IFSC. O planejamento em função dos indicadores de distribuição da oferta e da relação aluno-professor é viável apenas para o conjunto de cursos de “custeio próprio”, uma vez que as demais ofertas são dependentes de demandantes, programas e outros fatores externos ao IFSC. Por isso, tal como a Tabela 4.2, as tabelas de 4.3 a 4.5 apresentam dados referentes apenas à oferta de custeio próprio.

Indicadores Totais Anuais		2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Vagas de Ingresso	Base (VIng)	35.370	35.550	32.399	29.916	29.737	30.709
	Equivalentes (VEq)	13.626	13.941	14.441	14.362	13.508	14.660
Capacidade	Base (CAMat)	54.231	57.467	56.558	55.694	56.367	57.035
	Equivalentes (CAEq)	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861
Alunos Matriculados	Base (AMat)	47.880	51.050	49.793	48.600	48.923	49.667
	Equivalentes (AEq)	27.399	30.148	31.527	33.038	32.606	33.221

Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC.

Distribuição da oferta de vagas

Como mostrado pela Tabela 4.3, com a total implementação deste Plano, o IFSC terá garantido 50% de sua capacidade em vagas de cursos técnicos de nível médio. A oferta de cursos técnicos (TEC) é superior a 50% em todo o período de vigência deste PDI, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 e com a meta 4 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos.

A redução gradual do percentual de oferta de cursos técnicos, observada na Tabela 4.3, é explicada por dois fatores: 1) o aumento da oferta de cursos FIC e superiores de outras áreas (OUT), como resultado direto do estágio de desenvolvimento dos câmpus dos Planos de Expansão II e III; 2) o concomitante crescimento da oferta de cursos de formação de formadores (FOR), principalmente por conta da estruturação do Cerfead.



Distribuição da Oferta	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Técnico (TEC)	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
	60,6%	58,3%	56,9%	55,1%	55,7%	55,4%
Formação de Formadores (FOR)	1.751	2.088	2.239	2.323	2.306	2.326
	5,4%	5,9%	6,0%	5,9%	5,9%	5,8%
Outros cursos FIC e superiores (OUT)	11.088	12.762	13.858	15.372	15.072	15.436
	34,0%	35,8%	37,1%	39,0%	38,4%	38,7%
Total	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861

Tabela 4.3: Distribuição da oferta de custeio próprio, medida pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).

Embora a oferta de vagas voltadas à formação de formadores não atinja os 20% previstos em lei, seu crescimento é expressivo, passando dos cerca de 2% observados em 2014 para quase 6%, com o Plano em regime. Se FOR fosse aumentada em direção aos 20%, o percentual de TEC ficaria abaixo dos 50% legais. Com a oferta total limitada pelo total previsto para vagas de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como pela infraestrutura capaz de ser ampliada em cinco anos nas condições orçamentárias atuais, a única forma de se aproximar ainda mais dos 20% de FOR seria o corte das ofertas categorizadas como OUT. Entretanto, dada a forte demanda por cursos superiores públicos e gratuitos nas cidades do interior do estado, e considerada a importância dos cursos FIC para o acesso de grande parte da população à educação profissional, tal corte prejudicaria a verticalização da oferta – expressa na lei de criação dos Institutos – em considerável parte dos eixos tecnológicos e câmpus. Assim, mesmo abaixo dos 20%, a oferta de FOR está de acordo com a premissa nº 3 deste plano (ver p.2) e poderá ser ampliada na próxima revisão do PDI.

A oferta de vagas em cursos Proeja-FIC (níveis Fundamental ou Médio) e Proeja Técnico (nível Médio), chegará a quase 6% do total de vagas de ingresso da instituição quando o plano estiver em regime pleno, conforme mostra a Tabela 4.4. Justifica-se o uso do indicador Vagas de Ingresso (VIng) em vez de Capacidade de alunos equivalentes (CAEq), conforme empregado nas tabelas anteriores, pelo texto do decreto que institui o Proeja. De todo modo, os dados de CAEq também são apresentados, para comparação.

Embora não alcance a meta legal de 10%, o plano resulta em um crescimento de mais de 7 vezes em relação às 271 vagas de cursos do Proeja oferecidas em 2013¹. Para que a meta legal seja atingida, sem que se reduza o percentual de vagas para

1 Referência: Anuário Estatístico da Proen 2014.

cursos técnicos, é necessária uma reconfiguração de oferta que demanda a revisão de projetos pedagógicos e a aplicação de novas estratégias, assim como depende da ampliação do quadro de docentes no limite do Modelo de Referência da SETEC/MEC. A próxima revisão do Plano de Oferta de Cursos e Vagas deverá prever esta ampliação de oferta, considerando o quadro de docentes dado pelo Modelo de Referência da SETEC/MEC².

Indicadores Totais Anuais	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Vagas de Ingresso em cursos do Proeja (VIng)	937	1.395	1.473	1.515	1.555	1.775
	2,60%	3,90%	4,50%	5,10%	5,20%	5,80%
Capacidade de Alunos Equivalentes em cursos do Proeja (CAEq)	1.159	1.421	1.655	1.805	1.880	2.027
	3,60%	4,00%	4,40%	4,60%	4,80%	5,10%

Tabela 4.4: Oferta de vagas dos cursos do Proeja de custeio próprio, medida pelo total anual de Vagas de Ingresso (VIng) e pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).

A Tabela 4.5 completa os indicadores da oferta total do IFSC ao apresentar a distribuição da oferta por nível de ensino. Para a oferta de cursos técnicos, os valores são idênticos aos apresentados na Tabela 4.3, mas apenas na Tabela 4.5 pode ser observada a oferta de cursos superiores (incluindo pós-graduação) e cursos FIC sem distinção entre FOR e OUT.

Indicadores de Oferta por Nível de Ensino	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Formação Inicial e Continuada	3.532	3.735	3.637	3.453	3.492	3.595
	10,83%	10,48%	9,73%	8,75%	8,90%	9,02%
Ensino Técnico de Nível Médio	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
	60,62%	58,32%	56,94%	55,15%	55,70%	55,44%
Ensino Superior	9.308	11.116	12.460	14.243	13.886	14.166
	28,55%	31,20%	33,33%	36,10%	35,40%	35,54%
Total	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861

Tabela 4.5: Distribuição da Oferta de custeio próprio por nível de ensino, medida pela Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq).

2 Conforme portaria nº 246, de 15 de abril de 2016, o IFSC deverá ter um Banco de Professores-Equivalentes correspondente a 1810 vagas, o que conferiria um total de 1605 docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva e mais 20% de docentes substitutos.

Relação Aluno-Professor

A relação aluno-professor (RAP) é um dos principais indicadores estratégicos do PDI, dada a intrínseca dependência entre a oferta de cursos e vagas e o tamanho do quadro de professores.

Nas tabelas 4.6 e 4.7, a relação aluno-professor é apresentada de duas formas:

1. a medida pela estimativa de **alunos matriculados** (RAPm), que é basicamente obtida por meio da divisão do total anual de alunos equivalentes (AEq) na oferta de custeio próprio pelo número de docentes necessário para a implantação das ofertas, e está de acordo com a definição legal de RAP;
2. a medida pela **Capacidade de Alunos Equivalentes** (RAPc), uma vez que AEq depende de estimativas, que podem não ser confirmadas ou variar significativamente conforme o tipo de curso.

O cálculo da RAP, nas duas versões, considera ainda um Fator de Equiparação de Nível de Curso, conforme previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC, de modo a equalizar as diferentes metas previstas no PNE quanto à relação aluno-professor na educação básica e superior.

Indicador	2017 AEq	2018 AEq	2019 AEq	2020 AEq	2021 AEq	Regime Pleno AEq
Alunos	27.399	30.148	31.527	33.038	32.606	33.221
FIC	3.329	3.553	3.411	3.224	3.255	3.351
Técnico	16.269	17.366	17.879	18.275	18.312	18.613
Graduação	7.284	8.411	9.290	10.523	9.993	10.243
Stricto Sensu	487	773	886	949	975	941
Lato Sensu	29	45	61	68	72	72
Docentes efetivos	1.407	1.438	1.444	1.407	1.438	1.444
Docentes tempo integral	1.403	1.434	1.440	1.403	1.434	1.440
RAPm	20,4	22,1	23,1	24,9	24	24,4

Tabela 4.6: Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio, com detalhamento do total anual de Alunos-Equivalentes (AEq) por nível de ensino.

Embora não seja o indicador requisitado pela legislação, a RAPc permite uma melhor avaliação do esforço institucional (em termos de espaço físico e carga horária docente) para a realização de determinadas ofertas, em especial os cursos de baixa carga horária equalizada (como os FIC) e aquelas que, apesar dos relativamente baixos

índices de eficiência acadêmica previstos, são consideradas imprescindíveis ao cumprimento da missão da instituição.

Indicador	2017 CAEq	2018 CAEq	2019 CAEq	2020 CAEq	2021 CAEq	Regime Pleno CAEq
Alunos	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861
FIC	3.532	3.735	3.637	3.453	3.492	3.595
Técnico	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
Graduação	8.773	10.211	11.378	13.086	12.685	13.028
Stricto Sensu	505	858	1.019	1.085	1.125	1.063
Lato Sensu	30	46	63	71	76	76
Docentes efetivos	1.359	1.429	1.440	1.359	1.429	1.440
Docentes tempo integral	1.355	1.425	1.436	1.355	1.425	1.436
RAPc	25,1	26,2	27,4	30,8	29,1	29,3

Tabela 4.7: Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio, com detalhamento da Capacidade total anual de Alunos-Equivalentes (CAEq) por nível de ensino.

O quantitativo de docentes necessários à execução da oferta planejada foi obtido pela identificação da demanda de professores em cada câmpus e área de atuação, conforme Projetos Pedagógicos de Cursos correntes no IFSC ou de cursos de outras instituições, como referência para cursos novos. Como referência para justificativa de ocupação de novas vagas de professor, foi considerada uma média semanal de 16 horas-aula em atividades de sala de aula, conforme definido pela Resolução nº 23/2014/CONSUP, que dispõe sobre a distribuição de atividades do corpo docente.

Distribuição de cursos e vagas por tipo de curso, tipo de oferta e eixo tecnológico

O número de cursos e vagas que serão ofertados nos próximos cinco anos, para cada tipo de curso, são apresentados nas tabelas abaixo. A Tabela 4.8 detalha os quantitativos de vagas de ingresso, além do tipo de curso, e vagas por ano e no regime pleno de funcionamento. Por sua vez, a Tabela 4.9 apresenta o número de cursos da oferta total geral planejada pelos câmpus. Ambas mostram o detalhamento dos indicadores por tipo de curso, ao longo dos próximos cinco anos e no regime pleno de funcionamento do Plano.

Tipo de curso	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
Bacharelado	1.048	1.128	1.168	1.208	1.208	1.695
CST	1.276	1.410	1.510	1.550	1.370	1.550
Especialização	1.449	1.631	1.809	1.871	1.879	2.019
FIC	24.706	24.134	20.634	17.973	18.045	18.422
Licenciatura	232	272	272	272	232	232
Mestrado Profissional	103	119	155	115	155	155
Técnico	6.556	6.856	6.851	6.923	6.848	7.123
Total	35.370	35.550	32.339	29.916	29.737	31.196

Tabela 4.8: Totais anuais de vagas de ingresso (VIng) da oferta de custeio próprio, por tipo de curso.

Tipo de Curso/Oferta	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Bacharelado	20	23	25	26	26	28
CST	31	39	39	39	39	39
Especialização	17	33	39	40	40	40
FIC	158	169	173	174	175	174
Licenciatura	6	7	7	7	7	7
Mestrado Profissional	4	6	7	7	7	7
Técnico	111	114	113	111	111	111
Total	347	391	403	404	405	406

Tabela 4.9: Número de cursos da oferta de custeio próprio, com detalhamento por tipo de curso.

A Tabela 4.10 mostra a capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq).

Tipo de Curso	CAEq 2017	CAEq 2018	CAEq 2019	CAEq 2020	CAEq 2021	CAEq Regime Pleno
Bacharelado	3.728	4.491	5.212	5.933	6.247	6.560
CST	4.199	4.745	5.026	5.930	5.215	5.244
Especialização	505	858	1.019	1.085	1.125	1.063
FIC	3.532	3.735	3.637	3.453	3.492	3.595
Licenciatura	846	975	1.140	1.223	1.223	1.223
Mestrado Profissional	30	46	63	71	76	76
Técnico	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
Total	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861

Tabela 4.10: Capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq), com detalhamento por tipo de curso.

O primeiro objetivo estratégico do IFSC, em seu planejamento para cinco anos, é “atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.” Com isso, o IFSC quer ampliar sua efetividade como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional. Para alcançar esse objetivo, a oferta do Instituto deve ser dinâmica: ao mesmo tempo em que demandas por novos cursos são identificadas e atendidas, conforme observado na tabela abaixo, determinados cursos entram em extinção. Apresenta o quantitativo de cursos da oferta de custeio próprio que serão extintos ao longo dos próximos cinco anos. A ressaltar que dentre os cursos novos e em extinção, estão aqueles que passam por reformulação de projeto pedagógico.

Tipo de Curso	Cursos em Extinção	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
Bacharelado	1	0	0	0	0	0	0
CST	7	36	0	0	0	0	0
Técnico	35	490	0	0	0	0	0
Total	43	526	0	0	0	0	0

Tabela 4.11: Número de cursos em extinção e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).

A Tabela 4.12 exibe o número de cursos novos da oferta de custeio próprio, com previsão de início de implantação até 2021, e respectivas vagas de ingresso (VIng) criadas, com detalhamento por tipo de curso.

Tipo de Curso	Cursos Novos	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
Bacharelado	7	104	184	224	264	264	264
CST	13	280	550	550	590	510	590
Especialização	28	920	1.302	1.320	1.342	1.350	1.490
FIC	151	9.532	12.834	11.255	9.943	9.978	10.350
Licenciatura	1	40	80	80	80	40	40
Mestrado Profissional	6	63	79	115	115	115	115
Técnico	56	1.770	2.670	2.670	2.782	2.782	2.902
Total	262	12.709	17.699	16.214	15.116	15.039	15.751

Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).

A tabela 4.13 exibe a quantidade de cursos oferta total geral de cursos, considerando tanto a oferta atual (situação corrente ou extinção) quanto a prevista para início de implantação até 2021 (situação novo ou especial).

Tipo de Curso	Cursos Correntes	Cursos em Extinção	Cursos Novos	Cursos de Oferta Única	Cursos de oferta Especial
Bacharelado	27	1	7		
CST	35	7	13	1	1
Especialização	48		28	4	
FIC	298		151	136	21
Licenciatura	7		1		
Mestrado Profissional	13		6		
Técnico	144	35	56		3
Total	572	43	262	141	25

Tabela 4.13: número de cursos da oferta de custeio próprio, conforme situação de curso.

A seguir, as tabelas de 4.14 a 4.18 detalham as áreas da oferta educacional do IFSC, trazendo o número de cursos e o respectivo total anual de vagas de ingresso da oferta geral, conforme o tipo de curso.

Para os cursos FIC, Técnicos e CST, os dados são estratificadas por Eixo Tecnológico. Uma vez que os demais cursos superiores não são categorizados por eixos, as respectivas tabelas estratificam os dados por nome de curso.

Eixo Tecnológico	Ving 2017	Ving 2018	Ving 2019	Ving 2020	Ving 2021	Ving Regime
Ambiente e Saúde	1.342	1.502	1.222	902	862	902
Controle e Processos Industriais	1.622	1.904	1.700	1.583	1.523	1.575
Desenvolvimento Educacional e Social	10.619	11.629	9.599	8.464	8.579	9.479
Gestão e Negócios	540	570	530	450	450	470
Informação e Comunicação	1.830	1.805	1.495	1.445	1.410	1.670
Infraestrutura	1.205	995	805	765	405	445
Produção Alimentícia	675	545	610	570	570	510
Produção Cultural e Design	2.370	1.590	1.320	1.160	1.200	960
Produção Industrial	2.215	1.609	1.223	1.113	1.183	1.183
Recursos Naturais	1.580	1.360	1.620	1.320	1.240	1.180

Segurança	490	610	610	570	610	570
Turismo, Hospitalidade e Lazer	988	930	840	610	1.028	1.338
Não se aplica ou indefinido	900	725	700	625	625	250
Total	26.376	25.774	22.274	19.577	19.685	20.532

Tabela 4.14: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico.

Eixo Tecnológico	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime
Ambiente e Saúde	240	176	216	216	256	256
Controle e Processos Industriais	2.241	2.305	2.345	2.305	2.345	2.345
Desenvolvimento Educacional e Social	40	80	80	80	80	80
Gestão e Negócios	240	400	320	400	320	400
Informação e Comunicação	1.313	788	1.323	1.323	788	863
Infraestrutura	732	752	752	752	752	752
Produção Alimentícia	160	200	200	200	160	200
Produção Cultural e Design	283	318	318	350	350	350
Produção Industrial	743	813	813	813	813	853
Recursos Naturais	480	400	360	400	360	400
Segurança	64	64	64	64	64	64
Turismo, Hospitalidade e Lazer	520	560	560	520	560	560
Total	7.056	6.856	7.351	7.423	6.848	7.123

Tabela 4.15: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Técnicos, por Eixo Tecnológico.

Eixo Tecnológico	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime
Ambiente e Saúde	160	160	160	160	120	160
Gestão e Negócios	80	330	370	370	370	370
Informação e Comunicação	220	260	260	260	260	260
Produção Alimentícia	260	160	260	260	160	260
Produção Cultural e Design	216	286	286	286	286	286
Produção Industrial	260	264	264	264	264	264
Recursos Naturais	0	40	40	40	40	40
Turismo, Hospitalidade e Lazer	80	160	120	160	120	160
Total	1.276	1.660	1.760	1.800	1.620	1.800

Tabela 4.16: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Superiores de Tecnologia, por Eixo Tecnológico.

Bacharelados	Cursos	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
AGRONOMIA	2	40	40	80	80	80	80
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	1	40	40	40	40	40	40
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1	40	40	40	40	40	40
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2	40	40	40	80	80	80
ENFERMAGEM	1	24	24	24	24	24	24
ENGENHARIA CIVIL	3	120	160	160	160	160	160
ENG. CONTROLE E AUTOMAÇÃO	1	80	80	80	80	80	80
ENGENHARIA DE PESCA	1	80	80	80	80	80	80
ENG. DE TELECOMUNICAÇÕES	1	64	64	64	64	64	64
ENGENHARIA ELÉTRICA	4	280	280	280	280	280	280
ENGENHARIA ELETRÔNICA	1	80	80	80	80	80	80
ENGENHARIA MECÂNICA	5	120	120	200	200	200	200
ENGENHARIA MECATRÔNICA	2	120	120	120	120	120	120
ENGENHARIA TÊXTIL	2	70	110	110	110	110	110
Total	26	1.198	1.278	1.398	1.398	1.398	1.398

Tabela 4.17: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Bacharelado, por nome de curso.

Licenciaturas	Cursos	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime
FÍSICA	2	320	120	120	120	120	120
MATEMÁTICA	1	0	40	40	40	0	200
PEDAGOGIA BILÍNGUE	1	40	40	40	40	40	40
QUÍMICA	3	72	152	152	152	152	152
Total	7	432	352	352	352	312	512

Tabela 4.18: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Licenciatura, por nome de curso.

Especializações	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
AGROECOLOGIA	40	40	40	40	40	40
ALIMENTOS	0	40	0	40	40	40

Especializações	Ving 2017	Ving 2018	Ving 2019	Ving 2020	Ving 2021	Ving Regime Pleno
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	0	30	40	70	0	70
CIÊNCIAS MARINHAS APLICADAS AO ENSINO	40	40	0	40	40	0
COLHETA DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO	0	30	0	30	0	30
DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS	25	25	25	65	65	65
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	0	0	0	40	40	40
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	30	30	30	30	30	30
DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	500	400	400	400	400	400
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	32	32	72	72	72	72
EDUCAÇÃO BÁSICA	80	120	160	120	120	160
EDUCAÇÃO DE SURDOS: ASPECTOS POLÍTICOS, CULTURAIS E PEDAGÓGICOS	40	0	40	0	40	40
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	240	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25	0	0	0	0	0
ENSINO	30	30	30	30	30	30
ENSINO DE CIÊNCIAS	24	94	94	134	94	94
ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	28	0	28	0	28	28
ENSINO INTEGRADO EM FILOSOFIA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA	30	0	30	0	30	30
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	300	50	50	50	50	50
GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS	0	0	40	40	40	40
GESTÃO EM SAÚDE	280	0	280	280	0	280
GESTÃO EMPRESARIAL	0	40	0	0	40	0
GESTÃO ESCOLAR	80	80	80	80	80	120
GESTÃO PÚBLICA	440	0	40	40	0	40
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	315	0	0	0	0	0
GESTÃO PÚBLICA PARA A EPT	200	240	240	240	240	240
GOVERNANÇA PARA INOVAÇÃO	100	0	100	100	0	100
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	40	0	0	0	0
MANEJO DE POMARES DE MACIEIRA E PEREIRA	30	0	30	0	30	30
MICROBIOLOGIA	0	40	40	40	40	40
MÍDIAS NA EDUCAÇÃO	290	290	0	290	290	0

Especializações	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
PERÍCIA EM ACIDENTES DE TRÂNSITO	0	0	0	0	0	0
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	80	0	80	40	40	80
PRODUÇÃO DE BEBIDAS	30	0	30	0	30	30
PRODUÇÃO VEGETAL	0	0	0	40	40	40
TECNOLOGIAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS	40	40	40	40	40	40
TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	40	150	190	190	0	140
TRANSVERSALIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	40	40	40	40	40	40
Total	3.429	1.921	2.269	2.621	2.069	2.479

Tabela 4.19: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Especialização, por nome de curso.

Mestrados Profissionais	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
ENSINO	0	16	16	16	16	16
MECATRÔNICA	30	30	30	30	30	30
SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS	0	0	16	16	16	16
CLIMA E AMBIENTE	39	39	39	39	39	39
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	24	24	44	44	44	44
PROTEÇÃO RADIOLÓGICA	10	10	10	10	10	10
Total	103	119	155	155	155	155

Tabela 4.20: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Mestrado Profissional, por nome de curso.

4.2 INDICADORES ESTRATIFICADOS POR CÂMPUS

Esta seção apresenta os principais indicadores de oferta acadêmica de cada câmpus. A oferta detalhada de cada câmpus pode ser consultada nas planilhas individuais disponíveis na página do PDI na internet³.

Os Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus, são mostrados na Tabela 4.21, a seguir.

3 <http://pdi.ifsc.edu.br/download/plano-de-oferta/planilhas-dos-campus/>

Câmpus (Sigla)	VIng	VEq	CAMat	CAEq	AMat	AEq
Araranguá (ARU)	1.134	552	2.377	1.722	1.986	1.361
Canoinhas (CAN)	1.360	548	2.190	1.447	1.886	1.206
Chapecó (CCO)	884	650	2.440	2.321	1.962	1.809
Caçador (CDR)	875	495	1.475	1.171	1.138	893
Centro de Referência (CERFEAD)	2.684	384	3.768	659	3.429	575
Criciúma (CRI)	1.296	606	2.398	1.804	2.105	1.515
Florianópolis-Continente (CTE)	1.830	780	2.985	1.252	2.573	1.106
Florianópolis (FLN)	4.046	3.565	11.988	10.897	14.570	10.947
Gaspar (GAS)	1.100	659	2.120	1.855	1.866	1.592
Garopaba (GPB)	2.953	687	3.513	1.181	3.381	1.073
Itajaí (ITJ)	1.284	1.087	3.212	3.469	2.683	2.831
Jaraguá do Sul (JAR)	820	776	2.320	2.409	1.635	1.715
Jaraguá do Sul - Rau (JGW)	1.760	766	3.520	2.393	2.766	1.678
Joinville (JLE)	1.492	1.208	4.097	4.000	3.687	3.562
Lages (LGS)	1.416	833	2.832	1.904	2.355	1.495
Palhoça-Bilíngue (PHB)	646	425	1.554	1.351	1.326	1.114
São Carlos (SCA)	2.800	507	3.280	1.069	3.035	808
São José (SJE)	1.356	579	2.530	1.882	2.296	1.624
São Lourenço do Oeste (SLO)	880	398	1.600	1.127	1.446	984
São Miguel do Oeste (SMO)	1.152	461	2.134	1.277	1.716	984
Tubarão (TUB)	610	282	1.090	695	934	558
Urupema (URP)	968	283	1.208	509	1.064	394
Xanxerê (XXE)	1.457	542	2.017	1.203	1.905	1.093
Total Resultado	34.803	17.076	66.648	47.597	61.744	40.916

Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.

A Tabela 4.22, na sequência, exibe a distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus, medida por Capacidade de Alunos Equivalentes no Regime Pleno.

Câmpus	TEC (IAEq)	FOR (IAEq)	OUT (IAEq)	Proeja (IAEq)	Proeja (VIng)
ARU	62,1%	13,6%	24,2%	3,8%	8,8%
CAN	57,5%	2,6%	39,9%	11,9%	4,4%
CCO	72,6%	1,8%	25,6%	18,8%	10,3%
CDR	59,6%	2,0%	38,4%	5,5%	13,7%
CERFEAD	0,0%	74,0%	26,0%	0,0%	0,0%
CRI	57,6%	12,1%	30,4%	4,1%	6,6%
CTE	62,2%	1,8%	36,0%	10,8%	6,9%
FLN	49,5%	0,4%	50,1%	2,3%	3,6%
GAS	64,9%	1,7%	33,4%	2,2%	4,4%
GPB	47,1%	5,9%	47,0%	5,4%	3,1%
ITJ	71,0%	0,6%	28,4%	1,0%	5,2%
JAR	66,8%	20,2%	12,9%	6,5%	4,9%
JGW	48,6%	1,2%	50,1%	8,1%	7,3%
JLE	54,1%	0,2%	45,7%	1,6%	17,6%
LGS	46,6%	2,6%	50,8%	1,6%	8,7%
PHB	69,8%	12,5%	17,7%	5,6%	6,2%
SCA	50,6%	8,4%	41,0%	3,4%	1,4%
SJE	62,7%	10,7%	26,6%	7,7%	4,8%
SLO	34,6%	9,9%	55,5%	1,0%	5,9%
SMO	54,4%	0,9%	44,6%	8,2%	13,9%
TUB	42,7%	19,0%	38,3%	2,1%	13,1%
URP	12,5%	0,0%	87,5%	14,9%	8,3%
XXE	64,5%	4,5%	31,0%	3,8%	4,7%
Resultado Total	55,4%	5,8%	38,7%	5,1%	5,8%

Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus.

Câmpus	Modalidade	Ving 2017	Ving 2018	Ving 2019	Ving 2020	Ving 2021	Ving Regime Pleno
ARU	Presencial	1.115	1.206	1.294	1.294	1.274	1.274
CAN	Presencial	3.980	2.295	2.220	1.660	1.540	1.360
CCO	EaD/ofertante	780	780	780	780	780	780
	Presencial	788	856	884	856	884	884
	Total	1.568	1.636	1.664	1.636	1.664	1.664
CDR	EaD/polo	315	0	0	0	0	0
	Presencial	2.935	1.805	1.220	830	950	875
	Total	3.250	1.805	1.220	830	950	875
CERFEAD	EaD/ofertante	5.290	2.810	2.410	2.360	2.360	2.460
	Presencial	274	204	224	224	224	224
	Total	5.564	3.014	2.634	2.584	2.584	2.684
CRI	EaD/ofertante	30	0	30	0	30	30
	EaD/polo	30	0	30	0	30	30
	Presencial	686	1.096	1.096	1.216	1.136	1.266
	Total	746	1.096	1.156	1.216	1.196	1.326
CTE	Presencial	1.185	1.680	1.600	1.320	1.320	1.830
FLN	EaD/ofertante	2.590	1.410	2.300	2.290	1.710	1.500
	Presencial	3.078	3.226	3.286	3.286	3.306	3.306
	Total	5.668	4.636	5.586	5.576	5.016	4.806
GAS	EaD/ofertante	80	40	120	120	40	120
	EaD/polo	40	0	40	40	0	200
	Presencial	740	820	900	820	900	1.370
	Total	860	860	1.060	980	940	1.690
GPB	Presencial	2.953	3.295	2.845	2.430	2.833	2.953
ITJ	EaD/ofertante	80	330	330	330	330	330
	Presencial	1.964	1.924	1.924	1.924	1.964	1.924
	Total	2.044	2.254	2.254	2.254	2.294	2.254
JAR	Presencial	650	820	820	820	820	820
JGW	Presencial	1.120	1.300	1.340	1.340	1.340	1.760
JLE	EaD/ofertante	0	0	0	0	0	360
	Presencial	826	1.042	1.042	1.082	1.082	1.372



Câmpus	Modalidade	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
	Total	826	1.042	1.042	1.082	1.082	1.732
LGS	Presencial	760	1.360	1.376	1.456	1.456	1.416
PHB	EaD/ofertante	50	50	50	50	50	50
	Presencial	1.206	991	1.046	891	971	596
	Total	1.256	1.041	1.096	941	1.021	646
SCA	Presencial	3.340	5.160	3.680	3.120	2.760	2.800
SJE	EaD/ofertante	200	200	200	200	200	200
	Presencial	1.090	1.124	1.106	1.156	1.156	1.156
	Total	1.290	1.324	1.306	1.356	1.356	1.356
SLO	EaD/ofertante	0	40	40	0	0	0
	Presencial	960	1.120	1.120	920	920	880
	Total	960	1.160	1.160	920	920	880
SMO	Presencial	922	1.012	1.012	1.092	1.012	1.152
TUB	Presencial	440	730	660	690	610	610
URP	Presencial	788	908	868	908	868	968
XXE	EaD/polo	55	0	0	0	0	0
	Presencial	1.042	1.470	1.302	1.285	1.185	1.457
	Total	1.097	1.470	1.302	1.285	1.185	1.457
Total Resultado		42.382	41.104	39.195	36.790	36.041	38.313

Tabela 4.23: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2017 e 2021 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.

As relações aluno-professor dos câmpus, calculadas pela estimativa do número de alunos equivalentes matriculados (RAPm) e pela projeção de Capacidade de Alunos Equivalentes (RAPc) são apresentadas, respectivamente, nas tabelas 4.24 e 4.25. Os dados se referem ao ano em que a oferta proposta entra em regime pleno e consideram apenas os cursos de custeio próprio não enquadrados na situação expansão.

Câmpus	AEq TEC	AEq FIC	AEq CST	AEq BACH	AEq LIC	AEq ESPEC	AEq MES	Docentes em Tempo Integral	RAPm
ARU	796	98	76	119	123	12	0	63	20,11
CAN	723	83	207	143	0	40	0	54	23,35
CCO	1.122	13	0	321	0	26	7	62	25,24
CDR	592	84	0	183	0	33	0	41	22,81
CERFEAD	0	146	0	0	0	396	23	20	43,21
CRI	847	102	0	301	159	17	0	63	23,82
CTE	722	183	216	0	0	23	0	56	21,13
FLN	3.994	951	1.563	1.725	0	53	21	355	24,62
GAS	1.034	57	480	0	0	12	0	58	28,35
GPB	409	245	212	0	0	0	0	32	27,81
ITJ	1.158	105	0	339	0	11	15	59	28,96
JAR	1.056	55	153	0	243	14	0	59	26,88
JGW	736	171	224	261	0	0	0	58	24,91
JLE	1.015	39	281	554	0	0	0	88	22,52
LGS	685	185	210	239	0	131	7	58	27,63
PHB	750	24	192	0	140	9	0	45	25,72
SCA	405	264	0	139	0	0	0	35	23,51
SJE	1.041	118	0	298	141	19	0	89	18,86
SLO	116	69	0	127	0	20	0	14	25,62
SMO	537	146	107	166	0	29	0	49	21,10
TUB	246	33	174	0	89	23	0	25	24,36
URP	64	116	188	0	0	27	0	22	19,69
XXE	565	66	0	152	0	48	0	34	25,91
Não alocado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3	n.a.
Resultado Total	18.613	3.351	4.282	5.066	895	941	72	1.440	24,37

Tabela 4.24: Alunos-Equivalentes (AEq) e Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.



Câmpus	CAEq TEC	CAEq FIC	CAEq CST	CAEq BACH	CAEq LIC	CAEq ESPEC	CAEq MES	Docentes em Tempo Integral	RAPc
ARU	941	108	180	95	176	14	0	63	24,97
CAN	825	92	207	269	0	42	0	54	28,07
CCO	1.377	14	471	0	0	26	7	62	32,14
CDR	698	108	330	0	0	36	0	41	30,05
CERFEAD	0	148	0	0	0	477	24	20	50,19
CRI	980	112	412	0	181	18	0	63	28,48
CTE	815	207	0	264	0	24	0	56	24,20
FLN	4.553	958	1.826	1.791	0	55	21	355	27,25
GAS	1.198	65	0	570	0	12	0	58	33,04
GPB	443	258	0	240	0	0	0	32	30,23
ITJ	1.449	105	459	0	0	12	16	59	36,33
JAR	1.367	71	0	193	396	18	0	59	36,30
JGW	950	206	459	337	0	0	0	58	35,18
JLE	1.189	41	638	330	0	0	0	88	26,21
LGS	864	187	374	280	0	144	7	58	35,09
PHB	943	24	0	215	160	9	0	45	31,08
SCA	541	282	246	0	0	0	0	35	31,33
SJE	1.175	122	377	0	181	19	0	89	21,90
SLO	137	69	165	0	0	24	0	14	30,64
SMO	695	177	207	165	0	33	0	49	27,35
TUB	300	36	0	213	130	24	0	25	30,29
URP	64	137	0	282	0	27	0	22	25,38
XXE	595	70	209	0	0	48	0	34	28,75
Não alocado	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	3	n.a
Resultado Total	22.099	3.595	6.560	5.244	1.223	1.063	76	1.440	29,26

Tabela 4.25: Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq) e Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.

Câmpus	FIC	TEC	CST	BACH	LIC	ESPEC	M ES	Total
ARU	7.594	1.958	180	-	200	360	-	10.292
CAN	13.740	1.560	360	-	-	120	-	15.780
CCO	775	2.000	-	432	-	-	-	3.207
CDR	5.282	1.042	370	160	-	400	-	7.254
CERFEAD	10.940	-	-	-	200	5.060	180	16.380
CRI	4.187	1.824	-	200	120	520	-	6.851



Câmpus	FIC	TEC	CST	BACH	LIC	ESPEC	M ES	Total
CTE	13.990	1.920	680	-	-	680	-	17.270
FLN	6.472	8.626	2.482	1.720	-	4.070	150	23.520
GAS	3.983	1.690	835	-	-	520	-	7.028
GPB	8.213	2.302	498	-	-	566	-	11.579
ITJ	5.560	1.730	1.500	360	-	105	-	9.255
JAR	7.086	2.310			520	480	-	10.396
JGW	3.470	2.600	440	360	-	-	-	6.870
JLE	3.810	1.892	520	440	-	-	-	6.662
LGS	13.300	2.600	120	360	-	1.360	40	17.780
PHB	4.950	572	160	-	150	128	-	5.960
SCA	2.165	1.080	-	120		120	-	3.485
SJE	5.416	1.428	-	352	288	-	36	7.520
SLO	1.040	1.000	-	120	-	-	-	2.160
SMO	3.485	1.448	200	200	-	180	-	5.513
TUB	2.760	1.240	120	-	-	360	-	4.480
URP	3.059	80	360	-	-	80	-	3.579
XXE	5.025	680	-	200	-	120	-	6.025
Total	125.362	41.582	8.825	5.024	1.278	10.169	226	192.466

Tabela 4.26: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por tipo de curso.

Câmpus	VIng Presencial	VIng EaD	Total
ARU	7.728	2.564	10.292
CDR	6.604	650	7.254
CAN	15.780	0	15.780
CCO	3.207	0	3.207
CRI	6.331	520	6.851
FLN	17.300	6.220	23.520
CTE	16.670	600	17.270
GPB	10.769	810	11.579
GAS	6.028	1.000	7.028
JGW	6.870	0	6.870
ITJ	7.755	1.500	9.255
JAR	9.286	1.110	10.396
JLE	6.662	0	6.662
LGS	15.660	2.120	17.780
PHB	5.810	150	5.960
SCA	3.365	120	3.485
SJE	5.520	2.000	7.520
SLO	2.160	0	2.160
SMO	4.743	770	5.513
TUB	4.120	360	4.480
URP	3.579	0	3.579
XXE	6.025	0	6.025
Total	171.972	20.494	192.466

Tabela 4.27: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.

4.3 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS PRESENCIAIS

Nesta seção é apresentado o cronograma de abertura dos cursos novos presenciais, em quadros separados por tipo de curso: técnicos, superiores de tecnologia (CST), bacharelados, licenciaturas, especializações e mestrados. Além dos cursos que passam a ter sua primeira oferta no IFSC, também são considerados como cursos novos aqueles que passam por reformulação de Projeto Pedagógico (PPC).

Os quadros apresentam o semestre de ingresso da primeira turma de cada curso novo, a periodicidade de entrada de novas turmas, número de vagas de ingresso (VIng) por turma, turno e local da oferta (cidade).

A periodicidade de ingresso pode ser:

- semestral;
- anual;
- bianual;
- diferenciada, quando a entrada se dá apenas após a formatura da turma anterior;
- eventual, quando a oferta ocorre sob demanda ou sem frequência pré-definida

4.3.1 Cursos Técnicos

A tabela 4.28 apresenta o cronograma de abertura de novos cursos técnicos de nível médio, com detalhamento do tipo de oferta: Integrado (INT), Concomitante (CON) e Subsequente (SUB). Cursos do Proeja são classificados em concomitantes (EJA-CON) quando a formação geral é de responsabilidade de instituição parceira ou integrados (EJA-INT) quando os professores do IFSC ministram todas as unidades curriculares do projeto de curso.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Tipo de Oferta	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CAN	INT	ALIMENTOS	anual	40	Matutino
2017/1	CAN	INT	EDIFICAÇÕES	anual	40	Matutino
2017/1	CRI	INT	EDIFICAÇÕES	anual	40	Matutino
2017/1	ITJ	INT	MECÂNICA	semestral	40	Matutino
2017/1	ITJ	INT	RECURSOS PESQUEIROS	semestral	40	Matutino
2017/1	LGS	CON	MECATRÔNICA	anual	40	Matutino
2017/1	CRI	INT	MECATRÔNICA	anual	40	Vespertino
2017/1	CTE	SUB	EVENTOS	anual	40	Vespertino
2017/1	CTE	SUB	PANIFICAÇÃO	anual	40	Vespertino
2017/1	GPB	CON	CONTROLE AMBIENTAL	bianual	40	Vespertino
2017/1	GPB	SUB	RESTAURANTE E BAR	diferenciada	40	Vespertino
2017/1	LGS	CON	AGROECOLOGIA	anual	40	Vespertino
2017/1	LGS	CON	ANÁLISES QUÍMICAS	anual	40	Vespertino
2017/1	ARU	CON	TÊXTIL	anual	40	Noturno
2017/1	CRI	SUB	EDIFICAÇÕES	semestral	40	Noturno
2017/1	CRI	SUB	ELETROTÉCNICA	semestral	40	Noturno
2017/1	CTE	EJA-CON	COZINHA	anual	40	Noturno
2017/1	CTE	SUB	COZINHA	semestral	40	Noturno
2017/1	CTE	SUB	GUIA DE TURISMO	anual	40	Noturno

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Tipo de Oferta	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CTE	SUB	RESTAURANTE E BAR	semestral	40	Noturno
2017/1	ITJ	CON	MECÂNICA	semestral	40	Noturno
2017/1	LGS	SUB	BIOTECNOLOGIA	semestral	40	Noturno
2017/1	LGS	SUB	ELETROMECCÂNICA	semestral	40	Noturno
2017/1	PHB	EJA-INT	MANUT. E SUPORTE EM INFORMÁTICA	bianual	40	Noturno
2017/2	CCO	SUB	MECATRÔNICA	semestral	40	Matutino
2017/2	JGW	CON	INFORMÁTICA	semestral	40	Matutino
2017/2	CAN	CON	INFORMÁTICA PARA INTERNET	anual	20	Vespertino
2017/2	JAR	SUB	TÊXTIL	semestral	35	Vespertino
2017/2	LGS	CON	INFORMÁTICA PARA INTERNET	anual	40	Vespertino
2017/2	TUB	CON	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	anual	40	Vespertino
2017/2	CAN	CON	EDIFICAÇÕES	anual	40	Noturno
2017/2	CTE	EJA-CON	PANIFICAÇÃO	anual	40	Noturno
2017/2	CTE	SUB	CONFEITARIA	anual	40	Noturno
2017/2	PHB	SUB	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	anual	40	Noturno
2018/1	ARU	INT	ELETROELETRÔNICA	anual	35	Matutino
2018/1	ARU	INT	FABRICAÇÃO MECÂNICA	anual	35	Matutino
2018/1	CAN	EJA-INT	AGROECOLOGIA	anual	40	Matutino
2018/1	CDR	INT	PLÁSTICOS	anual	40	Matutino

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Tipo de Oferta	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2018/1	JAR	INT	QUÍMICA	semestral	35	Matutino
2018/1	PHB	INT	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	anual	40	Matutino
2018/1	SCA	INT	AGROPECUÁRIA	anual	40	Matutino
2018/1	XXE	INT	MECÂNICA	anual	40	Matutino
2018/1	CAN	CON	MANUT. E SUPORTE EM INFORMÁTICA	anual	40	Vespertino
2018/1	GPB	INT	INFORMÁTICA	anual	40	Vespertino
2018/1	JAR	INT	MODELAGEM DO VESTUÁRIO	semestral	35	Vespertino
2018/1	SCA	INT	EDIFICAÇÕES	anual	40	Vespertino
2018/1	URP	CON	AGRICULTURA	bianual	40	Vespertino
2018/1	CAN	CON	EDIFICAÇÕES	anual	20	Noturno
2018/1	SMO	CON	ADMINISTRAÇÃO	anual	40	Noturno
2018/1	TUB	CON	LOGÍSTICA	anual	40	Noturno
2018/1	URP	CON	ADMINISTRAÇÃO	bianual	40	Noturno
2018/2	SLO	CON	INFORMÁTICA PARA INTERNET	anual	40	Vespertino
2018/2	LGS	SUB	ADMINISTRAÇÃO	anual	40	Noturno
2019/1	TUB	CON	ELETROTÉCNICA	anual	40	Noturno
2020/1	SJE	EJA-INT	MULTIMÍDIA	anual	32	Matutino
2020/1	CTE	SUB	NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	anual	40	Vespertino

Tabela 4.28: Cronograma de abertura de Cursos Técnicos.

4.3.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

A tabela 4.29 mostra o cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CTE	GASTRONOMIA	anual	40	Matutino
2017/1	CTE	HOTELARIA	anual	40	Matutino
2017/1	GPB	GESTÃO AMBIENTAL	anual	40	Matutino
2017/1	LGS	PROCESSOS QUÍMICOS	anual	40	Matutino
2017/1	CAN	ALIMENTOS	anual	40	Noturno
2017/1	TUB	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	anual	40	Noturno
2017/2	FLN	SISTEMAS ELETRÔNICOS	semestral	40	Noturno
2018/1	CTE	GESTÃO DE TURISMO	anual	40	Noturno
2018/1	GPB	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	anual	40	Noturno
2018/1	GPB	GESTÃO DE TURISMO	bianual	40	Noturno
2018/1	JAR	DESIGN DE MODA	semestral	35	Noturno
2018/1	LGS	GESTÃO AGRONEGÓCIO	anual	40	Noturno
2019/1	TUB	PROCESSOS GERENCIAIS	anual	40	Noturno

Tabela 4.29: Cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia.

4.3.3 Bacharelados

O cronograma de abertura dos bacharelados é mostrado na tabela 4.30.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CDR	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	anual	40	Noturno
2017/2	JLE	ENFERMAGEM	anual	24	Matutino
2017/2	SCA	ENGENHARIA CIVIL	anual	40	Vespertino
2018/1	ARU	ENGENHARIA TÊXTIL	anual	40	Noturno
2018/1	CRI	ENGENHARIA CIVIL	anual	40	Noturno
2019/1	CAN	AGRONOMIA	anual	40	Matutino
2020/1	SLO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	anual	40	Noturno

Tabela 4.30: Cronograma de abertura dos Bacharelados.

4.3.4 Licenciaturas

O cronograma de abertura dos Cursos de Licenciatura, por câmpus, é exibida na Tabela 4.31.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	PHB	PEDAGOGIA BILÍNGUE	anual	40	Noturno
2018/1	TUB	MATEMÁTICA	anual	40	Noturno

Tabela 4.31: Cronograma de abertura das Licenciaturas.

4.3.5 Especializações

O cronograma de abertura é exibido na Tabela 4.32.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade e de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CCO	ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	bianual	28	Matutino
2017/1	LGS	AGROECOLOGIA	anual	40	Vespertino
2017/1	SJE	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	anual	32	Vespertino
2017/1	GAS	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	bianual	40	Noturno
2017/1	URP	MANEJO DE POMARES DE MACIEIRA E PEREIRA	bianual	30	Noturno
2017/2	CCO	ENSINO	anual	30	Vespertino
2017/2	CERFEAD	EDUCAÇÃO BÁSICA	anual	40	Vespertino
2017/2	CAN	TRANSVERSALIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	anual	40	Noturno
2017/2	CDR	EDUCAÇÃO BÁSICA	eventual	40	Noturno
2017/2	URP	PRODUÇÃO DE BEBIDAS	bianual	30	Noturno
2017/2	XXE	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	diferenciada	40	Noturno
2018/1	JAR	ENSINO DE CIÊNCIAS	anual	30	Vespertino
2018/1	LGS	MICROBIOLOGIA	anual	40	Vespertino
2018/1	SMO	ENSINO DE CIÊNCIAS	bianual	40	Noturno
2018/1	URP	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	bianual	30	Noturno
2018/1	URP	COLHETA DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO	bianual	30	Noturno

2018/1	XXE	EDUCAÇÃO BÁSICA	eventual	40	Noturno
2018/1	XXE	GESTÃO ESCOLAR	eventual	40	Noturno
2018/2	CDR	GESTÃO EMPRESARIAL	eventual	40	Noturno
2018/2	TUB	ÁREA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	anual	40	Noturno
2018/2	XXE	ALIMENTOS	diferenciada	40	Noturno
2019/1	CTE	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	anual	40	Noturno
2019/1	SLO	ENSINO DE CIÊNCIAS	anual	40	Noturno
2019/1	SMO	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	bianual	40	Noturno
2019/1	TUB	GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS	anual	40	Noturno
2020/1	LGS	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	anual	40	Noturno
2020/1	SMO	PRODUÇÃO VEGETAL	bianual	40	Noturno
2020/2	LGS	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS	anual	40	Matutino

Tabela 4.32: Cronograma de abertura dos Cursos de Especialização (pós-graduação *lato sensu*).

4.3.6 Mestrados

O cronograma de abertura dos mestrados profissionais é apresentada a seguir, na Tabela 4.33.

Ano/ Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	FLN/ITJ/GPB	CLIMA E AMBIENTE	anual	15	Matutino
2017/2	CERFEAD	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	anual	24	Vespertino
2018/1	CCO	ENSINO	anual	16	Matutino
2019/1	LGS	SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS	anual	16	Noturno

Tabela 4.33: Cronograma de abertura dos Cursos de Mestrado Profissional.

4.4 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Esta seção apresenta tanto a atual oferta de educação a distância no IFSC, quanto a planejada para o período de implantação do POCV. Diferentemente da seção destinada ao ensino presencial, nesta seção foi incluída a oferta realizada com fomento externo, por meio de programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec). Além dos parâmetros das tabelas da seção anterior, nesta seção também é informada a situação de cada curso quanto à implantação.

4.4.1 Cursos FIC

A Tabela 4.34 mostra a oferta de Cursos FIC a distância. Alguns cursos não tem o nome especificado, uma vez que o campus pode variar a oferta de cursos dentro de uma mesma área ou eixo tecnológico a cada semestre, conforme demanda.

NOME, ÁREA OU EIXO TECNOLÓGICO DO CURSO	CÂMPUS OFERTANTE	PROGRAMA	VAGAS POR TURMA	Nº DE TURMAS	TURNO	PERIODICIDAD E DE ENTRADA	SITUAÇÃO	SEMESTRE DE INÍCIO
EDUCAÇÃO DE SURDOS	PHB	próprio	25	1	Matutino	eventual	corrente	2017/1
FERRAMENTAS DE E-LEARNING	CERFEAD	próprio	50	4	Vespertino	anual	novo	2017/2
DESIGN INSTRUCIONAL	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	anual	novo	2017/1
DOCENTES INGRESSANTES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: TUTORIA E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	anual	corrente	2017/1

NOME, ÁREA OU EIXO TECNOLÓGICO DO CURSO	CÂMPUS OFERTANTE	PROGRAMA	VAGAS POR TURMA	Nº DE TURMAS	TURNO	PERIODICIDADE DE ENTRADA	SITUAÇÃO	SEMESTRE DE INÍCIO
ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – EPCT	CERFEAD	próprio	50	1	Vespertino	semestral	expansão	20XX/1
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESCOLAR	SLO	próprio	40	1	Noturno	anual	expansão	2018/1
	XXE	e-tec	30	1	Noturno	diferenciada	especial	2017/1
ÁREA LÍNGUAS	CCO	e-tec	390	1	Vespertino	semestral	novo	2017/1
	GAS	e-tec	40	1	Noturno	eventual	especial	20XX/1
		próprio	40	1	Noturno	eventual	expansão	2018/1
ÁREA LÍNGUAS	JLE	e-tec	90	0	x	eventual	expansão	x
ÁREA MECÂNICA	SJE	próprio	50	2	Noturno	eventual	especial	2017/1
ÁREA METEOROLOGIA	FLN	próprio	40	1	Noturno	outro	expansão	2017/1
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CURSOS NA MODALIDADE EAD	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	anual	corrente	2017/1
						eventual	especial	
POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	eventual	especial	2017/1
PRÁTICAS EXTENSIONISTAS COM BASE NA INOVAÇÃO SOCIAL	CERFEAD	próprio	50	4	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS INGRESSANTES NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	semestral	corrente	2017/1

NOME, ÁREA OU EIXO TECNOLÓGICO DO CURSO	CÂMPUS OFERTANTE	PROGRAMA	VAGAS POR TURMA	Nº DE TURMAS	TURNO	PERIODICIDADE E DE ENTRADA	SITUAÇÃO	SEMESTRE DE INÍCIO
TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO	CERFEAD	próprio	50	4	Vespertino	anual	corrente	2017/1
EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CERFEAD	próprio	30	5	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
			50	3	Vespertino	eventual	especial	2017/1
				1	Vespertino	semestral	corrente	2017/2
				4	Vespertino		novo	2017/1
EIXO RECURSOS NATURAIS	ITJ	próprio	40	1	Vespertino	semestral	expansão	2017/1

Tabela 4.34: Oferta de Cursos FIC a distância.

4.4.2 Cursos técnicos

A Tabela 4.35 informa o número de Cursos Técnicos EaD.

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
INFORMÁTICA PARA INTERNET	FLN	e-tec	500	1	Noturno	eventual	corrente	n.a.

Tabela 4.35: Oferta de Cursos Técnicos a distância.

4.4.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade e de Entrada	Situação	Semestre Início
CST GESTÃO PÚBLICA	FLN	próprio	200	1	Noturno	eventual	expansão	2017/2
CST LOGÍSTICA	ITJ	UAB	50	5	Noturno	anual	novo	2018/1
ESPC GOVERNANÇA PARA INOVAÇÃO	FLN	próprio	100	1	Noturno	diferenciada	especial	2017/2

Tabela 4.36: Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia a distância.

4.4.4 Licenciaturas

Nome do curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade e de Entrada	Situação	Semestre Início
LIC FÍSICA (Licenciatura em EPT)	CERFEAD	UAB	200	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
LIC MATEMATICA	JLE	próprio	200	1	Noturno	anual	expansão	2017/1

Tabela 4.37: Oferta de Cursos de Licenciatura a distância.

4.4.5 Especializações

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
ESPEC Ensino Integrado em Filosofia, Geografia, História e Sociologia	CRI	próprio	30	1	Noturno	diferenciada	novo	2017/2
ESPEC SAUDE DA FAMILIA	JLE	UAB	40	4	Noturno	anual	expansão	20XX/1

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
ESPEC DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	próprio	50	6	Vespertino	semestral	novo	2017/1
ESPEC EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CERFEAD	UAB	110	1	Vespertino	eventual	especial	2017/1
			130	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
ESPEC EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	XXE	parceria	25	1	Vespertino	diferenciada	especial	2017/1
ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	CRI	UAB	30	1	Noturno	eventual	expansão	2017/2
	FLN	próprio	40	6	Noturno	eventual	expansão	2017/1
ESPEC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	UAB	250	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
ESPEC GESTÃO AMBIENTAL	GAS	UAB	40	1	Noturno	bianual	expansão	2017/2
ESPEC GESTÃO EM SAÚDE - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	FLN	próprio	100	1	Noturno	diferenciada	expansão	2017/2
		UAB	280	1	Noturno	diferenciada	novo	2017/2
ESPEC GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	CDR	UAB	315	1	Noturno	eventual	novo	2017/2
ESPEC GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	CERFEAD	UAB	400	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
	FLN	UAB	240	1	Noturno	eventual	expansão	2017/2
	GAS	UAB	40	1	Noturno	bianual	corrente	2017/1
ESPEC GESTÃO PÚBLICA PARA A EPT	CERFEAD	próprio	40	5	Vespertino	anual	corrente	2017/1
ESPEC MÍDIAS NA EDUCAÇÃO	FLN	UAB	290	1	Noturno	diferenciada	novo	2017/1

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
ESPEC TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	GAS	UAB	40	1	Noturno	bianual	novo	2017/2
	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	anual	novo	2018/1

Tabela 4.38: Oferta de Cursos de Especialização a distância.

4.5 GLOSSÁRIO

Este glossário tem como referência os Anuários Estatísticos da PROEN/IFSC, desenvolvidos pela Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas, e as definições acordadas pela Comissão Temática do POCV (na versão original de 2014) e pela Comissão Central de Revisão do POCV (na revisão de 2017) para elaboração da planilha de registro das informações.

Aluno-Equivalente (AEq). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o conceito Aluno-Equivalente, definido na Portaria MEC nº 818/2015, é calculado a partir do produto do Aluno Matriculado (AMat) pelo Fator de Equiparação de Carga Horária de curso (FECH) e pelo Fator de Esforço de Curso (FEC), ou seja: $AEq = Amat * FECH * FEC$. Neste Plano, o total anual de Alunos-Equivalentes é a soma dos Alunos-Equivalentes do primeiro semestre do ano considerado e das Vagas de Ingresso Equivalentes oferecidas no segundo semestre.

Aluno Matriculado (AMat). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, define-se o por Aluno Matriculado em um dado período o aluno com a situação “Em curso” no SISTEC em pelo menos um dia no período considerado e que não esteja retido por tempo maior do que a duração do seu ciclo. Neste documento, utilizou-se o conceito definido como Matrículas Previstas como aproximação ao conceito de Aluno Matriculado da portaria 25.

Capacidade de Matrículas (CMat). Em relação a um curso, é o número de vagas de ingresso multiplicado pelo número de fases simultaneamente oferecidas, desconsideradas turmas especiais e pendências. A capacidade seria equivalente ao número de alunos que um curso teria se todas as suas vagas de ingresso fossem preenchidas e não houvesse evasão até o início da última fase. Quando referente ao período de um ano letivo, a Capacidade total anual é a soma da capacidade de matrículas do primeiro semestre e do número de vagas de ingresso do segundo semestre. É o indicador usado neste documento como aproximação do número de Ingressantes Acumulados, previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC.

Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq). Indicador usado neste documento como aproximação do número de Ingressantes Acumulados Equivalente, previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC, utilizando-se fórmula análoga de cálculo, ou seja: $CAEq = Cmat * FECH * FEC$. A Capacidade de Alunos Equivalentes de um ano letivo é dada pela soma da Capacidade de Alunos Equivalentes do primeiro semestre e o número de Vagas de Ingresso Equivalentes (Veq) do segundo semestre.

Carga Horária Mínima Regulamentada. Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é:

- a) para cursos técnicos subsequentes e concomitantes, definida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- b) para cursos técnicos integrados ao ensino médio, 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais indicadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, seja de 800, 1.000 ou 1.200 horas;
- c) para cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA, 2.400 horas;
- d) para cursos superiores de tecnologia, definida no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- e) para cursos de graduação, definida nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação;
- f) para cursos de especialização, igual a 360 horas;
- g) para cursos de mestrado, igual a 360 horas;
- h) para cursos de doutorado, igual a 460 horas

Custeio. Diz respeito à forma como a maior parte dos gastos referentes ao curso são financiados, fundamentalmente quanto ao quadro de pessoal. Pode ser de dois tipos:

- **próprio:** cursos em que a carga horária prevista nos Planos Pedagógicos de Cursos é distribuída nos Planos de Atividades Docentes dos professores do quadro do IFSC;
- **externo:** cursos financiados – total ou parcialmente – por programas como Bolsa-Formação (Pronatec), e-Tec e UAB , ou quando um parceiro externo é responsável pela contratação dos professores;

Observação: não se aplica a classificação “parceria” a cursos em que a instituição

parceira é responsável por ministrar a formação geral e o IFSC a específica, mas nesse caso a carga horária de responsabilidade do parceiro não é computada para fins de dimensionamento do quadro de professores do IFSC.

Distribuição da oferta. Percentuais apresentados na legislação que orientam a atuação do Instituto. A Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 8º, estabelece que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir: o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e, o mínimo de 20% de suas vagas para ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O Decreto nº 5.840/2006, por sua vez, dispõe no parágrafo 1º do artigo 2º que no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição sejam disponibilizadas para cursos do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Eixo tecnológico. É a categorização da oferta dos cursos de acordo com a futura área de atuação do egresso. Para este documento, os cursos foram associados a eixos tecnológicos com base em:

- Cursos FIC: usou-se o Guia Pronatec de Cursos FIC.
- Cursos Técnicos: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Cursos Superiores de Tecnologia: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
- Demais cursos: não se fez correspondência a eixos tecnológicos, utilizando-se “não se aplica” para registro do respectivo campo de informação nas planilhas preenchidas pelos câmpus.

Expansão. Cursos a serem ofertados caso haja viabilidade de ampliação de infraestrutura e quadro de pessoal durante a vigência do PDI, à medida que sejam redistribuídos ao IFSC novas vagas de docentes e servidores técnico-administrativos e/ou que haja recursos suficientes para a expansão de infraestrutura para além do previsto no Capítulo

6 – Plano Diretor de Infraestrutura Física. Cursos nessa situação não contabilizam carga horária para fins de dimensionamento do quadro de docentes.

Fator de Equiparação de Carga Horária de curso (FECH). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o FECH para cada curso, excetuando os cursos FIC, é calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso e a sua duração em anos, prevista no projeto pedagógico, considerada a carga horária de referência de 800 horas anuais, ou seja:

$FECH = \text{carga horária mínima regulamentada} / (\text{duração do curso em anos} * 800 \text{ horas}).$

Para cursos FIC, o FECH é calculado pela razão entre a carga horária nominal do curso em seu Projeto Pedagógico e a carga horária padrão de 800 horas anuais.

Fator de Equiparação de Nível de Curso (FENC). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é um fator usado para a equiparar os alunos matriculados em cursos de níveis distintos e, assim, unificar o cálculo da Relação Aluno por Professor e/ou Relação Estudante por Professor, previstas nas estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014. A Portaria 25 define os seguintes valores para o FEC:

- Cursos FIC e Técnicos: 20/20
- Cursos de Graduação: 20/18
- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: 20/12 pela Capacidade total anual de alunos equivalentes
- Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: 20/8

Fator de Esforço de Curso (FEC). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é o ajuste da carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas com redução do número de alunos em decorrência da subdivisão da turma. É sempre um valor igual ou superior a 1 (exemplo: um FEC de 1,27 significa que o Aluno-Equivalente do curso considerado vale 27% mais do que um Aluno Matriculado). O valor do FEC de cada curso consta do Anexo I da Portaria 25.

Ingressantes acumulados (IA). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, são calculados pelo somatório dos ingressantes de todos os ciclos de matrícula com data de

término prevista não expirada. Neste documento, utiliza-se o conceito de Capacidade como aproximação do número de Ingressantes Acumulados, uma vez que: 1) presume-se que, em até 5 anos, o número de vagas de ingresso não preenchidas será desprezível; 2) a ferramenta empregada para a elaboração do planejamento dos câmpus se tornaria muito complexa se tivesse de considerar ciclos de matrícula.

Ingressantes acumulados equivalentes (IAEq). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, são calculados a partir do produto do número de Ingressantes Acumulados pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso, ou seja: $IAEq = IA * FECH * FEC$.

Matrículas previstas. Estimativa do número médio de alunos, por turma, matriculados em cada fase de um curso. Para a primeira fase do curso, é igual ao número de vagas. Nas fases seguintes, é uma estimativa baseada no histórico do curso ou na meta desejada, de forma a obter-se uma projeção realista da relação aluno-professor (RAP). Considera-se como matriculado o aluno que frequentou pelo menos um dia as aulas no semestre de referência, incluindo ingressantes, trancados, desistentes, cancelados, formados e integralizados. A projeção deve levar em conta que o cálculo de Aluno Equivalente pelo MEC não considera os alunos que estão em situação de retenção por mais tempo que o período regular de integralização do curso. Quando a referência é o ano em vez do semestre, o número total de matrículas previstas (ou Alunos Matriculados) de um curso equivale à soma das matrículas previstas em todas as fases oferecidas primeiro semestre letivo mais o número de vagas oferecidas no segundo.

Modalidade. Refere-se à modalidade da oferta, ou seja, a forma de desenvolvimento do curso quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas, podendo ser presencial ou a distância.

Professores em tempo integral. Utilizado para o cálculo da Relação Aluno-Professor, o somatório de Professor Tempo Integral considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais ou de Dedicção Exclusiva e com peso igual a 0,5 aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais.

Regime Pleno. Período no qual todos os cursos “correntes” ou “novos” estarão implantados, ou seja, com todas as suas fases já tendo sido ofertadas pelo menos uma vez, periodicamente, e em funcionamento, bem como com todos os cursos “em extinção” não tendo mais turmas em período regular.

Relação Aluno-Professor (RAP). Simplificadamente, a RAP é o resultado da divisão do número de alunos pelo número de professores do grupo considerado (curso, câmpus, Instituto, etc.). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, a RAP é divisão, pelo número de Professores Efetivos em Tempo Integral, do somatório de alunos-equivalentes multiplicados pelos respectivos Fator de Equiparação de Nível de Curso (FENC). O cálculo da RAP não computa alunos de cursos cujo custeio não seja classificado como “próprio”, nem aqueles cuja situação é “expansão”. Neste documento, calcula-se a RAP de duas formas, conforme o indicador adotado como “aluno”:

- Relação Matrículas-Professor (RAPm): é o cálculo mais aproximado possível da definição da Portaria 25, usando-se Aluno-Equivalente (AEq).
- Relação Capacidade-Professor (RAPc): utiliza a Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq) no lugar do Aluno-Equivalente.

Relação Capacidade-Professor (RAPc). Ver Relação Aluno-Professor.

Relação Matrículas-Professor (RAPm). Ver Relação Aluno-Professor.

Situação do curso. Classificação dos cursos quanto à abertura de vagas. Curso **corrente** é aquele que já é ofertado, podendo estar em regime pleno ou ainda em implantação. Curso em **extinção** é um curso atualmente oferecido, mas que já está ou entrará em processo de extinção, sem abertura de vagas novas durante o período de vigência do PDI. Cursos com previsão de início de implantação durante a vigência do PDI podem ser classificados como **novo** (quando será periodicamente oferecido), **eventual** (quanto a oferta não for periódica) ou de oferta **única** (quando a oferta for pontual, para atendimento de demanda específica). Cursos categorizados como **expansão** são aqueles que o câmpus pretende oferecer, mas cuja implantação é dependente de ampliação de quadro de servidores para além do previsto nesse PDI, de condições de infraestrutura, do

estabelecimento de parcerias externas ou de aprovação em programas como UAB, e-Tec e Bolsa-Formação/Pronatec.

Tipo de curso. Forma de categorização transversal que diferencia os cursos da EPCT em seus diversos níveis e graus. Neste documento, as seguintes categorias são utilizadas: Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico, Curso Superior de Tecnologia (CST), Licenciatura, Bacharelado, Especialização (*Lato Sensu*) e Mestrado Profissional.

Tipo de oferta. Forma de categorização transversal que diferencia as formas de oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Neste documento, são empregadas as categorias Integrado (INT), Concomitante (CON) e Subsequente (SUB) para a oferta de cursos técnicos. Cursos do Proeja, de nível médio ou fundamental são classificados em concomitantes (EJA-CON) quando a formação geral é de responsabilidade de instituição parceira ou integrados (EJA-INT) quando os professores do IFSC ministram todas as unidades curriculares do projeto de curso. Para os cursos FIC que não fazem parte do Proeja e para os demais tipos de curso, não se aplica a categorização de tipo de oferta neste documento.

Vagas de ingresso (VIng). Considera-se o número de vagas de ingresso que serão efetivamente ofertadas em cada curso, no semestre ou ano de referência. O total anual de vagas de ingresso é obtido pela soma das vagas de ingresso oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano de referência.

Vagas de ingresso equivalentes (VEq). É a soma das vagas de ingresso equalizadas pela carga horária semestral oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano considerado. O total anual de vagas de ingresso equivalentes é obtido pela soma das vagas de ingresso equivalentes oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano de referência.

CAPÍTULO 4.....	1
PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS.....	1
4.1 OFERTA TOTAL DO IFSC.....	3
4.2 INDICADORES ESTRATIFICADOS POR CÂMPUS.....	18
4.3 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS PRESENCIAIS.....	25
4.3.1 Cursos Técnicos.....	25
4.3.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST).....	29
4.3.3 Bacharelados.....	30
4.3.4 Licenciaturas.....	30
4.3.5 Especializações.....	31
4.3.6 Mestrados.....	32
4.4 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	33
4.4.1 Cursos FIC.....	33
4.4.2 Cursos técnicos.....	35
4.4.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST).....	35
4.4.4 Licenciaturas.....	35
4.4.5 Especializações.....	36
4.5 GLOSSÁRIO.....	38
Tabela 4.1: Indicadores da Oferta Total Geral do IFSC.....	4
Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC.....	5
Tabela 4.3: Distribuição da oferta de custeio próprio, medida pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).....	6
Tabela 4.4: Oferta de vagas dos cursos do Proeja de custeio próprio, medida pelo total anual de Vagas de Ingresso (VIng) e pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).....	7
Tabela 4.5: Distribuição da Oferta de custeio próprio por nível de ensino, medida pela Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq).....	7
Tabela 4.6: Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio, com detalhamento do total anual de Alunos-Equivalentes (AEq) por nível de ensino.....	8
Tabela 4.7: Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio, com detalhamento da Capacidade total anual de Alunos-Equivalentes (CAEq) por nível de ensino.....	9



Tabela 4.8: Totais anuais de vagas de ingresso (VIng) da oferta de custeio próprio, por tipo de curso.....	10
Tabela 4.9: Número de cursos da oferta de custeio próprio, com detalhamento por tipo de curso.....	10
Tabela 4.10: Capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq), com detalhamento por tipo de curso.....	10
Tabela 4.11: Número de cursos em extinção e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).....	11
Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).....	11
Tabela 4.13: número de cursos da oferta de custeio próprio, conforme situação de curso.	12
Tabela 4.14: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico.....	13
Tabela 4.15: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Técnicos, por Eixo Tecnológico.....	13
Tabela 4.16: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Superiores de Tecnologia, por Eixo Tecnológico.....	14
Tabela 4.17: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Bacharelado, por nome de curso.....	14
Tabela 4.18: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Licenciatura, por nome de curso.....	14
Tabela 4.19: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Especialização, por nome de curso.....	16
Tabela 4.20: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Mestrado Profissional, por nome de curso.....	16
Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.....	17
Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus.....	18
Tabela 4.23: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2017 e 2021 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.....	20
Tabela 4.24: Alunos-Equivalentes (AEq) e Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.....	21



Tabela 4.25: Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq) e Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.....	22
Tabela 4.26: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por tipo de curso.....	23
Tabela 4.27: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.....	24
Tabela 4.28: Cronograma de abertura de Cursos Técnicos.....	28
Tabela 4.29: Cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia.....	29
Tabela 4.30: Cronograma de abertura dos Bacharelados.....	30
Tabela 4.31: Cronograma de abertura das Licenciaturas.....	30
Tabela 4.32: Cronograma de abertura dos Cursos de Especialização (pós-graduação lato sensu).....	32
Tabela 4.33: Cronograma de abertura dos Cursos de Mestrado Profissional.....	33
Tabela 4.34: Oferta de Cursos FIC a distância.....	36
Tabela 4.35: Oferta de Cursos Técnicos a distância.....	36
Tabela 4.36: Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia a distância.....	36
Tabela 4.37: Oferta de Cursos de Licenciatura a distância.....	37
Tabela 4.38: Oferta de Cursos de Especialização a distância.....	38



CAPÍTULO 6

PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

Este capítulo tem relação direta com o objetivo estratégico P11: Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas. Uma das prioridades do IFSC para os próximos cinco anos é gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.

São tratadas neste Plano questões relativas às bibliotecas, aos espaços físicos e à acessibilidade. Em primeiro lugar é apresentada a situação atual do IFSC em relação a estes três pontos:

- bibliotecas: sistema de bibliotecas, documentos norteadores, informatização do acervo, quantitativos do acervo, acesso a bases de dados, quadro atual de servidores;
- espaços físicos: levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho Espaço Físico e relação de laboratórios de cada um dos câmpus, especificando o número de postos de trabalho de cada um deles;
- acessibilidade: resultado da aplicação de *check-list* para averiguar a situação atual do Instituto em relação à acessibilidade espacial.

A segunda parte do plano apresenta diretrizes para a ampliação e a adequação da infraestrutura física, bem como diretrizes relacionadas às bibliotecas, de forma a prepará-las para atender à comunidade escolar. Neste item são apresentadas ainda as diretrizes de acessibilidade que devem ser consideradas quando da ampliação e adequação da infraestrutura física.

Por fim, é apresentada uma relação de obras que estão previstas para os próximos cinco anos, em consonância com a prospecção de ofertas do Instituto.

6.1 SITUAÇÃO

6.1.1 Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC), formalizado pela Resolução

Cepe/IFSC nº 165, de 25 de outubro de 2011, tem por objetivo coordenar a política biblioteconômica institucional, promovendo o desenvolvimento do conjunto de Bibliotecas do IFSC. O SiBI/IFSC é composto por 19 bibliotecas distribuídas nos diversos câmpus da instituição, a saber: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça-Bilíngue, São José, São Miguel do Oeste, Urupema e Xanxerê. Para dinamizar suas ações, desde 2013 o SiBI/IFSC é gerido por uma Coordenação Sistêmica em articulação com representações regionais, a saber: Grande Florianópolis, Planalto Serrano e Sul, Oeste, Norte e Vale do Itajaí. Nos próximos anos, o SiBI/IFSC formalizará seus procedimentos junto ao Consup, fortalecendo a atuação das bibliotecas do sistema.

Os documentos institucionais norteadores das ações do SiBI/IFSC são:

- Resolução Cepe/IFSC nº 165/2011 – Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina;
- Resolução Cepe/IFSC nº 037/2012 – Regulamenta as normas para empréstimo de material bibliográfico aos usuários do SiBI/IFSC;
- Resolução nº 09/2012/CS – Aprova cobrança de multas no Sistema de Bibliotecas do IFSC.

O sistema de gestão de biblioteca utilizado é o SophiA, que oportuniza a consulta on-line de todo o acervo. Até dezembro de 2016, o SiBI/IFSC contava com acervo bibliográfico de 42.821 títulos, com 148.417 exemplares, e 307 títulos de periódicos, com 6.270 exemplares. Em 2016, o SiBI/IFSC realizou 142.190 empréstimos domiciliares. O IFSC tem acesso à coleção on-line de periódicos disponibilizada pela Capes no Portal de Periódicos Capes. No mesmo formato (on-line), as Bibliotecas do SiBI/IFSC disponibilizam acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para seus usuários. As Bibliotecas do SiBI/IFSC têm um quadro de 62 servidores, dentre eles 29 bibliotecários, um arquivista e 19 auxiliares de biblioteca. Os horários de funcionamento das bibliotecas são organizados de forma a atender os turnos de funcionamento de cada um dos câmpus. O Quadro 6.1 apresenta os dados referentes a espaço físico, acervo e empréstimos realizados.

CÂMPUS	ESTRUTURA			ACERVO								SERVIÇOS	
	Horário de atendimento	Área (m ²)		Títulos		Exemplares		Títulos de Periódicos		Exemplares de Periódicos*		Empréstimos Domiciliares	
		2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016 ²
ARU	07h30min às 22h	103	153	1.940	2.934	5.738	7.568	100	71	884	633	7.163	5.192
CDR	07h30min às 22h30min	25	120	704	1.149	1.831	2.640	23	23	230	250	345	512
CAN	08h às 22h	330	330	750	1.175	3.400	4.226	15	18		197	2.610	2.478
CCO	08h às 21h30min	145	147	3.069	3.636	7.374	8.827	28	32	264	265	6.285	3.686
CRI	07h45min às 22h	378	378	2.339	2.918	4.140	6.423	16	62	796	1.202	3.981	4.211
FLN	07h30min às 22h30min**	864	864	13.047	14.818	33.730	41.710	252	252	4.566	4.566	22.300	22.846
CTE	07h40min às 21h	50	222	2.011	2.722	5.385	7.815	54	26	734	110	6.481	5.325
GPB	9h às 21h	29	234	511	990	1.179	1.975	15	15	386	347	644	1.165
GAS	08h às 22h	277	277	2.542	2.989	3.353	7.086	39	39	309	354	3.096	3.091
ITJ	07h30min às 22h	65	324	1.144	1.738	2.442	3.712	23	25	230	320	532	1.377
JAR	08h às 22h	250	259	3.187	3.953	5.888	7.551	17	21	175	247	6.865	4.652
JGW	08h às 22h	100	100	879	1.515	2.642	4.304	11	13	166	111	3.166	3.699
JLE	08h às 22h	66	66	3.262	3.972	7.226	8.878	252	19	5.006	252	7.365	4.431
LGS	07h30min às 22h30min	306	306	1.046	2.307	2.393	4.898	20	20	136	136	2.775	2.093
PHB	09h às 21h	324	324	444	1.339	1.437	3.546	8	34	32	235	479	845
SCA	13h às 17h15min e 18h30min às 22h15min	0	45	0	681	0	2.252	0	0	0	0	0	313
SJE	07h30min às 21h	210	258	5.601	5.835	10.067	11.112	28	30	776	933	7.054	4.718
SMO	08h às 22h	320	277	1.165	2.330	2.273	5.160	33	38	353	530	1.535	2.446
TUB	13h às 17h e 18h às 21h	0	100	0	228	0	675	0	0	0	0	0	253
URP	13h30min às 17h30min e 18h30min às 22h30min	22	22	620	795	1.036	1.803	30	30	293	293	21	284
XXE	09h às 21h***	57	61	341	1.093	1.615	3.414	27	31	337	401	1.206	1.119
Total do SiBI/IFSC		3921	4867	44.602	59.117	103.149	145.575	991	799	15.673	11.382	83.903	74.736

Quadro 6.1 Estrutura e acervo das bibliotecas do IFSC.¹

Fonte: Coordenadoria de Bibliotecas

¹ * As bibliotecas do SiBI/IFSC disponibilizam para seus usuários acesso ao Portal Capes e a ABNT Coleção. * As bibliotecas do SiBI/IFSC disponibilizam para seus usuários acesso ao Portal Capes e a ABNT Coleção. ** A Biblioteca do Câmpus Florianópolis/Dr. Hercílio Luz é a única que oferece atendimento aos sábados (8h às 12h). *** A Biblioteca do Câmpus Xanxerê tem horário de atendimento especial nas Terças e Quintas: 08h às 12h e 13h às 22h30min. ¹ Dados até 31/07/2016 ² Empréstimos realizados de Janeiro a Julho/2016

6.1.2 Espaços físicos

Este item apresenta os espaços físicos dos câmpus do IFSC. Ele está subdividido em duas partes: espaços físicos (ambientes) gerais e laboratórios.

Geral

Os dados relativos aos espaços físicos de forma geral foram coletados por um grupo de trabalho entre os meses de maio e outubro de 2013 e atualizados em maio de 2014, com os objetivos de elaborar uma proposta de modelo de referência de espaço físico para os câmpus, realizar um diagnóstico da estrutura física atual dos câmpus e elencar prioridades de infraestrutura.

Para melhor organização do documento, o quadro com o levantamento de ambientes é apresentado no Anexo I. As atualizações das informações estarão disponíveis no sítio do PDI na intranet.

Laboratórios

A situação dos laboratórios do IFSC em maio de 2014 é apresentada nos quadros a seguir por câmpus, detalhando a quantidade de laboratórios e de postos de trabalho de cada um. As atualizações das informações estarão disponíveis no sítio do PDI na intranet.

Câmpus Araranguá

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Física	2	36
Química	1	36
Biologia	1	36
Práticas de ensino	2	24
Estamparia	1	10
Costura	2	18
Computação gráfica	1	24
Mecânica	1	10
Malharia	1	10
Fios	1	10
Modelagem	2	18

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Fotografia	1	18
Eletrônica	1	16
Usinagem CNC	1	16
Acionamentos elétricos	1	16
Soldagem	1	16
Automação	1	16
Instalações elétricas	1	16
Pneumática	1	16
Desenho assistido por computador	1	32
Usinagem convencional	1	16

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Caçador

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Conformação e ajustagem	1	18
Soldagem	1	18
Instalações elétricas	1	18
Máquinas elétricas	1	18
Acionamentos	1	18
Automação e controle de processos de produção	1	18

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrônica Analógica	1	18
Física	1	18
Química	1	18
Informática	1	36
Redes de Computadores	1	18
Eletrônica Digital	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Canoinhas

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Hardware e redes	1	20
Informática 12 e 15	2	20
Informática 13 e 14	2	30
Desenho	1	20
Práticas construtivas	1	20
Materiais	1	20
Geotecnia e mecânica de solos	1	20
Processamento de carnes e vegetais	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	20
Análises químicas	1	20
Análise de alimentos	1	20
Ciências da natureza	1	20
Produção vegetal	1	20
Área de produção vegetal	1	60
Processamento de laticínios e panificação	1	20
Atividades práticas e técnicas diversas	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Chapecó

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Usinagem	1	24
CNC	1	20
Automação	1	16
Soldagem	1	23
Materiais	1	20
Controle	1	16
Solid Works	1	22
Informática 1	1	36
Informática 2	1	16
Informática 3	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Conformação e ajustagem mecânica	1	22
Sistemas hidráulicos e pneumáticos	1	20
Medidas	1	16
Robótica	1	8
Instalações elétricas	1	20
Máquinas elétricas	1	15
Comandos elétricos	1	15
Eletrônica analógica	1	18
Eletrônica digital	1	18
Ciências	1	25

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Criciúma



Informática C 119	1	21
Informática C 120	1	25
Informática C 121	1	40
Videoconferência	1	40
Desenho B213 e B214	2	20
Desenho B216	1	40
Biologia	1	20
Química	1	20
Física	1	20
Matemática	1	20
Robótica	1	18

CLP	1	20
Controle e máquinas especiais	1	20
Automação da manufatura	1	18
Eletrônica e medidas	1	20
Hidráulica e pneumática	1	20
Topografia	1	20
Canteiro de obras	1	20
Solos e materiais	1	20
Instalações elétricas e prediais	1	10
Comandos industriais	1	18
Mecânica	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis-Continente

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	1	24
Reservas e idiomas	1	20
Videoconferência	1	40
Restaurante escola	1	44
Produção de alimentos	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Panificação	1	20
Confeitaria	1	20
Bebidas	1	25
Habilidades Básicas de Cozinha	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Garopaba

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biologia molecular e genética	1	30
Cultura de células	1	30
Bioquímica/química	1	20
Biologia celular/histologia	1	30
Parasitologia	1	30
Sala de esterilização	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Hospedagem/recepção	1	30
Ecologia	1	30
Bebidas (em análise)	1	30
Produção de alimentos (em análise)	1	30
Informática	5	25
Línguas/reservas	1	30

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Gaspar

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Gestão e negócios	1	40
Informação e comunicação	4	40
Modelagem	2	20
Costura	1	40
Máquinas de costura	1	24
Estamparia	1	25
Corte	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	40
Ambiental	1	40
Química orgânica	1	20
Química inorgânica	1	20
Físico-química	1	20
Química geral	1	20
Física	1	40

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Geraldo Werninghaus

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Metrologia	1	36
Hidráulica e pneumática	1	24
Máquinas operatrizes	1	28
Soldagem	1	20
Automação	1	20
Eletrotécnica	1	24
Acionamentos	1	12
Instalações elétricas	1	16
Máquinas elétricas	1	12

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletricidade	1	24
Projetos elétricos	1	24
Eletrônica	1	18
Informática	2	36
CNC	1	8
Programação CNC	1	25
Manutenção e conformação	1	20
Ensaio de materiais	1	15

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrônica digital	1	18
Eletrônica industrial	1	18
Pesquisa e desenvolvimento	1	18
Eficiência energética	1	36
Sistemas de potência	1	36
Circuitos elétricos	1	36
Eletromagnetismo	1	36
Recursos multimídias	1	40
Instalações elétricas	1	18
Comandos industriais	1	18
Máquinas elétricas	1	18
Manutenção eletromecânica	1	18
Medidas elétricas	1	18
Radiologia	1	26
Anatomia	1	26
Química geral	1	24
Redes de computadores	1	25
Processamento digital de sinais	1	20
Gestão em TI	1	30
Banco de dados	1	25
Tic	1	25
Processamento eletrônico de energia	1	15
Lógica discreta	2	20
Eletrônica digital	1	20
Eletrônica de potência	1	20
Microprocessadores	1	20
Sistemas em TI	1	25
Instrumentação eletrônica	1	20
Sistemas informatizados	1	25
Sistemas computacionais	1	25
Planejamento e orçamento	1	12
Pesquisa e desenvolvimento em eletrônica	1	15
Máquinas operatrizes	1	60
Automação da manufatura	1	15
Materiais	1	15
Manutenção mecânica	1	15
Física	1	24

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Metrologia	1	15
Soldagem	1	15
Simulação e instrumentação virtual	1	36
Controle e sistemas embarcados	1	18
Informática industrial	1	18
Acionamentos	1	18
Eletrônica geral	1	18
Simulação e computação	1	18
Criação	2	18
Modelagem	2	18
Fotografia	1	18
Computação gráfica	2	18
Desenvolvimento de produto	1	18
Biologia	1	24
Semiotécnica e suporte básico à vida	1	26
Imagem e oralidade	1	24
Texto – português	1	24
Arquitetura de computadores e sistemas operacionais	1	25
Matemática	1	38
Informática	1	38
Solos e tecnologia dos materiais	1	20
Técnicas construtivas (canteiro de obras)	1	20
Automação (instalação elétrica)	1	20
Instalação hidrossanitária	1	15
Automação topográfica	1	10
Geoprocessamento	1	15
Projetos	1	20
Desenho assistido por computador 1 e 2	2	10
Desenho assistido por computador 3	1	12
Desenho assistido por computador 4	1	15
Desenho assistido por computador 5	1	20
Automação de sistemas hidráulicos e pneumáticos	1	20
Físico-química	1	15
Bacteriologia	1	15
Ecotoxicologia	1	15
Educação ambiental	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Itajaí

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Circuitos elétricos	1	12
Instalações elétricas	1	20
Eletrônica	1	20
Automação	1	12
Máquinas elétricas	1	16
Projetos	1	10

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Pesquisa e monitoramento de algas nocivas e ficotoxinas	1	10
Cultivo de organismos aquáticos	1	15
Análises multidisciplinares	1	15
Agregação de valor ao pescado	1	15
Informática	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Jaraguá do Sul

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Desenho assistido	1	35
Malharia	1	35
Costura	1	35
Modelagem e corte	1	35
Beneficiamento	1	35
Estamparia	1	35
Desenvolvimento têxtil	1	35
Multiúso – desfile – eventos	1	80

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Manutenção de máquina de costura	1	35
Moulage e desenvolvimento de moda	1	35
Fotográfico e preparação de modelos	1	35
Controle de qualidade de fios e tecidos	1	35
Gravação de quadros	1	35
Biologia	1	35
Almoxarifado	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Joinville

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	2	24
Informática	2	40
Robótica	1	20
Eletrônica analógica	1	36
Instalações elétricas prediais	1	36
Automação	1	36
Soldagem	1	20
Fabricação mecânica (Usinagem e CNC)	1	52
Metrologia	1	20
Hidráulica e pneumática	1	26

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Materno infantil	1	24
Centro cirúrgico	1	24
Semiotécnica/anatomia	1	24
Clínica médica/UTI	1	24
Assepsia	1	24
Comandos e máquinas elétricas	1	36
Eletrônica digital e microcontroladores	1	36
Ensaio mecânicos e tratamento térmico materiais	1	20
Projetos mecânicos	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Lages

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microscopia	1	35
Histofisiologia	1	25
Cultura de células e tecidos	1	25
Microbiologia e imunologia	1	25
Análises ambientais, química e fisiologia vegetal	1	25
Processamento de alimentos	1	20
Área experimental	1	120
Estufa	1	30
Máquinas agrícolas	1	25
Materiais e ensaios	1	20
Metrologia	1	20
Automação industrial	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrotécnica	1	20
Eletrônica geral	1	20
Soldagem	1	20
Maquinas térmicas	1	20
Hidráulica e pneumática	1	20
Ajustagem e caldeiraria	1	20
Manutenção mecânica	1	20
Usinagem	1	20
Fresagem	1	20
Desenho técnico	1	20
Laboratório de informática	4	32
Laboratório de informática	2	25
Bioquímica e biologia molecular	1	25

Câmpus Palhoça-Bilíngue

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	2	20
Multimídia	2	20
Multimídia	1	30
Tradução e interpretação	1	32
Língua e linguagem	1	32
Biologia/química	1	32

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Física/matemática	1	32
Artes e cultura geral	1	32
Expressão corporal	1	32
Filmagem/estúdio	1	32
Desenho	1	32

Câmpus São Carlos

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Materiais	1	20
Canteiro	1	20
Instalações hidráulicas	1	20
Instalações elétricas	1	20
Processamento de pescado	1	20
Pesca	1	20
Microbiologia	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Química	1	20
Controle de qualidade	1	20
Manutenção	1	20
Informática	4	30
Costura	1	20
Modelagem	1	20

Câmpus São José

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Meios de transmissão	1	16
Programação	1	30
Instrumentação e eletrônica	1	23
Eletrônica aplicada	1	20
Redes de computadores	1	32
Redes de computadores	1	26
Voz e imagem	1	16
Refrigeração	1	20
Informática	1	22

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Soldagem e sistemas herméticos	1	20
Condicionamento de ar	1	20
Ciências térmicas	1	20
Desenho assistido por computador	3	15
Prototipagem	1	10
Ensaio em refrigeração e climatização	1	10
Aquecimento solar	1	20
Apoio ao ensino de telecomunicações	1	32

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus São Miguel do Oeste

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biotecnologia vegetal	1	20
Fruticultura	1	40
Silvicultura	1	40
Horticultura	1	40
Plantas de lavoura	1	40
Propagação	1	30
Química e fertilidade dos solos	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biologia e microbiologia	1	20
Bromatologia	1	20
Vegetais e panificação	1	30
Leite e derivados	1	30
Carnes e derivados	1	20
Costura	1	20
Corte e modelagem	1	30

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Urupema

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	1	24

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Xanxerê

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	30
Frutas e hortaliças	1	30
Leites e derivados	1	30
Cereais, raízes e tubérculos	1	30
Análise de alimentos	1	30
Carnes e derivados	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Soldagem	1	30
Metrologia e ensaios mecânicos	1	30
Hidráulica e pneumática	1	30
Usinagem convencional	1	30
Usinagem CNC e conformação	1	30

Data da coleta: maio de 2014



6.1.3 Acessibilidade

Na última década, a legislação brasileira avançou significativamente acerca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Os dois principais documentos referentes a estes direitos são: a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2008 com caráter de ementa constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, de 6 junho de 2015. Segundo dados do IBGE (2010), mais de 46 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, o que corresponde a quase um quarto da população do país.

Para serem consideradas acessíveis, as edificações, seu entorno e seus mobiliários devem atender aos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade ABNT NBR 9050, reformulada em 2015.

Em 2013, a comissão responsável pela elaboração da primeira versão deste capítulo do PDI realizou um levantamento das condições de acessibilidade de 17 câmpus do IFSC (Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Lages, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São José, Tubarão, Urupema e Xanxerê), considerando a versão de 2004 da NBR 9050. Utilizou-se, naquele momento, como instrumento as *checklists* propostas por Dischinger, Ely e Borges (2009) no Manual de acessibilidade espacial para escolas, publicado pela Secretaria de Educação Especial do MEC. Os espaços analisados foram intitulados: “rua em frente aos câmpus”, “de portões até portas de acesso”, “recepção e salas de atendimento”, “corredores”, “escadas e rampas”, “salas de aula”, “laboratórios e salas de artes”, “biblioteca”, “auditório”, “sanitários”, “refeitório”, “quadras de esportes” e “pátios”.

No final de 2015, como parte do processo de atualização deste PDI, no intuito de atender a Lei Federal nº10.098/2000 e o Decreto Federal nº5.296/200, bem como verificar as condições de acessibilidade dos câmpus do IFSC considerando a versão 2015 da NBR 9050, foi criada uma Comissão Temática com as seguintes atribuições:

- avaliar e redefinir a metodologia utilizada para levantamento da situação de acessibilidade;
- verificar lacunas de acessibilidade;
- delinear estratégias de ação para elencar prioridades de projetos, reformas, obras e aquisições de acessibilidade.

A nova Comissão é composta por arquitetos especialistas no tema, profissionais da educação especial e representante do setor de engenharia do IFSC. Pelo menos um servidor em cada campus foi capacitado pela comissão para atuar como representante, realizar as vistorias locais e responder ao *checklist* disponibilizado em formulário *online*.

"O acesso principal de pedestres do câmpus é acessível?" Este é um dos primeiros questionamentos que se deve fazer quando se fala em acessibilidade. Sendo assim, este foi o foco das primeiras etapas de levantamento realizadas nos câmpus do IFSC, até o mês de setembro de 2016. É importante salientar que os passeios públicos que conectam os pontos de ônibus até esses acessos de pedestres, assim como as travessias de vias veiculares, devem apresentar condições plenas de acessibilidade.

Resultados preliminares apontam que apenas quatro câmpus possuem travessia de via veicular conforme exigida pela NBR 9050/2015: Araranguá, Florianópolis e Jaraguá do Sul apresentam travessia com rebaixamento de guia e Gaspar dispõe de uma travessia elevada.

A acessibilidade dos passeios públicos em frente aos câmpus também deve ser considerada uma prioridade. Além da elaboração de projeto específico por parte do setor de engenharia, deve ser prevista nos processos licitatórios a execução dos passeios públicos em frente ao lote do câmpus, conforme diretrizes da NBR 9050/2015, uma vez que a responsabilidade por esse trecho é da instituição. A maioria dos câmpus do IFSC possui pavimentação dos passeios públicos, com exceção de Criciúma, São Carlos, São José e São Miguel do Oeste. No entanto, nenhum dos câmpus apresenta adequação plena às exigências da NBR 9050/2015.

Em frente a instituições de ensino, é fundamental a existência de pontos de embarque e desembarque do transporte público urbano em ambos os lados da via e próximos à travessia de pedestres. Os câmpus Araranguá, Caçador, Garopaba, Geraldo Werninghaus, São Carlos, Tubarão e Urupema não possuem ponto de ônibus próximo ao seu acesso principal.

Os Quadros 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5 apresentam o *checklist* completo quanto à acessibilidade espacial do acesso aos câmpus do IFSC.

TRAVESSIA	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP
Existe faixa de travessia de pedestres com faixa elevada na rua em frente ao acesso principal do câmpus?	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N
A transição entre a calçada e a faixa é nivelada (será permitido apenas um pequeno desnível de até 5mm)?	na	na	na	na	na	na	na	na	N	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Existe faixa de travessia de pedestres com rebaixamento da calçada na rua em frente ao acesso principal do câmpus?	S	N	N	N	N	S	N	N	na	N	na	S	N	N	N	N	N	N	N	N
O rebaixamento permite uma faixa livre de circulação, de no mínimo 1,20 m, da calçada?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento é total?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem largura mínima de 1,50 m ?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem rampas laterais com inclinação máxima de 5 % (1:20) ?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento está na direção do fluxo da travessia de pedestre (alinhado com a faixa de pedestres)?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem rampa nas abas laterais?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento está entre canteiros?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem inclinação constante e não superior a 8,33 % (1:12) no sentido longitudinal da rampa central e na rampa das abas laterais?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem largura mínima de 1,50 m?	S	na	na	na	na	N	na	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na
A rua em frente ao câmpus é pouco movimentada e não oferece perigo eminente para travessia de pedestre?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	S	N	N	N	S
Existe algum elemento que permita a travessia com segurança, como semáforo para automóveis, semáforo para pedestre com sinal sonoro, redutor de velocidade dos carros?	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	na	S	N	na	N	N	N	na
Existe foco de acionamento para travessia de pedestre com altura entre 80cm e 1,20m do piso?	N	na	na	na	na	na	na	na	na	na	N	na	na	N	na	na	na	na	na	na
Há sinalização tátil de alerta e direcional para a travessia?	N	N	N	N	N	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Quadro 6.2: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC – Travessia

CALÇADA EM FRENTE AO CÂMPUS	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
A calçada possui revestimento?	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S
Os materiais de revestimento e acabamento possuem superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado)?	S	S	S	N	na	S	N	S	S	S	S	N	S	N	S	na	na	na	S	N	S
Os materiais de revestimento e acabamento das calçadas possuem padronagem na superfície do piso que favoreça a sensação de segurança e orientação?	S	S	S	S	na	N	N	S	S	S	S	S	S	S	S	na	na	na	S	S	N
Existe na calçada uma faixa livre destinada exclusivamente à circulação de pedestres, sem qualquer obstáculo (ex.: degrau), com no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre?	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N
Esta faixa livre é contínua entre lotes vizinhos ao câmpus?	N	N	N	N	na	na	na	na	N	N	S	S	N	N	S	na	na	na	S	na	na
A calçada possui inclinação transversal da superfície de até 3 %?	N	S	N	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	N
A calçada possui inclinação longitudinal da superfície inferior a 5%? OBS.: Inclinações iguais ou superiores a 5 % são consideradas rampas!	S	N	N	N	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N
A calçada é livre de desníveis (ou tem desníveis de até 5mm ou de até 20mm)?	S	N	N	N	N	S	N	S	S	S	N	S	S	S	S	N	N	N	N	N	S
A superfície que delimita a calçada em um ou ambos os lados segue as recomendações? Caso não se aplique, assinala-se S.	S	S	S	N	N	S	N	N	S	N	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	N
A calçada é constituída de superfície "limpa", sem grelhas e/ou juntas de dilatação?	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S	S	N	N	N	N	S	N
Grelhas e/ou juntas de dilatação estão fora do fluxo principal de circulação?	na	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	N	na	na	na	S	S	N	S	na	N
Os seus vãos possuem dimensão máxima de 15 mm?	na	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	S	na	na	na	N	S	N	N	na	S
Estão instalados perpendicularmente ao fluxo principal ou possuem vãos de formato quadrícula/circular, quando houver fluxos em mais de um sentido de circulação?	na	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	N	na	na	na	N	N	N	S	na	S
A calçada é constituída de superfície "limpa", sem tampas na faixa livre (a calçada deve ter largura mínima de 1,20m, livre de obstáculos)?	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	N	N	N	S	S	N
As tampas estão niveladas com o piso adjacente?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	S	S	N	na	na	N
As tampas possuem frestas de dimensão máxima de 15 mm?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	N	N	N	na	na	N
As tampas são firmes, estáveis e antiderrapantes sob qualquer condição?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	N	S	N	na	na	N
Eventuais texturas, estampas ou desenhos na superfície da tampa, diferem?se da sinalização de piso tátil de alerta ou direcional?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	N	N	N	na	na	N
Existe sinalização tátil e visual de alerta no piso (pisos táteis)?	N	S	S	N	N	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	N
É possível detectar os pisos táteis pelo contraste de relevo e pelo contraste visual?	na	S	S	na	na	S	N	S	S	na	S	S	S	S	na	na	na	na	S	S	na
Os pisos táteis de alerta seguem as especificações da NBR 9050/2015	na	S	S	na	na	S	N	S	S	na	N	S	S	S	na	na	na	na	S	N	na
A sinalização tátil e visual de alerta no piso é utilizada corretamente?	na	S	N	na	na	S	N	N	S	na	N	N	N	S	na	na	na	na	S	N	na
Existe sinalização tátil e visual direcional no piso (pisos táteis)?	N	S	S	N	N	S	N	S	S	N	S	N	S	S	N	N	N	N	S	S	N
Está instalado no sentido do deslocamento das pessoas?	na	S	S	na	na	S	na	S	S	na	S	na	S	S	na	na	na	na	S	S	na

Quadro 6.3: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC – Calçada em frente ao Câmpus

PONTOS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DO TRANSPORTE PÚBLICO	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Existe ponto de ônibus próximo à entrada do câmpus?	N	N	S	S	S	S	S	N	S	N	S	S	S	S	S	N	S	S	S	N	S
Em ambos os lados da rua?	na	na	N	N	S	S	N	na	S	na	S	N	N	N	S	na	S	N	S	na	N
Este(s) ponto(s) de ônibus está(ão) em uma rota acessível (deve ser possível deslocar-se do(s) ponto(s) de ônibus até o acesso do câmpus, por meio de uma rota acessível)?	na	na	N	N	N	N	N	na	S	na	S	N	N	N	S	na	N	N	S	na	S
O(s) ponto(s) de ônibus preserva(m) a faixa de livre circulação da calçada? (Nenhum de seus elementos pode interferir na faixa livre de circulação de pedestres)	na	na	N	S	N	N	N	na	S	na	S	N	N	N	N	na	N	N	S	na	S
Há espaço livre de 80x120cm para pessoa em cadeira de rodas, no(s) ponto(s) de ônibus, quando houver assentos fixos?	na	na	N	N	N	S	N	na	S	na	S	N	N	N	S	na	N	N	S	na	N

Quadro 6.4: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC – Pontos de embarque e desembarque do Transporte Público

ESTACIONAMENTO NA RUA	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Existe estacionamento na rua em frente ao câmpus?	N	S	S	N	S	N	N	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	S	N	S
Este estacionamento está em uma rota acessível (deve ser possível deslocar-se desta vaga até os principais pontos de interesse do câmpus, por meio de uma rota acessível)?	NA	N	S	NA	N	NA	NA	S	N	N	N	S	N	NA	NA	NA	S	NA	S	NA	N
Essas vagas possuem piso regular e estável?	NA	S	S	NA	N	NA	NA	S	S	S	N	N	S	NA	NA	NA	S	NA	S	NA	N
Há pelo menos uma vaga reservada a pessoas com deficiência (deve haver pelo menos uma vaga, ou 2% do total de vagas)?	NA	N	N	NA	N	NA	NA	S	S	N	S	S	N	NA	NA	NA	S	NA	N	NA	S
Existe sinalização vertical (placa) com símbolo internacional de acesso indicando presença de vaga para pessoa com deficiência e/ou pessoa idosa?	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	N	N	NA	N	S	NA	NA	NA	NA	S	NA	NA	NA	S
A borda inferior das placas instaladas está a uma altura livre entre 2,10 m e 2,50 m em relação ao solo?	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	N	N	NA	N	N	NA	NA	NA	NA	S	NA	NA	NA	S
Existe um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura junto à vaga destinada a pessoa com deficiência e/ou pessoa idosa (esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio fio)?	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	S	S	NA	S	S	NA	NA	NA	NA	N	NA	NA	NA	S

Quadro 6.5: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC- Estacionamento na rua

O trabalho de levantamento das condições de acessibilidade espacial será estendido às demais áreas dos câmpus ao longo de 2017, com a Comissão Temática de Acessibilidade assumindo caráter permanente, conforme aprovado pelo Colégio de Dirigentes do IFSC em outubro de 2016.

6.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

O IFSC, com base nas suas características, finalidades e objetivos previstos na lei de criação dos Institutos Federais, propõe diretrizes para ampliação e adequação de sua

infraestrutura física. Essas diretrizes são estabelecidas com base em diversos documentos de referência, dentre eles:

- A Lei nº 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação.
- O Decreto nº 5.773/2006 que estabelece em seu artigo 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas.
- O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma, o IFSC apresenta a seguir algumas diretrizes gerais para ampliação e adequação da infraestrutura física e, nas seções seguintes, especifica as diretrizes para as bibliotecas, os espaços físicos e a acessibilidade.

- Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o plano diretor municipal.
- Atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso possibilitando entre outros a infraestrutura para pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão.
- Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes.
- Atender a toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras.
- Priorizar as obras de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Diretor de Obras e Engenharia.

6.2.1 Diretrizes para as bibliotecas

Quanto às bibliotecas, deve-se considerar que as bibliotecas do SiBI/IFSC atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar, quanto ao de uma biblioteca universitária. Porém, os bibliotecários do IFSC definem essas bibliotecas como universitárias, porque a instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão inerentes à formação universitária. Além disso, as bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais, exclusivamente, à comunidade acadêmica (alunos e servidores do IFSC).

Por estarem no status de biblioteca universitária, as Bibliotecas do SiBI/IFSC devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos câmpus e em quantidade que atenda às exigências do Sinaes. Assim, é obrigatório, para o período 2015-2019, que todas as bibliotecas do sistema contemplem em seu acervo as referidas bibliografias.

As bibliotecas do IFSC devem atender à seguinte estrutura mínima de:

- Pessoal: de acordo com o estabelecido na Resolução nº 12/2013/CDP.
- Mobiliário e equipamentos: estantes, mesas, cadeiras, computadores e sistema antifurto.
- Instrumentos e softwares atualizados: Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2), Classificação Decimal de Dewey (CDD), Sistemas de Gerenciamento de Acervo, Acesso às Normas ABNT, Acesso ao Portal Capes.
- Acervo: obras de referência, obras literárias e bibliografia presentes nos projetos pedagógicos de cursos.

Atendendo aos critérios descritos acima, as bibliotecas do SiBI/IFSC estarão preparadas para atender à comunidade escolar nos primeiros três anos de implantação de um câmpus. Durante esse período, os câmpus deverão planejar a expansão e o crescimento da estrutura física e do acervo informacional da biblioteca, bem como do quadro de servidores, para que seja mantida a qualidade dos serviços oferecidos.

6.2.2 Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus

O IFSC estabeleceu uma relação de ambientes que são referência para a implantação

da infraestrutura física de cada um de seus câmpus. Independentemente do seu porte, todo câmpus do IFSC deve ter uma estrutura da qual contem, no mínimo, os ambientes abaixo organizados em 7 categorias:

1) Ambientes Pedagógicos

- Salas de aula com capacidade para 40 alunos;
- Laboratórios Temáticos
- Sala de videoconferência para ensino a distância;
- Sala para a Coordenadoria Pedagógica;
- Sala para as Coordenadorias de área, nível ou curso;
- Espaço para atendimento reservado a alunos, pais e professores;
- Sala dos professores;
- Gabinetes ou estações de trabalho para professores;
- Espaço para atividades de monitoria;
- Salas de apoio à informática básica, inclusão digital e ensino de línguas;

2) Ambientes administrativos:

- Sala para a Secretaria Acadêmica;
- Salas para os setores de Registro Acadêmico, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Sala reservada para a Direção-geral, preferencialmente com antessala para assessorias e recepção;
- Gabinetes ou estações de trabalho para todos os setores e unidades organizacionais previstas nos Regimentos Internos dos câmpus;
- Sala de reuniões, preferencialmente com equipamento de videoconferência;
- Infraestrutura de trabalho para a CPA;
- Espaço para recepção geral.

3) Auditório



4) Biblioteca, incluindo:

- Sala de processamento técnico;
- Espaço para consulta à Internet;
- Espaços de estudos coletivos e individuais;

5) Ambientes de convivência:

- Espaço para lanchonete/cantina;
- Espaço para serviço de reprografia para alunos e comunidade;
- Espaço para Grêmios Estudantil e Centro Acadêmico;
- Sala de convivência para servidores;
- Espaço coberto para realização de exposições acadêmicas e eventos culturais;

6) Área esportiva:

- Espaço para a prática de atividades físicas;
- Ambiente polidesportivo, em campus com oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio;

7) Áreas comuns e outros ambientes:

- Depósito de materiais e espaço para movimentação de patrimônio
- Almoxarifado para materiais de consumo;
- Sala para equipamentos de processamento e armazenamento de dados;
- Espaços e instalações para servidores terceirizados;
- Garagem coberta para veículos oficiais;
- Bicicletário.

6.2.3 Diretrizes para a acessibilidade

A partir do levantamento das lacunas de acessibilidade realizado nos acessos dos



câmpus do IFSC, é possível traçar ações para sua adequação conforme a NBR 9050/2015 e a nova NBR 16537/2016 (Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

As principais obras necessárias ao atendimento dessas lacunas estão relacionadas pelos câmpus do IFSC nos quadros da seção 6.3, de acordo com a ordem de prioridade estabelecida em cada unidade. Obras, reformas e aquisição de equipamentos devem ser previstas nos Planos Anuais de Trabalho das Unidades Gestoras do IFSC.

Caberá ao Departamento de Obras e Engenharia da Pró-Reitoria de Administração, em articulação com os Departamentos e Diretorias de Administração dos câmpus e da Reitoria, providenciar os projetos e executar as obras de adequação de acessibilidade, consultando a Comissão de Acessibilidade quando necessário. Nesse sentido, todo projeto de construção de novas edificações ou de urbanização deve ser submetido à apreciação técnica da Comissão.

Ressalta-se que, para resolver considerável parte das lacunas de acessibilidade, cabe às Direções-Gerais dos câmpus e pró-reitorias articular ações junto a organizações externas, como, por exemplo, concessionárias do transporte público municipal (pontos de ônibus) e prefeituras (travessias).

Para dar sequência ao levantamento detalhado das condições de acessibilidade nos câmpus é necessário, em um primeiro momento, definir quais são as rotas que precisam ser acessíveis. Ao longo dessas rotas cada câmpus deve garantir condições de acessibilidade. O traçado da rota acessível deverá dar condições de acesso às diversas dependências do câmpus. De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015, p.5), rota acessível é um trajeto sinalizado contínuo e desobstruído que interliga ambientes externos e/ou internos de uma edificação.

A garantia da acessibilidade no ambiente construído contribui diretamente para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante estarmos conscientes que pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Uma das formas de “promover a inclusão”, como declarado na Missão do Instituto

Federal de Santa Catarina, é promover acesso no ambiente construído, independente das habilidades do cidadão – seja ele estudante ou servidor com deficiência, sem deixar de garantir-lhe independência, conforto e segurança.

6.3 IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

Com a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, e o número de câmpus do IFSC passando de 7 para 22 a partir de 2008, as demandas de infraestrutura física cresceram exponencialmente, indo desde a necessidade de pequenas adaptações ou reformas até a ampliação de área em grandes proporções, bem como a manutenção da infraestrutura existente.

Esta seção apresenta as principais demandas de infraestrutura das unidades componentes do IFSC para que seja implantado o Plano de Oferta de Cursos e Vagas apresentado no Capítulo 4, seguidas as diretrizes de organização de ambientes prevista na seção 6.1.2 e preenchidas as lacunas de acessibilidades levantadas na seção 6.1.3. Cada unidade organizou suas demandas em um quadro próprio, em ordem decrescente de prioridade e classificadas de acordo com uma tipologia de itens. Dada a necessidade de realização de projetos, estudos e detalhamento de especificações da maioria dos itens, bem como pela imprevisibilidade orçamentária, o quadro não apresenta estimativas de custo e data de execução.

Como detalhado no Capítulo 12, os recursos para implantação da infraestrutura podem ter, pelo menos, cinco fontes distintas: o orçamento ordinário da unidade, o orçamento geral do IFSC, descentralização de crédito orçamentário pelo MEC para planos de trabalho da Rede Federal, emendas parlamentares e projetos vinculados a outros ministérios e agências de fomento.

Ao passo que obras, equipamentos e instalações de menor porte podem ser custeadas pelo orçamento ou projetos próprios de cada câmpus, conforme a ordem interna de priorização, os itens de maior monta necessitam de aporte de recursos gerenciados pela Reitoria e, portanto, do estabelecimento de uma ordem de prioridade geral na instituição.

Neste cenário, em 2012 foi criado o Plano Diretor de Obras e Engenharia, com o objetivo de cadastrar e classificar todas as necessidades do IFSC em níveis de prioridade conforme critérios preestabelecidos e, assim, nortear o trabalho do Departamento de

Obras e Engenharia do IFSC. Os critérios preestabelecidos são: disponibilidade orçamentária, situação do processo (projeto concluído ou a ser elaborado), regularização junto aos órgãos fiscalizadores (Prefeitura, Bombeiros, Vigilância Sanitária, etc.), situação de infraestrutura existente (se põe em risco a continuidade de alguns cursos ou se apenas impede a abertura de novas vagas, ou ainda se medidas para manter a segurança do usuário são necessárias), verificação da situação de regularidade do terreno para construção, complexidade da obra e impacto institucional (benefício trazido). Ressalta-se que o ranqueamento das demandas no Plano Diretor é dinâmico, sendo automaticamente alterado conforme a disponibilidade dos itens que compõem a base de cada critério.

A partir de 2017, o IFSC contará com um Plano Plurianual de Implantação de Infraestrutura para orientar o Plano Diretor de Obras e Engenharia quanto ao critério do impacto institucional dos itens que requeiram emprego de recursos gerenciados pela Reitoria. O Plano Plurianual de Implantação de Infraestrutura trará a ordem de prioridade geral dos itens de maior monta dos quadros a seguir.

Câmpus Araranguá

Nº	Obras	Tipo
1	Adequações pontuais no Bloco 1	obra de adequação
2	Adaptações no Laboratório de Soldagem para atender exigências de segurança	obra de adequação
3	Correções no sistema de reaproveitamento de água – castelo d'água e Bloco 6	obra de instalação
4	Recepção, incluindo cobertura p/ embarque e desembarque e para estacionamento de motos e bicicletas	obra de ampliação
5	Repintura dos Blocos 2 e 3, muros e alambrados.	obra de recuperação
6	Instalação de grades para muros do entorno da quadra.	obra de recuperação
7	Bloco 7 - ampliação de salas de aula, biblioteca, secretaria e registro acadêmico.	obra de construção
8	Estação de Tratamento de Efluentes no bloco 1	obra de instalação
9	Cobertura entre blocos 2 e 3	obra de adequação

Data da coleta: outubro de 2016

Câmpus Caçador

Nº	Obras	Tipo
1	Quadra poliesportiva para prática de esportes com área aproximada de 1.056 m ² . A quadra será em concreto armado, sendo cercada por alambrado com tela revestida em PVC.	obra de construção
2	Ginásio de esportes.	obra de construção
3	Construção de auditório com capacidade para 350 pessoas. A edificação deverá possuir dois pavimentos para aproveitamento do espaço físico. O primeiro pavimento será composto por sala de recepção e <i>coffee break</i> , banheiros e cozinha. O segundo pavimento abrigaria o auditório com 350 pessoas sentadas, camarins, banheiros, palco, salas de apoio de imagem iluminação e projeção.	obra de construção
4	Construção do Bloco III para cursos superiores previstos no POCV. No bloco III deverá ser destinada área específica para a biblioteca.	obra de construção
5	Ampliação do Bloco I – 2º andar, aumentando o número de salas, propiciando maior organização para o ensalamento. Deverá ser avaliada a capacidade de suporte da estrutura existente. Deverá ser realizada pintura na parte existente para proteção dos elementos construtivos e conforto visual.	obra de ampliação
6	Cobertura da rampa e acesso aos blocos I e II.	obra de construção
7	Bases para 4 mastros e iluminação para destaque de bandeiras.	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017

Câmpus Canoinhas

Nº	Obras	Tipo
1	Quadra Poliesportiva	obra de construção
2	Construção do Galpão de Agroecologia	obra de construção
3	Conserto do Sistema de Combate a Incêndio	Serviço
4	Adequações previstas no laudo de vistoria dos Bombeiros	Serviço
5	Pintura dos muros e do Prédio	Serviço
6	Conserto da calha da Fábrica	Serviço
7	Troca de registro e mapeamento da hidráulica do Castelo D 'Água	Serviço
8	Manutenção dos laboratórios e construção de ralo em dois laboratórios	Serviço
9	Adequações de Acessibilidade / Identificação	Serviço
10	Cobertura da Passarela	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017

Câmpus Chapecó

Nº	Obras	Tipo
1	Muro de Contenção	obra de construção
2	Adequações para obtenção do Habite-se	obra de construção
3	Adequações para atendimento a acessibilidade	obra de construção
4	Construção de Platibanda dos Blocos B e E	obra de construção
5	Construção de blocos para atender demandas de salas de aula, laboratórios e auditório	obra de construção
6	Construção da quadra poliesportiva	obra de construção
7	Adequação de espaço de convivência	obra de urbanização
8	Construção de refeitório	obra de construção
9	Construção do novo departamento de ensino	obra de construção
10	Reestruturação da rede lógica/elétrica dos Blocos A e B	obra de instalação
11	Reestruturação da rede cabeada dos Blocos B e C	obra de reforma
12	Reestruturação do <i>Datacenter</i> e sala da CTIC	obra de construção
13	Construção de garagens	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Criciúma

Nº	Obras	Tipo
1	Impermeabilização de lages das escadas	obra de recuperação
2	Drenagem e frente ao auditório	obra de instalação
3	Pintura Geral	obra de recuperação
4	Isolamento das tubulações do castelo d'água	obra de recuperação
5	Sistema de alarme e iluminação	obra de adequação
6	Infiltração entrada administrativo	obra de adequação
7	Calçadas acesso veículos	obra de urbanização
8	Pisos cerâmicos soltos	obra de reforma
9	Construção/Ampliação de novo Bloco da Fábrica	obra de construção
10	Construção de novo Bloco de salas de aula	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016

Câmpus Florianópolis

Nº	Obras	Tipo
1	Reforma dos Laboratórios da Eletrônica	obra de adequação
2	Reestruturação da rede elétrica do bloco das oficinas*	obra de adequação
3	Atendimento ao Termo de Acordo com o Corpo de Bombeiros (Regularizações)	obra de adequação
4	Reforma Laboratório de Química	obra de reforma

Nº	Obras	Tipo
5	Reforma Depto. Acadêmico de Construção Civil – Laboratórios	obra de reforma
6	Reforma Laboratório Automobilística	obra de reforma
7	Reforma Almojarifado e Patrimônio	obra de reforma
8	Construção do Centro Administrativo	obra de ampliação
9	Construção do Portal do Maciço	obra de construção
10	Obra do Restaurante Escolar	obra de construção
11	Laboratório Didático de Redes de Computadores	obra de reforma
12	Construção de mezanino do Laboratório de Modelagem – Design*	obra de reforma
13	Reforma Laboratório de Manutenção Eletromecânica, SIP, SCEL, LRCI e SLC	obra de reforma
14	Projeto Construção do Novo Bloco do Depto. Acadêmico de Construção Civil	obra de construção
15	Reforma Laboratório de Biologia	obra de reforma
16	Reforma Laboratório de Química Geral na Ala Norte	obra de reforma
17	Reforma do Ambiente do Curso Técnico de Agrimensura	obra de reforma
18	Instalações elétricas e lógica das salas A e B, e dos Laboratórios A, B, LEFE e Almojarifado	serviço
19	Laboratórios DAELN	obra de reforma
20	LD1 (sala F102), LD2 (sala F103), ELD (sala F105), MCP (sala F107), DSP (sala F108).	obra de reforma
21	Laboratórios Didático de Banco de Dados	obra de reforma
22	Reforma da sala 203 e laboratório de Imaginologia	obra de reforma
23	Construção de um novo ambiente para o escritório da estação meteorológica	obra de construção
24	Pintura das salas de aula do Bloco das Oficinas – DAMM	obra de reforma
25	Ampliação do Laboratório de Metrologia	obra de reforma
26	Reforma Laboratório ELP (sala F106).	obra de reforma
27	Reforma DAE – Sala G019	obra de reforma
28	Substituição da rede de Gás (GLP) Laboratórios de Análises Físico-Químicas, Análises Bacteriológicas, Resíduos Sólidos e Ecotoxicologia	obra de reforma
29	Construção de uma quadra de vôlei de areia com alambrado para demarcação da área	obra de reforma
30	Criação espaço clínica Radiologia densitometria , mamó e odonto	obra de ampliação
31	Projeto/Obra Laboratório de Soldagem*	obra de ampliação
32	Reforma Laboratório: LPT (sala F104); Salas: Apoio Didático (sala F101); SMM2 (Sala F109).	obra de reforma
33	Reforma DAE – G102/G102a/G102b/G102c	obra de reforma
34	Instalação da rede de gases para Aparelho de Absorção Atômica	serviço
35	Reforma no ginásio 1	obra de reforma
36	Instalação de novos pontos para internet e computadores – Radiologia Sala de Pesquisa	serviço

Nº	Obras	Tipo
37	Construção do mezanino do Laboratório de Máquinas Operatrizes	obra de construção
38	Substituição da rede lógica existente por nova. Laboratórios: LD1 (sala F102), LD2 (sala F103), MCP (sala F107), DSP (sala F108).	obra de reforma
39	Reforma DAE – Salas e Laboratórios G011, G010, G014, G013, G016	obra de reforma
40	Reconstrução da Cobertura do Canteiro de Obras e Laboratório de Solos e Materiais com a readequação do espaço interno e ampliação da sala dos professores	obra de ampliação
41	Reforma no ginásio 2	obra de reforma
42	Reforma e pintura do Laboratório de Automação Hidráulica e Pneumática	obra de reforma
43	Adequação da rede lógica existente e disponibilização de novos pontos de conexão. Sala de Apoio Didático – DAELN	obra de reforma
44	LIME G023, LMEL G024, LACI G025, G019 – Instalação de Condicionadores de Ar	serviço
45	Troca das divisórias Laboratório de Bacteriologia e Físico-Química (Mezanino)	obra de reforma
46	Melhoria nos acessos aos ginásios 1 e 2	obras de recuperação
47	Divisão do laboratório de mamografia e adaptando para uso de dosimetria	obra de reforma
48	Ampliação de 03 novas salas para implantação de laboratórios de ensino com aproximadamente 60 m2 cada, em local a ser definido, preferencialmente próximo à área já ocupada pelo DAELN.	obra de ampliação
49	Terreno/pátio G012 - Adequação da área externa ao Laboratório de Medidas Elétricas e sistemas de potência, Projeto e Layout do Laboratório externo para as práticas de Medidas Elétricas.	obras de recuperação
50	Miniauditório do DACC	obra de reforma
51	Reforma das quadras externas	obra de reforma
52	Construção de sala de professores do Curso de Design	obra de adequação
53	Obra DAELN – Disponibilização de nova edificação com área total mínima de 2.000 m2 (no mínimo: 15 laboratórios de ensino, 03 laboratórios de pesquisa, 01 laboratório de ensino/ pesquisa/ alunos, 02 salas multimídia, 01 sala de monitoria, 01 sala de apoio didático/ professores, 05 salas administrativas), para onde o departamento possa ser transferido, ficando com suas salas administrativas e laboratórios de ensino concentrados no mesmo espaço.	obra de construção
54	Reforma sala G102c, G024 – DAE	obra de reforma
55	Reforma do Ambiente do Curso Técnico de Agrimensura	obra de reforma
56	Compactação da pista de atletismo	serviço
57	Construção do Espaço para abrigar os ambientes (sala de professores, sala de meios e sala de integração dos alunos)	obra de construção
58	Construção do Espaço para abrigar os ambiente (sala de professores, sala de meios e sala de integração dos alunos) - G005, G008, G018, G017 e G016, G006/G007	obra de reforma
59	Climatização (ambiente com temperatura e umidade controlada) de sala do Laboratório de Solos e Tecnologia dos Materiais.	serviço
60	Manutenção do campo de grama sintética	Serviço
61	Conserto de reboco, pintura, revisão e troca de piso, revisão e troca de instalações elétricas, e hidráulica (este último somente no Laboratório de Artes Visuais) – todos os espaços possuem umidade ascendente (insalubridade)-Laboratórios de: Artes Visuais, Teatro e Música. Sala da Coordenadoria e Assessoria de Artes, Sala do Boca de Siri, Depósito de Artes e Sala de Acervo de instrumentos musicais.	obra de reforma
62	Laboratório de Informática – Enfermagem	obra de ampliação

Nº	Obras	Tipo
63	Banheiro DAE	obra de ampliação
64	Reforma da Secretaria, coordenações de curso e sala dos professores – DACC	obra de reforma
65	Serviços no Laboratório TEXTO – DALTEC	obra de reforma
66	Serviços Laboratório de Matemática I e II	obra de reforma
67	Laboratório de Informática – Estudo de Segurança e Medicina do Trabalho em softwares específicos	obra de reforma
68	Serviços Laboratório de Física	serviço
69	Sala de Professores de Informática – DASS	obra de reforma
70	Laboratórios Didático de Banco de Dados	obra de reforma
71	Laboratórios Didático de Sistemas Operacionais e Arquitetura de computadores – DASS	obra de reforma
72	Laboratórios Didático de Gestão da Tecnologia da Informação	obra de reforma
73	Ampliação e adequação do Laboratório de Música (com manutenção do piso de madeira)	obra de ampliação
74	Ampliação e adequação do Laboratório de Teatro (com troca de piso cerâmico para piso de madeira) - Há necessidade de duplicar a área deste laboratório.	obra de ampliação
75	Adequação do Laboratório de Artes Visuais (troca de piso cerâmico com rejunte amplo para piso cerâmico com junta seca) - realizar acústica deste ambiente prevendo exposições audiovisuais.	obra de ampliação
76	Ampliação e adequação do Depósito de Artes	obra de ampliação
77	Ampliação e adequação da Sala de Acervo de Instrumentos Musicais	obra de ampliação
78	Laboratórios Didático de Sistemas de informação	obra de reforma
79	Laboratório de Semiotécnica	obra de reforma
80	Área de treinamento prático dos conhecimentos vinculados às NR's - Normas Regulamentadoras do MTE (ex: trabalho em altura, espaços confinados)	obra de construção
81	Construção de 01 sala de aula – Informática	obra de construção
82	Reforma das salas de aula do 3º Andar do prédio do DACC	obra de reforma
83	Instalação de rede de ar comprimido para o Laboratório de Solos e Tecnologia dos Materiais	serviço
84	Reforma do Canteiro e Laboratórios de Instalações Hidrossanitárias e Instalações Elétricas	obra de reforma
85	Reforma do Laboratório de Solos e Tecnologia dos Materiais	obra de reforma
86	Construção de 2 salas de aula com capacidade para receber 24 alunos cada – Enfermagem	obra de construção
87	02 laboratórios de pesquisa Construção Tecnologia e Informação	obra de construção
88	02 estúdios de produção de Conteúdos Educacionais – DASS	obra de construção
89	01 auditório/estúdio de transmissão/gravação de aulas – DASS	obra de construção
90	Reforma dos Laboratórios de Análises Físico-Químicas, Análises Bacteriológicas, Resíduos Sólidos e Ecotoxicologia	obra de reforma
91	Reforma das salas de aulas e laboratórios de CAD do 2º andar do prédio do DACC	obra de reforma

Nº	Obras	Tipo
92	Construção de 1 (um) laboratório setorizado, contendo os seguintes setores: sala cirúrgica (pia para escovação, sala de recuperação pós-anestésica), sala obstétrica (pré, intra e pós-parto), sala clínica médica e cirúrgica (com 4 leitos), sala de fundamentos de enfermagem (com bancada e quadro branco)	obra de construção
93	Projeto Implantação laboratório de Medicina Nuclear	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016

Câmpus Florianópolis-Continente

Nº	Obras	Tipo
1	Eliminação de infiltração na laje do bloco A acima do laboratório cambuza	obra de reforma
2	Ampliação da cobertura do sistema Wi-Fi	aquisição de equipamento
3	Aquisição de equipamentos de reposição para câmara fria	aquisição de equipamento
4	Conserto do sistema dos coletores solares para aquecimento de água	Serviço
5	Implantação de sistema de monitoramento das câmaras frias	Serviço
6	Reforma dos pisos das salas de aula do bloco A	obra de reforma
7	Climatização dos ambientes novos e substituição dos aparelhos condicionadores de ar avariados do bloco B	aquisição de equipamento
8	Equipar a sala de pesquisa do campus	aquisição de equipamento
9	Equipar novo laboratório de cozinha regional	aquisição de equipamento
10	Equipar a "copa suja" do laboratório de cozinha regional	aquisição de equipamento
11	Equipar bar pedagógico do laboratório restaurante da cozinha regional	aquisição de equipamento
12	Sistema antifurto para biblioteca	aquisição de equipamento
13	Conexão dos pontos de consumo de água quente dos Laboratórios de Panificação e Confeitaria à rede central no "subsolo"	serviço
14	Equipar nova sala da TI – aquisição/construção de bancada para manutenção, armários, cadeiras/banquetas.	aquisição de equipamento
15	Equipar a copa cambuza do laboratório de cozinha regional	aquisição de equipamento
16	Equipar laboratório de análise sensorial	aquisição de equipamento
17	Montagem do laboratório de tecnologia de alimentos	aquisição de equipamento
18	Montagem do laboratório de microbiologia	aquisição de equipamento
19	Aquisição de gerador elétrico	aquisição de equipamento

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Garopaba

Nº	Obras	Tipo
1	Redes lógica e elétrica dos laboratórios de informática	obra de adequação
2	Sala de Armazenamento de Produtos Químicos	obra de construção
3	Quadra Poliesportiva Coberta	obra de construção
4	Implantação de sistema de energia solar com placas fotovoltaica	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Gaspar

Nº	Obras	Tipo
1	Elaboração do projeto e readequação das instalações dos laboratórios de Química e Biologia.	obra de adequação
2	Contratação de empresa especializada para recuperação das fissuras estruturais.	obras de recuperação
3	Readequação de espaços do laboratório de Vestuário (Fábrica)	obra de adequação
4	Adequação da rede elétrica e lógica para implantação do laboratório de informática 7	obra de instalação
5	Adequação da rede elétrica e lógica para implantação do laboratório de Gestão e Negócios	obra de instalação
6	Readequação da rede elétrica e lógica do Bloco 3	obra de instalação
7	Obras de adequação do câmpus para atender a requisitos de acessibilidade	obra de reforma
8	Lavagem externa dos prédios e repintura	obra de reforma
9	Construção de cisterna para captação e uso de água de chuva	obra de construção
10	Elaboração de projeto para construção do bloco IV (salas de aula e laboratórios)	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Itajaí

Nº	Obras	Tipo
1	Grades nas janelas do piso térreo	obra de adequação
2	Construção do quarto bloco	obra de construção
3	Adequação nos sistemas de prevenção contra incêndio para regularização da situação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí.	obra de adequação
4	Fechamento do átrio com vidro temperado	obra de adequação

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Geraldo Werninghaus

Nº	Obras	Tipo
1	Construção de um novo bloco de salas	obra de construção
2	Sistema de Exaustão no Laboratório de Soldagem	obra de adequação
3	Projeto para central de gases – Laboratório de Solda	obra de adequação
4	Reestruturação do Câmpus (Telhado)	obras de recuperação
5	Revisão hidro / sanitária	obras de recuperação
6	Revisão / reforma do sistema de prevenção de incêndios	obra de instalação
7	Rede de Ar Comprimido	obra de instalação
8	Pintura do campus	obras de recuperação
9	Complemento da urbanização do talude posterior	obra de urbanização
10	Ginásio esportivo	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Jaraguá do Sul

Nº	Obras	Tipo
1	Reestruturação elétrica	obra de instalação
2	Sistema de prevenção de incêndio	obra de instalação
3	Reestruturação do cabeamento lógico	obra de instalação
4	Cobertura da Quadra	obra de construção
5	Revitalização das salas de aula	obra de reforma
6	Projeto de adequação de acessibilidade	obra de adequação
7	Local coberto para bicicletas e motos	obra de construção
8	Pintura do câmpus	obra de reforma
9	Novo Bloco para salas de aula e laboratórios	obra de construção
10	Urbanização e Paisagismo do câmpus	obra de urbanização
11	Adequação do Muro e Guarita	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Joinville

Nº	Obras	Tipo
1	Construção do Bloco de Salas de Aula e Biblioteca – Bloco VI	obra de construção
2	Manutenção corretiva da estrutura dos blocos já existentes do Campus Joinville.	obra de reforma
3	Equipamentos para a academia do câmpus	aquisição de equipamento
4	Elaboração de Projeto para a construção do Bloco VII	obra de construção
5	Reestruturação da infraestrutura física, lógica e de serviços elétrico, de rede e telecomunicações	Serviço
6	Reforma da Passarela que interliga os Blocos	obra de reforma

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Lages

Nº	Obras	Tipo
1	Fechamento de vãos com esquadrias e vidros (licitado em obra vigente mas com risco de não entrega por parte da construtora)	obra de ampliação
2	Adequação de laboratórios e instalação de redes de gases e ar comprimido + passarelas cobertas	obra de adequação
3	Implementação da área experimental dos cursos de ambiente e saúde (barracão, quiosque e almoxarifado)	obra de construção
4	Novo bloco da área de Processos Industriais	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Palhoça Bilingue

Nº	Obras	Tipo
1	Construção da quadra poliesportiva coberta	obra de construção
2	Reforma do sistema de coleta de águas da chuva e impermeabilização do telhado	obra de reforma
3	Equipamentos para o laboratório de audiovisual	aquisição de equipamento
4	Aquisição de equipamentos de informática conforme PDTI	aquisição de equipamento
5	Construção de novo espaço para atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão do Câmpus (sala multiuso, espaço para a sala de condicionamento físico, sala para o grêmio estudantil e diretório acadêmico)	obra de construção
6	Consolidação da estrutura do NEAD	aquisição de equipamento
7	Pintura do Câmpus	obra de recuperação

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus São Carlos

Nº	Obras	Tipo
1	Construção da área multiúso (auditório, quadra esportes e área de lazer)	obra de construção
2	Equipamentos para laboratórios	aquisição de equipamento
3	Construção de contenção do muro e calçada em frente ao câmpus	obra de urbanização
4	Cobertura nas áreas de acesso ao câmpus (entradas do prédio)	obra de adequação
5	Adequação das condições de acessibilidade às dependências do câmpus	obra de urbanização

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus São José

Nº	Obras	Tipo
1	Recuperação das fachadas, tetos, paredes e pintura do câmpus	obras de recuperação
2	Reforma do sistema elétrico do câmpus	obras de recuperação
3	Reforma do sistema hidráulico	obras de recuperação
4	Execução do projeto preventivo de incêndio do câmpus	obra de instalação
5	Recuperação do passeio externo do campus (calçadas)	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus São Lourenço do Oeste

Nº	Obras	Tipo
1	Estruturação do <i>datacenter</i> do campus	aquisição de equipamento
2	Adequação da rede elétrica	obra de instalação
3	Viabilização da rede lógica e de dados	obra de instalação
4	Melhorias da rede hidrossanitária	obra de instalação
5	Restauração do telhado	obras de recuperação
6	Adequações de acessibilidade de pessoas nas dependências do câmpus	obra de adequação
7	Adequação das áreas externas para o funcionamento do campus	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus São Miguel do Oeste

Nº	Obras	Tipo
1	Construção do Galpão	obra de construção
2	Almoxarifado para armazenamento de produtos químicos	obra de construção
3	Cobertura passarela nas áreas de acesso aos blocos do câmpus	obra de urbanização
4	Calçamento do Estacionamento	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Urupema

Nº	Obras	Tipo
1	Construção de moradia para os estudantes	obra de construção
2	Adequação do acesso à Estufa	obra de construção
3	Implantação do toldo ligando o Bloco I ao II	obra de construção
4	Adequar o acesso ao pomar	obra de construção
5	Construção de uma Casa de ferramentas para o pomar	obra de construção
6	Instalação de divisórias das salas	obra de adequação
7	Urbanização e paisagismo do câmpus	obra de construção
8	Implantação de uma Plataforma de acessibilidade	obra de construção
9	Adequação da Rede lógica nas salas administrativas	obra de adequação
10	Manutenção bloco I e II	obra de adequação
11	Adequação de laboratórios	obra de adequação
12	Adequação do espaço externo para implantação de equipamentos para atividades esportivas	obra de adequação

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Xanxerê

Nº	Obras	Tipo
1	Construção do bloco V	obra de construção
2	Construção de uma quadra multiúso	obra de construção
3	Reforma estrutura elétrica do bloco I	obra de adequação
4	Demolição da parede e construção de uma nova;	serviço
5	Construção de uma cabine de pintura para a área da mecânica	obra de construção
6	Almoxarifado para agroindústria	obra de construção
7	Revestimento da calçada	Serviço
8	Paisagismo, estacionamento, pavimentação, iluminação	obra de urbanização
9	Construção de um bloco de salas	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Tubarão

Nº	Obras	Tipo
1	Adequação do mezanino para salas administrativas com divisórias e refrigeração.	obra de adequação
2	Readequação das redes de água e energia para instalação de quiosque para funcionamento cantina para alunos no hall de entrada.	obra de instalação
3	Aquisição de sistema de filtragem de água para todo o Câmpus, com instalação no ponto de acesso da Companhia fornecedora.	obra de instalação
4	Readequação dos quadros de distribuição de energia do Câmpus para isolar circuitos de iluminação do entorno do bloco, estacionamento, salas, corredores, etc...	obra de instalação
5	Substituição das luminárias do entorno e estacionamento por luminárias econômicas LED.	obra de instalação
6	Aquisição e instalação de tendas e contêineres para abrigar alunos no espaço externo.	obra de adequação
7	Aquisição e instalação de contêiner para abrigar almoxarifado.	obra de adequação
8	Readequação da iluminação interna com lâmpadas econômicas LED das salas de aulas e laboratórios, atendendo aos padrões de qualidade e Iluminância de interiores, estabelecidos na NBR-5413 da ABNT.	obra de instalação
9	Instalação de elevatória para adequar aos conceitos de sustentabilidade e acessibilidade.	obra de instalação
10	Construção do Bloco II da Expansão.	obra de construção
11	Construção da Fábrica para atender aulas práticas dos novos eixos.	obra de construção
12	Limpeza e conservação de terreno baldio destinado a construção e urbanização do projeto de expansão.	Serviço
13	Readequação de Secretaria – divisão entre Registro Acadêmico e Secretaria	Obra de adequação
14	Criação de Novos Espaços – Biblioteca: salas de processamento de dados; sala de estudos	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

ANEXO I – Levantamento dos espaços físicos do IFSC²³

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
DIREÇÃO-GERAL																				
Sala reservada para o diretor-geral	1	*	1	1	1	1	1	1	1	*	1	1	1	1	1	1	1	*	1	1
Antessala para secretário ou assessor		*	1				2			*			1			1		*		
Sala de reuniões			1			1		*		*	1			1	1	1	1			
Sala de reuniões com videoconferência						1	1	*		*	1				1					
Banheiro				1		1	2	*		*				1	1	1	1			
Copa						1	1	*		*				1	1	1	1			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO																				
Sala principal, para diversos setores	1				1	1		1	1	*		1	1	1	1	1		1	1	
Sala reservada para diretor ou chefe de departamento de administração		*		1			1	*		*	1			1	1					
Sala para o setor de desenvolvimento de pessoas	1	*	1				1	*		*	1	1		1	1	1	1			
Sala para o setor de materiais e finanças		*	1	1			2	*		*	1			1	1	1	1			1
Sala para o setor de almoxarifado e patrimônio	1	*	1	1			2	1		*		1	1	1	1	1			*	
Sala de movimentação de patrimônio	1	*		1			1			*										
Sala para o setor de manutenção ou infraestrutura		*			1		6			*	1					1			*	
Sala para o setor de protocolo		*		1			1													
Sala para o setor de tecnologia da informação e comunicação	1	*	1	1	1	1	2	1	1	*	1		1	1	1	1	1			1
Sala para os equipamentos de processamento e armazenamento de dados	1	*	1		1	1	2	1	1			1	1	1		1	1	1	*	
Sala de reuniões											1									
Sala de arquivo				1			1							1						

2 Os espaços marcados com o asterisco estão em obras.

3 Os dados foram atualizados em junho de 2014.

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (continuação)																				
Sala para processamento técnico na biblioteca	1	*			1	1	1	*	1	*	1			1	1	1	1			
Salas de estudos coletivos na biblioteca	1	*			1	1	1	*		*	1			1	1	1				
Salas de estudos individuais na biblioteca		*			1		1			*				1						
Sala com computadores na biblioteca, para consulta a internet		*	1		1	1	1	1	1	*	1				1	1	1			
Sala de leitura na biblioteca	1	*		1	1	1	1	*		*				1	1	1	1			
AMBIENTES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Salas de aula exclusivas – pequenas (até 20 alunos)				1			5	1 (6*)		2*		1				1				
Salas de aula exclusivas – médias (de 21 a 31 alunos)	2				6		17	1 (13*)		4*		10	7	3						1
Salas de aula exclusivas – normais (de 32 a 40 alunos)	6	2 (10*)	14	13		13	35	1	12	3*	15	2	4	4	12	14		2	5*	4
Salas de aula exclusivas – grandes (mais de 40 alunos)	1			3								2	4	3			12			
Salas de aula informatizadas (menos laboratórios)							4			*			1							
AMBIENTES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Continuação)	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Sala de videoconferência para ensino a distância	1	2				1	2	1		1*	1			1	1	1	1		*	1
Salas de aula dentro de laboratórios, com capacidade para, no máximo, 20 alunos	3			1	1		21	2		4*			1		5	22			7*	2
Salas de aula dentro de laboratórios (mais de 20 alunos)						8	13						7						1*	
Sala de estudos para alunos (menos biblioteca)	1						3							1	1	1				
Sala para monitoria	1						3			1*				1	1					
Salas para grupos de pesquisa				1	1		24	*	1				1	1			1			
Laboratórios de informática	2	2	4	1	1	3	30	2 (6*)	5	3*	4	2	3		4	2	2	2	1 (1*)	2
Computadores em laboratórios de informática	50	48	80	5	24	70	603	45	160	90	70	70	96	6	80	23	60		36	70

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Ginásio poliesportivo							2													
Quadra de esportes coberta																1				
Quadra de esportes descoberta							2				1		1	1						
Campo de futebol			1				1		1											
Cancha de areia	1								1											
Vestiários							2									1				
Depósito de materiais esportivos							1									1				
Sala de ginástica							1			*						1				
Pista de caminhada									1											
Pista atlética							1													
Piscina																				
OUTROS	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Depósito temporário na biblioteca							1									1				
Espaço em implantação do hotel tecnológico																1			*	
Sala para o setor de saúde							1									1				

CAPÍTULO 6.....	1
PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	1
6.1 SITUAÇÃO.....	1
6.1.1 Bibliotecas.....	1
6.1.2 Espaços físicos.....	4
Geral.....	4
Laboratórios.....	4
Câmpus Araranguá.....	4
Câmpus Caçador.....	5
Câmpus Canoinhas.....	5
Câmpus Chapecó.....	6
Câmpus Criciúma.....	6
Câmpus Florianópolis-Continente.....	6
Câmpus Garopaba.....	6
Câmpus Gaspar.....	7
Câmpus Geraldo Werninghaus.....	7
Câmpus Florianópolis.....	8
Câmpus Itajaí.....	9
Câmpus Jaraguá do Sul.....	9

Câmpus Joinville.....	9
Câmpus Lages.....	10
Câmpus Palhoça-Bilíngue.....	10
Câmpus São Carlos.....	10
Câmpus São José.....	11
Câmpus São Miguel do Oeste.....	11
Câmpus Urupema.....	11
Câmpus Xanxerê.....	11
6.1.3 Acessibilidade.....	12
6.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	16
6.2.1 Diretrizes para as bibliotecas.....	18
6.2.2 Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus.....	18
6.2.3 Diretrizes para a acessibilidade.....	20
6.3 IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	22
Câmpus Araranguá.....	23
Câmpus Caçador.....	24
Câmpus Canoinhas.....	24
Câmpus Chapecó.....	25
Câmpus Criciúma.....	25
Câmpus Florianópolis.....	25

Câmpus Florianópolis-Continente.....	29
Câmpus Garopaba.....	29
Câmpus Gaspar.....	30
Câmpus Itajaí.....	30
Câmpus Geraldo Werninghaus.....	31
Câmpus Jaraguá do Sul.....	31
Câmpus Joinville.....	32
Câmpus Lages.....	32
Câmpus Palhoça Bilíngue.....	32
Câmpus São Carlos.....	33
Câmpus São José.....	33
Câmpus São Lourenço do Oeste.....	33
Câmpus São Miguel do Oeste.....	33
Câmpus Urupema.....	34
Câmpus Xanxerê.....	34
Câmpus Tubarão.....	35
ANEXO I – Levantamento dos espaços físicos do IFSC.....	36

CAPÍTULO 7

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

7.1 DIRETRIZES GERAIS

A Gestão de Pessoas do IFSC envolve os processos relativos ao recrutamento e seleção, admissão de pessoal, movimentação de servidores, capacitação e avaliação, atenção à saúde, controle funcional e pagamento, por meio das seguintes políticas:

- a) recrutamento e seleção: o recrutamento será baseado na análise dos cargos com o objetivo de traçar o perfil do servidor que melhor se adaptaria a uma função específica, de acordo com as políticas de gestão de pessoas e o planejamento institucional. A seleção será realizada com base nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) verificadas em cada um dos candidatos e nas competências esperadas pela instituição;
- b) capacitação: propor ações de desenvolvimento para os servidores, considerando as competências institucionais e as individuais. As capacitações serão pautadas em trilhas de desenvolvimento gerais e específicas;
- c) avaliação: os programas de avaliação de desempenho dos servidores estarão pautados no acompanhamento e no desenvolvimento de competências relacionadas as diretrizes do cargo de contratação, e deverão considerar as diretrizes da Política de Gestão de Pessoas instituída pelo Governo Federal. A avaliação de desempenho dos servidores fará parte da avaliação institucional;
- d) atenção à saúde: promover ações voltadas à saúde e melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- e) movimentação de servidores: traçar diretrizes para movimentação de servidores através de editais, buscando a padronização e a unificação dos processos já existentes;
- f) controle funcional e pagamento: será realizado de acordo com as normas e diretrizes vigentes.

7.1.1 Critérios de Seleção e Contratação

O IFSC necessita ter um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos

em permanente processo de atualização técnica e pedagógica. Frente aos desafios e demandas para promover um processo educativo e investigativo com inclusão social e práticas pedagógicas emancipadoras, que contribuam para a identificação de problemas e suas soluções técnicas e tecnológicas de forma sustentável na região em que se situa, o IFSC vem realizando as seguintes ações: estímulo à formação e atualização dos profissionais da educação que compõem o seu quadro de pessoal; aperfeiçoamento do processo de seleção de novos servidores, sejam eles docentes ou técnico-administrativos.

Nesse sentido, sem perder de vista o disposto em Lei, o Instituto Federal de Santa Catarina possui duas formas de ingresso em seu corpo docente, seja por meio de um processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos, seja por intermédio da realização de Concurso Público de provas e títulos.

No processo seletivo simplificado, a seleção inclui prova escrita e entrevista com uma banca examinadora. No Concurso Público há diferentes etapas para aprovação de candidatos no certame. Essas etapas incluem a realização de prova objetiva, discursiva, prática de desempenho didático e de títulos.

A prova objetiva exige conhecimentos de legislação e contexto histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além dos conhecimentos pedagógicos e aqueles específicos da área objeto de inscrição no Concurso.

A prova discursiva discute temas relacionados aos níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Instituto e práticas pedagógicas fundamentais no exercício da docência, exigindo do candidato a elaboração de um texto dissertativo sobre um determinado tópico de natureza pedagógica. Pretende-se, desse modo, selecionar docentes que tenham o domínio de conteúdos específicos relacionados a sua área de atuação profissional, bem como demonstrem conhecimento de metodologias e recursos didáticos. Pretende-se também verificar capacidade de síntese e clareza textual, habilidade de articulação entre os conhecimentos específicos, efetiva prática pedagógica e conhecimento da legislação pertinente, adequando sua proposta de trabalho ao nível de ensino indicado na questão da prova.

A prova prática de desempenho didático, por sua vez, pretende selecionar aqueles candidatos com domínio não só do conhecimento específico de sua área de atuação, mas

também de saberes relacionados à prática pedagógica e ao efetivo desempenho didático. Os candidatos são avaliados por uma banca examinadora.

A prova de títulos, por fim, pontua a titulação do candidato, buscando valorizar tanto o seu itinerário formativo e sua experiência no magistério, quanto a sua experiência profissional não acadêmica. Ressalta-se que, em seus Concursos Públicos, a graduação tem sido o requisito mínimo de escolaridade aceito pelo IFSC para a investidura no cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. De acordo com a Lei nº 12.772/2012, a exigência permitida para os cargos de docente é somente Graduação, estando vetado ao IFSC exigir qualquer tipo de pós-graduação em seus Concursos Públicos e Processos Seletivos para docentes.

Para o ingresso na Carreira de Técnico-administrativo em Educação no IFSC, faz-se necessária aprovação em Concurso Público promovido pela instituição, constituído das seguintes etapas: prova objetiva para todos os cargos e prova prática para alguns deles.

A prova objetiva avalia os conhecimentos específicos relacionados à área de atuação profissional dos candidatos, organizada de tal modo que também são cobrados conhecimentos gerais, de legislação e de Língua Portuguesa.

Quanto à prova prática, que se realiza perante uma banca examinadora, o candidato deve desenvolver atividades inerentes ao cargo objeto de sua inscrição no certame, com base em um roteiro previamente definido pela banca.

São diferentes os requisitos de escolaridade exigidos para a investidura nos cargos da Carreira de Técnico-administrativo em Educação, haja vista que são três os níveis de classificação estabelecidos para esses cargos: C, relacionado ao nível fundamental; D, referente ao nível médio e E, equivalente ao nível Superior. Destaca-se, ainda, que não somente a escolaridade mínima é requisito para ingresso na Carreira, mas também a experiência profissional, conforme define o Anexo X da Lei nº 11.233/2005.

O Codir realiza a validação da divisão de códigos de vaga entre câmpus e Reitoria. Tanto o Banco de Professor-Equivalente (BPeq) quanto o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (QRSTAE) fazem parte das discussões deste Colegiado, que aprovou recentemente, a tipagem dos câmpus, em relação ao número de servidores técnico-administrativos dos câmpus e da Reitoria.

Divididos o BPeq e o QRSTAE, as vagas desocupadas são ofertadas em remoção interna, através de editais. Caso não ocupadas pela remoção, as vagas são ofertadas aos candidatos do Concurso Público vigente.

Para o Concurso Público, os critérios de seleção dos docentes são escritos de forma democrática, com a presença dos Chefes de Ensino dos câmpus. Para os cargos técnico-administrativos são estabelecidos os critérios dispostos no Ofício nº15/2005 do MEC e na Lei nº 11.233/2005, que tratam dos requisitos necessários para ocupação desses cargos.

A seleção de servidores no IFSC está baseada nas seguintes normas e legislações: Decreto nº 7.311/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 56/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do MEC; Decreto nº 7.312/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 142/2011, do MPOG e MEC; Portaria 1.475/2012, do MEC; Decreto nº 6.944/2009, combinado com a Portaria Ministerial nº 450/2002, do MPOG; Portaria nº 619/2012, do MPOG; Lei nº 12.772/2012; Lei nº 8.112/1990 e suas respectivas alterações.

7.1.2 Da Admissão de Pessoas com Deficiência

Para o IFSC, Pessoas com Deficiência são aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, bem como na Súmula nº 45, da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular). A nomenclatura de Pessoas com Deficiência dar-se-á de acordo com o Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009.

As Pessoas com Deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, particularmente em seu Artigo 40, participam do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação e aos comandos do Decreto Federal nº 6.944/2009.

Em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 5º, da Lei nº 8.112/1990, bem como na forma do Decreto nº 3.298/1999, para as Pessoas com Deficiência será reservado o percentual de até 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do concurso. Para todos os cargos a ocupação dar-se-á de forma alternada com a lista geral de classificados.

7.1.3 Da reserva de vagas para Negros

É realizada a reserva de vagas para negros no percentual de 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas, de acordo com o previsto na Lei 12.990 de 09 de junho de 2014. Para todos os cargos a ocupação dar-se-á de forma alternada com a lista geral de classificados.

Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, conforme artigo 2º da Lei 12.990 de 2014, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os negros participam do Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação e aos comandos do Decreto Federal nº 6.944/2009.

7.1.4 Da admissão de estrangeiros

No IFSC, há a possibilidade de admissão de candidatos estrangeiros, mas somente em Concurso Público e para os cargos de docente. Para os cargos de Técnico-administrativos em Educação e nos casos de Processo Seletivo Simplificado não é permitida a admissão de candidatos estrangeiros.

Para investidura no cargo, além de outros requisitos, é necessária a nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, do Art. 12 da Constituição da República Federativa

do Brasil e na forma do disposto no Art. 13, do Decreto nº 70.436/1972 ou, ainda, no caso de nacionalidade estrangeira, estar em conformidade com as normas e os procedimentos das Leis nº 8112/1990 e nº 9515/1997.

7.1.5 Centro de Referência em Formação e EaD

O Consup do IFSC aprovou, por meio da Resolução nº 08/2014/Consup, a criação do Centro de Referência em Formação e EaD.

Cabe a esse Centro de Referência fomentar, articular e encaminhar demandas de formação da área de Gestão Pública em Instituição de Ensino e demandas de Formação de Formadores, internas à instituição, em articulação com as Pró-Reitorias de Administração e de Ensino. Além disso, cabe também ao Centro de Referência fomentar, articular e encaminhar demandas de Formação de Formadores e de Gestão Pública em Instituição de Ensino externas à instituição, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.

A partir de fevereiro de 2014, é o Centro de Referência que oferta os cursos de formação aos servidores e ao público externo do IFSC, sempre em parceria com as Pró-Reitorias.

7.1.6 Ambientação e Procaed

A ambientação tem a função de situar o novo servidor na instituição, tratando de questões ligadas à história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como de processos e fluxos do IFSC. Ela é composta por momentos presenciais e a distância. Há também a Ambientação Setorial, aquela em que o servidor é recebido no seu local de trabalho e recebe os primeiros treinamentos em serviço.

Uma das grandes ações de 2013 foi o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Educacional (Procaed) do IFSC. O Procaed, Módulo EaD, tem como objetivo a formação continuada dos servidores do Instituto Federal de Santa Catarina por meio da modalidade a distância, possibilitando a construção de saberes pertinentes à sua atuação profissional e cidadã. A sua oferta se justifica pela demanda institucional de desenvolvimento permanente do servidor público, de acordo com o Decreto nº 5707/2006. Foram ofertadas, nesse primeiro módulo, 600 vagas, distribuídas nos cursos de Comportamento Humano no Trabalho, Ética na Gestão Pública, Concepção e Gestão de

Projetos Públicos, Gestão de Pessoas, Novos Paradigmas na Gestão Pública e Comunicação.

7.2 CORPO DOCENTE

7.2.1 Composição

A composição do corpo docente do IFSC é bastante diversa. Em dezembro de 2016, de acordo com o Siape, o número de docentes efetivos era 1.289. Quanto à titulação, 47,5% desses docentes são mestres, 25,2% doutores e 27,5% graduados ou especialistas.

7.2.2 Plano de carreira

O Plano de Carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disciplinado pela Lei nº 12.772/2012 e é composto de cinco classes (DI, DII, DIII, DIV e titular). As classes DI e DII têm, cada uma, dois níveis, enquanto as classes DIII e DIV têm quatro níveis cada uma. A classe titular compreende apenas um nível. Além disso, há o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto de um nível apenas.

O professor do IFSC, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I – 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou
- II – tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, o IFSC poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

O regime de 40 horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas em Lei.

Os docentes em regime de 20 horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as

despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, nas seguintes hipóteses:

- I – ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou
- II – participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da Instituição Federal de Ensino.

O desenvolvimento da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão funcional e promoção, na forma da Lei nº 12.772/2012. Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Para a Progressão, os critérios a serem observados cumulativamente são:

- a) o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e;
- b) aprovação em avaliação de desempenho individual.

Já a promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

- para as Classes D II, DIII e DIV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- para a Classe Titular:
 - a) possuir o título de doutor;
 - b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e
 - c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

O IFSC regulamentou a Promoção à Classe Titular através da Resolução Nº 05/2014/Consup. Em junho de 2014, o número de professores titulares no IFSC era 28.

Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem aos seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

- I – de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e

II – de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Uma novidade trazida para a Carreira dos Docentes pela Lei nº 12.772/2012 foi o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). No caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o RSC.

De acordo com a legislação, o RSC poderá ser concedido pelo IFSC em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III.

A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma:

I – diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;

II – certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III – titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

No IFSC, a Resolução Nº 29/2014/Consup dispõe sobre a regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

7.2.3 Procedimentos para Substituição de Professores e Recomposição do Quadro

No IFSC, os procedimentos relativos à contratação de professores substitutos são regidos pela Lei nº 8.745/1993; Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 94.664/1987; Lei nº 9.849/1999; Portaria Interministerial nº 164/2003; Decreto nº 4.748/2003; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7485/2011 e Lei nº 12.425/2011.

De acordo com as normas legais, tal modalidade de contratação é utilizada em caráter excepcional e temporário para suprir a falta de docentes do quadro de pessoal efetivo do IFSC, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos: vacância, licença por motivo de afastamento do cônjuge, licença para o serviço militar, licença para o desempenho de mandato classista, afastamento para estudo ou missão no exterior, afastamento para servir em organismo internacional, afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, licença à servidora gestante, licença

para tratar de interesses particulares, afastamento para servir a outro órgão ou entidade, afastamento para exercício em mandato eletivo, licença para tratamento de saúde, nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor e Diretor de câmpus. Além da legislação, o IFSC tem normas internas que tratam do assunto.

De acordo com a legislação, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos do quadro, regra que o IFSC vem observando cuidadosamente. Para a seleção de professores substitutos, o IFSC realiza, de acordo com a demanda, processos seletivos simplificados.

O tempo em que o professor substituto pode atuar na instituição depende do término do afastamento do professor efetivo, mas seu contrato não pode ultrapassar a vigência de 24 meses. O Regime de Trabalho dos professores substitutos limita-se apenas ao de 20 ou 40 horas semanais.

De acordo com o Decreto nº 8259/2014, o BPeq é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor-equivalente. Em 29 de maio de 2014, o BPeq do IFSC era igual a 2.584,22.

Com a existência do BPeq, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, etc, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto, enquanto se elabora um novo Concurso Público para ocupar definitivamente aquela vaga desocupada.

Além disso, o IFSC trabalha com a política da remoção interna. De 2013 até o primeiro semestre de 2014, quase 150 servidores foram removidos por meio dos editais de remoção. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar na vigência dos editais, são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFSC, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados câmpus, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

7.2.4 Política de Qualificação

Há, no IFSC, vários incentivos à qualificação do corpo docente. As regras para

afastamento para pós-graduação estão disciplinadas da Resolução nº 19/2012/CDP. O servidor do IFSC poderá afastar-se de suas funções para realizar cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas as exigências contidas na presente Resolução e na legislação vigente.

O afastamento para pós-graduação poderá ser parcial ou integral, conforme as seguintes definições:

I – O afastamento parcial é aquele em que o servidor recebe liberação de até 50% da carga horária relativa ao seu regime de trabalho;

II – O afastamento integral é aquele em que o servidor recebe liberação total da carga horária de seu regime de trabalho para dedicação exclusiva à atividade de pós-graduação.

Os prazos de afastamento para pós-graduação são fixados e compreendem: até 12 meses para especialização; até 24 meses para mestrado; até 48 meses para doutorado; até 12 meses para pós-doutorado.

Os afastamentos para pós-graduação serão concedidos considerando-se a relevância da capacitação para o IFSC, de acordo com a Política de Formação e o Plano Anual de Capacitação (PAC).

Para afastamentos integrais de docentes haverá a concessão de professor substituto apenas para aqueles classificados em edital específico. O processo de classificação com fins de concessão de afastamento integral aos docentes do IFSC inscritos em programas de Mestrado, Doutorado ou em projetos de Pós-Doutorado é divulgado semestralmente. Professores substitutos podem ser contratados, dentro de um número respectivo de vagas, disciplinado por Edital.

Além desse incentivo, há também o processo de seleção para conceder auxílio para participação em programas de pós-graduação aos servidores do IFSC inscritos em programas de Mestrado e Doutorado. O objetivo é incentivar o desenvolvimento dos servidores, auxiliando-os na realização de estudos e pesquisa por meio de concessão de auxílio para o custeio de atividades relacionadas à participação em cursos de Mestrado e Doutorado no país, reconhecidos pela Capes.

O IFSC também possibilita aos seus servidores, tanto docentes quanto técnico-

administrativos, a participação em programas de Minter e Dinter, mediante seleção por edital de responsabilidade da instituição parceira.

7.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.3.1 Composição

A composição do corpo técnico-administrativo do IFSC também é bastante diversa. Há, em sua formação, servidores técnico-administrativos classificados em cinco níveis, quais sejam: nível A (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado e ensino fundamental incompleto); nível B (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado, ensino fundamental incompleto e completo); nível C (referente aos cargos com escolaridade de ensino fundamental); nível D (referente aos cargos com escolaridade de ensino médio); e nível E (referente aos cargos com escolaridade de ensino superior). Em dezembro de 2016, de acordo com o Siape, o número de técnico-administrativos era 1.181. Quanto à titulação, cerca de 85,9% dos técnico-administrativos são graduados ou especialistas, 10,8% são mestres e 0,9% são doutores¹.

7.3.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira dos servidores Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) está disciplinado pela Lei nº 11.091/2005, atualizado pela Lei nº 12.772/2012, e é estruturado em cinco níveis, cada um com quatro classes de capacitação. Além disso, cada nível tem 16 pisos, que representam a progressão do servidor por mérito.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. Porém, a regra não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais (Redação dada pela Lei nº 8.270/1991). Há algumas profissões que também possuem jornadas de trabalho fixadas através de acordos, legislações ou convenção coletiva de trabalho.

Há também, no IFSC, a jornada de trabalho flexibilizada, fixada pelo Decreto nº 1.590/1995, quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou

¹ Dados extraídos do Siape em dezembro de 2016.

escalas, em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A Resolução nº 2/2014/Codir regulamenta a jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSC.

Outra possibilidade é a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, disciplinada pela Medida Provisória nº 2.174-28/2001, na qual o servidor pode reduzir sua jornada de 40 horas semanais e oito diárias para 30 semanais e seis diárias ou 20 semanais e quatro diárias.

O desenvolvimento do servidor técnico-administrativo na carreira dá-se, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, de acordo com o Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012.

No IFSC, as regras para concessão da Progressão por Capacitação, além da Lei nº 11.091/2005, são previstas na Resolução nº 07/2013/CDP.

Entende-se por capacitação o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Entende-se por eventos de capacitação os cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Entende-se por capacitação interna os eventos de capacitação promovidos pelo IFSC ou pelo IFSC em parceria com outra instituição.

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vetado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a vinte horas-aula. A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.

Aos servidores titulares de cargos de Nível de Classificação E, a conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo do servidor, em cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser considerada como certificação em Programa de Capacitação para fins de Progressão por Capacitação Profissional, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.

A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.

É devido o Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do item b do anexo XVII da Lei nº 12.772/2012, observados os seguintes parâmetros:

I – a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor implicará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II – a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão. O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, deverão ser respeitadas as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional, cujos critérios e processos de validação dos certificados e títulos estão dispostos no Decreto nº 5824/2006. No IFSC, as regras para concessão do Incentivo à Qualificação, além da Lei nº 11.091/2005 e do Decreto nº 5824/2206, são previstas na Resolução nº 21/2012/CDP.

7.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro

Com a existência do QRSTAE, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, etc, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público.

Além disso, o IFSC trabalha com a política da remoção interna. Desde 2013, foram lançados os editais de remoção nº 30/2013, 43/2013 e 16/2014, nos quais quase 150 servidores foram removidos até o fim do primeiro semestre de 2014. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar, na vigência dos editais, são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFSC, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados câmpus, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

A Resolução nº 12/2013 do CDP aprova o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos em Educação do IFSC, desenvolvido por um Grupo de Trabalho denominado GT Quadro.

A montagem dos quadros de referência se demonstrou um trabalho relativamente complexo, pois buscou-se contemplar as realidades dos diversos estágios em que se apresentam os câmpus do IFSC, dentro de um limite de vagas de TAE inferior à projeção de 45 por câmpus da expansão, que foi usada como base na elaboração do PDI vigente.

Embora com limitações, também procurou-se minimizar as distorções decorrentes das distribuições de vagas realizadas antes do Decreto nº 7.311/2010 e da Lei nº 12.677, as quais, de certa forma, privilegiaram os câmpus da pré-expansão e expansão I.

A tipologia desenvolvida pelo GT Quadro caracteriza os câmpus da seguinte forma:

- tipo VI: quadro mínimo para funcionamento completo de um câmpus, independentemente do número de alunos; não é entendido como um teto, mas sim como uma referência a ser disponibilizada o mais rapidamente possível durante o período de implantação de qualquer câmpus;
- tipo V: quadro para funcionamento completo, em dois turnos, de um câmpus com cerca de 800 alunos;
- tipo IV: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para até 1200 alunos;
- tipo III: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para pelo menos 1200 alunos, baseado nas estruturas dos câmpus do Plano de Expansão I;
- tipo II: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para 1800 alunos;
- tipo I: classificação de câmpus pré-expansão que, por terem porte, estrutura e histórico peculiares, não se enquadram na tipologia de referência.

Para a elaboração do POCV deste PDI, os câmpus utilizaram os quadros de referência como teto para o número projetado de servidores técnico-administrativos.

A classificação do câmpus em um determinado tipo não lhe dá o direito de pleitear a efetivação do quantitativo de vagas planejado enquanto não houver enquadramento nos critérios de crescimento, exceção feita ao quadro do tipo VI. Assim, para que sejam repassadas ao câmpus todas as vagas previstas no tipo em que está classificado, o câmpus deverá se qualificar por critérios que serão definidos, como por exemplo, número de alunos, espaço físico e comprovação de demandas dos cursos.

O enquadramento de um câmpus na tipologia poderá ser alterado nos períodos de revisão do PDI entre 2015 e 2019, nas seguintes situações:

- se a Setec repassar novos códigos de vagas, criados por futuras leis;

- se um câmpus atingir sua meta de alunos e houver comprovadamente demanda para crescimento, desde que outro câmpus não consiga alcançar indicadores que justifiquem sua permanência no tipo inicialmente previsto;
- na situação contrária à anterior.

A Tipologia de Câmpus e Quadro de Referência de TAE aprovada pela Resolução nº 12/2013/CDP é apresentada na Tabela 7.1.

CARGO	NÍVEL	TIPO DE CÂMPUS				
		II	III	IV	V	VI
ADMINISTRADOR	E	3	1	1	1	1
CONTADOR	E	1	1	1	1	1
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA	E	2	2	1	1	1
ASSISTENTE SOCIAL	E	2	1	1	1	1
PEDAGOGO-AREA	E	4	2	2	1	1
PSICOLOGO-AREA	E	2	1	1	1	1
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	3	2	2	2	1
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	E	1	1	0	0	0
regionalizados	E	1	1	1	1	0
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	D	22	17	13	8	7
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	D	3	2	2	2	1
TECNICO DE LABORATORIO-AREA	D	8	8	6	4	2
ASSISTENTE DE ALUNO	C	3	3	3	3	3
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	2	2	3	1	1
subtotal nível	E	19	12	10	9	7
subtotal nível	D	33	27	21	14	10
subtotal nível	C	5	5	6	4	4
TOTAL GERAL		57	44	37	27	21

Tabela 7.1: Tipologia de câmpus e Quadro de Referência de TAE.

Os câmpus do IFSC ficam enquadrados na tipologia da seguinte forma:

- tipo I: Florianópolis e São José;
- tipo II: Joinville;
- tipo III: Jaraguá do Sul, Florianópolis-Continente, Chapecó e Araranguá;
- tipo IV: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus, Lages e São Miguel do Oeste;
- tipo V: Caçador, Garopaba, Palhoça-Bilíngue, Xanxerê, Tubarão e São Carlos;

- tipo VI: Urupema.

O Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste terá quadro próprio conforme modelo definido pelo MEC, não se enquadrando na tipologia.

7.3.4 Política de Qualificação

Há, no IFSC, várias formas de fomento à qualificação do corpo técnico-administrativo. As regras para afastamento para pós-graduação estão disciplinadas da Resolução nº 19/2012/CDP. O servidor poderá afastar-se de suas funções para realizar cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas as exigências contidas na presente Resolução e na legislação vigente.

O afastamento para pós-graduação poderá ser parcial ou integral, conforme as seguintes definições:

I - o afastamento parcial é aquele em que o servidor recebe liberação de até 50% da carga horária relativa ao seu regime de trabalho;

II - o afastamento integral é aquele em que o servidor recebe liberação total da carga horária de seu regime de trabalho para dedicação exclusiva à atividade de pós-graduação.

Os prazos de afastamento para pós-graduação são fixados e compreendem: até 12 meses para especialização; até 24 meses para mestrado; até 48 meses para doutorado; até 12 meses para pós-doutorado. Serão concedidos considerando-se a relevância da capacitação para o IFSC, de acordo com a Política de Formação e o Plano Anual de Capacitação (PAC).

Além desse incentivo, há concessão de auxílio, por meio de edital, para participação de servidores em programas de Mestrado e Doutorado, para incentivar o desenvolvimento dos servidores, auxiliando-os na realização de estudos e pesquisa.

O IFSC também possibilita aos seus servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, a participação em programas de Minter, mediante seleção por edital de responsabilidade da instituição parceira.

Além disso, há também os editais de apoio em participação de eventos. Para que

se possa acelerar a qualificação, existe o “horário especial para estudante”, pelo qual o servidor pode, mediante compensação, organizar sua jornada de trabalho de 40 horas e seus horários de aula, respeitando a legislação vigente. Essa matéria está disciplinada pela Resolução nº 8/2012/CD. O servidor também tem a opção de reduzir sua jornada de trabalho, com vencimentos proporcionais, conforme citado na seção 7.3.2.

Há outras ações das quais o IFSC incentiva seus servidores a participar. Em 2014 os servidores públicos tiveram a possibilidade de fazer dois cursos de Mestrado que fazem parte do Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Plafor). Um deles é o Mestrado Profissional em Ciências da Computação, que estabelece as normas para o preenchimento de vagas através da Nota Técnica Informativa nº 52/2014. O Mestrado destina-se a servidores efetivos técnico-administrativos, Técnicos de Tecnologia da Informação e Analistas de Tecnologia da Informação, em um convênio Setec/UFPE. Outro exemplo é o Mestrado Profissional em Gestão Pública, em convênio com a Setec e a Universidade de Brasília.

Por fim, em 2017, o IFSC participará, como polo presencial, da oferta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, aprovado junto à CAPES pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

7.4 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL

De acordo com seu POCV, até o final da vigência deste PDI, o IFSC terá um crescimento de mais de 50% no número de docentes. A tabela 7.2 apresenta a projeção de expansão do quadro docente por câmpus e em todo o Instituto, a qual será reavaliada a cada revisão do POCV. Destacamos que o quadro não é fixo e deve ser reavaliado no momento das readequações necessárias ao POCV.

O total planejado de vagas de docentes, e utilizado como base para a elaboração do POCV, foi limitado pelo Banco de Professores Equivalentes (BPEq) do IFSC e o número de códigos de vaga do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico pactuados entre MEC e IFSC. Assim, considerando o Decreto Nº 8.259, de 29 de maio de 2014, que atribui ao IFSC um BPEq de 2.584,22, determina fatores de 1,59 e 1,00 para, respectivamente, professores em regime de dedicação exclusiva e

professores substitutos, bem como estabelece um teto de professores substitutos igual a 20% dos efetivos, o POCV foi elaborado com o limite de 1.444 docentes². Por simplificação e previsão de pior caso em termos de ocupação do BPEq do IFSC, o planejamento considerou todos os docentes em regime de dedicação exclusiva.

2 Com os códigos de vaga já disponíveis e os novos parâmetros de cálculo do BPEq dados pela Portaria Interministerial 405/MPDG/MEC, de 14 de dezembro de 2016, quando esta revisão do PDI já estava concluída, será possível a contratação de até 1.465 docentes em regime de Dedicação Exclusiva.

Câmpus	Quantidade de Vagas de Docentes Efetivos							
	out. 2014	dez. 2016	previsão de alocação de vagas					
			2017	2018	2019	2020	2021	2022
Araranguá	54	64	64	64	64	64	63	63
Caçador	8	30	37	39	40	41	41	41
Canoinhas ³	25	49	50	52	52	52	53	55
Cerfead	6	18	20	20	20	20	20	20
Chapecó	52	62	62	62	62	62	62	62
Criciúma	37	58	58	61	62	63	63	63
Florianópolis ³	326	357	357	357	357	357	357	357
Florianópolis-Continente	56	56	56	56	56	56	56	56
Garopaba	15	22	24	30	32	32	32	32
Gaspar ³	38	51	57	59	59	59	59	59
Geraldo Werninghaus	33	39	48	50	56	58	58	58
Itajaí	24	45	55	57	58	59	59	59
Jaraguá do Sul	52	59	59	59	59	59	59	59
Joinville	69	82	87	87	88	88	88	88
Lages	29	44	47	53	57	58	58	58
Palhoça Bilingue	24	46	45	45	45	45	45	45
São Carlos	1	22	24	35	35	35	35	35
São José	89	93	93	92	91	90	90	90
São Lourenço do Oeste	2	9	9	10	11	12	12	14
São Miguel do Oeste	25	34	43	47	49	49	49	49
Tubarão	1	9	12	17	21	23	25	25
Urupema	13	19	21	22	22	22	22	22
Xanxerê	14	30	31	33	33	34	34	34
Total	993	1298⁴	1359	1407	1429	1438	1440	1444

Tabela 7.2. Projeção de expansão do quadro docente.

Quanto ao quadro de servidores técnico-administrativos, a tabela 7.3 apresenta distribuição de vagas por câmpus e no total do IFSC. Considerando o total de 911 vagas ocupadas no final de 2014, ao longo da vigência deste PDI terão sido admitidos ao menos 311 novos servidores técnico-administrativos. Como mostrado pela tabela 7.3, a maior parte dessas vagas já foram alocadas nos câmpus e Reitoria do IFSC.

3 Os três docentes que, no Capítulo 4, aparecem como “Não alocados” por estarem atuando fora do câmpus de lotação, aqui aparecem computados em seus respectivos câmpus de lotação, quais sejam CAN, FLN e GAS.

4 Fonte: Planilha do Banco de Professores/DGP

A tabela 7.3 apresenta o total de vagas alocadas em julho de 2014 e fevereiro de 2016, bem como a previsão de alocação de vagas ainda não distribuídas pela Reitoria. Por vagas alocadas, compreende-se o total de vagas ocupadas ou ainda não preenchidas, mas já distribuídas às unidades organizacionais. Dentro das vagas previstas (coluna Prev.) estão computadas as vagas ainda não redistribuídas pela SETEC/MEC ao IFSC, referentes ao Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.

A reposição de vacâncias referentes a cargos em extinção, em todos os níveis, não é direta, uma vez que a Lei nº 12.677/2012 não criou códigos de vaga para tal e que as suas atribuições normalmente correspondem a serviços terceirizáveis. Entretanto, na medida da disponibilidade de códigos de vaga, a instituição pode analisar a compensação indireta com outros cargos, conforme vem sendo realizado desde a criação do QRSTAE.

Da tabela 7.3, também constam os servidores regionais: auditores, engenheiros, jornalistas e médicos que são lotados em um dos câmpus da região que atendem. A regionalização, além de propiciar a descentralização de alguns processos, tem por princípio fundamental possibilitar mais agilidade e eficiência no cumprimento das finalidades institucionais e atendimento das demandas da sociedade. Assim, de modo a possibilitar o atendimento das demandas dos câmpus nas áreas de auditoria, engenharia e jornalismo, teve início a implantação gradual da regionalização desses serviços, pautada nos princípios da flexibilidade, cooperação, cogestão, eficiência e subsidiariedade.

Unidade Organizacional de lotação	Nível E				Nível D				Nível C				Cargos em extinção				Total Geral
	2014	2017	Prev	Tot	2014	2017	Prev	Tot	2014	2017	Prev	Tot	D	C	B	A	
Araranguá	14	15	-	15	27	27	-	27	5	5	-	5	-	-	-	-	47
Caçador	9	8	-	8	11	14	-	14	6	6	-	6	-	-	-	-	28
Canoinhas	9	9	-	9	20	18	-	18	8	9	-	9	-	-	-	-	36
Chapecó	14	13	-1	12	24	28	-	28	5	5	-	5	-	-	-	-	45
Criciúma	10	10	-	10	17	19	-	19	8	9	-	9	-	-	-	-	38
Florianópolis	55	58	-	58	93	95	-	95	22	26	-	26	3	15	9	2	208
Florianópolis-Continente	15	15	-1	14	27	30	-	30	6	6	-	6	-	-	-	-	50
Garopaba	8	8	-	8	11	13	-	13	6	8	-	8	-	-	-	-	29
Gaspar	11	11	-	11	18	23	-	23	8	9	-	9	-	-	-	-	43
Geraldo Werninghaus	10	10	-	10	20	21	-	21	8	9	-	9	-	-	-	-	40
Itajaí	12	12	-	12	19	19	-	19	7	9	-	9	-	-	-	-	40
Jaraguá do Sul	18	17	-	17	23	25	-	25	3	6	-	6	-	-	-	-	48
Joinville	17	19	-	19	27	33	-	33	5	7	-	7	-	-	-	-	59
Lages	11	11	-	11	16	19	-	19	7	9	-	9	-	-	-	-	39
Palhoça-Bilíngue	11	11	-	11	13	16	-	16	7	9	-	9	-	-	-	-	36
São Carlos	2	5	3	8	7	12	-	12	2	4	1	5	-	-	-	-	25
São José	29	29	-	29	35	35	-	35	16	17	-	17	5	8	5	3	102
São Lourenço do Oeste	-	-	3	0	-	3	3	6	-	3	-	3	-	-	-	-	12
São Miguel do Oeste	10	10	-	10	19	19	-	19	8	9	-	9	-	-	-	-	38
Tubarão	3	5	3	8	4	11	1	12	3	5	-	5	-	-	-	-	25
Urupema	8	7	-	7	8	10	-	10	6	5	-	5	-	-	-	-	22
Xanxerê	9	8	-	8	11	13	-	13	6	6	-	6	-	-	-	-	27
Cerfead	2	6	-	6	2	4	-	4	-	-	-	0	-	-	-	-	10
Reitoria	78	88	-	88	76	75	-	75	1	1	1	2	-	1	-	-	166
Regionais	13	15	-	15	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	-	15
Total	378	400	7	407	528	582	4	586	153	182	2	184	8	24	14	5	1228

Tabela 7.3: Quadro de vagas de servidores técnico-administrativos.
Data da coleta: fevereiro de 2017. Fonte: Planilha do Banco de TAES/DGP

CAPÍTULO 7.....	1
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	1
7.1 DIRETRIZES GERAIS.....	1
7.1.1 Critérios de Seleção e Contratação.....	1
7.1.2 Da Admissão de Pessoas com Deficiência.....	4
7.1.4 Da admissão de estrangeiros.....	5
7.1.5 Centro de Referência em Formação e EaD.....	6
7.1.6 Ambientação e Procaed.....	6
7.2 CORPO DOCENTE.....	7
7.2.1 Composição.....	7
7.2.2 Plano de carreira.....	7
7.2.3 Procedimentos para Substituição de Professores e Recomposição do Quadro.....	9
7.2.4 Política de Qualificação.....	10
7.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	12
7.3.1 Composição.....	12
7.3.2 Plano de Carreira.....	12
7.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro.....	15
7.3.4 Política de Qualificação.....	18
7.4 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL.....	19
Tabela 7.1: Tipologia de câmpus e Quadro de Referência de TAE.....	17
Tabela 7.2. Projeção de expansão do quadro docente.....	21
Tabela 7.3: Quadro de vagas de servidores técnico-administrativos.....	23

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico, no objetivo estratégico A4, um compromisso com o atendimento efetivo às demandas dos alunos. Esse objetivo visa a melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.

Ao compreender a centralidade do discente na instituição e as distintas demandas que o público atendido pelo IFSC apresenta, são desenhadas políticas de atendimento aos discentes. Essas políticas levam em consideração a diversidade de necessidades do universo de discentes, visando auxiliar aqueles com mais dificuldades, seja no processo de escolarização ou na presença de outras vulnerabilidades. Neste sentido, a vulnerabilidade social deve ser considerada nas diversas formas de assistência estudantil, seja nos programas de ensino, pesquisa e extensão.

A perspectiva central nas políticas de atendimento aos discentes está pautada na oferta de uma educação de qualidade com vistas à inclusão, permanência e êxito, sendo concebida como viver a experiência da diferença, não discriminando discentes por sua classe, cor, deficiência, estado nutricional, orientação sexual ou outra característica da pessoa. Abaixo, descrevem-se as políticas adotadas pelo IFSC nos dias de hoje e aquelas que a instituição pretende adotar ao longo dos próximos cinco anos no âmbito do atendimento direto ao discente.

8.1 INGRESSO

O acesso ao IFSC é o primeiro contato do estudante com a instituição e, compreendendo a importância de atender adequadamente aos seus futuros discentes, o IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico o objetivo estratégico P2: “aprimorar o processo de ingresso.” Uma das ações relacionadas a esse objetivo foi a qualificação buscando-se garantir, além de outras questões inclusivas, o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas. É objetivo da instituição, também, trabalhar

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O IFSC é uma instituição pública federal vinculada ao MEC por meio da Setec. Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada por câmpus e Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura organizacional básica¹ do IFSC é composta por:

I – Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior, de caráter deliberativo e consultivo;
- b) Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo;

II – Órgão Executivo e de Administração Geral: Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores:

- 1. Pró-Reitoria de Ensino;
- 2. Pró-Reitoria de Administração;
- 3. Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
- 4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- 5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

III – Órgãos de Assessoramento:

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas:
 - 1. Comissão Permanente de Pessoal Docente;
 - 2. Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE;
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Comissão Própria de Avaliação.

IV – Órgão de Controle: Auditoria Interna;

V – Procuradoria Federal;

1 De acordo com o Regimento Geral do IFSC.

VI – Órgãos de atividade finalística: Diretorias-gerais dos câmpus e Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – EaD;

VII – Órgãos de Assessoramento das Diretorias-gerais dos câmpus: Colegiados dos câmpus.

Na sequência apresentam-se as estruturas que compõem a Reitoria e as Pró-Reitorias, com suas principais competências.

Compete à Reitoria:

I. A administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II. Formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes;

III. Planejar as estratégias de desenvolvimento da instituição;

IV. Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados;

V. Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; e

VI. Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC.

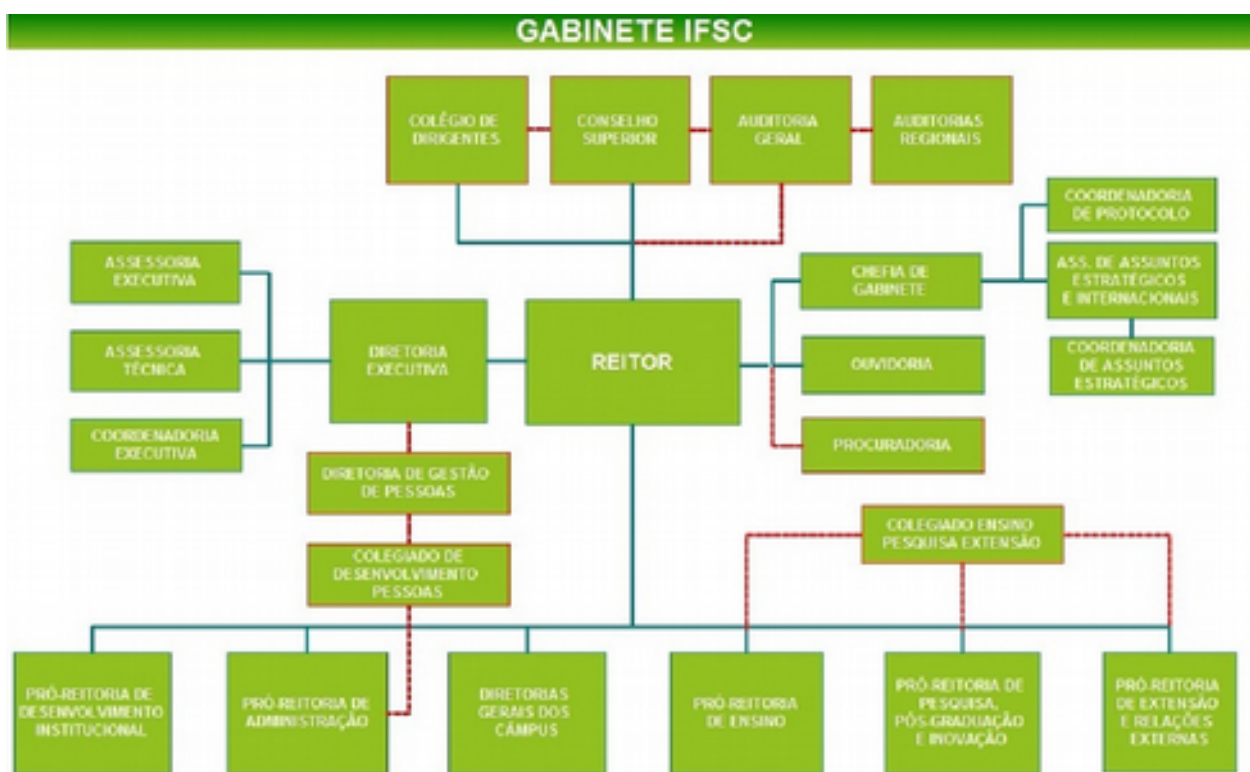


Figura 9.1: Organograma do Gabinete de Reitoria

A Pró-Reitoria de Administração é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor. Compete a essa Pró-Reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias, departamentos e secretarias da Pró-Reitoria de Administração:

- Diretoria de Administração – Gerenciar os recursos institucionais, coordenando a elaboração da prestação de contas do IFSC;
- Diretoria de Gestão de Pessoas – Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas e dos recursos alocados no orçamento de pessoal;

- c) Departamento de Orçamento e Financeira – Coordenar a execução financeira dos recursos disponibilizados ao IFSC pelo Governo Federal;
- d) Departamento de Compras – Coordenar e acompanhar a execução dos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços referentes à instituição;
- e) Departamento de Contratos – Elaborar, fiscalizar, supervisionar e registrar a execução dos processos de contratos e seus termos aditivos;
- f) Departamento de Obras e Engenharia – Acompanhar, fiscalizar e aprovar a execução de obras e serviços da instituição;
- g) Departamento de Seleção de Pessoas – Organizar e coordenar a realização de Concursos Públicos, além de elaborar e implementar o plano de capacitação dos servidores, supervisionando sua execução e a execução da política de gestão de pessoas a todos os servidores.
- h) Departamento de Administração de Pessoal – Supervisionar e executar atividades referentes à administração de pessoal, prestando apoio e assessoria aos Câmpus e à Reitoria em assuntos relativos ao seu Departamento.
- i) Secretaria do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas – Assessorar a Pró-Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional definidas pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.



Figura 9.2: Organograma da Pró-Reitoria de Administração

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional compete promover a integração

entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- a) Diretoria de Gestão do Conhecimento – Fomentar o desenvolvimento da cultura de compartilhamento de conhecimentos, de informações e de práticas de gestão do conhecimento e inovação no IFSC;
- b) Diretoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação – Projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o PDI, auxiliando no desenvolvimento e manutenção dos serviços de tecnologia da informação da instituição.
- c) Departamento de Sistemas de Informação - Atender as necessidades de manutenção corretiva nos sistemas de informação e administrar o modelo de dados corporativos e os bancos de dados da Instituição.



Figura 9.3: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Às diretorias, departamentos e secretaria da Pró-Reitoria de Ensino competem:

- a) Diretoria de Ensino – Executar as políticas e programas de desenvolvimento de ensino

determinadas pela instituição e Governo Federal;

b) Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas – Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmica, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão;

c) Diretoria de Assuntos Estudantis – Planejar, implementar, supervisionar e avaliar a política de assistência estudantil do IFSC, com foco no acesso, permanência e êxito dos discentes, visando à inclusão;

d) Departamento de Ingresso – Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição;

e) Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – Promover a integração sistêmica com os câmpus, para a consolidação das políticas institucionais de formação de Formadores, de formação em Gestão Pública em Instituição de Ensino e de apoio à EaD;

f) Departamento de Educação a Distância – Propor, discutir, desenvolver e manter as políticas e mecanismos para a modalidade de educação a distância;

g) Departamento de Formação – Promover a formação de Formadores da Educação Básica.

h) Procuradoria Educacional Institucional - Operar a interlocução do IFSC com o MEC no tocante à prestação de informações educacionais.

i) Secretaria do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – Assessorar a Pró-Reitoria em relação às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC definas pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão.



Figura 9.4: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências da diretoria e departamento que integram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

- a) Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – Assessorar o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pesquisa e pós-graduação, colaborando, coordenando e executando as políticas de pesquisa e pós-graduação definidas pela Pró-Reitoria e pelo Cepe;
- b) Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais – Gerenciar os programas de cooperação internacional vigentes e assessorar na elaboração da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.



Figura 9.5: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

À Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Consup. Além disso, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências das diretorias e departamento da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

- a) Diretoria de Extensão – Elaborar, planejar e coordenar o planejamento anual da Diretoria, além de cumprir as diretrizes estabelecidas no PDI, promovendo ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na instituição;
- b) Diretoria de Comunicação Institucional – Coordenar, elaborar e promover melhorias nas atividades de comunicação da instituição;
- c) Departamento de Marketing e Jornalismo – Coordenar a produção de jornais impressos e boletins informativos, voltados para a comunidade acadêmica e para o público externo, além de tratar de assuntos pertinentes ao marketing e ao jornalismo institucional.

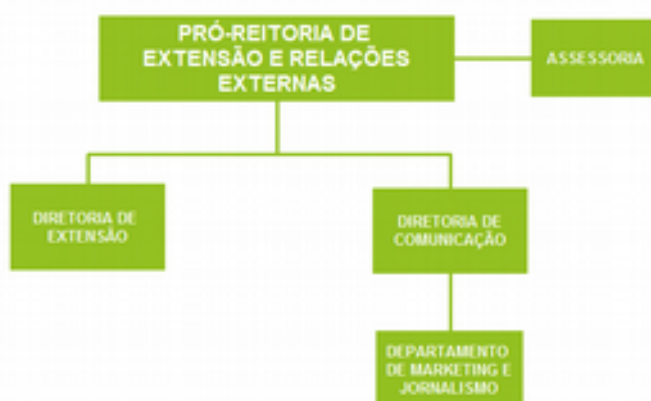


Figura 9.6: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

9.1.1 Estrutura administrativa dos câmpus

Os câmpus do IFSC são administrados por diretores-gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos regimes estatutários e regimentais e delegações do Reitor. Sua estrutura de referência, de caráter obrigatório e independente do porte do câmpus, é composta por:

I. Diretor-Geral e Vice Diretor-Geral²;

II. Assessoria do Diretor-Geral;

III. Diretoria ou Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV. Diretoria ou Departamento de Administração ou Diretoria de Administração;

V. Departamento de Assuntos Estudantis;

VI. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

VII. Coordenadoria de Registro Acadêmico ou Departamento de Assuntos Estudantis.

VII. Função Comissionada de Coordenação de Curso – FCC

Além da estrutura acima, o regimento interno de cada câmpus deve dispor sobre as coordenações e assessorias que contemplem o atendimento aos serviços de relações externas, comunicação social, estágios, extensão, acompanhamento de egressos, pós-graduação, pesquisa e inovação, apoio pedagógico, ingresso, secretaria acadêmica, assistência estudantil, biblioteca, Núcleo de Educação a Distância, áreas acadêmicas,

² Para os câmpus com mais de 2.500 alunos e conforme disponibilidade de Cargo de Direção.

níveis de ensino, atendimento a PNE, tecnologia da informação e comunicação, planejamento, compras, contratos, orçamento e finanças, infraestrutura, manutenção, almoxarifado e patrimônio.

9.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO

9.2.1 Conselho Superior (Consup)

É o órgão máximo do IFSC, com caráter consultivo e deliberativo. É composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do setor público, do MEC e do Codir do IFSC, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores-gerais, entre outros.

São competências do Consup:

- I - zelar pela observância dos objetivos e finalidades do IFSC;
- II - homologar as diretrizes da política institucional nos planos administrativo, econômico-financeiro, de ensino, pesquisa e extensão, apresentadas pela Reitoria;
- III - submeter à aprovação do MEC o Estatuto do IFSC, assim como aprovar os seus regulamentos;
- IV - aprovar a proposta orçamentária anual e acompanhar a sua execução;
- V - deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo IFSC, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;
- VI - autorizar a alienação de bens imóveis e legados na forma da lei;
- VII - apreciar as contas da Reitoria, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade de registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária das receitas e das despesas;
- VIII - aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;
- IX - deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFSC e dos diretores-gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- X - deliberar sobre criação, alteração e extinção dos cursos, observada a legislação

vigente;

XI - autorizar, mediante proposta do Reitor, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestruturas, mantida a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de licitações;

XII - aprovar o seu próprio Regimento Interno;

XIII - propor a reformulação do Estatuto do IFSC, após consulta à comunidade acadêmica por meio de audiência pública, submetendo-o à aprovação pelo órgão competente do MEC;

XIV - aprovar o Regimento Geral do IFSC e propor sua reformulação por 2/3 (dois terços) do total de seus membros, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;

XV - homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFSC;

XVI - aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

XVII - constituir outros órgãos colegiados de natureza consultiva, mediante proposta apresentada pelo Reitor, conforme necessidades específicas do IFSC;

XVIII - deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFSC levados a sua apreciação pelo Reitor.

9.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)

É um órgão de apoio ao processo decisório do IFSC, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-gerais dos campi, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária, financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos que passam pelo Codir.

São competências do Codir:

I. assessorar a Reitoria em assuntos administrativos do IFSC;

II. apreciar e recomendar as normas e critérios para a distribuição do orçamento anual;

III. propor ao Consup a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFSC;

- IV. expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual;
- V. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos câmpus e da Reitoria;
- VI. apreciar o calendário e a agenda sistêmica do IFSC;
- VII. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- VIII. elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado pelo Consup;
- IX. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- X. apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFSC.

9.3 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

9.3.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

É o órgão normativo e consultivo da Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional. É presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Administração. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, o Diretor de Gestão de Pessoas, representantes dos servidores docentes (compondo a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD) e representantes dos servidores técnico-administrativos em educação (compondo a Comissão Interna de Supervisão – CIS).

São competências do CDP:

- I - estabelecer diretrizes para a gestão de pessoas;
- II - estabelecer os critérios de caráter geral para a realização de Concurso Público para o ingresso no IFSC e aprovar as normas específicas elaboradas pelos setores responsáveis, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes e das diretrizes de pessoal civil da União;
- III - emitir parecer sobre os processos relacionados à gestão de pessoas, como instância de recurso;
- IV - regulamentar a carreira do magistério quanto: aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho; aos limites mínimos e máximos de carga horária de

aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas a natureza e a diversidade de funções, e ao processo de acompanhamento e avaliação das atividades docentes;

V - regulamentar a carreira dos técnico-administrativos em educação quanto aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho e ao processo de acompanhamento e avaliação das atividades administrativas;

VI - estabelecer normas e critérios para a avaliação do desempenho docente e dos técnico-administrativos em educação;

VII - estabelecer normas e critérios para a avaliação do estágio probatório dos docentes e dos técnico-administrativos em educação;

VIII - estabelecer normas e critérios para o afastamento dos servidores para fins de capacitação, licença capacitação e licença sabática, progressão funcional por mérito e demais direitos previstos na legislação em vigor;

IX - criar comissões para tratar de matérias específicas;

X - encaminhar ao Consup proposta de alteração do seu Regulamento.

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

É o órgão que formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. Ela é composta por três professores do quadro permanente do IFSC que estejam no efetivo exercício.

Comissão Interna de Supervisão (CIS)

A Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE foi criada pela Lei nº 11.091/2005. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira e tem a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do IFSC, propondo à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

9.3.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)

É um órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão, sendo presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Ensino. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, o Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas, os diretores de ensino, extensão e pesquisa, representantes dos servidores docentes, representantes dos

servidores técnico-administrativos em educação e representantes dos discentes.

São competências do Cepe:

- I - assessorar a Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFSC;
- II - analisar os projetos pedagógicos dos cursos do IFSC e submetê-los ao Consup;
- III - regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas do IFSC;
- IV - estabelecer diretrizes curriculares para oferta educativa do IFSC;
- V - emitir parecer sobre o PDI e o PPI do IFSC;
- VI - definir diretrizes para a elaboração e aprovação do calendário acadêmico do IFSC;
- VII - emitir parecer sobre recursos de processos de natureza didático-pedagógica;
- VIII - elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado e aprovado pelo Consup;
- IX - regulamentar os projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- X - estabelecer diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XI - expedir orientações para a elaboração da Organização Didático-pedagógica do IFSC;
- XII - emitir parecer sobre a Organização Didático-pedagógica dos campi do IFSC;
- XIII - exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas deliberações;
- XIV - julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- XV - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de pesquisa e inovação;
- XVI - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de extensão e relações externas;
- XVII - coordenar a elaboração e aprovação do RDP do IFSC;
- XVIII - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de pesquisa e inovação;
- XIX - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de extensão.

9.3.3 Colegiados dos campi

O Colegiado do campo é órgão normativo e deliberativo por delegação do Consup, no âmbito do campo, de forma a assessorar o Diretor-geral, colaborando para o

aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFSC. Os colegiados dos câmpus são presididos pelos diretores-gerais, e têm em sua composição representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos em educação, representantes dos discentes, representantes da sociedade civil, o Chefe do Departamento de Administração ou Diretor de Administração, quando houver, o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando houver.

São competências dos colegiados dos câmpus:

- I. A apreciação interna e o encaminhamento ao Cepe de projetos de novos cursos e alterações dos cursos existentes;
- II. A apreciação e a aprovação do PAT do câmpus;
- III. A apreciação da proposta de calendário letivo anual, em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo Cepe;
- IV. A apreciação da oferta anual de vagas do câmpus, de acordo com diretrizes expedidas pelo Cepe;
- V. A apreciação dos dados orçamentários do câmpus e a definição sobre as prioridades em função dos recursos disponíveis, convênios e editais;
- VI. A apreciação, quando solicitado ou quando se fizer necessário, de assuntos didático-pedagógicos e administrativos;
- VII. A avaliação de necessidades de servidores, a solicitação de movimentação dos mesmos e a destinação de vagas;
- VIII. A avaliação de necessidades de servidores, dimensionamento, solicitação de movimentação e destinação de vagas no âmbito do câmpus;
- IX. A apreciação das solicitações dos alunos, no que se refere às questões não previstas na Organização Didática;
- X. A apreciação de questões que prejudiquem o andamento normal das atividades do câmpus envolvendo servidores, alunos e comunidade externa;
- XI. A definição sobre linhas de pesquisa do câmpus, em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas pelo Cepe;
- XII. A apreciação do Relatório Anual de Gestão do câmpus;

XIII. A criação de grupos de trabalho e comissões internas;

XIV. A apreciação de propostas de atualização do Regimento Interno do câmpus, após realização de Assembleia Geral, encaminhando-as para aprovação do Consup;

XV. A apreciação do funcionamento dos demais órgãos colegiados do câmpus.

9.3.4 Comitê Permanente de Gestão de Crises

O objetivo do comitê é gerir as situações de crise de forma a propiciar uma interação ágil e competente com os públicos estratégicos do IFSC, além de favorecer a circulação da versão oficial diante dos fatos circunstanciais que motivaram a crise. O comitê é presidido pelo ocupante do cargo de Reitor, e composto pelos ocupantes dos cargos de Diretor Executivo, Assessor Técnico do gabinete da Reitoria, Pró-Reitores, Diretor de Comunicação, Ouvidor e Diretores-gerais dos câmpus. Fazem parte também desse comitê profissionais de Relações Públicas e do Jornalismo.

9.3.5 Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)

É um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela portaria da Reitora nº 403/2012, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISPI. É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).

O CTI é constituído pelo Reitor, a quem cabe sua presidência, pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, a quem cabe a secretaria-executiva, e também pelo Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, pelo Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, pelo Pró-reitor de Ensino, pelo Pró-reitor de Administração e pelo Pró-reitor de Extensão e Relações Externas; também fazem parte do CTI os diretores de Comunicação, Gestão de Pessoas e do Centro de Referência e Apoio ao EaD, além de 02 (dois) diretores-gerais, 02 (dois) pesquisadores e 02 (dois) representantes das Coordenações de Tecnologia da Informação e Comunicação ou setores equivalentes dos câmpus, indicados ou escolhidos a cada dois anos.

9.3.6 Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA)

O Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA) é uma instância de organização e funcionamento do Programa de Educação Tutorial (PET) do IFSC. Suas funções são de organização, articulação e supervisão dos Grupos PET no IFSC e desses grupos com a Secretaria de Educação Superior (Sesu). É composto pelos tutores dos grupos PET, coordenadores dos cursos envolvidos, representantes dos estudantes bolsistas PET, representante da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e representante da Pró-Reitoria de Ensino.

9.4 COMISSÕES E NÚCLEOS PERMANENTES

9.4.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sinaes, toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação, com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A comissão é constituída por uma comissão central, composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na Reitoria. As comissões locais nos câmpus são compostas por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil. A comissão local na Reitoria é composta por representantes dos servidores em atuação na Reitoria.

9.4.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais

É responsável pelo assessoramento à Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino, em questões relacionadas às políticas de inclusão. Dissemina a cultura da inclusão e da educação para a convivência e a aceitação da diferença no âmbito do IFSC por meio de projetos, pesquisa, assessorias e ações educacionais. Além disso, contribui para a implementação das políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. É

composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, dez servidores, sendo um Coordenador indicado pela Pró-Reitoria de Ensino e por Coordenadores dos NAPNE dos câmpus escolhidos entre seus pares.

9.4.3 Comissão de Ética

Órgão integrado ao sistema de gestão da ética pública conforme o Decreto nº 6.029/2007. Atua como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade e aplica o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Público Federal (Decreto nº 1.171/1994).

9.4.4 Comissão de Integração dos Programas Sociais (CIPS)

A Comissão de Integração dos Programas Sociais surgiu no primeiro semestre de 2013 pelo diálogo entre 4 Coordenações. Três ligadas à Pró-Reitoria de Ensino (Proen) quais sejam: Coordenação do (PROEJA), Coordenação de Reconhecimento de Saberes no âmbito da Rede Nacional de Certificação Profissional (Certific), Coordenação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e a Coordenação do Programa Mulheres Mil ligada a Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

Figura 9.1: Organograma do Gabinete de Reitoria.....	3
Figura 9.2: Organograma da Pró-Reitoria de Administração.....	4
Figura 9.3: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	5
Figura 9.4: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino.....	7
Figura 9.5: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	8
Figura 9.6: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.....	9
CAPÍTULO 9.....	1
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	1
9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	1
9.1.1 Estrutura administrativa dos câmpus.....	9
9.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO.....	10
9.2.1 Conselho Superior (Consup).....	10
9.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir).....	11
9.3 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.....	12
9.3.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP).....	12
9.3.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).....	13
9.3.3 Colegiados dos câmpus.....	14
9.3.4 Comitê Permanente de Gestão de Crises.....	16
9.3.5 Comitê de Tecnologia da Informação (CTI).....	16
9.3.6 Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA)	17
9.4 COMISSÕES E NÚCLEOS PERMANENTES.....	17
9.4.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	17
9.4.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais.....	17
9.4.3 Comissão de Ética.....	18
9.4.4 Comissão de Integração dos Programas Sociais (CIPS).....	18

para que a forma de aplicação do sistema de cotas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012, seja aperfeiçoada, facilitando a compreensão e agilizando a resposta ao estudante. Da mesma forma, deve ser implantada a reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme Lei nº 13.409/2016. Serão fortalecidos os processos de ingresso ~~por análise socioeconômica~~ para os cursos técnicos e de formação inicial e continuada, tornando-os mais simplificados e inclusivos. Para os cursos de graduação, deve-se priorizar a seleção por meio do desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio e de seu respectivo processo seletivo (SiSU), visando à otimização de recursos e o aperfeiçoamento do processo seletivo.

Para os cursos de pós-graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*), o objetivo é institucionalizar e aprimorar a seleção, de modo a potencializar a ocupação das vagas ofertadas com o público-alvo dos cursos, fomentando a pesquisa e a inovação.

8.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS)

O PAEVS é um programa que existe na instituição desde 2010 e tem o objetivo de proporcionar as condições mínimas para um bom aprendizado a discentes de todos os níveis de ensino (cursos de qualificação profissional, cursos técnicos, graduações e pós-graduações). Por meio desse Programa, os discentes têm acesso a auxílio financeiro a ser utilizado para o pagamento de suas despesas como, por exemplo, alimentação, material escolar e transporte no percurso casa-escola-casa. Entretanto, o valor recebido varia conforme as condições financeiras apresentadas pelo discente e sua família. Em 2015 foram atendidos pelo Programa 2571 discentes e, em 2016, foram atendidos 4464 discentes.

A partir dos resultados levantados pelas Avaliações da Assistência Estudantil do IFSC realizada desde 2011, puderam ser implementados aprimoramentos no Programa, como a melhoria na sua divulgação. Constatou-se também a necessidade de ampliar a assistência estudantil na área de alimentação.

A instituição pretende fortalecer o PAEVS, que passará por reestruturações normativas, com a revisão de suas regras de acesso e permanência. Além disso, pretende-se qualificar os processos de avaliação com os discentes e servidores da

instituição.

8.3 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTUDANTE

O Programa de Segurança Alimentar do discente (PSAE) constitui-se num conjunto de estratégias que defendem a garantia de oferta de uma alimentação aos discentes, dentro de um critério de segurança alimentar e nutricional, atendendo as concepções de Direito Humano à Alimentação Adequada. O Plano de Alimentação Estudantil (PAE), o Plano Cantina Saudável e o Plano de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são partes integrantes do Programa de Segurança Alimentar do discente do IFSC e são caracterizados pela universalidade do atendimento. Essa proposta tem como objetivos: contribuir para um adequado crescimento e desenvolvimento dos discentes; aprimorar o rendimento escolar; criar elementos pedagógicos mais positivos no âmbito da Educação em Saúde; formar hábitos alimentares mais conscientes e auxiliar na sustentabilidade ambiental do universo a que se insere esse público.

O Programa de Alimentação Estudantil do IFSC tem como base regulamentadora a Constituição Federal de 1988 (artigos 6º, 205, 208 e 211); a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 25); o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (artigo 11); a Lei nº 11.947/2009; a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009; a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465/2010; a Nota Técnica nº 02/2012 – COTAN/CGPAE/DIRAE/FNDE; a Resolução/CD/FNDE nº 67/2009 e a Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, dentre outras regulamentações na área. Em consonância com o exposto na Lei, o IFSC inicia a implantação do Programa em um de seus câmpus em 2014, com a organização da adequada infraestrutura física e de pessoal, além de ações educativas na área de saúde, alimentação e segurança alimentar.

Pretende-se trabalhar na implementação efetiva do Programa de Segurança Alimentar do Estudante (PSAE) em tantos câmpus quanto possível, conforme a disponibilidade orçamentária, financeira, de infraestrutura e de pessoal.

8.4 PERMANÊNCIA E ÊXITO NO PERCURSO FORMATIVO

Estão agrupadas neste item diferentes ações que visam aprimorar o processo de ensino e fornecer suporte aos discentes durante seu percurso formativo. Ao intervir nesse processo a instituição está desenvolvendo meios de favorecer a permanência e o êxito dos discentes, contemplando sua diversidade.

A principal iniciativa da instituição é o fortalecimento das equipes interdisciplinares que atuam diretamente no atendimento do discente e na orientação ao docente nos câmpus, que denominamos de Coordenadorias Pedagógicas. Nos anos de 2013 e 2014 houve diversos chamamentos de concurso público para preenchimento de vagas nessas equipes que tem como composição mínima um psicólogo, um assistente social, um pedagogo e outro profissional de nível superior do campo da educação. Além do crescimento das equipes, a Pró-Reitoria de Ensino está desenvolvendo um projeto para a troca de experiências entre os servidores das Coordenadorias Pedagógicas, por meio de encontros regionais e com a posterior publicação das práticas exitosas. A partir desses encontros e das publicações, pretende-se trabalhar na construção dos fluxos e processos de trabalho das Coordenadorias Pedagógicas, que devem auxiliar no processo de implantação do sistema acadêmico no IFSC.

São consideradas ainda propostas que contribuem para a permanência e o êxito dos discentes atividades de prevenção e promoção de saúde, de combate à discriminação e de valorização das diferenças entre os discentes. Essas atividades são desenvolvidas pelos câmpus, conforme os calendários estabelecidos em cada um deles.

A prática de atividades culturais e esportivas são compreendidas como parte da formação integral e cidadã que a instituição se propõe a ofertar aos discentes. O compromisso com esta proposta de formação é contemplado na realização anual dos Jogos do IFSC (JIFSC). Com a realização dos jogos objetiva-se incentivar a prática desportiva e a cooperação e interação entre os discentes.

A inserção do discente no mundo do trabalho também se trata de um desafio que precisa de apoio da instituição. Neste sentido, pretende-se implementar uma Coordenação de Estágios na Pró-reitoria de Ensino. Esta Coordenação trabalhará na construção de documentos reguladores da prática de estágio dos discentes do IFSC e na

normatização dos processos. Desta maneira, espera-se que o atendimento dos discentes seja qualificado e facilite o acesso dos discentes ao estágio e a conclusão dos mesmos com êxito, buscando reduzir a burocratização dos processos da área.

8.5 ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O atendimento às pessoas com necessidades específicas demanda uma especialização por parte da instituição em vários âmbitos: de pessoal, de infraestrutura e atitudinal. O atendimento educacional especializado será qualificado através de ações encadeadas que serão disparadas pela PROEN e devem se estender a todo o corpo da instituição para que sejam eficazes. Essas ações estão desenhadas no planejamento estratégico do IFSC em seu objetivo estratégico P8 (atender as pessoas com necessidades específicas). Esse objetivo estratégico aponta para a necessidade de aperfeiçoar e implantar processos para o atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas (PNE), através das seguintes iniciativas estratégicas: P0801, “garantir atendimento especializado no processo de ingresso adequado às PNE”; P0802, “garantir o atendimento educacional especializado e atuação em rede para atender as PNE”; P0803, “implementar a legislação relacionada à acessibilidade e à inclusão”; e P0804, “proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar”.

A primeira ação é a sensibilização dos gestores da instituição através de atividades com o Colégio de Dirigentes, para que compreendam a importância do atendimento educacional especializado e sejam parceiros dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nos câmpus e também na reitoria. Essas ações serão conduzidas em 2014. Em paralelo, está sendo construído um projeto de formação dos servidores que realizam o atendimento aos discentes com necessidades específicas que deve iniciar ainda em 2014. A formação desses servidores é crucial para a melhoria do atendimento dos discentes, hoje realizado por servidores que não tem formação na área de atendimento educacional especializado. Com estas ações pretende-se que haja

mudanças na atitude dos servidores em relação aos discentes com necessidades específicas, tornando o ambiente escolar um espaço acolhedor das diferenças.

Para garantir que o trabalho aconteça de forma qualificada e delimitada, será construído o Regulamento do NAPNE, conforme previsto no Regimento Geral do IFSC. Através desse documento serão estabelecidos parâmetros gerais para o atendimento adequado dos discentes com necessidades específicas, buscando garantir a efetividade dessas ações.

Quanto à infraestrutura, objetiva-se ampliar a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento às necessidades dos discentes. Para a realização de tal objetivo, o IFSC busca o estabelecimento de parcerias com o governo federal para garantir o financiamento e compra dos equipamentos. Também é preciso fazer a adaptação arquitetônica das instalações do IFSC para que atendam as normas vigentes de acessibilidade. Para tanto, a instituição aguarda a revisão da NBR 9050, a qual normatiza a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos que estão sendo realizadas em 2014, para iniciar um projeto específico de adequação dos espaços físicos.

8.6 EGRESSOS

O IFSC pretende implementar uma proposta de acompanhamento de egressos, em atendimento ao Objetivo Estratégico P5. Ao garantir uma forma de diálogo com os egressos, busca-se ter um retorno quanto ao impacto da formação dada pelo IFSC na vida profissional desses sujeitos e fomentar a formação continuada deste público, garantindo que nosso discente possa fazer seu percurso formativo no IFSC (desde a formação inicial e continuada, passando pelos cursos técnicos de nível médio e chegando na graduação e pós-graduação).

CAPÍTULO 8.....	1
POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	1
8.1 INGRESSO.....	1
8.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS).....	2
8.3 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTUDANTE.....	3
8.4 PERMANÊNCIA E ÊXITO NO PERCURSO FORMATIVO.....	4
8.5 ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....	5
8.6 EGRESSOS.....	6

CAPÍTULO 10

RELAÇÕES EXTERNAS

10.1 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

Para o cumprimento da missão institucional, o IFSC empreende esforços para fortalecer e ampliar suas relações com a comunidade através da articulação e formalização de parcerias com instituições governamentais, não governamentais e empresas.

Em seu planejamento estratégico, o IFSC estabeleceu o objetivo estratégico P7: “ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada”, compreendendo que a instituição deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.

Um dos indicadores de acompanhamento do alcance desse objetivo estratégico é o número de parcerias estabelecidas. A formalização das parcerias é um importante instrumento para aqueles que dedicam suas atividades a ações que garantem a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão e que, dessa forma, contribuem para a consecução dos objetivos do IFSC conforme a Lei nº 11.892/2008 em seu artigo 7º.

As parcerias desenvolvidas possuem diversas finalidades. Uma delas é o fortalecimento das atividades de inovação, alinhando as ações institucionais com as diretrizes nacionais, que, por meio de editais, vêm financiando projetos de pesquisa e extensão tecnológica que visam a alavancar a interação entre setor público e privado, assim como desenvolver mecanismos legais para impulsionar a transferência de tecnologia. Além desta, possui a finalidade de promover a cooperação mútua da instituição com a sociedade para o desenvolvimento de projetos de extensão que causem impacto direto na comunidade local e regional dos Câmpus onde o IFSC está inserido.

A aproximação do IFSC com os diversos atores da sociedade qualifica o ensino e impulsiona as atividades de pesquisa e de extensão, ampliando a captação de recursos financeiros e permitindo que o IFSC atenda às demandas da sociedade.

Programas especiais como, por exemplo, Proeja, Certific, Pronatec e **Mulheres Sim** (oferta para mulheres e meninas em vulnerabilidade social e oferta para mulheres imigrantes e refugiadas) também necessitam da articulação entre o IFSC e a sociedade a fim de garantir as ações entre os diversos setores da sociedade que atuam de forma transversal com as demais políticas públicas e sociais, buscando potencializar e fortalecer as ações de educação, assistência social, saúde, organizações populares, movimentos sociais, entre outros.

A formalização de parcerias com as diversas instituições garante segurança nas ações planejadas, contribui para aumentar o leque de atividades, podendo ser de forma periódica ou pontual, e para incluir novos atores sociais no processo de ensino.

Termos de Cooperação Técnica e Contratos de Prestação de Serviço são exemplos de instrumentos utilizados para viabilizar a execução de projetos ou atividades de duração certa. Os Acordos de Cooperação Técnico-científica, por sua vez, destinam-se a formalizar intenções de se desenvolver futuramente projetos e ações em conjunto.

Na necessária articulação com os diversos setores da sociedade, o IFSC intervém por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, construindo processos que contribuem para o desenvolvimento local e regional, assumindo que a educação profissional e tecnológica atua atendendo o seu compromisso com o todo social.

Portanto, as relações sociais construídas com diferentes interesses e expectativas fazem com que o IFSC seja um agente estratégico na estruturação de diretrizes regionais e de formação com base nas demandas reais, contribuindo para o desenvolvimento com base nos aspectos sociais, culturais e econômicos de uma região.

10.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, “internacionalização é o processo de inclusão das dimensões do global, do internacional e do intercultural nos currículos, no processo ensino/aprendizagem, na pesquisa, na extensão e na cultura organizacional da universidade com o objetivo de proporcionar a sua comunidade uma diversidade de conceitos, ideologias e princípios gerenciais contemporâneos sem, contudo, perder de vista suas origens e suas motivações próprias.”

A internacionalização se refere a um processo de mudanças organizacionais, de

inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades (RUDZKI, 1998)¹.

O IFSC pretende, nos próximos cinco anos, fortalecer sua internacionalização com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, realizando divulgação, produção científica e tecnológica. Esse é um dos objetivos estratégicos da instituição para os próximos cinco anos.

A internacionalização no IFSC tem como objetivo o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas para integrar as dimensões internacional e intercultural. Através da internacionalização, tende-se a formalizar os benefícios da cooperação internacional, que visam a atender a toda a comunidade do IFSC.

O processo de internacionalização implica em uma série de ações, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes itens:

- mobilidade de estudantes e servidores;
- internacionalização do *currículum*;
- oferta educativa internacional;
- duplas titulações;
- acordos interinstitucionais;
- pesquisa e pós-graduação conjuntas;
- ensino-aprendizagem de idiomas e culturas estrangeiras;
- programas de cooperação para o desenvolvimento de pesquisa, extensão e de interesses comuns entre o IFSC e as instituições parceiras.

A fim de promover tais ações, o IFSC trabalha para propor diretrizes com vistas em uma política institucional na área de cooperação internacional, ensino de idiomas e mobilidade, divulgando suas atividades em outros países, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão.

A instituição conta com uma Coordenação de Assuntos Internacionais, que a assessora e a representa em questões referentes a assuntos internacionais. A

1 RUDZKI, R. E. **The strategic management of internationalization:** towards a model of theory and practice.

Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy at the School of Education. University of Newcastle upon Tyne, United Kingdom, 1998.

Coordenadoria também dá apoio, propõe e realiza eventos internacionais em conjunto com os câmpus, assim como recebe e apoia as demandas externas de propostas de cooperação internacional em suas diversas modalidades, emitindo, quando necessário, pareceres nos processos de acordos e convênios internacionais.

Assim sendo, o IFSC gerencia as informações referentes a programas de cooperação internacional existentes, como é o caso do Programa Ciências sem Fronteiras do Governo Federal e o Programa de Cooperação Internacional para Intercâmbio de Estudantes do IFSC – Propicie. A instituição também apoia o intercâmbio internacional de estudantes, coordenando os processos de homologação e demais procedimentos necessários a sua viabilização.

Os programas de mobilidade visam ao intercâmbio de servidores e discentes, não somente nas áreas técnicas e de pesquisa, mas também na capacitação, certificação e proficiência em idiomas. Inúmeras ações têm sido realizadas, como a criação de cursos de línguas, a participação em editais nacionais, a aplicação de testes de proficiência em idiomas e a promoção de encontros para o debate de políticas nessa área.

O IFSC dá assistência a participantes estrangeiros que se encontram em atividade na instituição, promovendo sua inserção junto aos câmpus. Em linhas gerais, o IFSC divulga e promove a conscientização da importância das atividades de cooperação internacional, enfatizando a relevância de uma experiência internacional para alunos, professores e técnicos administrativos, sempre buscando intercâmbio com instituições e agências de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural no exterior.

CAPÍTULO 10.....	1
RELAÇÕES EXTERNAS.....	1
10.1 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS.....	1
10.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	2

CAPÍTULO 11

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFSC

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Essa modalidade é regulada pelos Decretos nº 5.622/2005, nº 5.773/2006 e nº 6.303/2007, e pela Portaria Normativa nº 40/2007, republicada em 2010.

A Educação a Distância no IFSC teve início em 1999, quando o Câmpus São José ofereceu o primeiro Curso Básico de Refrigeração a distância. Em 2006, o Câmpus Florianópolis ofereceu, em parceria com as Centrais Elétricas do Sul – Eletrosul, o Curso Técnico em Eletrotécnica na modalidade EaD, dando início, assim, ao Núcleo de Ensino a Distância do Câmpus Florianópolis.

Ainda em 2006, o Câmpus Florianópolis participou do primeiro edital do Programa UAB, publicado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC (SEED/MEC), ofertando, em 2007, 300 vagas para o CST em Gestão Pública.

Em 2009, o IFSC aderiu ao Programa e-Tec Brasil, iniciando a oferta do curso Técnico de Informática para Internet. Também nesse ano, realizou o curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e em 2010 começou a ofertar as especializações em: Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências. Em 2012, foi ofertada a primeira turma do Curso de Especialização em Mídias na Educação e teve início a oferta da Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos.

O Departamento de EaD era, até 2013, subordinado a Pró-Reitoria de Ensino, mas após um longo e participativo debate em toda a instituição com o objetivo de construir um modelo de educação a distância, foi desenvolvido o conceito de Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), ao qual o Departamento de EaD está vinculado. Um dos objetivos do Cerfead é fomentar a expansão da EaD no IFSC, fornecendo assessoria técnica e pedagógica na implantação dos Núcleos de Educação a Distância (Nead) e na articulação das ofertas em EaD.

Credenciado em 2014, o IFSC é o único Instituto Federal que participa do Sistema Universidade Aberta do SUS. Trata-se de um grande programa nacional de capacitação de servidores do SUS, que oferta cursos em vários níveis e modalidades, de acordo com as demandas do sistema.

Em 2016, o IFSC foi credenciado para a Educação a Distância pela Capes com conceito 4.

11.2 ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A estrutura de EaD no IFSC é composta pela diretoria de EaD, componente do Cerfead, pelos Neads, além de polos de apoio presencial em convênio com prefeituras municipais.

Conforme a Resolução nº 22/2013/Consup, o Nead é um espaço para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos a distância de cada câmpus. Esses núcleos poderão desenvolver projetos pedagógicos de cursos e ofertá-los na modalidade EaD, de acordo com o eixo tecnológico ou competência do câmpus. Poderão, também, sediar a oferta de cursos de outros câmpus ou por meio de convênios com os programas parceiros do IFSC. O Nead é estruturado de acordo com a proposta pedagógica de cada câmpus, o qual deve oferecer infraestrutura física, de pessoal e tecnológica para o seu funcionamento, estando apto a receber recursos de fomento para a oferta em EaD.

Para oferta de seus cursos, considerado o segundo semestre de 2016, o IFSC conta com 28 polos UAB (Quadro 11.1), 10 polos e-Tec (Quadro 11.2) e 17 câmpus credenciados como Neads, com funcionamento autorizado pelo Consup (Quadro 11.3).

nº	Cidade	Mantenedor
1	ARARANGUÁ-SC	Prefeitura Municipal de Araranguá
2	BLUMENAU-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
3	BRAÇO DO NORTE-SC	Prefeitura Municipal do Braço do Norte
4	CAÇADOR-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
5	CACHOEIRA DO SUL-RS	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul
6	CAMPOS NOVOS-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
7	CANOINHAS	Prefeitura Municipal de Canoinhas
8	CANELINHAS	Prefeitura Municipal de Canelinhas
9	CONCÓRDIA-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
10	CRICIÚMA-SC	Prefeitura Municipal de Criciúma
11	FLORIANÓPOLIS-SC	Prefeitura Municipal de Florianópolis
12	FOZ DE IGUAÇU-PR	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
13	INDAIAL-SC	Prefeitura Municipal de Indaial
14	ITAJAÍ-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
15	JALES-SP	Prefeitura Municipal de Jales
16	JOINVILLE-SC	Prefeitura Municipal de Joinville
17	LAGES- SC	Prefeitura Municipal de Lages
18	LAGUNA-SC	Prefeitura Municipal de Laguna
19	OTACÍLIO COSTA-SC	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa
20	NOVA LONDRINA-PR	Prefeitura de Nova Londrina
21	PALHOÇA-SC	Prefeitura Municipal de Palhoça
22	PALMITOS-SC	Prefeitura Municipal de Palmitos
23	SÃO JOSÉ-SC	Prefeitura Municipal de São José
24	SÃO MIGUEL DO OESTE-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
25	TAPEJARA-RS	Prefeitura Municipal de Tapejara
26	TREZE TÍLIAS -	Prefeitura Municipal de Treze Tílias
27	TUBARÃO	Prefeitura Municipal de Tubarão
28	VIDEIRA-SC	Prefeitura Municipal de Videira

Quadro 11.1: Polos da UAB com oferta de cursos do IFSC
Data da coleta: outubro de 2016.

nº	Cidade	Local
1	CAÇADOR	Prefeitura Municipal de Caçador
2	CRICIÚMA	Prefeitura Municipal de Criciúma
3	GAROPABA	Prefeitura Municipal de Garopaba
4	INDAIAL	Prefeitura Municipal de Indaial
5	ITAPEMA	Prefeitura Municipal de Itapema
6	ITAPOÁ	Prefeitura Municipal de Itapoá
7	OTACÍLIO COSTA-SC	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa
8	SÃO JOSÉ-SC	Prefeitura Municipal de São José
9	SANTA CECÍLIA	Prefeitura Municipal de Santa Cecília
10	XANXERÊ-SC	Prefeitura Municipal de Xanxerê

Quadro 11.2: Polos da Rede e-Tec Brasil com oferta de cursos do IFSC
Data da coleta: novembro de 2016

nº	Câmpus	Data de credenciamento pelo Consup
1	CRICIÚMA	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
2	LAGES	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
3	PALHOÇA-BILÍNGUE	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
4	CANOINHAS	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
5	GASPAR	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
6	SÃO MIGUEL DO OESTE	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
7	ARARANGUÁ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
8	CAÇADOR	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
9	CHAPECÓ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
10	FLORIANÓPOLIS	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
11	FLORIANÓPOLIS-CONTINENTE	23 de setembro de 2015 (Resolução 33/2015)
12	GAROPABA	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
13	ITAJAÍ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
14	JARAGUÁ DO SUL	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
15	JOINVILLE	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
16	TUBARÃO	02 de outubro de 2014 (Resolução 34/2014)
17	XANXERÊ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)

Quadro 11.3: Needs do IFSC
Data da coleta: novembro de 2016

11.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A oferta de cursos na modalidade EaD no IFSC, considerado o segundo semestre de 2016, compreende os seguintes cursos:

- Curso Técnico em Informática para Internet (e-Tec);
- Tecnólogo em Gestão Pública (UAB);
- Especialização em Educação de Jovens e Adultos (UAB);
- Especialização em Gestão em Saúde (UAB);
- Especialização em Ensino de Ciências (UAB);
- Especialização em Mídias na Educação (UAB);
- Especialização em Gestão Pública para a Educação Profissional e Tecnológica (CERFEAD);
- Especialização em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica (CERFEAD);
 - Especialização em Perícia em Acidentes de Trânsito (CERFEAD);
- Cursos em Formação Inicial e Continuada: Responsabilidade Socioambiental, Formação Continuada de Tutores para EaD, Gestão e Trabalho em Equipe, Planejamento e Desenvolvimento de Cursos na Modalidade a Distância e Tecnologias para EaD (CERFEAD).

A oferta prevista para o período de vigência deste PDI é apresentada no Capítulo 4 – POCV.

11.4 CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Cerfead tem como missão desenvolver programas, projetos e procedimentos na área de formação para a Educação Profissional e Tecnológica e em EaD e, assim, contribuir com o desenvolvimento pleno social e profissional de sua comunidade. Esse Centro vislumbra a referência nacional na área de formação de formadores e de gestão pública na Educação Profissional. Além disso, pretende dar o apoio à consolidação do uso da modalidade de educação a distância como instrumento para a ampla socialização do

conhecimento e para o desenvolvimento do indivíduo em seu contexto social. Esse Centro vislumbra a referência nacional na área de formação de formadores e de gestão pública na Educação Profissional. Além disso, pretende dar o apoio à consolidação do uso da modalidade de educação a distância como instrumento para a ampla socialização do conhecimento e para o desenvolvimento do indivíduo em seu contexto social.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, o IFSC deverá garantir, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o mínimo de 20% de suas vagas para atender a cursos de licenciatura, bem como a programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O planejamento estratégico do IFSC estabelece, como um de seus indicadores, o atendimento aos percentuais de distribuição de oferta previstos nessa lei. Além disso, tem como um de seus objetivos estratégicos “Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia”, com diversas ações relacionadas ao desenvolvimento da educação a distância na instituição.

A melhoria da qualidade do ensino constitui um dos desafios centrais da política nacional. Nesse sentido, a valorização profissional do servidor público, através de investimentos na formação contínua, é nomeadamente uma das medidas que se considera para possibilitar o processo de “reflexão-ação” em seu contexto social e profissional. O planejamento estratégico do IFSC aponta para esse sentido, principalmente em dois de seus objetivos: “Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia”, que implica em “Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.”

A criação do Cerfead é uma das ações do IFSC para alcançar esses objetivos. Esse Centro se estabelece dentro de um paradigma de processo formativo contínuo, potencializando o desenvolvimento de diversas habilidades, competências e a (re)construção de saberes para as comunidades interna e externa do IFSC, de modo que adotem, em sua ação diária, políticas práticas associadas, prioritariamente, ao emprego de soluções que promovam o bem-estar do seu contexto local e regional.

Atualmente, o Cerfead é o responsável pela oferta do Curso de Pós-graduação *latu sensu* em Formação Pedagógica a Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em

Perícia de Acidentes de Trânsito e em Gestão Pública para EPT, em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, capacita os servidores do IFSC, com cursos estendidos à comunidade, com cinco ofertas de qualificação: Responsabilidade Socioambiental, Formação Continuada de Tutores para EaD, Gestão e Trabalho em Equipe, Planejamento e Desenvolvimento de Cursos na Modalidade a Distância e Tecnologias para EaD. Também oferta os cursos de ambientação para os servidores do IFSC e apoia outras formações e capacitações estratégicas para a Instituição.

CAPÍTULO 11.....	1
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	1
11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFSC.....	1
11.2 ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	2
11.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	5
11.4 CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	5

CAPÍTULO 12

CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (ONU, 1987¹).

A sustentabilidade é “consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se essas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade”. (CAPRA, 2006 apud ROSA, 2007²).

“Em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade e que deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado”. (DINIZ DA SILVA, 2010 apud BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010³).

Em resumo, ser sustentável é não gastar ou não planejar gastar mais do que se tem ou se preveja ter, ou seja, não gerar prejuízo, proporcionando o máximo retorno possível ao investimento. Nesse sentido, o IFSC tem como objetivo estratégico “Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos” de forma a otimizar continuamente a gestão dos processos e alcançar com efetividade as metas institucionais.

Para ser sustentável o IFSC precisa atender com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social às necessidades dos alunos e da sociedade, para que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas. Sendo assim, o IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico o objetivo “Gerenciar recursos financeiros com efetividade”, a fim de maximizar os resultados da instituição e otimizar o

1 <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>

2 ROSA, Altair. **Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Curitiba, 2007.

3 BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf>

tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento da captação, da aplicação e da execução dos recursos financeiros.

12.1 A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicampus e para atender às necessidades da comunidade, respeitando a autonomia administrativa de cada câmpus, é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados.

Conforme estabelecido em seu planejamento estratégico, o IFSC pretende consolidar a governança institucional e a gestão em rede, garantindo a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.

A atuação em rede das unidades que compõem o IFSC tem trazido bons resultados e busca tornar ainda mais eficiente a gestão de seus processos para que o ensino ofertado seja da máxima qualidade. Por seis anos consecutivos, o IFSC obteve o melhor IGC da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Mesmo assim, tem-se a consciência de que muito precisa ser feito e aprimorado e, principalmente, que essa avaliação positiva é resultado do esforço coletivo de servidores comprometidos e qualificados e de alunos competentes e preparados.

Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja orçamento próprio para cada unidade, é preciso destacar que se trata de uma metodologia adotada pela União para previsão e distribuição dos recursos a cada Instituto Federal e que, principalmente, o IFSC é uma instituição pública federal com missão e valores únicos e que tem, prioritariamente, os recursos públicos como forma de financiamento.

Sendo assim, os recursos destinados ao IFSC por meio da LOA não são de cada câmpus nem da reitoria, são do público. As decisões quanto à alocação e execução desses recursos não podem levar em consideração os interesses individuais, políticos e segmentados. É necessária uma atuação técnica e sistêmica para definição das prioridades institucionais em prol da Rede IFSC e da sua comunidade.

É necessário compreender, ainda, que cada câmpus possui especificidades quanto

a diversas condições: número de alunos, número de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outros.

Entender que autonomia administrativa difere de independência e soberania na atuação é primordial. A autonomia administrativa é garantida somente quando há justiça e equidade no tratamento das questões entre os envolvidos, com o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos, visão sistêmica, estabelecimento de diretrizes e regulamentação de processos. Dessa maneira, pode-se ter transparência e unidade entre os câmpus e a reitoria para que o IFSC cumpra sua missão.

Através da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IFSC busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

12.1.1 A estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC

A gestão orçamentária do IFSC ocorre de forma parcialmente descentralizada: a Reitoria é, atualmente, a única Unidade Gestora Executora (UG-E) do IFSC, enquanto os câmpus são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Cada câmpus planeja e gerencia seu orçamento próprio, porém a execução final é realizada pela Reitoria. Alguns procedimentos, porém, já foram descentralizados para agilizar o processo e capacitar os gestores e servidores dos câmpus para a descentralização orçamentária, tais como a emissão de notas de empenho e a liquidação de notas fiscais.

A proposta da instituição é de que, assim que o processo de implantação dos câmpus esteja consolidado, todos os gestores e servidores sejam capacitados e, principalmente, as diretrizes orçamentárias da Rede IFSC sejam discutidas e elaboradas. Dessa maneira, será feita a descentralização orçamentária aos câmpus, transformando-os em Unidades Gestoras Executoras, e seus diretores-gerais em Ordenadores de Despesas.

12.1.2 O Orçamento do IFSC

Os recursos orçamentários do IFSC advêm do Orçamento Geral da União por meio

da LOA, o que permite visualizar os limites da gestão em cada Exercício Financeiro. Os recursos previstos na LOA têm sua execução planejada e dividida em: despesas de pessoal (folha de pagamento), de custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e de investimento (obras e aquisição de equipamentos e imóveis).

ORÇAMENTO			
		2015	2016
	DISCRIMINAÇÃO	LIMITES	LIMITES
FUNCIONAMENTO E CAPACITAÇÃO DA EPT	Capacitação	R\$ 1.493.476,00	R\$ 1.307.837,00
	Custeio	R\$ 49.687.360,00	R\$ 54.062.896,00
	Investimento	R\$ 22.489.135,00	R\$ 9.826.992,00
	Subtotal	R\$ 73.669.971,00	R\$ 65.197.725,00
DEMAIS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS	Despesas Correntes – recursos próprios	R\$ 738.776	R\$ 1.152.899,00
	Despesas de Capital – recursos próprios	R\$ 738.775	R\$ 277.442,00
	CONIF	R\$ 110.649,00	R\$ 51.979,00
	Educação básica (FIC)	R\$ 602.680,00	-
	Fomento ao Desenvolvimento da educação	R\$ 334.838,00	-
	Expansão e Reestruturação	R\$ 20.000.000,00	R\$ 3.658.537,00
	Assistência Estudantil	R\$ 8.821.596,00	R\$ 9.031.973,00
	Subtotal	R\$ 31.347.314,00	R\$ 14.172.830,00
PESSOAL E ENCARGOS	Inativos e Pensionistas	R\$ 30.797.000,00	R\$ 34.332.207,00
	Pessoal Ativo	R\$ 192.818.522,00	R\$ 243.533.331,00
	PASEP	R\$ 34.844.352,00	R\$ 39.946.517,00
	Subtotal	R\$ 258.459.874,00	R\$ 317.812.055,00
OUTROS VALORES DA FOLHA DE PESSOAL	Assistência e Auxílios	R\$ 14.999.335,00	R\$ 17.120.652,00
	Sentenças judiciais e Precatórios	R\$ 1.302.396,00	R\$ 44.238.015,00
	Subtotal	R\$ 16.301.731,00	R\$ 61.358.667,00
TOTAL		R\$ 379.778.890,00	R\$ 458.541.277,00

Tabela 12.1: Limites orçamentários do IFSC conforme Leis Orçamentárias Anuais de 2015 e 2016.

O orçamento inicial do IFSC para 2015, com recursos do Tesouro, atingiu cerca de 380 milhões de reais, compreendendo as despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos (Tabela 12.1).

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC), cabendo à gestão do IFSC informar eventuais reestimativas dentro do exercício.

O orçamento do IFSC, conforme apresentado na Tabela 12.1, conta também com recursos decorrentes de receita própria, ou seja, recursos diretamente arrecadados. Esses recursos são captados por meio de ações como aluguel de ambientes, realização de concursos e outros, compondo uma parcela que correspondeu, em 2015, a apenas 0,38% do valor oriundo da União.

Além desses recursos, o IFSC conta também com os recursos diretamente arrecadados, com orçamento próprio para projetos/programas específicos, tais como Pronatec e UAB, com as descentralizações de créditos, com eventuais emendas parlamentares e com convênios públicos e privados. A instituição firma convênios e termos de cooperação com a Setec, a Capes, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e outros órgãos públicos de fomento. Esses convênios e termos de cooperação permitem ampliar o nível de investimentos e desenvolver outros projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, em sua grande maioria, são firmados por meio de Termos de Cooperação com a Setec, que subsidia as ações de expansão e melhoria da educação profissional e tecnológica, bem como a construção dos câmpus, cujos valores, em 2015, representaram um acréscimo de 3,7% ao orçamento inicialmente previsto.

Os recursos diretamente arrecadados, as descentralizações de créditos e as emendas parlamentares são distribuídos com base em alguns critérios, tais como:

- a. Matrículas e quantidade de alunos
- b. Número de alunos e de docentes

- c. Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos
- d. Apoio às instituições públicas de ensino
- e. Programas de extensão e certificação
- f. Produção de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico
- g. Núcleos de inovação tecnológica
- h. Registro e comercialização de patentes
- i. Resultados das avaliações
- j. Sistemas de informação e programas do MEC
- k. Programas de mestrado e doutorado

12.1.3 A Matriz Conif

A parcela do orçamento da União referente às despesas de custeio (manutenção, materiais de consumo e serviços) e capital (investimento, equipamentos permanentes e obras), prevista na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – e projetos correlatos – é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz Conif.

Essa matriz é um modelo matemático, elaborado através de discussão conjunta entre o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (Forplan), e a Setec.

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos exercícios considera, para efeito de composição e cálculos, uma estrutura e alguns parâmetros. A estrutura da Matriz é composta por blocos: pré-expansão⁴, expansão⁵, Reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados são os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) referentes aos dois semestres anteriores à programação orçamentária⁶, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as categorias dos câmpus (implantado ou em

4 Câmpus com mais de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (implantado).

5 Câmpus com menos de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (em implantação).

6 Meio do ano anterior ao exercício de referência da matriz.

implantação, agrícola ou não, etc.) e os tipos e pesos dos cursos.

Dessa forma, as principais variáveis que impactam no valor destinado a cada instituição são: a quantidade de alunos matriculados e os pesos distintos para os vários cursos ofertados. Esses pesos são definidos considerando-se o custo de implantação e manutenção de um curso na Rede Federal. As matrículas são equalizadas pela carga horária anualizada de cada curso e seu período de oferta ao longo de um semestre. Assim, é possível fazer comparações entre matrículas equalizadas de toda a Rede Federal. Após esses ajustes e discussões entre o Conif e a Setec, a instituição tem seu orçamento previsto e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades, instrumentalizando o contínuo caminho para um orçamento participativo e, sobretudo, buscando mais eficiência na gestão da despesa pública.

Os recursos aportados pela LOA ao IFSC, conforme dispostos na Matriz Conif são apresentados na Tabela 12.2. Além dos valores constantes da Matriz Conif 2015 e 2017, a tabela apresenta uma projeção até 2023, considerando as regras e parâmetros utilizados para elaboração da Matriz Conif 2017 e a estimativa de alunos-equivalentes prevista pelos câmpus no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (capítulo 4). Os dados da tabela desconsideram o ajuste que anualmente é feito pelo IPC-A.

Os valores apresentados para a Reitoria, na Tabela 12.2, incluem os blocos complementares da Matriz Conif denominados *Educação a Distância* (custeio para incentivo à institucionalização da EaD) e *Pesquisa Aplicada, Extensão e Inovação* (aplicado em editais institucionais de pesquisa e extensão e inovação tecnológica). Em 2015, esses blocos representaram, respectivamente, R\$ 231.577,00 e R\$ 1.481.574,00.

Quanto ao orçamento do Cerfead, cabe esclarecer que a maior parte do aporte de recursos é feito pela Reitoria, uma vez que o Centro está ligado diretamente à Pró-Reitoria de Ensino. Os créditos orçamentários apresentados para o Cerfead na Tabela 12.2 são relativamente pequenos, pois a relação entre matrículas da educação à distância e orçamento segue regras diferentes do ensino presencial, assim como são diferentes as

regras da Matriz para os Centros de Referência, e parte substancial da oferta do Centro se dá via programas e parcerias com aporte de recursos externos à Matriz.

Câmpus	Créditos orçamentários por UG-R conforme Matriz Conif (em R\$)							
			Projeção conforme estimativa de Alunos-Equivalentes do POCV					
	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ARU	2.821.155	2.030.628	2.079.110	2.149.543	2.312.878	2.399.359	2.531.158	2.632.518
CDR	1.959.457	1.181.359	1.450.666	1.719.973	1.719.973	1.792.953	1.839.160	1.860.408
CAN	2.609.905	1.724.139	1.867.549	2.257.567	2.613.395	2.613.628	2.712.188	2.806.333
CCO	3.058.127	2.282.287	2.674.877	3.239.771	3.408.868	3.421.222	3.416.661	3.421.447
CRI	2.651.216	2.304.573	2.739.533	3.121.151	3.142.921	3.225.096	3.267.907	3.378.622
FLN	14.964.405	12.039.465	14.185.702	16.789.112	16.926.923	16.985.767	17.066.396	17.066.396
CTE	2.821.155	1.724.025	1.721.999	1.719.973	1.719.973	1.803.002	1.859.456	1.882.474
GPB	1.919.788	1.065.262	1.392.617	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
GAS	2.409.348	1.722.889	2.111.586	2.898.543	3.055.501	3.042.240	3.033.794	3.048.864
JGW	3.021.465	2.374.304	2.103.573	2.203.985	2.641.933	2.760.924	2.801.599	2.807.581
ITJ	2.034.051	1.723.514	1.908.985	2.664.687	3.326.269	3.661.125	3.556.731	3.562.087
JAR	2.821.156	1.961.795	1.924.441	1.883.018	2.107.530	2.313.441	2.452.806	2.483.520
JLE	5.595.339	3.462.967	3.574.783	3.826.891	3.900.481	4.057.449	4.255.986	4.326.635
LGS	2.245.959	1.895.550	2.220.615	2.429.596	2.583.298	2.739.261	2.841.618	2.851.589
PHB	1.959.031	1.119.164	1.419.568	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
SCA	628.740	1.053.849	1.386.911	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
SJE	4.525.201	2.739.892	2.980.215	3.264.153	3.330.803	3.331.275	3.370.930	3.388.708
SLO	n.a.	504.499	520.294	537.039	564.151	1.159.298	1.248.598	1.362.452
SMO	2.444.578	1.723.515	1.747.436	1.949.899	2.119.808	2.252.526	2.813.220	2.323.168
TUB	628.470	1.098.278	1.117.254	1.155.923	1.238.387	1.284.396	1.298.617	1.301.248
URU	1.973.273	1.084.297	1.402.135	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
XXE	2.692.161	1.339.149	1.529.561	1.764.349	1.870.417	2.039.953	1.964.237	2.063.609
Cerfead	n.a.	6.393	22.021	49.238	66.198	65.805	232.015	226.407
Reitoria	8.022.135	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951
Total	73.806.115	54.017.744	59.937.382	68.360.254	71.385.550	73.684.563	75.298.920	75.529.909

Tabela 12.2: Projeção do Orçamento do IFSC conforme Matriz Conif.

Em função da complexidade de estimativa, não são apresentados na Tabela 12.2, os recursos para assistência estudantil, que compõem um outro bloco complementar da Matriz Conif.

Os recursos distribuídos na Matriz Conif são previstos, na LOA, como créditos orçamentários vinculados às ações orçamentárias referentes ao funcionamento da educação profissional (ação 20RL), à capacitação de servidores (ação 4572) e à assistência estudantil (ação 2294).

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal ainda traz créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e a outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa. Assim, a Tabela 12.3 apresenta a série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, conforme agrupamentos de tipos de finalidades de ações orçamentárias, a fim de permitir a verificação de tendências para os cinco anos de vigência do PDI.

Grupo de ações orçamentárias	2009 R\$	2010 R\$	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2014 R\$	2015 R\$
Expansão e reestruturação da Rede Federal de EPT	300.000	8.549.450	1.028.865	8.200.000	9.639.563	17.100.000	20.000.000
Funcionamento da educação profissional	11.228.716	23.290.651	36.097.437	61.817.013	63.401.015	70.562.346	73.654.046
Projetos e programas específicos	0	498.107	179.940	40.900	1.870.161	1.030.912	937.518
Assistência estudantil	350.000	550.000	2.957.929	4.395.883	5.308.829	8.067.806	8.821.596
Capacitação	205.000	310.000	400.000	1.125.000	1.206.500	1.691.900	1.493.476
Folha de pagamento	61.674.177	90.926.575	104.668.932	144.482.248	157.658.991	221.731.600	274.761.605
Total de créditos orçamentários	73.757.893	124.124.783	145.333.103	220.061.044	239.085.059	320.184.564	379.668.241
Total de créditos orçamentários menos folha de pagamento	12.083.716	33.198.208	40.664.171	75.578.796	81.426.068	98.452.964	104.906.636

Tabela 12.3: Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias

12.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO X PREVISÃO DE DESPESAS

Planejar é fazer escolhas e definir metas e instrumentos. Quando se fala de gestão orçamentária, é preciso ter clareza sobre quais são as despesas essenciais para o bom funcionamento da instituição e, a partir do atendimento delas, definir quais são as demais despesas prioritárias para a alocação de recursos financeiros. Nem todas as necessidades poderão ser atendidas no ano seguinte e, por esse motivo, é preciso que a instituição pense sistemicamente, a médio e longo prazo, em como vai atender a todas as prioridades da Rede de forma sustentável.

Dessa forma, a cada ano, é imprescindível que se realize ou atualize um diagnóstico das necessidades e um plano anual de trabalho (PAT) para cada unidade administrativa do IFSC.

Na etapa de diagnóstico é necessário que se reveja toda a previsão de gastos correntes da unidade com a compra de materiais de consumo para os cursos e ambientes administrativos, com os custos fixos (despesas de custeio como água, energia elétrica, dentre outras) e com os demais serviços (alocação de mão de obra terceirizada e outros). Para que o PAT seja eficiente e sustentável, é necessário que se faça uma avaliação do ano anterior (histórico de despesas) e se definam as prioridades para o ano seguinte e para os próximos anos.

Realizados o diagnóstico de necessidades, a avaliação e a reorganização de despesas essenciais, cada unidade deverá organizar de forma democrática e participativa o seu PAT, indicando as necessidades orçamentárias para cada ação e o nível de priorização. Esse plano pode ser composto de novos projetos e de melhorias dos projetos existentes.

Com esses documentos em mãos e após a disponibilização da previsão orçamentária para o ano seguinte pelo MEC, realiza-se a compilação das necessidades da Rede IFSC. Por fim, essas necessidades são incluídas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Execução, no período chamado de “programação orçamentária”.

12.3 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC

O IFSC realiza, há alguns anos, ações para a implementação e o aprimoramento do modelo de gestão em rede colaborativa e sustentável. Nesse sentido, a primeira experiência da gestão em rede, no então CEFET-SC em 2007, foi a realização de reuniões multicâmpus dos setores de Compras e execução de processos de “Compras Compartilhadas pelo Sistema de Registro de Preços” entre todas as Unidades de Ensino da época.

Como um dos resultados do planejamento efetivo e acompanhamento dessa área, o IFSC conseguiu, por exemplo, diminuir suas contratações diretas de mais de 500 processos ao ano, em 2007, para apenas 22 dispensas de licitação em 2015.

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o IFSC, desde 2012, a utilizar as UG-R para identificar o gasto das despesas por cada um dos câmpus, pró-reitorias e gabinete. Respeitou-se a indicação do valor destinado a cada câmpus pela Matriz Conif, definida pelo número de alunos e pelo peso dos cursos, bem como pelas demandas das políticas institucionais, como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas, entre outras.

Para que a gestão dos recursos financeiros do IFSC seja realizada de forma sustentável e eficiente, essas estratégias e ações efetivas, bem como a discussão participativa, são necessárias. A Rede IFSC precisa se organizar tecnicamente para planejar a execução de seus projetos prioritários dentro de seus limites orçamentários e, assim, conseguir planejar o atendimento, a médio e longo prazo, de todas as suas necessidades para o atendimento pleno de sua missão.

É preciso, acima de tudo, visão sistêmica dos gestores e da comunidade para entender o IFSC como uma única instituição com necessidades comuns e específicas que precisam ser tratadas conjuntamente por todos os atores envolvidos e, assim, resolvidas de forma mais eficiente e justa. Não é possível atender a todas as necessidades de cada câmpus do IFSC em apenas um exercício e sem a atuação conjunta, seja ela procedimental ou orçamentário-financeira.

Além disso, é necessário que a cada novo projeto que se pretenda implementar –

seja um novo curso, uma nova estrutura, um novo equipamento ou a contratação de um serviço – seja analisado o custo atual e posterior do investimento e não apenas o seu preço momentâneo.

Essas estratégias de atuação em rede têm como objetivo evitar o retrabalho e o desperdício do dinheiro público, compartilhar boas práticas, desburocratizar a gestão e, principalmente, proporcionar a melhor qualidade possível do serviço público prestado à comunidade: o ensino público, gratuito e de excelência.

Dessa forma, o IFSC tem como estratégias para a sustentabilidade financeira em rede:

- visão sistêmica de todos os envolvidos;
- diretrizes orçamentárias para gestão em rede, democrática e sustentável;
- prazos e procedimentos claros e objetivos, visando qualidade do gasto público, eficiência e possibilidade de recursos extraorçamentários;
- gestão de planejamento e orçamento do IFSC;
- mapeamento de competências e capacitação permanente;
- estabelecimento de “Planos Diretores Institucionais” para Tecnologia da Informação, para Licitações e para Obras/Serviços de Engenharia – incluindo a discussão de diretrizes, procedimentos, normas e planejamento – com o estabelecimento de critérios para definição de prioridades – e execução conjunta;
- processos de execução orçamentária conjunta, tais como “Compras Compartilhadas” (economia de escala, melhor planejamento, prevenção de retrabalho);
- realização de fóruns de discussão e compartilhamento;

Além disso, são estabelecidas estratégias para a sustentabilidade financeira em cada câmpus:

- diagnóstico participativo de necessidades de curto, médio e longo prazo;
- elaboração e revisão participativas dos PAT;
- vinculação/condicionamento da execução de despesas à previsão específica no PAT (com revisões trimestrais e provisão para despesas com imprevistos, inovações etc);

- tomadas de decisão de forma democrática e além dos mandatos de gestão;
- acompanhamento e avaliação da execução orçamentária (disponibilização de relatórios bimestrais);
- definição de despesas essenciais e demais prioridades (apresentação e discussão democrática em cada unidade);
- plano de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos;
- captação de recursos extraorçamentários.

Outra estratégia de gestão econômico-financeira do IFSC é a captação de recursos extraorçamentários. Além da dotação definida na LOA, o IFSC necessitará de aporte de recursos extraorçamentários para a consolidação e adequação da infraestrutura, bem como para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a qualificação dos servidores e a assistência ao educando, durante a vigência do PDI.

Nos últimos anos, o Instituto recorreu à Setec para obter suplementação orçamentária, por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar seu crescimento. As descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos em sua maioria são firmadas com a Setec, que subsidia em maior volume as ações de expansão, a melhoria da educação tecnológica e a construção de câmpus.

Essa providência tem ocorrido em função do aumento das despesas do IFSC com terceirizados e serviços essenciais ao funcionamento dos câmpus, que correspondem a 53,19% do valor destinado ao Custeio e Investimento da rede, confirmando o desequilíbrio entre a dotação orçamentária autorizada para a instituição e sua crescente despesa. Com o intuito de minimizar essa situação, o IFSC precisa aumentar suas receitas próprias, por meio da prestação de serviços e da realização de convênios e parcerias, além de melhorar a qualidade do gasto e a eficiência na gestão dos processos.

Em 2016 o IFSC implementara o Plano de Gestão de Logística Sustentável e adotara novas medidas para intensificar a efetividade do projeto. Algumas ações administrativas vem sendo implementadas nesse sentido, dentre elas a adoção de sistema de compras compartilhadas, editais de obras e compras com critérios sustentáveis, melhoria da qualidade do gasto público com mais planejamento efetivo e diminuição das compras diretas, além da adesão ao Programa Esplanada Sustentável do

Governo Federal. Além disso, diversas ações pontuais estão sendo sistematizadas para compartilhamento de boas práticas, como impressões frente e verso, redução do uso de papel, distribuição de canecas de material reciclado, capacitações, reciclagem, reaproveitamento de água da chuva, etc.

CAPÍTULO 12.....	1
CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	1
12.1 A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC.....	2
12.1.1 A estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC.....	3
12.1.2 O Orçamento do IFSC.....	3
12.1.3 A Matriz Conif.....	7
12.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO x PREVISÃO DE DESPESAS.....	11
12.3 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC.....	12
Tabela 12.1: LOA 2015 IFSC.....	5
Tabela 12.2: Projeção do Orçamento do IFSC conforme Matriz Conif.....	8
Tabela 12.3: Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias.....	10

CAPÍTULO 13

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

13.1 CICLO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico do IFSC – apresentado no capítulo 2 – aponta para a importância do aprimoramento da gestão a partir da avaliação constante de seus processos, com implementação de diferentes formas e instrumentos de avaliação. Por sua vez, o Planejamento Estratégico – capítulo 3 deste documento – traz como objetivo “Consolidar a governança institucional e a gestão em rede” (objetivo P9), relacionando uma série de iniciativas que orientarão os Planos Anuais de Trabalho do IFSC (PAT) e que enfatizam a importância da otimização dos processos da instituição e das estruturas implementadoras da estratégia. Aliado a isso, o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada à estratégia da instituição (objetivo estratégico C5) é fundamental para que se concretize a excelência expressa na nova visão de futuro declarada pela instituição.

Para acompanhar e avaliar a execução deste PDI, o IFSC conta com diferentes ferramentas de gestão. Os colegiados são uma delas. A consolidação desses órgãos tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Eles são instrumentos integradores que facilitam a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados que compõem o Instituto.

Nessa vertente, outra ferramenta importante é a Comissão Própria de Avaliação – CPA, que elabora e executa o processo de autoavaliação institucional, exercendo papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição, conforme detalhado na seção 13.2. A CPA tem ação autônoma em relação à administração da instituição e seus órgãos colegiados, embora, para fins de suporte administrativo, seja assessorada pela Prodin.

Para o ciclo do PDI 2015-2019, corroborando com as ferramentas já citadas, apresenta-se o Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento

Institucional, estrutura voltada a subsidiar o alinhamento institucional em prol do alcance da estratégia concebida, coletivamente, para o próximo quinquênio.

O planejamento do IFSC também inclui como objetivo estratégico a disponibilização de dados, informações e conhecimento (objetivo C2), o que se relaciona tanto com a disponibilização da infraestrutura necessária quanto com a disseminação da cultura de utilização da informação para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais. O alcance desse objetivo tem impacto direto no processo de acompanhamento do desenvolvimento institucional, visto que o IFSC adota indicadores estratégicos para sua gestão.

Com o alinhamento dos instrumentos de avaliação ao seu planejamento estratégico, os indicadores poderão ser mensurados periodicamente, permitindo que a comunidade e os gestores verifiquem se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas e, conseqüentemente, avaliem a necessidade de repactuá-las ou de redefinir o planejamento em um ou mais de seus níveis.

A Figura 13.1 apresenta o contexto do planejamento estratégico institucional a partir da ótica de um ciclo desejável, pelo qual é possível perceber as relações entre os principais referenciais estratégicos que norteiam a gestão, a saber: PDI, Plano Anual de Trabalho, Programação Orçamentária, Execução Orçamentária, Avaliação Institucional e Relatório de Gestão/Prestação de Contas.

No ciclo da Figura 13.1, o PDI, com vigência quinquenal, exerce papel fundamental, configurando-se como o elemento principal de coesão dos diferentes referenciais, orientando a sua concepção e desenvolvimento a cada exercício anual.

Destaca-se ainda a relevância do processo de construção do Relatório de Gestão ou de Prestação de Contas Anual. Instrumento de caráter obrigatório, normatizado e auditado pelos órgãos externos de controle, traduz em seu conteúdo, de forma objetiva, todo o fazer institucional ao longo do exercício, tanto na esfera educacional, compreendendo ensino, pesquisa, extensão e inovação, como na esfera da gestão. Em síntese, apresenta para a sociedade e comunidade acadêmica os resultados obtidos e as dificuldades enfrentadas pela instituição no exercício, considerando os ativos tangíveis e intangíveis.



Figura 13.1: Ciclo Desejável – Planejamento Estratégico

Adicionados, o Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado anualmente pela CPA e o Relatório de Gestão/Prestação de Contas constituem-se nos principais documentos de avaliação do desenvolvimento institucional.

Os dados, informações e conhecimentos disponibilizados nos documentos possibilitam a qualificação da etapa de diagnóstico institucional, imprescindível para subsidiar o processo de planejamento, tanto no nível estratégico, como nos níveis tático e operacional.

A cada exercício será concebido o PAT, instrumento operacionalizador dos objetivos traçados no planejamento estratégico, o qual possibilita também a organização da disponibilidade de recursos orçamentários em projetos e demandas de manutenção da instituição, de acordo com a prioridade.

O veículo de concepção dos projetos e elo principal com o planejamento estratégico, a cada exercício, inclui as iniciativas estratégicas, que dependendo dos contextos interno e externo, poderão ser atualizadas anualmente.

Por fim, apesar da necessidade de disponibilização de dados, informações e conhecimento, por meio de relatórios e sistemas de informação, para que seja possível a análise sobre a evolução da performance institucional, a continuidade do desenvolvimento

de competência institucional voltada à capacidade analítica é de grande importância.

É por meio de análises críticas e fundamentadas que se aprimora o ciclo de gestão, possibilitando a correção da trajetória em prol do alcance das finalidades institucionais e atendimento às políticas públicas delineadas.

13.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Considerando a importância da CPA na otimização do processo de desenvolvimento institucional, apresenta-se a seguir a sua estrutura de composição e de funcionamento.

A CPA é constituída por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na reitoria. As comissões locais dos câmpus são compostas por quatro representantes: um docente, um discente, um técnico administrativo e um membro da sociedade civil. A comissão local da reitoria é composta por quatro representantes dos servidores em atuação na reitoria.

Para essa comissão, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sinaes e as singularidades do IFSC.

As competências da CPA Central são:

- I - elaborar e executar o projeto de autoavaliação do IFSC;
- II - conduzir o processo de autoavaliação da instituição e encaminhar parecer para as tomadas de decisões;
- III - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do IFSC;
- IV - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do IFSC, para o processo de avaliação institucional;
- V - fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação;
- VI - disseminar, permanentemente, informações sobre avaliação;

VII - avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos;

VIII - acompanhar, permanentemente, o PDI e o PPI;

IX - articular-se com as CPAs de outras IES e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes);

X - informar sobre suas atividades ao Consup, mediante relatórios, pareceres e recomendações.

As comissões locais da CPA têm as seguintes competências:

I - organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu câmpus/reitoria;

II - conduzir o processo de autoavaliação no câmpus/reitoria e encaminhar parecer para as tomadas de decisões;

III - acompanhar os processos de avaliação externa do câmpus e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);

IV - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do câmpus/reitoria, para o processo de avaliação institucional;

V - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do câmpus/reitoria;

VI - propor à Comissão Central instrumentos de avaliação específicos à realidade do câmpus/reitoria;

VII - realizar a socialização dos resultados do processo autoavaliativo no câmpus/reitoria;

VIII - sugerir ações e encaminhar relatórios para a Comissão Central.

O Programa de Avaliação Institucional do IFSC segue os princípios e dimensões do Sianes. A CPA organiza os procedimentos e instrumentos para a autoavaliação, em observância às dimensões propostas pelo Sinaes e às diretrizes definidas pela Conaes.

- Dimensão um: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Dimensão dois: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- Dimensão três: a responsabilidade social, considerada especialmente no que se

refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

- Dimensão quatro: a comunicação com a sociedade.
- Dimensão cinco: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- Dimensão seis: a organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.
- Dimensão sete: a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação.
- Dimensão oito: o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
- Dimensão nove: as políticas de atendimento aos estudantes.
- Dimensão dez: a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades.

A CPA utiliza procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades e buscando assegurar:

- I - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;
- II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III - o respeito à identidade e à diversidade de seus órgãos;
- IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo do IFSC e da sociedade organizada, por meio de suas representações.

Quanto à metodologia, a CPA elabora questionários para os três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, técnico-administrativos e discentes. Esses questionários são disponibilizados na internet, podendo ser acessados e respondidos por

alunos e servidores de todos os câmpus do IFSC. Periodicamente, os instrumentos são revisados para melhor atenderem às demandas da instituição.

Para motivar a participação na pesquisa, é feito um processo de mobilização nos câmpus e na reitoria, coordenado pela comissão central e organizado pelas comissões locais. Uma ampla divulgação da avaliação é realizada na instituição.

Após a coleta dos dados, eles são compilados e analisados, considerando comparativo entre os três segmentos participantes em cada questão e as dimensões estabelecidas pelo Sinaes. A CPA pode utilizar, além do questionário, relatórios, dados e informações institucionais para realizar a autoavaliação institucional.

13.3 PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na estrutura organizacional do IFSC, cabe à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, entre outros: promover a integração entre a reitoria e os câmpus; promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; sistematizar dados, informações e procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico. No desenvolvimento dessas competências, a Prodin conta em sua estrutura com a Diretoria de Gestão do Conhecimento e coordenadorias vinculadas.

Além disso, compete ao Codir expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual e, ao Consup, aprovar o planejamento anual e o PDI.

A cada ciclo de planejamento a instituição vem aprimorando as suas práticas, metodologias e instrumentos de registro, de acompanhamento e de socialização. Nesse sentido, e para corroborar com a Prodin e as estruturas colegiadas, será instalado o Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional.

O acompanhamento é essencial para que a comunidade acadêmica e gestores possam monitorar a forma de evolução do processo, e assim propor ações efetivas de ajuste se necessário. Além do acompanhamento, o desenvolvimento institucional deve ser objeto frequente de avaliação e atualização, a partir de uma reflexão mais ampla, que reflita as percepções e anseios da comunidade acadêmica.

13.3.1 Acompanhamento, Avaliação e Atualização do PDI

O processo de acompanhamento, avaliação e atualização do PDI será gerenciado pelo Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Esse comitê é o órgão responsável pelo monitoramento da implementação da estratégia institucional, bem como pela proposição das funções necessárias para o seu monitoramento. Para tal, configura-se como elemento articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias normativas e deliberativas institucionais, propondo ações efetivas para a otimização e a execução do PDI e do PAT.

Considerando a complexidade do trabalho a ser efetuado e visando à garantia da representatividade da comunidade acadêmica e de suas instâncias colegiadas, o comitê será constituído por:

- I. Auditor Chefe da Unidade de Auditoria Interna;
- II. Presidente do CDP;
- III. Presidente do Cepe;
- IV. Presidente da CPA;
- V. Representante dos Chefes de Departamento de Administração dos câmpus;
- VI. Representante dos Chefes de Departamento/Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão dos câmpus;
- VII. Representante dos Diretores-Gerais dos câmpus;
- VIII. Representante dos membros discentes do Consup;
- IX. Titular da Diretoria de Administração;
- X. Titular da Diretoria de Comunicação;
- XI. Titular da Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas;
- XII. Titular da Diretoria de Gestão de Conhecimento;
- XIII. Titular da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que o presidirá.

Os componentes previstos nos incisos V, VI, VII e VIII serão escolhidos pelos seus pares. O comitê deverá reunir-se trimestralmente e suas regras de funcionamento serão previstas em regulamento próprio. Para subsidiar o processo de revisão e atualização do PDI, as seguintes diretrizes deverão ser consideradas:

- I. O PPI, dada a sua natureza mais perene, deverá ser avaliado formalmente em período imediatamente anterior ao do início da construção do novo PDI. O resultado da avaliação

apontará a necessidade de manutenção, atualização ou de reestruturação do documento, servindo de subsídio para o processo de construção do novo PDI.

II. Os demais capítulos do PDI poderão ser objeto de revisão, exceto no que se refere às políticas estabelecidas. Entretanto, é facultada a inserção de novas políticas institucionais, se justificada por análises fundamentadas dos contextos interno e/ou externo.

III. Quanto ao planejamento estratégico, fica estabelecido que:

1. Os objetivos estratégicos vigorarão de acordo com o período de vigência do PDI, cabendo revisão somente no caso de alteração da legislação e após a avaliação pelos órgãos competentes.
2. Os indicadores poderão ser revistos de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).
3. As metas poderão ser repactuadas de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).
4. As iniciativas estratégicas sofrerão processo de revisão anual, tendo como instância de apreciação o Codir, e de deliberação o Consup.

IV. O POCV deverá ser revisado em dois momentos distintos durante a vigência do PDI, de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).

V. O Plano Diretor de Infraestrutura Física será objeto de revisão anual, em função das revisões do POCV, da disponibilidade orçamentária e de novas fases do Plano de Expansão da Rede Federal de EPCT, tendo como instância de apreciação o Codir, e de deliberação o Consup.

A Tabela 13.1 apresenta o cronograma geral de revisão e atualização do PDI 2015-2019 e de Construção do PDI 2020-2024.

13.3.2 Acompanhamento dos Indicadores de Desempenho

Os indicadores estabelecidos no planejamento estratégico serão acompanhados periodicamente, em conformidade com os atributos estabelecidos. Para tal, será utilizada como referência a Ficha do Indicador (Quadro 13.1).

Indicador:	
<i>Nome do indicador</i>	
Objetivo Estratégico:	
<i>Objetivo estratégico relacionado ao indicador</i>	
O que mede:	
<i>Definição básica do indicador</i>	
Para que medir:	
<i>O que espera alcançar medindo o indicador</i>	
Quem mede:	<i>Área responsável pelo indicador</i>
Quando medir:	<i>Periodicidade (mês, trimestre, semestre, ano)</i>
Onde medir:	<i>Base de dados, onde coleta a informação</i>
Como medir:	
<i>Fórmula de cálculo</i>	
Tipo de indicador:	<i>Eficiência (Produtividade) ou Eficácia (Qualidade)</i>
Polaridade:	<i>Positiva (Quanto maior melhor) ou Negativa (Quanto menor melhor)</i>
Dificuldade de medição:	
<i>Relatar suposta dificuldade na coleta de dados e na construção do indicador</i>	
Início da medição:	<i>Data de início da medição</i>
Resultado do ano anterior:	
<i>Caso o indicar já exista, preencher resultado do ano anterior</i>	
Metas:	
<i>Definir metas</i>	

Quadro 13.1: Ficha do Indicador – Modelo

Com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e a divulgação de forma mais frequente e ampla da evolução dos indicadores e metas, será concebido e implementado o Painel de Indicadores. A ferramenta possibilitará a visualização da performance

institucional, subsidiando a adoção de medidas, preferencialmente, de caráter preventivo.

Para contribuir com o processo, poderão ser elaborados relatórios periódicos de análise dos indicadores. Destaca-se, entretanto, no momento da análise, a importância da consideração das relações de causa e efeito entre os diferentes indicadores abordados.

13.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

As organizações não implementam estratégias, são as pessoas que o fazem. Partindo dessa premissa, resgata-se aqui a importância da participação e do envolvimento dos diferentes atores que constituem o IFSC, no processo de concepção, execução, acompanhamento, avaliação e atualização do PDI.

Essa dinâmica histórica de encaminhamento das questões institucionais é declarada no PPI, no qual o IFSC afirma que preza pela gestão democrática, o que implica a participação da comunidade nos processos decisórios. A diversidade de opiniões deve ser considerada, nessa concepção, como parte do processo democrático e participativo, contribuindo para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Da mesma forma, a avaliação institucional deve ser abrangente e aberta aos envolvidos nos processos.

Em adição, o PPI delinea também diretrizes de gestão preocupadas com a garantia de espaços de discussão e integração dos segmentos da comunidade acadêmica, formando lideranças para o exercício da representatividade. Além disso, preocupa-se com o envolvimento da comunidade nos processos decisórios, por meio de organizações sociais, e com a promoção das condições necessárias para essa participação de forma organizada, transparente e democrática.

Para que a comunidade possa participar da avaliação institucional, espaços de discussão e preparação para a tomada de decisões coletivas devem ser promovidos. Esse processo deve ser coletivo e participativo, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

Dentre os vários espaços de participação da comunidade acadêmica e representantes da sociedade, destacam-se: fóruns colegiados; assembleias; audiências públicas; comissões; grupos de trabalho; comitês; consultas públicas; reuniões técnicas;

seminários; fóruns e reuniões da reitoria itinerante.

O objetivo estratégico C5 – “Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia” – aponta para a necessidade da participação cada vez mais efetiva da comunidade nos processos de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, uma vez que objetiva, dentre outros aspectos, desenvolver a cultura da gestão em rede.

Nesse sentido, cabe à instituição prover também um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.

Há que se garantir, portanto, na implementação da estratégia, a integração entre as pessoas, os processos desenvolvidos e a cultura institucional. A gestão tem que ser transparente e democrática. Os objetivos estratégicos e metas têm que ser acordados, e os resultados, disseminados e avaliados, propiciando a transparência, a participação, a corresponsabilidade e o respeito à coletividade.

Somente por meio da internalização progressiva dos princípios que norteiam o planejamento, será possível construir uma cultura permanente de autoavaliação crítica das suas políticas. O estabelecimento de uma cultura de planejamento exige um considerável esforço e tempo para a conscientização, discussão e amadurecimento do processo, conduzindo a construção de métodos e instrumentos de suporte ao processo de tomada de decisão na Instituição e envolvendo suas unidades acadêmicas e administrativas (UFSC, 2010)¹.

O ciclo de desenvolvimento institucional tem que ser visualizado, acima de tudo, como um processo formativo, através do qual as pessoas e a instituição aprendem continuamente, aprimoram suas práticas e relações laborais e sociais a partir da consideração dos valores institucionais.

1 UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 - 2014**. Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.die.ufsc.br/arquivos/PDI_2010_2014.pdf. Acesso em: 04 jul. 2014.

CAPÍTULO 2

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

O Projeto Pedagógico Institucional é o documento que manifesta o ideal de educação, que registra o processo de construção da identidade institucional e que dá suporte para a avaliação das ações educativas programadas pela instituição. Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Este documento também se referencia na Lei nº 9.394/1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

Foi a Lei nº 9.394/1996 que introduziu a obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006 traz a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, contendo nesse documento o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI.

Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

Para o ensino profissional, a Lei nº 9.394/1996 pode ser considerada um marco,

pela forma global como trata o tema e pela flexibilidade que confere ao sistema e aos alunos. Essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação. Também define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005)¹.

A educação profissional, na Lei nº 9.394/1996, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se a atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais”.

Em 2004, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/1997 – que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional – pelo Decreto nº 5.154/2004. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

- I – Formação inicial e continuada de trabalhadores.
- II – Educação profissional técnica de nível médio.
- III – Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, § 1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”.

Há que se considerar também os decretos e demais legislações que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 5773/2006, que dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e

1 CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

cursos superiores de graduação, o Decreto nº 5840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, a Resolução CEB 04/2010 e o Parecer CEB 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB 06/2012 e o Parecer CEB 11/2012, que definem as diretrizes para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB 02/2012 e o Parecer CEB 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

Destacam-se ainda as resoluções e pareceres CEB 2012 relacionados à educação indígena e quilombola, além de resoluções e pareceres de 2011 relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.

Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais.

Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento “mais importante do PDI, na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão” e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos (MASETTO, 2012, p.70)².

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009)³.

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos:

2 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

3 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001)⁴.

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

O PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa a orientar os desafios, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto para a elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, através de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

O quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar. As concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos que orientarão a formulação de diretrizes, políticas e projetos da instituição, e atuarão como bases da unidade do IFSC em seu processo de planejamento, execução e avaliação dos planos de ensino, pesquisa e extensão.

4 VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Politico-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

2.2.1 Concepção de educação

Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais”(LIBÂNEO, 2003, p. 68)⁵.

A educação é um fenômeno social, "portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas" (LIBÂNEO, 2003, p. 68)⁶. Essa concepção deve ser vivenciada nas relações estabelecidas por todos os participantes da comunidade acadêmica, tanto em sala de aula, em ambientes de pesquisa e extensão, como em qualquer outra situação educacional na Instituição.

Diante da concepção apresentada, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social, contribui com as transformações, atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia. Nessa perspectiva, a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.

Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Nesse sentido, o IFSC preserva e fortalece sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

2.2.2 Concepção de educação profissional e tecnológica

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007)⁷. Entende-se que o trabalho como

5 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

6 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

7 SILVEIRA, Zuleide. Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo**

princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p.13)⁸, sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação do homem integral, sem a preocupação de apenas prepará-lo para o mercado de trabalho. Nessa concepção, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa ser garantida.

Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente.

Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador,

histórico. In: A organização do trabalho didático na História da Educação: **Anais da VII Jornada do HISTEDBR**. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2013.

8 SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de aprender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

2.2.3 Concepção de currículo

Conforme a Resolução 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, o currículo apresenta caráter político-pedagógico e é um instrumento de compreensão do mundo, de transformação social, que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas. De acordo com Masetto (2012, p.77)⁹, o currículo é “um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem”.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O IFSC também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento. Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por diferentes linhas teórico-metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação nos fundamentos educativos do IFSC, buscamos aprimorar como proposta um currículo interdisciplinar, que atende ao desenvolvimento das competências traçadas a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais, visando a promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e perceber o aluno como uma totalidade.

9 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetiva a construção do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: professores, servidores, alunos, pais/responsáveis.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim. Isso possibilitará ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

2.2.4 Concepção de avaliação

Avaliação é um processo e pode indicar avanços e dificuldades na ação educativa, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos. A avaliação não deve ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social, mas de construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica tomar decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p.134)¹⁰. A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto, significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada. A avaliação vista por esse prisma se torna impulsionadora do processo de construção do conhecimento. Se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, tomamos consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo esse novamente o ponto de partida.

Avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Sendo assim, quando temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. A aprendizagem não se dá de forma linear. Porém, uma base bem

10 LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.).

Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

trabalhada, ainda que demore mais, leva a uma aprendizagem mais sólida. É preciso rever conceitos, repensar práticas de sala de aula, replanejar o calendário escolar, buscar alternativas.

A nova intencionalidade pode se traduzir na prática da metodologia participativa em sala de aula, pela qual se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p.177)¹¹. Portanto, se o aluno participa e dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode, então, dar-se de maneira concomitante ao ensino.

A avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Nesse sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p.26)¹². Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

A avaliação como ato diagnóstico e como processo contínuo deve ter por objetivo a inclusão, subsidiando ações que viabilizem tanto o domínio técnico como o domínio dos demais aspectos relevantes à formação do cidadão. O diagnóstico visa a apreciar atos, situações e pessoas, para então tomar decisões conscientes em relação ao que se está buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

11 ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000. p.177-195.

12 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita, e deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A interação dos servidores do IFSC com a comunidade é importante para identificar quais as suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da missão institucional.

A seguir, o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre eles.

2.3.1 Caracterização do ensino

O ensino é o processo de socializar, discutir e apropriar-se de saberes construídos historicamente para então dar a eles um ressignificado. Tem, portanto, caráter reflexivo, implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Nesse processo estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar, ao mesmo tempo, o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, que idealmente deve se constituir um cidadão. Relações entre os diversos saberes devem se estabelecer, produzindo assim novos saberes, que por sua vez promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e

da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades.

O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

A diversidade das condições de aprendizagem é uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Essas necessidades servem como referência para a compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IFSC sustentam-se nos seguintes princípios:

- respeito às diferenças de qualquer natureza;
- inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
- respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia;
- diálogo no processo ensino-aprendizagem;
- humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade;
- valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Definição e Importância

O Ensino está articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Associado aos demais processos educativos, necessita garantir sua identidade e sua singularidade, que se

referem ao conjunto de atividades coordenadas pelos educadores na construção dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Referenciado na aprendizagem, o ensino organiza-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, construindo competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos. No entanto, essas competências não podem se desvincular do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégias de ação.

O ensino deve considerar as singularidades de aprendizagem dos alunos, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas a sua trajetória de formação e de prática social, realidade de cada sujeito, bem como as suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.

Assim, o ensino precisa considerar a aprendizagem, garantindo, além da atividade didática, a atividade pedagógica. Em outras palavras, não basta que haja ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.

Objetivos

No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas com direito à acessibilidade.

Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, o papel da instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que a destaca das outras instituições educativas e a identifica com características peculiares, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e sociais.

A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la na idade regular de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, deve ser ampliada e consolidada através de um ensino que considere suas particularidades e demandas regionais.

Programas de inclusão e de qualificação profissional são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e de busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demanda mais saberes, e assim sucessivamente.

Diretrizes Gerais

As diretrizes do ensino no IFSC estão alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais, mas apresentam peculiaridades que o identificam e o desafiam ao longo da sua consolidação.

A oferta proporcional de matrículas, conforme dispositivos legais, bem como o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, com o objetivo de fazer o melhor uso dos recursos públicos, faz o IFSC dimensionar suas práticas, planos e projetos a fim de ir além do cumprimento das metas e inaugurar novas sistemáticas de elaboração de projetos e construção de currículos. O objetivo é desempenhar as atividades de ensino e de gestão em direção à concepção de educação prevista neste documento, mas desdobrada em diferentes estratégias, de acordo com as particularidades de cada oferta educativa.

Outra diretriz de ensino é a harmonização de currículos. Entende-se por harmonização a busca de uma identidade institucional, garantindo o atendimento às necessidades locais e regionais de profissionalização. Esse processo deve considerar as discussões dos perfis profissionais e de carga horária.

As demandas locais devem sempre estar presentes nos planos de novas ofertas, bem como na atualização das ofertas existentes, garantindo que o instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional e

tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para a oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre, devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada câmpus com sua comunidade, sem perder a identidade institucional.

Políticas

Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. O entendimento é o de que a educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau de aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos para os mais variados setores e atividades. O Instituto se define como instituição educativa, com capacidade de garantir educação continuada, tanto em seus cursos regulares, programas e projetos, como nas atividades de pesquisa e extensão.

Ao longo da vigência deste PDI, o IFSC ainda estará em consolidação de sua estrutura física, contratação de servidores, criação de novas ofertas e todos os desdobramentos advindos dessas atividades. Nesse sentido, algumas políticas orientam o seu planejamento:

- consolidação da oferta educativa nos diferentes níveis e modalidades, garantindo condições objetivas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas através da estrutura física e de materiais adequados;
- construção e consolidação do marco regulatório necessário à agilidade de processos, sistemas e métodos;
- implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos vários processos;
- ampliação de um programa de educação continuada na formação de formadores, aperfeiçoando os processos de ensino, comprometendo-se com o êxito na aprendizagem;
- fortalecimento das instâncias democráticas de construção coletiva, planejamento, projetos, decisões, articulações, normas e procedimentos;

- incentivo à Educação a Distância como uma das práticas de ensino da Instituição, sendo a EaD uma das opções que atenda a uma determinada demanda;
- participação em todos os fóruns relacionados à educação, especialmente à educação profissional e tecnológica;
- ampliação de acervo bibliográfico;
- implantação e manutenção permanente da infraestrutura de laboratórios;
- ampliação de programas que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade;
- garantia de ingresso, permanência e êxito do aluno na instituição.

Uma importante política deste instituto é a articulação com outras instituições da Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, crucial para o desenvolvimento do Brasil.

2.3.2 Caracterização da extensão

Definição

Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociais e comunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, 2013)¹³.

O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Essa definição amplia a ação institucional para além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, processo esse que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas aplicadas ao contexto social.

13 SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada” (SILVA, 2009, p. 44)¹⁴.

Importância

As atividades de extensão são extremamente importantes para a formação integral do aluno, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas com o seu contexto social, econômico e cultural. Também serve de instrumento para inserção do egresso no mundo do trabalho e manutenção de seu vínculo com a instituição, possibilitando o acesso a informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e como um meio de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, com o objetivo de estabelecer parcerias comprometidas com a missão e a visão institucional. O resultado das ações efetivas de extensão contribuem para as transformações sociais, econômicas e políticas, proporcionando benefícios, tais como os relacionados a seguir.

- Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social.
- Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos câmpus.
- Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender as demandas da região.
- Inter-relação com as áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando ao discente a atuação profissional e a inserção no mundo do trabalho durante a formação acadêmica.

14 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

- Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.
- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, gerando emprego e renda.
- Oferta ao educador de uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologia, e ao estudante de uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

Objetivos

As atividades de extensão têm como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. São objetivos da extensão:

- contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências, além de preparar o aluno para sua inserção no mundo do trabalho;
- buscar interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas, privadas e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis;
- integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo desde projetos de concepção até mecanismos que inter-relacionem os saberes;
- incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
- elaborar, implementar e avaliar projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão;
- articular parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão

com natureza de inovação tecnológica.

Diretrizes Gerais

Apoiadas no princípio de indissociabilidade, as atividades de extensão têm por finalidade possibilitar que o conhecimento construído nas práticas de ensino e de pesquisa da instituição sejam disponibilizados aos diferentes segmentos da sociedade.

Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes, nas quais se baseia a extensão, são:

- estimular participação do aluno em atividades de extensão, através do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC, articulando diferentes áreas do conhecimento;
- incentivar a inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos;
- possibilitar o contato com a comunidade e com o mundo do trabalho, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC;
- promover uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao esporte;
- sensibilizar os alunos para que desenvolvam a ideia de pertencimento social, para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional;
- ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania;
- fomentar e apoiar programas de mobilidade discente, especialmente no que se refere a intercâmbios, independentemente da área de formação.

Quanto aos servidores, as principais diretrizes são:

- proporcionar um espaço de ação com o mundo do trabalho, favorecendo o contato com as novas tecnologias e a formação continuada do servidor por meio da troca de conhecimentos contextualizados;
- fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão;
- incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais

- produtos de extensão;
- promover parcerias que possibilitem agregar conhecimentos e espaços para o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais;
 - apoiar o desenvolvimento de ações com instituições públicas, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
 - fomentar e fortalecer a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercursos, articulados ao ensino e à pesquisa aplicada;
 - fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e de ações que contribuam com a troca do conhecimento e de tecnologias;
 - apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de extensão. Do ponto de vista da sociedade, a extensão tem as seguintes diretrizes:
 - propor e desenvolver ações, promovendo o desenvolvimento regional;
 - promover a troca de saberes para a promoção de ações em parceria, incentivando a produção e a disseminação cultural, artística, esportiva e tecnológica para o desenvolvimento regional;
 - atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa;
 - promover e apoiar ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, esportivo e cultural, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade;
 - apoiar e desenvolver projetos sociais de inclusão e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Políticas

São políticas de extensão:

- fortalecer e ampliar as atividades de extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo;
- estabelecer relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão como atividade institucional;

- ampliar a participação dos servidores e discentes nas atividades de extensão;
- fomentar a integração das atividades por meio do desenvolvimento de programas de extensão.

2.3.3 Caracterização da pesquisa

Definição e Contexto

Segundo a Resolução 086/2011/Cepe, “a pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica.” A pesquisa torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no âmbito do ensino e no desenvolvimento científico, tecnológico e social.

O fomento à pesquisa e à inovação é realizado por meio da valorização dos grupos de pesquisa, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas e do apoio à participação em eventos científicos. Nesse contexto tem-se como objetivo ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, visando à melhoria e à consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) promove a articulação e a viabilização de projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia, e realiza programas para disseminação da cultura da inovação e propriedade intelectual.

Na área de Assuntos Internacionais, alunos realizam intercâmbios em diferentes países através do programa Ciência sem Fronteiras, promovido pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), mostrando que o processo de internacionalização do IFSC já é uma realidade.

A implementação de vários Dinter e Minter nos últimos anos contribuíram para o fortalecimento no IFSC de um ambiente de produção científica e tecnológica, qualificando nossos servidores, além de estreitar os laços do IFSC com outras instituições de ensino renomadas no cenário nacional e internacional.

Além disso, a publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a Rede Federal e a comunidade.

A pesquisa no IFSC está sendo progressivamente estruturada, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

Importância

O Brasil tem crescido em média 5% ao ano no cenário latino-americano e mundial, tornando-se a 7ª economia no mundo. Esse crescimento contribui para a redução da pobreza, para o crescimento da classe média, para a ampliação da faixa de pessoas que saíram da condição de pobres e alcançaram a classe média, para o aumento da renda média, entre outras mudanças no país. Um efeito visível é a transformação nos hábitos dos consumidores, indicando a mudança social ocorrida como benefícios do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

Nesse contexto, no entanto, o país vive um deficit de profissionais com formação técnica e tecnológica, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Institucional e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), por ter investido pouco na educação profissional e tecnológica, ação que deve mudar com a ampliação dos Institutos Federais¹⁵.

A pesquisa beneficia a própria sociedade, pois a aproximação do IFSC com organizações de diversas naturezas traz benefícios e fortalece essas organizações para que ampliem sua atuação.

O país tem percebido isso e tem divulgado vários planos de crescimento na área tecnológica, tais como o Plano Brasil Maior, a criação de Polos de Inovação, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) e outras ações governamentais

15 <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1052418&tit=Apagao-de-engenheiros-no-Brasil>

que mostram a grande necessidade de melhorar a pesquisa aplicada no país. Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis à busca de inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e pela extensão.

É nesse contexto nacional que o IFSC procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão de obra qualificada na área tecnológica. A pesquisa não está ausente desse tema e por isso buscou fundamento em normas e legislações internas que permitam ao pesquisador do IFSC, seja servidor ou aluno, participar do processo da pesquisa.

Para regulamentar as diversas atividades que envolvem a pesquisa, foi criada a Resolução nº 086, em 2011, aprovada pelo Cepe (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão), estabelecendo os procedimentos necessários para quem deseja participar de projetos de pesquisa, remunerados ou não, internos ao IFSC ou com instituições parceiras.

A missão do IFSC reforça o compromisso do IFSC com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o que é corroborado pela lei de criação dos Institutos Federais. Portanto, esse aspecto deve ser considerado por todos os órgãos e colegiados internos.

Objetivos

O inciso VIII, do artigo 6º, da Lei nº 11.892/2008 dispõe que a finalidade dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.”

Da mesma forma, de acordo com o inciso III do Art. 7º, da Lei nº 11.892/2008, são objetivos dos Institutos Federais “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. Está disposto nas alíneas do inciso VI do mesmo Artigo que é objetivo dos Institutos Federais ministrar: “d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e, e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC são reguladas pela Resolução nº

086/2011/Cepe, indicando que a pesquisa visa a: “I - Incentivar a participação de servidores e alunos do IFSC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IFSC e em conjunto com instituições públicas e privadas. II – Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão. III – Articular com o NIT parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.”

Portanto, o processo da pesquisa envolve servidores e alunos do IFSC que têm a necessidade de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais.

Para tal, o conhecimento pode ir além do que é apreendido em sala de aula, utilizando a ferramenta da pesquisa aplicada para potencializar a aprendizagem dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de compartilhar com a sociedade, por meio da extensão, aquilo que foi desenvolvido nas pesquisas.

Considera-se que a pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social. A pesquisa deve proporcionar ao estudante o interesse pelo processo investigativo, de forma que direcione a compreensão e a transformação de sua realidade social.

Diretrizes Gerais

Busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa, além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação, deverá também buscar respostas às necessidades que emergem da instituição e dos anseios da sociedade. Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes são:

- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional

constante dos alunos, com o oferecimento de programas de pesquisa em diferentes níveis de ensino;

- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
 - prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
 - valorizar os conhecimentos prévios e as competências dos alunos, incentivando-os a participar de atividades de pesquisa;
 - incentivar a pesquisa na área da educação tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação;
 - promover a participação dos alunos em eventos científicos no Brasil e no exterior.
- Pensando em servidores, as principais diretrizes são:
- capacitar os servidores da Instituição para que exerçam melhor as atividades de pesquisa;
 - promover a participação dos servidores em eventos científicos no Brasil e no exterior;
 - apoiar a mobilidade de servidores, visando à participação em projetos de pesquisa no Brasil e no exterior;
 - ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação;
 - incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
 - aprimorar o processo de gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
 - fomentar e fortalecer os Grupos de Pesquisa;
 - fomentar e fortalecer a Pós-graduação;
 - ampliar a participação do IFSC em publicações nacionais e internacionais;
 - ampliar a divulgação das competências e tecnologias do IFSC;
 - ampliar o acesso a bases indexadas de conhecimento;
 - aplicar critérios e indicadores para acompanhamento e avaliação das pesquisas;
 - promover o compartilhamento e a criação de espaços físicos e equipamentos destinados à pesquisa.

Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a pesquisa tem as seguintes diretrizes:

- estabelecer e estreitar relações com instituições de diversas naturezas e órgãos de fomento;
- facilitar o processo institucional para viabilizar atividades de pesquisa com o setor produtivo;
- ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica;
- promover a transferência de tecnologia para a sociedade de maneira articulada à Extensão;
- incentivar a Proteção e a Transferência de Tecnologia.

Políticas

A consolidação da pesquisa no IFSC está pautada, principalmente, no fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, na estruturação de Cursos de Pós-Graduação e no estímulo às atividades de pesquisa aplicada e de transferência tecnológica.

Para tanto, a Política de Pesquisa do IFSC busca incentivar a organização dos seus pesquisadores em torno de um ou mais objetos de estudo por meio da formação de Grupos de Pesquisa. Dessa forma, potencializam-se as especialidades do conhecimento ao mesmo tempo em que se provoca o diálogo interdisciplinar, graças à maior interação e integração entre os pesquisadores e à complementaridade de suas competências. Como resultado, espera-se o aumento da produção científica e tecnológica, além do avanço nas soluções de problemas complexos, cujas soluções apresentam grande impacto quando transferidos para a sociedade. Tal processo de qualificação da pesquisa resulta em um diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica, com a possibilidade de uma educação complementar de qualidade. Além disso, provoca a criação de novos cursos de Pós-Graduação, que são fundamentais para uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível, que atenda atuais demandas do mercado.

Grupos de pesquisadores tendem a produzir informações relevantes e que devem ser publicadas, quer na forma de artigos, quer na forma de livros, ou ainda na produção de periódicos associados à área de interesse daquele grupo de pesquisadores. Para isso se fortalece, indiretamente, a participação em eventos e as publicações em geral.

Para a pesquisa, destacam-se as seguintes políticas:

- incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
- fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo;
- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
- disseminar a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual;
- disseminar o conhecimento produzido pelo IFSC.

A pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos elementos de incentivo da pesquisa. Entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de mestrados e doutorados profissionais, que aproximam a sociedade dos centros do conhecimento, tais como o IFSC.

Entre as metas para a pós-graduação, destaca-se a oferta de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tendo como objetivos:

- elevar o patamar na avaliação da Capes como decorrência da qualidade dos cursos ofertados;
- tornar o IFSC uma referência em pós-graduação nos Institutos Federais;
- fomentar intercâmbios nacionais e internacionais com servidores, com o objetivo de ampliar a pós-graduação para além do âmbito do IFSC;
- ampliar a oferta de Dinter e Minter.

2.3.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa a democratizar o saber e a contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior, dando início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

O ensino vai muito além de compartilhar saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem, o espaço acadêmico será também um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. É importante entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, dando assim mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado é necessário criar condições objetivas, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e atuar em atividades de pesquisa e extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e que não infrinjam as atribuições de sua função.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida.

O IFSC busca responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de

vida da população de regiões geograficamente delimitadas.”¹⁶

Está expresso na Lei nº 11.892/2008 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, pp.10-11)¹⁷. Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve ter foco no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão, segundo a Lei nº 11.892/2008, pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso à educação, à ciência e à tecnologia para os demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.”

Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Um aspecto importante a ser considerado em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão é o papel fundamental delas na orientação do desenvolvimento social e tecnológico do país.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, de criação dos Institutos. Dentre elas destacam-se:

16 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010. p.14.

17 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

- o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- o vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- a qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;
- o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- a realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
- o desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. A lei de criação dos Institutos Federais aponta, nos incisos VII a IX do artigo 6º, que esses conhecimentos,

devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. [...]. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade (SILVA, 2009, p.40)¹⁸.

18 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

2.3.5 Referenciais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos

Os projetos pedagógicos de curso – PPCs, de todo o IFSC, devem respeitar às mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam todas as atividades da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa. Os PPCs devem ser elaborados e implementados para a busca do desenvolvimento de competências – conhecimentos, habilidades e atitudes – dos sujeitos, de forma coerente com as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais. Os PPCs devem ser construídos de forma a esboçar coerência entre os itinerários formativos e os respectivos arcos ocupacionais.

Um conjunto de normas nacionais são observadas nos procedimentos e projetos do IFSC, mas temos nossas próprias estratégias de construção da identidade pela coerência de concepções e procedimentos educativos, dentre os quais destacamos:

- cada PPC deverá conter: justificativa da oferta, perfil profissional e suas competências, apresentação e justificativa da matriz curricular (buscando a integração entre as unidades curriculares), sistema de avaliação de acordo com o nível de escolaridade;
- todos os projetos são analisados pelo Cepe para emissão de parecer de aprovação ou revisão;
- os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação deverão ter seu PPC complementado por um plano de implementação, que deverá esclarecer todas as condições necessárias à implementação do curso, especialmente no que se refere à infraestrutura e ao corpo docente.

2.3.6 Formação de formadores

Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos Institutos foi a inclusão da formação docente como parte de nossas atribuições. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

O apoio à educação básica é dever do IFSC, seja por meio da formação de professores, de licenciaturas ou por um conjunto de outras ações, como cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros profissionais da educação, programa de apoio à docência (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor), programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e demais áreas.

Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura ou pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

O recentemente criado Centro de Referência em Formação e EaD deverá ofertar cursos de formação docente em EPT e gestão pública, bem como dar suporte à oferta de EaD no IFSC.

Além disso, o IFSC deve promover a formação continuada de seus servidores, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados tanto à atuação didático-pedagógica quanto à área técnica, bem como proporcionar condições para a consecução de estudos complementares dos servidores.

2.4 GESTÃO

2.4.1 Concepções

A Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, coloca a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social.

Dessa forma, a Lei nº 9394/1996 não deixa dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos.

Ainda em conformidade com a legislação, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional delimitarão as normas de organização dos processos de forma coletiva.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada "escola" sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para "escola" pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A "escola" torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFSC e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sociocrítica, e implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.

É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Soberania é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população, e a esse devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura multicâmpus, em que todos os câmpus possuem um elevado e

isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Conseqüentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão¹⁹.

A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais, e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico²⁰.

Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Configurando-se como uma estrutura multicâmpus, o IFSC precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada câmpus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Em adição, está em aprimoramento a definição e adoção de princípios e diretrizes

19 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

20 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

de gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

2.4.2 Relevância

Atualmente, gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor como mobilizador constante da comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se com seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e

aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a Instituição evolua continuamente.

É fundamental que a gestão da instituição seja essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. Dar continuidade ao uso de um modelo de gestão democrática e expandir a adoção desse modelo abrem caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da Instituição educacional requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, destaca-se também o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional ou até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

Avaliação

A avaliação institucional distingue-se como um processo de retratar, verificar, pesquisar determinada realidade de uma instituição, com o objetivo não só conhecê-la, mas também de modificá-la quando necessário. Ela está comprometida com aquilo que

se deseja alterar, partindo da avaliação autocrítica, que vai proporcionar condições de rever a sua realidade. Destaca-se a importância da promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência. Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição; compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

O IFSC, dentre as ferramentas de avaliação existentes, vem utilizando também a sistemática da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como um dos instrumentos de avaliação institucional, de modo a aprimorar a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os níveis de ensino do IFSC, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e a redimensioná-los para promover as mudanças necessárias a fim de se alcançar as finalidades e metas do IFSC.

É importante considerar também a adoção, por parte do IFSC, de formas mais flexíveis de organização do trabalho, tais como estruturação de fóruns para discussão e decisão, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa, tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos

elementos diferenciados que compõem a rede IFSC.

2.4.3 Princípios

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão pelos seguintes princípios:

- garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
- respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
- garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos câmpus;
- zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- respeito à pluralidade de ideias;
- integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
- promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
- incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos câmpus e na reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede;
- transparência para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional, sendo essa uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

2.4.4 Diretrizes

Considerando que o IFSC prima por sua função social, é importante que sua gestão (pedagógica e administrativa) seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

- consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica;
- institucionalizar o modelo de gestão em rede a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade;
- criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede do Instituto, sempre respeitando a autonomia e identidade dos câmpus;
- fortalecer e valorizar os câmpus, respeitando as suas potencialidades e especificidades;
- realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
- pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão;
- avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade;
- avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários;
- promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a

- utilização de indicadores de gestão;
- propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborar nos processos educativos;
 - garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;
 - envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC;
 - assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação;
 - promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório;
 - promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, assim como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;
 - criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;
 - promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que constituem a comunidade acadêmica do IFSC;
 - promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;
 - buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;
 - reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição;
 - garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão;
 - estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição;
 - promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do

aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão;

- desenvolver um programa de formação continuada de gestores;
- desenvolver programas de formação continuada de servidores;
- possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerenciais.

2.4.5 Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Elas são consideradas os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

Assim, apresentam-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto vem propondo políticas.

Inclusão: as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina.

Tecnologia da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de TIC. Além disso, apresentar uma imagem uniforme do IFSC através de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

Segurança da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFSC estão expostas.

Comunicação: estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer

atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além da atenção dos demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.

Internacionalização: desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

Responsabilidade Socioambiental: a política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve conter um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade.

Infraestrutura:

- gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista as demandas sociais, ambientais e a gestão democrática participativa;
- proposição de Planos Diretores específicos para a operacionalização das políticas.

Gestão de Pessoas: a política de gestão de pessoas contempla: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento dos processos de fixação dos servidores nos câmpus; e o fortalecimento de processos de mobilidade dos servidores.

Gestão da Informação e do Conhecimento: promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e a socialização de informações e conhecimentos

estratégicos relevantes para a gestão institucional.

Governança Corporativa:

- concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. Deve se levar em consideração a identidade institucional, a implementação das políticas públicas e a relação com a Rede Federal EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da administração pública, da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária.

2.5 ASSUNTOS ESTUDANTIS

Segundo o Documento Referência para a Assistência Estudantil do IFSC, de 2010, “a educação, direito social constitucionalmente estabelecido, sobretudo quando oferecida em organizações públicas de ensino, precisa responder às demandas pedagógicas e sociais próprias dos sujeitos de direitos que constituem seu corpo discente; favorecendo, assim, a formação integral com qualidade e estimulando o pensamento crítico. Para tanto, é necessário que o estudante tenha condições plenas para se desenvolver enquanto sujeito, bem como as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção no mundo do trabalho.”

O IFSC tem, desde a sua constituição, desenvolvido ações de inclusão. Assim, ao longo de sua história, ocorreram diferentes ações para diversos públicos, destinadas ao seu acesso, permanência e êxito na educação profissional técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social foi e está sendo gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e êxito de discentes.

2.5.1 Acesso

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do

tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso anteriores à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proposição dessa lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população ao acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado a esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos através de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. Dentro desse contexto, no IFSC são ofertados dois programas: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja Técnico), na modalidade de Jovens e Adultos, que tem como objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental (Proeja FIC), que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. Para garantir o acesso de diferentes públicos ao IFSC é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos estratégicos com

qualidade e clareza.

2.5.2 Permanência e êxito

A permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista nesse projeto, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação.

Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para a taxa de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

Com o objetivo de identificar mecanismos que possam levar à permanência e ao êxito dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, para ampliar as ações das Coordenadorias Pedagógicas. As ações dessas equipes têm por objetivo articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Compreende-se que, através dessas ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente, a fim de causar um impacto positivo nas taxas de permanência e êxito dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Para garantir a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados programas de assistência estudantil desde 2011. Um deles concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático.

Além das linhas de ação desenhadas acima, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e no êxito do discente do IFSC, é importante implementar como

ação programática:

- o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem;
- o acompanhamento docente para adaptação metodológica, buscando facilitar o processo de ensino e aprendizagem;
- o apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem;
- a prevenção e a promoção de saúde;
- o desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;
- a organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas;
- o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- o fomento da formação empreendedora;
- a promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- o fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;
- o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

2.5.3 Pessoas com necessidades específicas

A concepção de discentes com necessidades educacionais específicas é fundamentada na Declaração de Salamanca, de 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades. Também devem ser atendidas as crianças que vivem nas ruas, as que estão em situação de risco e/ou as que trabalham, as populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e as crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional

(NAÇÕES UNIDAS, 1994)²¹.

A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.” Garantir uma escola inclusiva implica propostas de ação em distintos eixos: oportunizar estágios de qualidade, prestar apoio à organização estudantil, criar espaços de convivência para os estudantes, garantir acesso a práticas de pesquisa e extensão, oportunizar atividades artísticas, culturais e esportivas, contribuindo para a inclusão e a permanência de todos os estudantes do IFSC.

Além da Constituição Federal, as ações do IFSC estão fundamentadas em princípios emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, e consonantes com o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Esta seção se destina a tratar do atendimento aos discentes com necessidades específicas, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo diversos tipos de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e o êxito em seus cursos. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.

21 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

No Brasil, o atendimento às pessoas com necessidades específicas iniciaram no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos (Ines). Já no século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e pessoas com necessidades específicas, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, que enfatizavam a ideia de "educação especial" e segregavam as pessoas com necessidades específicas. As discussões prosseguiram, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o "tratamento especial" para os alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados", não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas; ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com "políticas especiais", sem a efetivação de uma política inclusiva.

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, está baseada na defesa do direito de convivência de todos os alunos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para o atendimento educacional

especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com necessidades específicas.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), atualmente vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, através de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Cada câmpus do IFSC conta hoje com um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). É função desse Núcleo assessorar a instituição para receber as pessoas com necessidades específicas, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, e levando-se em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, o IFSC compromete-se com:

- a implementação da acessibilidade física;
- o desenvolvimento de programas de capacitação e formação para servidores;
- o atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
- a garantia de formas de acesso adequadas às necessidades das pessoas com necessidades específicas;

- a garantia de estratégias para permanência e êxito que atendam às especificidades das pessoas com necessidades específicas;
- a busca de condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.

2.5.4 Egressos

Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

Quanto a seus egressos, constituem-se ações a serem desenvolvidas pelo IFSC:

- desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
- implantar o Observatório da Educação Profissional;
- garantir uma forma de diálogo com os egressos;
- desenvolver uma política de acompanhamento de egressos;
- fomentar e incentivar o retorno dos egressos para que sigam o seu itinerário formativo no IFSC;
- fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
- criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha;
- criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

CAPÍTULO 3.....	1
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	1
3.1 PERSPECTIVAS.....	2
3.1.1 Alunos e sociedade.....	2
3.1.2 Processos.....	2
3.1.3 Pessoas e conhecimento.....	2
3.2 TEMAS ESTRATÉGICOS.....	3
3.2.1 Inclusão social.....	3
3.2.2 Inserção profissional.....	4
3.2.3 Pesquisa e inovação.....	5
3.2.4 Intervenção político-social.....	5
3.2.5 Identidade e imagem institucional.....	6
3.3 MAPA ESTRATÉGICO.....	8
3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	9
3.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	11
3.6 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA ALUNOS E SOCIEDADE.....	13
3.7 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS.....	23
3.8 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PESSOAS E CONHECIMENTO.....	36
 Figura 3.1: Mapa estratégico do IFSC.....	 8
Figura 3.2: Estrutura do objetivo estratégico.....	9
Figura 3.3: Estrutura de apresentação dos objetivos estratégicos.....	12

CAPÍTULO 3

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Este Planejamento Estratégico orientará a ação do IFSC nos próximos cinco anos. Além disso, ele é um capítulo que norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal e infraestrutura. A participação dos servidores e alunos na elaboração deste plano reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFSC.

A estrutura multicâmpus do IFSC e as metas estabelecidas para a Rede Federal de EPCT requerem mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do caráter sistêmico do Instituto e a consolidação da identidade institucional. Nesse contexto, o planejamento estratégico assume um papel fundamental como ferramenta de gestão.

Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico orientará a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho, o planejamento de caráter mais tático e operacional que, vinculado ao orçamento da instituição, resulta na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico foi subsidiado por uma pesquisa acerca da metodologia e da sua utilização em instituições de ensino. A partir do aprofundamento no tema, a equipe da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional pôde delinear como a metodologia seria adaptada à realidade e às necessidades do IFSC. Buscando envolver efetivamente a comunidade acadêmica no processo de construção do Planejamento Estratégico, foram realizados debates e eventos, dentre os quais destacam-se o Seminário do Planejamento Estratégico, a Consulta Pública e os Seminários Regionais de Comunicação da Estratégia.

Este documento apresenta as perspectivas e os temas estratégicos utilizados, bem como o mapa estratégico e o detalhamento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas do IFSC.

3.1 PERSPECTIVAS

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da instituição. Em outras palavras, cada perspectiva compreende um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse. São perspectivas do Planejamento Estratégico do IFSC: Alunos e Sociedade; Processos; Pessoas e Conhecimento.

3.1.1 Alunos e sociedade

Preocupa-se em medir o quanto as escolhas estratégicas executadas pela instituição estão contribuindo para satisfazer e beneficiar os alunos e a sociedade. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para realizar nossa missão e alcançar nossa visão, como devemos ser percebidos pelos nossos alunos e pela sociedade? Para realizar nossa missão, quais benefícios devem ser gerados para alunos e sociedade?

3.1.2 Processos

Nesta perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores, nos quais a instituição deve atingir a excelência para alcançar seus objetivos. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para cumprir nossa missão, em quais processos devemos ser excelentes? No que devemos melhorar ou inovar para alcançar a nossa visão?

3.1.3 Pessoas e conhecimento

Representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria a longo prazo. Abrange quatro categorias principais: capacidade dos servidores; capacidade dos sistemas de informação; clima organizacional; procedimentos organizacionais. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder à seguinte pergunta: Como proveremos a nossa capacidade de fazer, aprender, melhorar e inovar?

3.2 TEMAS ESTRATÉGICOS

Os temas estratégicos representam os pilares sobre os quais se executa a estratégia, extrapolando o organograma da instituição e promovendo o estabelecimento de relações de causa e efeito entre os objetivos. Assim, cada tema é constituído por um conjunto de objetivos que apresentam um encadeamento lógico e têm uma finalidade em comum: cumprir a Missão Institucional e alcançar a Visão de Futuro.

Os temas estratégicos do Planejamento 2015/2019 do IFSC foram definidos no começo do processo de elaboração do planejamento, norteando o estabelecimento dos objetivos estratégicos nos cinco eixos: inclusão social; inserção profissional; pesquisa e inovação; intervenção político-social; identidade e imagem institucional.

O objetivo estratégico C5, “Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia”, por exemplo, reforça a importância dos temas estratégicos para o crescimento da instituição, destacando que o IFSC deve implementar ações para consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

3.2.1 Inclusão social

O IFSC assume a função social de inclusão atuando em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas. Trabalha-se com a perspectiva da inclusão visando atender os diferentes públicos estratégicos, proporcionando-lhes educação formal de qualidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão.

Programas de inclusão são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. A realidade de cada sujeito e a pluralidade do coletivo devem ser consideradas.

Este tema envolve a oferta diversificada de cursos, permitindo o ingresso de diferentes públicos, ampliação das formas de acesso e acolhimento dos discentes. Os Projetos Pedagógicos de Cursos devem ser elaborados também com base no perfil do ingressante, considerando a diversidade, as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos

alunos. Nesse contexto, o processo de ingresso deve ser reestruturado a partir de uma perspectiva inclusiva, de modo que atraia potenciais alunos, identifique os perfis de quem ingressa, as peculiaridades e demandas regionais. Deve-se capacitar os servidores e criar estratégias com o objetivo de preparar os públicos para acessar os cursos da instituição.

As ações inclusivas devem facilitar, além dos processos de acesso, a permanência e o êxito dos discentes. Democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Para isso, estratégias de acompanhamento do discente são essenciais. A instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, com o objetivo de articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Através de ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender. Além disso, há o programa de assistência estudantil, que concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social.

3.2.2 Inserção profissional

Deve-se identificar, regulamentar e fortalecer as ações institucionais para a inserção socioprofissional do aluno e do egresso. Além de buscar articulação e parcerias com empresas para a oferta de estágios e aumento da empregabilidade, existem muitas possibilidades de criação de alternativas laborais com o apoio do IFSC, tais como o estímulo à criação de cooperativas, incubadoras sociais e a formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

Além disso, o estímulo ao empreendedorismo, que está entre as finalidades do Instituto, apresenta-se como uma dessas possibilidades. Este tema visa possibilitar a contínua troca de informações e conhecimento com o mundo do trabalho, conduzindo o aluno para a continuidade de sua formação nos diferentes níveis de ensino. A instituição deve criar estratégias de acompanhamento dos egressos para monitorar a inserção profissional de seus alunos.

3.2.3 Pesquisa e inovação

A pesquisa permeia toda a instituição e tem influência direta na qualidade do ensino, na formação integral do aluno, na qualificação dos professores, nos processos internos de

gestão, no desenvolvimento de soluções aplicadas ao meio produtivo e à sociedade. Para nos tornarmos uma instituição de excelência, devemos atentar para a necessidade de desenvolver pesquisa em todos os eixos de atuação, de forma continuada e constante. O conhecimento transforma a sociedade na medida em que a pesquisa se volta para o atendimento das demandas da sociedade.

A instituição deve promover a inovação para atingir a sociedade. Esse processo se constitui como norte para a pesquisa aplicada às demandas da sociedade. Além disso, é preciso fomentar a transferência de conhecimento e tecnologia por meio do desenvolvimento de atividades de extensão.

3.2.4 Intervenção político-social

A educação profissional, científica e tecnológica deve atuar no âmbito social, tornando-se um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais. O IFSC é uma instituição social e educacional, comprometida com a educação científica e profissional de jovens e adultos, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e ao funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa. Deve primar pela interação dos servidores do IFSC nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com a comunidade, para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis.

O IFSC deve estar inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional, científica e tecnológica nacionalmente, mas com um olhar especial à comunidade na qual se insere. Deve atuar em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais. Deve buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, com o objetivo de ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda. Os alunos devem ser formados cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade. O IFSC deve ampliar os programas que valorizem a participação cidadã e as políticas em diferentes instâncias da sociedade. Ainda, precisa contribuir nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao

conhecimento.

Uma importante política deste Instituto é a articulação com a Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, premente para o desenvolvimento do Brasil.

3.2.5 Identidade e imagem institucional

Identidade institucional é uma expressão relacionada ao que a organização efetivamente é, faz e diz: sua estrutura, seu histórico, seu patrimônio, as atividades que desenvolve, os serviços e produtos que oferece. Já a imagem está relacionada ao que se passa no imaginário dos seus públicos, como eles percebem o comportamento da organização. É a maneira como o público entende o que a instituição está transmitindo¹.

Para Kunsch² (2003, p.174), “a construção de uma imagem positiva e de uma identidade corporativa forte passa por uma coerência entre o comportamento institucional e a sua comunicação integrada, por meio de ações convergentes da comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa”. Assim, o papel do IFSC como instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que o destaca das outras instituições educativas e o identifica como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e instituições sociais.

Para isso, o IFSC deve trabalhar a imagem e reputação diante de todos os públicos estratégicos de forma a atrair os públicos demandados, com o fortalecimento das ações de relações externas, a internacionalização do IFSC, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, a harmonização dos currículos como forma de reforçar a identidade institucional, a publicação de revistas e livros e de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos. Deve ainda primar pelo reconhecimento dentro da academia com produção científica sobre EPCT baseada na nossa realidade, no que sabemos fazer.

1 TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. Estratégias de comunicação nas empresas modernas. In: III Congresso Brasileiro de Comunicação Empresarial. São Paulo: Aberje, 1985.

2 KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4ª edição revista. São Paulo: Summus, 2003.

3.3 MAPA ESTRATÉGICO

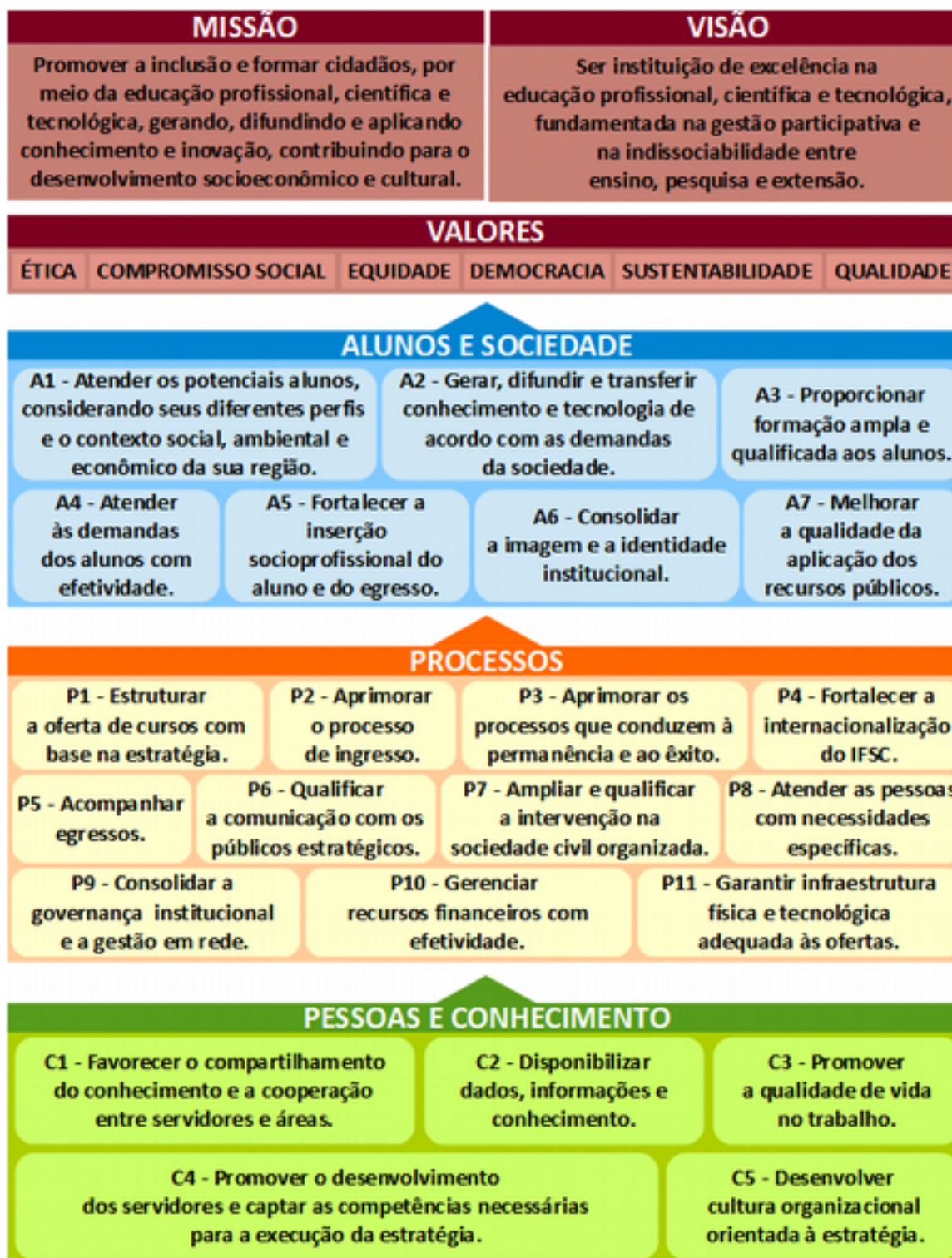


Figura 3.1: Mapa estratégico do IFSC

3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos devem ser acompanhados de indicadores, metas e iniciativas estratégicas.



Figura 3.2: Estrutura do objetivo estratégico

Indicadores: são uma definição de medida de desempenho estabelecida para obter uma maneira de avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Os indicadores possuem sempre unidades de medida associadas. Um indicador possui diversos atributos, tais como: fórmula, polaridade, fonte de dados, responsáveis e periodicidade. O detalhamento dos indicadores consta de documento próprio, complementar ao Planejamento Estratégico.

Metas: são pontos ou objetivos a serem atingidos em determinada medida e prazo. Elas quantificam e definem um prazo. Cada indicador deve apontar uma meta a ser alcançada. Em nosso planejamento estratégico, para cada indicador são apontados dois tipos de

meta: uma meta global, para 2019, e metas parciais anuais.

Iniciativas estratégicas: são as estratégias para atingir os objetivos e as metas definidas, ou seja, definem as prioridades nas quais as ações devem se pautar. As iniciativas são o elo entre o Planejamento Estratégico e os Planos Anuais de Trabalho, constituindo o ponto de partida para a definição dos projetos prioritários da instituição e de todas as suas unidades. As iniciativas são caracterizadas como:

- **autônomas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora;
- **articuladas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com a Reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente;
- **específicas:** projetos cadastrados e coordenados pela Reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução.

As iniciativas estratégicas serão revisadas anualmente a partir de proposições das unidades gestoras.

3.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Figura 3.3 exemplifica a forma de apresentação dos objetivos estratégicos ao longo da próxima seção, destacando os seus elementos constitutivos.

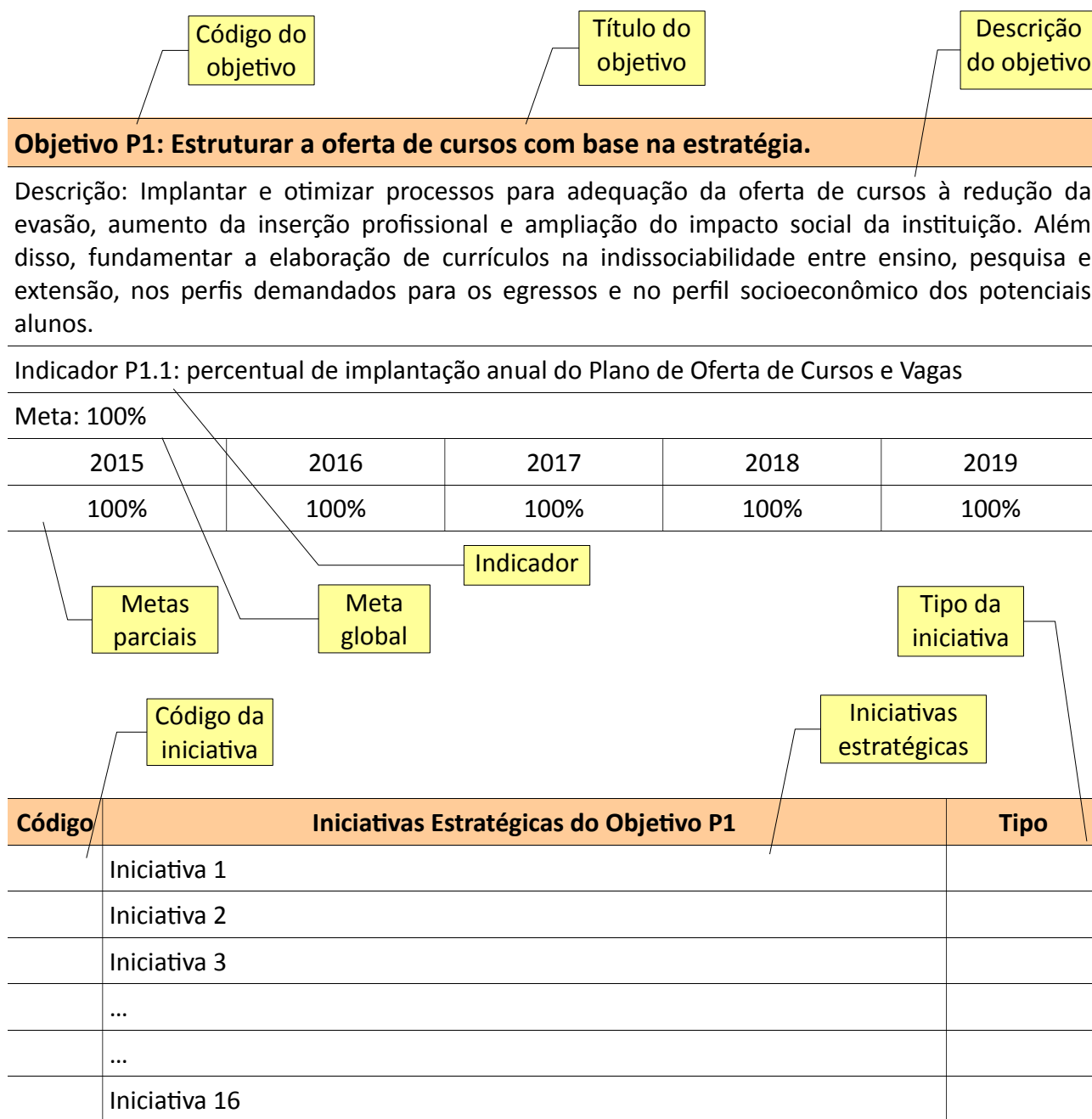


Figura 3.3: Estrutura de apresentação dos objetivos estratégicos

3.6 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA ALUNOS E SOCIEDADE

Objetivo A1: Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.

Descrição: Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional.

Indicador A1.1: percentual de vagas na educação profissional técnica de nível médio

Meta: 50%³

2015	2016	2017	2018	2019
64,3%	59,4%	55,7%	53,3%	51,6%

Indicador A1.2: percentual de vagas em cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica.

Meta: 13,8%⁴

2015	2016	2017	2018	2019
6,7%	7,2%	9,5%	11%	12,4%

Indicador A1.3: percentual de vagas de ingresso disponibilizadas ao Proeja

Meta: mínimo de 10%⁵

2015	2016	2017	2018	2019
6,1%	8,5%	8,7%	9,9%	10%

Indicador A1.4: número de alunos

Meta: 44.521

2015	2016	2017	2018	2019
30.238	36.718	41.242	43.622	44.521

3 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.4 do capítulo 4.

4 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.4 do capítulo 4.

5 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.6 do capítulo 4.

Indicador A1.5: relação entre o perfil socioeconômico dos ingressantes e o perfil socioeconômico da população catarinense

Meta: esta meta será estabelecida após modelagem do indicador e primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual, como no caso do A2.1, ou uma redução da diferença entre a meta para 2019 e a primeira medição, como no caso do A3.6, por exemplo.

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após modelagem do indicador e primeira medição.

Objetivo A2: Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.

Descrição: Produzir, compartilhar e aplicar conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.

Indicador A2.1: percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa

Meta: 30%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(30-x)}{5} + x$	$2 \frac{(30-x)}{5} + x$	$3 \frac{(30-x)}{5} + x$	$4 \frac{(30-x)}{5} + x$	30%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A2.2: Percentual de servidores participando de projetos de extensão

Meta: 30%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(30-x)}{5} + x$	$2 \frac{(30-x)}{5} + x$	$3 \frac{(30-x)}{5} + x$	$4 \frac{(30-x)}{5} + x$	30%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A2.3: pessoas atendidas por projetos de extensão

Meta: 97.240 (5% de crescimento anual)

2015	2016	2017	2018	2019
80.000	84.000	88.200	92.610	97.240

Indicador A2.4: Percentual de servidores com projetos financiados pelo IFSC que publicaram trabalho em periódico externo ou depositaram patente por ano

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador A2.5: percentual de grupos de pesquisa produtivos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Objetivo A3: Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos.

Descrição: Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais e desportivas.

Indicador A3.1: percentual de alunos concluintes que participaram de projetos de pesquisa, extensão tecnológica, intercâmbios ou eventos científicos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A3.2: percentual de alunos concluintes que participaram de atividades culturais, desportivas ou artísticas

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A3.3: Índice Geral de Cursos (IGC)

Meta: 5

2015	2016	2017	2018	2019
4	4	4	5	5

Indicador A3.4: Conceito Institucional (CI)

Meta: 5

2015	2016	2017	2018	2019
n.a	n.a	n.a	n.a	5

Indicador A3.5: índice de satisfação dos egressos com a formação

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador A3.6: excluído após revisão do PDI em fevereiro de 2017.

Objetivo A4: Atender às demandas dos alunos com efetividade.

Descrição: Melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.

Indicador A4.1: índice de satisfação dos alunos em relação à instituição

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Objetivo A5: Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso.

Descrição: Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção socioprofissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Indicador A5.1: percentual de egressos trabalhando na área de formação ou em áreas correlatas

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado da primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A5.2: excluído após revisão do PDI em fevereiro de 2017.

Indicador A5.3: percentual de alunos em estágio

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A5.4: percentual de alunos participando de atividades empreendedoras

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Objetivo A6: Consolidar a imagem e a identidade institucional.

Descrição: Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão da sua abrangência, história e valores, bem como da importância da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Indicador A6.1: percepção dos públicos estratégicos quanto à imagem do IFSC

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Objetivo A7: Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.

Descrição: Otimizar continuamente a gestão dos processos, de modo a alcançar com efetividade as metas institucionais.

Indicador A7.1: taxa de ocupação (relação entre matrículas e capacidade)

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A7.2: percentual de alunos formados no ciclo regular

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A7.3: relação aluno/professor

Meta: 19,37

2015	2016	2017	2018	2019
19,54	19,51	19,45	19,40	19,37

3.7 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

Objetivo P1: Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.

Descrição: Implantar e otimizar processos para a adequação da oferta de cursos, de modo a reduzir a evasão, aumentar a inserção profissional e ampliar o impacto social da instituição. Além disso, fundamentar a elaboração de currículos na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.

Indicador P1.1: percentual de implantação anual do Plano de Oferta de Cursos e Vagas

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P1	Tipo
P0101	Aprimorar metodologias de elaboração de projetos (PPC, pesquisa, extensão, inovação).	Articulada
P0102	Prospectar ofertas inovadoras.	Articulada
P0103	Promover eventos que fomentem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Autônoma
P0104	Fortalecer os Projetos Integradores.	Autônoma
P0105	Revisar os PPCs para verificar a existência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Articulada
P0106	Estabelecer diretrizes para elaboração dos PPCs fundamentados na indissociabilidade entre EPE, no ajuste dos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.	Específica
P0107	Harmonizar PPCs considerando a identidade institucional.	Articulada
P0108	Ofertar cursos demandados em parceria com outras esferas.	Articulada
P0109	Ampliar o acesso à EPCT por meio do Ensino a Distância.	Articulada
P0110	<i>Excluída após revisão do PDI em fevereiro de 2017.</i>	
P0111	Fortalecer os Grupos de Pesquisa.	Articulada
P0112	Fortalecer a Pós-Graduação.	Articulada
P0113	Desenvolver atividades de extensão em toda oferta educativa.	Articulada
P0114	Implementar polos de inovação.	Específica
P0115	Implantar o Centro de Referência em Formação e EaD.	Específica
P0117	Elaborar diretrizes para modalidade de educação a distância que atendam os	Específica

diferentes níveis e cursos ofertados no IFSC

Objetivo P2: Aprimorar o processo de ingresso.

Descrição: Reestruturar o processo de ingresso em uma perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.

Indicador P2.1: percentual de ocupação das vagas de ingresso

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
93%	94%	96%	98%	100%

Indicador P2.2: percentual de cursos com ao menos um candidato por vaga

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador P2.3: relação entre o perfil socioeconômico dos inscritos e o perfil socioeconômico da população catarinense

Meta: *esta meta será estabelecida após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual, como no caso do A2.1, ou uma redução da diferença entre a meta para 2019 e a primeira medição, como no caso do A3.6, por exemplo.*

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após modelagem do indicador e da primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P2	Tipo
P0201	Reestruturar o ingresso em uma perspectiva inclusiva.	Específica
P0203	Desenvolver estrutura organizacional de ingresso nos câmpus.	Articulada
P0204	Aprimorar a divulgação do Ingresso	Articulada

Objetivo P3: Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.

Descrição: Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do

fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.

Indicador P3.1: índice de retenção do fluxo escolar por tipo de curso/oferta

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P3.2: índice de evasão anual por tipo de curso/oferta

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P3.3: índice de evasão total por tipo de curso/oferta

Meta: serão determinadas após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P3	Tipo
P0301	Promover o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem.	Autônoma
P0302	Promover o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem.	Autônoma
P0303	Promover o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de ensino e aprendizagem.	Autônoma
P0304	Promover o apoio psicossocial em casos de dificuldades de aprendizagem, dificuldades emocionais e afetivas.	Autônoma
P0305	Desenvolver ações de segurança no trabalho, prevenção de riscos e doenças, e promoção à saúde.	Autônoma
P0306	Desenvolver estudos e ações sobre evasão e permanência.	Articulada
P0307	Organizar parcerias externas com setores de assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas.	Articulada
P0308	Fomentar a inserção dos discentes no mundo do trabalho.	Autônoma
P0310	Promover atividades artísticas, culturais e desportivas.	Autônoma
P0311	Fomentar a formação político-social para a comunidade acadêmica.	Autônoma

P0312	Desenvolver ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.	Articulada
P0313	Fomentar ações de mobilidade discente.	Articulada
P0314	Fortalecer o programa de assistência estudantil.	Articulada

Objetivo P4: Fortalecer a internacionalização do IFSC.

Descrição: Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, divulgação, produção científica e tecnológica.

Indicador P4.1: número de parcerias com instituições estrangeiras

Meta: 47

2015	2016	2017	2018	2019
35	39	42	45	47

Indicador P4.2: percentual de parcerias efetivas com instituições estrangeiras

Meta: 60%

2015	2016	2017	2018	2019
40%	45%	50%	55%	60%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P4	Tipo
P0401	Construir política de internacionalização.	Específica
P0402	Fomentar e diversificar os programas de mobilidade acadêmica internacional.	Articulada
P0403	Criar e implantar um Programa de Acolhimento de Estrangeiros.	Específica
P0404	Regulamentar os estágios internacionais.	Específica
P0405	Ampliar a divulgação interna de oportunidades de cooperação internacional.	Articulada
P0406	Criar programa de proficiência e certificação em idiomas.	Específica
P0407	Criar centro de idiomas nos câmpus.	Articulada
P0408	Organizar eventos internacionais.	Articulada
P0409	Fomentar a publicação de trabalhos em periódicos estrangeiros e eventos internacionais.	Articulada
P0410	Intensificar a capacitação de docentes em língua estrangeira	Articulada

Objetivo P5: Acompanhar egressos.

Descrição: Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos. Dessa forma, será possível viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.

Indicador P5.1: percentual de implantação do programa de acompanhamento de egressos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
30%	50%	80%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P5	Tipo
P0501	Desenvolver programa de acompanhamento de egressos.	Específica
P0502	Criar e implantar o Portal dos Egressos.	Específica
P0503	Criar mecanismos de comunicação com os egressos.	Articulada
P0504	Desenvolver ações sistemáticas voltadas à análise da inserção socioprofissional.	Articulada
P0505	Criar estratégias que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo.	Articulada
P0506	Fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC.	Articulada
P0507	Promover ações de socialização de egressos.	Autônoma

Objetivo P6: Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.

Descrição: Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com os públicos estratégicos do IFSC, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.

Indicador P6.1: índice de satisfação dos públicos estratégicos com a comunicação do IFSC

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P6	Tipo
P0601	Implantar a Política de Comunicação.	Específica
P0602	Criar ou adequar a estrutura de Comunicação nos câmpus e na Reitoria, de acordo com a Política de Comunicação.	Articulada
P0603	Construir os Planos de Comunicação nos câmpus e na Reitoria, de acordo com a Política de Comunicação.	Articulada
P0604	Aprimorar os canais de relacionamento do IFSC.	Articulada

Objetivo P7: Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.

Descrição: O IFSC deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.

Indicador P7.1: número de parcerias estabelecidas

Meta: 142

2015	2016	2017	2018	2019
116	122	128	135	142

Indicador P7.2: número de cargos ou cadeiras (inserções) ocupados em órgãos e fóruns de instituições e entidades das esferas pública, privada e do terceiro setor

Meta: será determinada após primeira medição.

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P7.3: número de eventos externos promovidos pelo IFSC

Meta: dobrar o número até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P7.4: número de participações em eventos externos

Meta: crescimento de 10% até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P7	Tipo
P0701	Participar dos fóruns relacionados à educação, especialmente à EPCT.	Autônoma
P0702	Promover a criação e formalização de parcerias.	Articulada
P0703	Fomentar ações que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade.	Autônoma
P0704	Aprimorar a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de EPCT.	Específica

P0705	Fomentar a participação da comunidade externa nos órgãos colegiados do IFSC.	Autônoma
P0706	Identificar espaços de atuação do IFSC na sociedade civil organizada.	Autônoma
P0707	Compartilhar soluções com outras instituições de EPCT.	Autônoma
P0708	Ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica.	Autônoma
P0709	Desenvolver projetos de pesquisa e extensão envolvendo os professores das redes públicas de outras esferas.	Autônoma
P0710	Fomentar a participação do IFSC em editais externos.	Autônoma
P0711	Transferir conhecimento e tecnologias para a sociedade.	Autônoma
P0712	Promover eventos técnico-científicos e culturais voltados à divulgação e reconhecimento da EPCT.	Autônoma
P0713	Fomentar a participação de servidores e estudantes em eventos externos.	Autônoma
P0714	Fomentar a participação institucional em eventos.	Autônoma

Objetivo P8: Atender as pessoas com necessidades específicas⁶.

Descrição: Aperfeiçoar e implantar processos para atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas.

Indicador P8.1: percentual de PNE com permanência e êxito

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P8.2: percentual de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
46,8%	60,1%	73,4%	86,7%	100%

Indicador P8.3: número de equipes capacitadas para atuar no atendimento educacional especializado

Meta: uma equipe por câmpus

2015	2016	2017	2018	2019
não se aplica				Uma equipe por câmpus

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P8	Tipo
P0801	Garantir atendimento especializado no processo de ingresso adequado às pessoas com necessidades específicas.	Específica
P0802	Garantir o atendimento educacional especializado e atuação em rede para atender as PNE.	Articulada
P0803	Atender a legislação relacionada à acessibilidade e à inclusão.	Articulada
P0804	Proporcionar terminalidade específica ao estudante, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.	Articulada

⁶ Ainda que na legislação atual a expressão “Pessoas com Necessidades Específicas” tenha sido substituída por “Pessoas com Deficiência”, preferiu-se manter a redação original no âmbito deste documento para não se descaracterizar a discussão sobre o objetivo estratégico, que em sua concepção levava em conta necessidades específicas que não podem ser consideradas deficiências.

Objetivo P9: Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.

Descrição: Garantir a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.

Indicador P9.1: percentual de implantação das políticas previstas no PDI

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
20%	40%	60%	80%	100%

Indicador P9.2: percentual de colegiados, comissões e grupos de trabalho institucionais efetivos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador P9.3: índice de participação dos servidores e alunos nos instrumentos de avaliação

Meta: ampliar em 50% até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P9	Tipo
P0901	Criar e aprimorar práticas que fortaleçam a gestão em rede.	Articulada
P0902	Estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto.	Articulada
P0903	Implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão.	Articulada
P0904	Realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto.	Articulada
P0905	Formalizar metodologicamente a implantação da gestão por processos no IFSC, considerando a gestão em rede e a perspectiva do usuário.	Específica
P0906	Construir e consolidar o marco regulatório necessário à efetividade de processos e sistemas.	Específica
P0907	Consolidar as competências da Reitoria, dos câmpus e dos fóruns sistêmicos, formalizando a implantação das políticas e diretrizes institucionais em rede.	Específica

Objetivo P10: Gerenciar recursos financeiros com efetividade.

Descrição: Planejar a captação, a aplicação e a execução dos recursos financeiros, de modo a maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas.

Indicador P10.1: percentual de execução de projetos e ações conforme Plano Anual de Trabalho (PAT)

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador P10.2: índice de satisfação dos servidores em relação à gestão dos processos administrativos da instituição

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P10.3: Percentual de execução dos recursos captados por meio de projetos Institucionais

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P10	Tipo
P1001	Implementar o Programa IFSC Sustentável.	Articulada
P1002	Fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para a sustentabilidade.	Autônoma
P1003	Otimizar o número de eixos tecnológicos, por câmpus, levando em conta infraestrutura, corpo docente e suporte técnico-administrativo.	Articulada
P1004	Aumentar a captação de recursos extraorçamentários.	Autônoma
P1005	Aperfeiçoar o processo de planejamento e execução orçamentária.	Articulada
P1006	Aperfeiçoar a gestão de materiais.	Articulada

Objetivo P11: Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.

Descrição: Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.

Indicador P11.1: percentual de implantação anual do Plano Diretor de Infraestrutura Física

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P11	Tipo
P1101	Consolidar a infraestrutura física e tecnológica dos câmpus e da Reitoria.	Articulada
P1102	Otimizar a utilização de espaços físicos e recursos tecnológicos.	Autônoma
P1103	Aprimorar a elaboração dos Planos de Implantação e Desenvolvimento de Cursos.	Específica
P1104	Desenvolver a infraestrutura tecnológica para a EaD	Específica

3.8 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PESSOAS E CONHECIMENTO

Objetivo C1: Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.

Descrição: Prover um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.

Indicador C1.1: número de iniciativas intercâmpus

Meta: ao menos uma por semestre por área⁷

2015	2016	2017	2018	2019
Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área

Indicador C1.2: número de iniciativas entre áreas acadêmicas do mesmo câmpus

Meta: ao menos uma por ano, por área acadêmica

2015	2016	2017	2018	2019
Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica

Indicador C1.3: índice de satisfação com os canais de relacionamento

Meta: 70%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(70-x)}{5} + x$	$2 \frac{(70-x)}{5} + x$	$3 \frac{(70-x)}{5} + x$	$4 \frac{(70-x)}{5} + x$	70%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C1	Tipo
C0101	Disponibilizar equipamentos e serviços para uso em rede.	Específica
C0102	Promover eventos de integração entre servidores.	Autônoma
C0103	Promover eventos que integrem ensino, pesquisa, extensão e gestão.	Autônoma

⁷ Para as áreas acadêmicas, serão consideradas as iniciativas regionais e institucionais; para as áreas administrativas (considerando as áreas listadas na Resolução N°02/2013/Codir) serão consideradas apenas as iniciativas institucionais.

C0104	Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e atividades em rede.	Específica
C0105	Fomentar e fortalecer atividades de pesquisa e extensão intercâmpus e intercursos.	Articulada
C0106	Promover Fórum de Compartilhamento de Boas Práticas.	Específica
C0107	Alinhar os portais institucionais de comunicação e informação.	Específica
C0108	Disseminar práticas de gestão do conhecimento.	Articulada

Objetivo C2: Disponibilizar dados, informações e conhecimento.

Descrição: Prover a infraestrutura necessária para garantir a disponibilização de dados e informações para a produção de conhecimento. Além disso, disseminar a cultura de utilização desses dados para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais.

Indicador C2.1: número de processos mapeados e otimizados

Meta: será determinada após primeira medição.

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador C2.2: percentual de processos informatizados

Meta: 90%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(90-x)}{5}+x$	$2\frac{(90-x)}{5}+x$	$3\frac{(90-x)}{5}+x$	$4\frac{(90-x)}{5}+x$	90%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador C2.3: percentual de processos revisados

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C2	Tipo
C0201	Criar e implementar Políticas Institucionais para TI.	Específica

C0202	Criar e implementar a Política de Segurança da Informação.	Específica
C0203	Implantar Sistema Integrado de Gestão.	Específica
C0204	Conceber e implantar a Política de Gestão Documental do IFSC.	Específica
C0205	Implementar ações para garantir a disponibilização de dados, informações, conhecimento do mundo do trabalho, educação profissional e tecnológica.	Articulada

Objetivo C3: Promover a qualidade de vida no trabalho.

Descrição: Promover a atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Indicador C3.1: índice de satisfação do servidor no trabalho.

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador C3.2: percentual de ambientes e atividades adequados às normas de segurança do trabalho

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador C3.3: índice de afastamento por motivos de saúde

Meta: redução em 50% da diferença entre 0% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C3	Tipo
C0301	Criar um programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho.	Específica
C0302	Implementar o programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho.	Articulada
C0303	Avaliar e padronizar os ambientes de trabalho e as atividades laborais de acordo com as normas de segurança.	Específica

C0304	Incrementar as ações preventivas em parceria com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal (SIASS).	Articulada
C0305	Incentivar a regionalização do SIASS.	Específica
C0306	Fomentar e ampliar a participação dos servidores em atividades físicas, artísticas, culturais e esportivas.	Autônoma
C0307	Fortalecer os processos de identificação dos servidores com o local de trabalho.	Autônoma

Objetivo C4: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.

Descrição: Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para a diminuição da lacuna de competências.

Indicador C4.1: percentual de setores competências mapeadas.

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
80%	100%	100%	100%	100%

Indicador C4.2: Percentual de competências adequadas à execução da estratégia.

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019

Serão determinadas após primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C4	Tipo
C0401	Elaborar o plano anual de capacitação	Específica
C0402	Implementar o plano anual de capacitação.	Articulada
C0403	Desenvolver um programa de formação para gestão.	Articulada
C0404	Promover formação de lideranças para o exercício da representatividade.	Articulada
C0405	Ampliar a oferta de Doutorado e Mestrado Interinstitucionais.	Específica
C0406	Desenvolver um programa de formação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Articulada
C0407	Criar um programa de desenvolvimento de competências.	Específica
C0408	Implementar o programa de desenvolvimento de competências.	Articulada
C0409	Estruturar um banco de competências.	Específica
C0410	Realizar o mapeamento de competências.	Específica

C0411	Elaborar um programa de movimentação/remoção de servidores por competências.	Específica
C0412	Aprimorar os processos de redistribuição e concurso público por competências.	Específica
C0413	Capacitar os docentes para a práxis educativa direcionada aos diferentes públicos atendidos.	Autônoma
C0414	Capacitar os servidores em atendimento educacional especializado.	Articulada
C0415	Implementar a avaliação de desempenho por competências.	Específica

Objetivo C5: Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.

Descrição: Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

Indicador C5.1: grau de conhecimento da estratégia pelos servidores

Meta: 90%

2015	2016	2017	2018	2019
70%	75%	80%	85%	90%

Indicador C5.2: percentual de alinhamento do PAT com a estratégia

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
80%	85%	90%	95%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C5	Tipo
C0501	Realizar eventos de disseminação da estratégia institucional.	Específica
C0502	Adequar os macroprocessos finalísticos e de apoio à estratégia institucional.	Específica

CAPÍTULO 4

PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

As propostas apresentadas no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) nortearão a instituição em suas decisões acerca da oferta, da admissão de professores e da ampliação de espaço físico. O POCV será subsídio para o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) no cumprimento de suas competências, das quais destacam-se: “analisar os projetos pedagógicos dos cursos e submetê-los ao Conselho Superior (Consup)” e “regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas”. Nesse sentido, cabe ressaltar que a criação, alteração e extinção dos cursos do IFSC são deliberações do Consup. A implantação do POCV, portanto, está condicionada às decisões do CONSUP, com o assessoramento do Cepe e prévia apreciação do Colegiado do câmpus ofertante.

Para a elaboração deste Plano, foram considerados os documentos legais norteadores da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Planejamento Estratégico do IFSC, especialmente em relação aos Objetivos Estratégicos A1- *Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região* e A7- *Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos, que possuem metas e indicadores intrinsecamente relacionados à oferta de vagas e número de alunos*.

Assim, foram premissas da elaboração deste Plano que:

1. Conforme o *caput* do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, o IFSC garantisse:
 - a. o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio;
 - b. o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica visando a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
2. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, os percentuais acima referidos observassem o conceito de Aluno-Equivalente, conforme regulamentação expedida pelo MEC;



3. Em alinhamento com o art 7º da Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o cálculo dos percentuais de vagas dos cursos dos Institutos Federais, a que fazem referência o art. 8º da Lei nº 11.892/2008, se desse com base no conceito de Ingressantes Acumulados Equivalentes, também definido na mesma portaria.
4. Conforme previsto pelo parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, a oferta da formação em nível superior pudesse ser ajustada, quando justificada por demandas sociais, sem prejuízo do índice apresentado no item 1a, ou seja, por exclusão, com redução do índice apresentado no item 1b;
5. Assim como disposto pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.840/2006, no mínimo 10% (dez por cento) do total das vagas de ingresso da instituição fossem disponibilizadas para cursos do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
6. Conforme as metas 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a relação aluno-professor fosse gradualmente elevada para, respectivamente, 20 nos cursos técnicos de nível médio e 18 nos cursos presenciais de graduação, ajustando-se o disposto na meta 3 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM), que prevê a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, considerados os cursos técnicos, superiores e de formação inicial e continuada (FIC), em relação ao quadro de professores ativos na instituição.
7. O número de docentes necessários à oferta planejada não ultrapassasse os limites do Banco de Professores Equivalentes do IFSC (conforme disposto no Decreto 8.259, de 29 de maio de 2014).

O Plano de Oferta de Cursos e Vagas aqui apresentado é a revisão do capítulo 4 do PDI 2015-2019 aprovado pelo Consup e publicado em 2014. O processo de revisão ocorreu entre maio e dezembro de 2016, conforme as diretrizes do Capítulo 13 e do projeto de revisão do PDI aprovado pelo Consup em 2015. Os indicadores do Plano originalmente publicado não são aqui apresentados, uma vez que não são comparáveis à forma disposta na Portaria nº 25 da SETEC/MEC, de 14 de agosto de 2015, que definiu conceitos e estabeleceu fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Este capítulo está organizado em cinco seções:

- **Oferta total do IFSC:** apresenta os dados gerais da oferta proposta no Instituto;
- **Indicadores Estratificados por Câmpus:** apresenta os principais indicadores de oferta acadêmica de cada câmpus;
- **Cronograma de abertura dos cursos presenciais:** apresenta o cronograma de abertura de cursos novos na modalidade presencial, com informações relativas a: semestre de abertura, câmpus ofertante, periodicidade de entrada, número de vagas por turma, local e turno da oferta. Além disso, apresenta a oferta do Cerfead, nesse caso contendo também cursos na modalidade a distância.
- **Oferta de EaD:** apresenta os cursos que serão ofertados na modalidade a distância, detalhando tipo de curso e de oferta, bem como os câmpus ofertantes e os polos nos quais acontecerá a oferta.
- **Glossário:** elaborado pra facilitar a compreensão de conceitos e indicadores, é apresentado ao final do capítulo, mas recomenda-se sua leitura prévia.

4.1 OFERTA TOTAL DO IFSC

Norteadas pelos objetivos e finalidades dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), bem como pelo Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Lei nº 12.513/2011), a oferta do IFSC caracteriza-se pela grande abrangência de níveis de ensino, variados tipos e modalidades de oferta e diferentes formas de custeio. Enquanto instrumento de planejamento, o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) estrutura a oferta do IFSC e apresenta a evolução anual de seus indicadores, até o alcance das metas propostas. Esse processo não se completa necessariamente dentro do período de vigência do PDI, mas sim no ano em que todos os cursos planejados atingirem o seu regime de funcionamento pleno, ou seja, quando a primeira turma de um curso novo chegar na última fase prevista em seu Plano Pedagógico de Curso.

A oferta total geral do IFSC, ou seja, a somatória de todos os câmpus (total), considerando todas as modalidades e formas de custeio (geral), tem seus principais indicadores apresentados nas quatro subseções a seguir: Número de alunos e vagas; Distribuição da oferta de vagas; Relação aluno-professor e Distribuição de cursos e vagas por tipo de curso, tipo de oferta e eixo tecnológico.

Número de alunos e vagas

A Tabela 4.1 apresenta os seguintes indicadores “básicos”:

- total anual de vagas de ingresso (VIng), considerando o total de vagas anualmente oferecidas em editais de ingresso;
- capacidade total anual de alunos (CAMat), calculada com base na multiplicação do número de vagas de ingresso de cada curso pelo respectivo número de fases simultaneamente oferecidas, de forma a expressar a capacidade total da instituição em termos do número de alunos que podem ser matriculados em um ano; é o indicador mais próximo do conceito de Ingressante Acumulado Equivalente definido pelo MEC;
- total anual estimado de alunos matriculados (AMat), cuja diferença para o total anual de ingressantes acumulados representa, aproximadamente, a evasão entre a primeira e última fase dos cursos;

Para cada indicador acima, também é apresentado o correspondente “equivalente”, em cujo cálculo são considerados o Fator de Esforço de Curso e a Carga Horária Mínima Regulamentada, conforme determinado pelo Ministério da Educação.

Indicadores Totais Anuais		2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Vagas de Ingresso	Base (VIng)	40.210	38.290	35.779	33.556	32.507	34.219
	Equivalentes (VEq)	15.927	14.811	16.042	16.042	14.387	15.894
Capacidade	Base (CAMat)	61.461	64.582	61.978	62.064	62.127	63.645
	Equivalentes (CAEq)	37.726	39.177	40.064	42.690	41.739	42.752
Alunos Matriculados	Base (AMat)	54.848	57.684	55.119	54.764	54.504	56.112
	Equivalentes (AEq)	31.998	33.294	34.068	36.089	34.986	35.982

Tabela 4.1: Indicadores da Oferta Total Geral do IFSC.

Além de atenderem ao conceito de aluno-equivalente requerido pela legislação, os indicadores equivalentes permitem um melhor dimensionamento do esforço institucional para a oferta – em termos de ocupação de carga horária de professores e disponibilidade de espaço físico, e se alinham à lógica atualmente utilizada na composição da matriz orçamentária da Rede Federal EPCT. Por sua vez, os indicadores básicos representam a medida real de vagas, capacidade e matrículas previstas.

Os indicadores AMat e AEq representam as estimativas feitas pelos câmpus quanto ao número de alunos que serão matriculados em cada fase de cada curso oferecido. Para tal, considerou-se tanto a série histórica de matrículas quanto uma meta de superação, com a premissa de que as iniciativas previstas no planejamento estratégico do IFSC produzam efetivo resultado ao longo de cinco anos.

A Tabela 4.2 restringe os indicadores à oferta de cursos cujo custeio é dito “próprio”, ou seja, não considera os cursos em que os professores sejam bolsistas vinculados a programas e editais ou não pertençam ao quadro de docentes do IFSC. O planejamento em função dos indicadores de distribuição da oferta e da relação aluno-professor é viável apenas para o conjunto de cursos de “custeio próprio”, uma vez que as demais ofertas são dependentes de demandantes, programas e outros fatores externos ao IFSC. Por isso, tal como a Tabela 4.2, as tabelas de 4.3 a 4.5 apresentam dados referentes apenas à oferta de custeio próprio.

Indicadores Totais Anuais		2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Vagas de Ingresso	Base (VIng)	35.370	35.550	32.399	29.916	29.737	30.709
	Equivalentes (VEq)	13.626	13.941	14.441	14.362	13.508	14.660
Capacidade	Base (CAMat)	54.231	57.467	56.558	55.694	56.367	57.035
	Equivalentes (CAEq)	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861
Alunos Matriculados	Base (AMat)	47.880	51.050	49.793	48.600	48.923	49.667
	Equivalentes (AEq)	27.399	30.148	31.527	33.038	32.606	33.221

Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC.

Distribuição da oferta de vagas

Como mostrado pela Tabela 4.3, com a total implementação deste Plano, o IFSC terá garantido 50% de sua capacidade em vagas de cursos técnicos de nível médio. A oferta de cursos técnicos (TEC) é superior a 50% em todo o período de vigência deste PDI, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 e com a meta 4 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos.

A redução gradual do percentual de oferta de cursos técnicos, observada na Tabela 4.3, é explicada por dois fatores: 1) o aumento da oferta de cursos FIC e superiores de outras áreas (OUT), como resultado direto do estágio de desenvolvimento dos câmpus dos Planos de Expansão II e III; 2) o concomitante crescimento da oferta de cursos de formação de formadores (FOR), principalmente por conta da estruturação do Cerfead.



Distribuição da Oferta	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Técnico (TEC)	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
	60,6%	58,3%	56,9%	55,1%	55,7%	55,4%
Formação de Formadores (FOR)	1.751	2.088	2.239	2.323	2.306	2.326
	5,4%	5,9%	6,0%	5,9%	5,9%	5,8%
Outros cursos FIC e superiores (OUT)	11.088	12.762	13.858	15.372	15.072	15.436
	34,0%	35,8%	37,1%	39,0%	38,4%	38,7%
Total	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861

Tabela 4.3: Distribuição da oferta de custeio próprio, medida pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).

Embora a oferta de vagas voltadas à formação de formadores não atinja os 20% previstos em lei, seu crescimento é expressivo, passando dos cerca de 2% observados em 2014 para quase 6%, com o Plano em regime. Se FOR fosse aumentada em direção aos 20%, o percentual de TEC ficaria abaixo dos 50% legais. Com a oferta total limitada pelo total previsto para vagas de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como pela infraestrutura capaz de ser ampliada em cinco anos nas condições orçamentárias atuais, a única forma de se aproximar ainda mais dos 20% de FOR seria o corte das ofertas categorizadas como OUT. Entretanto, dada a forte demanda por cursos superiores públicos e gratuitos nas cidades do interior do estado, e considerada a importância dos cursos FIC para o acesso de grande parte da população à educação profissional, tal corte prejudicaria a verticalização da oferta – expressa na lei de criação dos Institutos – em considerável parte dos eixos tecnológicos e câmpus. Assim, mesmo abaixo dos 20%, a oferta de FOR está de acordo com a premissa nº 3 deste plano (ver p.2) e poderá ser ampliada na próxima revisão do PDI.

A oferta de vagas em cursos Proeja-FIC (níveis Fundamental ou Médio) e Proeja Técnico (nível Médio), chegará a quase 6% do total de vagas de ingresso da instituição quando o plano estiver em regime pleno, conforme mostra a Tabela 4.4. Justifica-se o uso do indicador Vagas de Ingresso (VIng) em vez de Capacidade de alunos equivalentes (CAEq), conforme empregado nas tabelas anteriores, pelo texto do decreto que institui o Proeja. De todo modo, os dados de CAEq também são apresentados, para comparação.

Embora não alcance a meta legal de 10%, o plano resulta em um crescimento de mais de 7 vezes em relação às 271 vagas de cursos do Proeja oferecidas em 2013¹. Para que a meta legal seja atingida, sem que se reduza o percentual de vagas para

1 Referência: Anuário Estatístico da Proen 2014.

cursos técnicos, é necessária uma reconfiguração de oferta que demanda a revisão de projetos pedagógicos e a aplicação de novas estratégias, assim como depende da ampliação do quadro de docentes no limite do Modelo de Referência da SETEC/MEC. A próxima revisão do Plano de Oferta de Cursos e Vagas deverá prever esta ampliação de oferta, considerando o quadro de docentes dado pelo Modelo de Referência da SETEC/MEC².

Indicadores Totais Anuais	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Vagas de Ingresso em cursos do Proeja (VIng)	937	1.395	1.473	1.515	1.555	1.775
	2,60%	3,90%	4,50%	5,10%	5,20%	5,80%
Capacidade de Alunos Equivalentes em cursos do Proeja (CAEq)	1.159	1.421	1.655	1.805	1.880	2.027
	3,60%	4,00%	4,40%	4,60%	4,80%	5,10%

Tabela 4.4: Oferta de vagas dos cursos do Proeja de custeio próprio, medida pelo total anual de Vagas de Ingresso (VIng) e pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).

A Tabela 4.5 completa os indicadores da oferta total do IFSC ao apresentar a distribuição da oferta por nível de ensino. Para a oferta de cursos técnicos, os valores são idênticos aos apresentados na Tabela 4.3, mas apenas na Tabela 4.5 pode ser observada a oferta de cursos superiores (incluindo pós-graduação) e cursos FIC sem distinção entre FOR e OUT.

Indicadores de Oferta por Nível de Ensino	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Formação Inicial e Continuada	3.532	3.735	3.637	3.453	3.492	3.595
	10,83%	10,48%	9,73%	8,75%	8,90%	9,02%
Ensino Técnico de Nível Médio	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
	60,62%	58,32%	56,94%	55,15%	55,70%	55,44%
Ensino Superior	9.308	11.116	12.460	14.243	13.886	14.166
	28,55%	31,20%	33,33%	36,10%	35,40%	35,54%
Total	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861

Tabela 4.5: Distribuição da Oferta de custeio próprio por nível de ensino, medida pela Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq).

2 Conforme portaria nº 246, de 15 de abril de 2016, o IFSC deverá ter um Banco de Professores-Equivalentes correspondente a 1810 vagas, o que conferiria um total de 1605 docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva e mais 20% de docentes substitutos.

Relação Aluno-Professor

A relação aluno-professor (RAP) é um dos principais indicadores estratégicos do PDI, dada a intrínseca dependência entre a oferta de cursos e vagas e o tamanho do quadro de professores.

Nas tabelas 4.6 e 4.7, a relação aluno-professor é apresentada de duas formas:

1. a medida pela estimativa de **alunos matriculados** (RAPm), que é basicamente obtida por meio da divisão do total anual de alunos equivalentes (AEq) na oferta de custeio próprio pelo número de docentes necessário para a implantação das ofertas, e está de acordo com a definição legal de RAP;
2. a medida pela **Capacidade de Alunos Equivalentes** (RAPc), uma vez que AEq depende de estimativas, que podem não ser confirmadas ou variar significativamente conforme o tipo de curso.

O cálculo da RAP, nas duas versões, considera ainda um Fator de Equiparação de Nível de Curso, conforme previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC, de modo a equalizar as diferentes metas previstas no PNE quanto à relação aluno-professor na educação básica e superior.

Indicador	2017 AEq	2018 AEq	2019 AEq	2020 AEq	2021 AEq	Regime Pleno AEq
Alunos	27.399	30.148	31.527	33.038	32.606	33.221
FIC	3.329	3.553	3.411	3.224	3.255	3.351
Técnico	16.269	17.366	17.879	18.275	18.312	18.613
Graduação	7.284	8.411	9.290	10.523	9.993	10.243
Stricto Sensu	487	773	886	949	975	941
Lato Sensu	29	45	61	68	72	72
Docentes efetivos	1.407	1.438	1.444	1.407	1.438	1.444
Docentes tempo integral	1.403	1.434	1.440	1.403	1.434	1.440
RAPm	20,4	22,1	23,1	24,9	24	24,4

Tabela 4.6: Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio, com detalhamento do total anual de Alunos-Equivalentes (AEq) por nível de ensino.

Embora não seja o indicador requisitado pela legislação, a RAPc permite uma melhor avaliação do esforço institucional (em termos de espaço físico e carga horária docente) para a realização de determinadas ofertas, em especial os cursos de baixa carga horária equalizada (como os FIC) e aquelas que, apesar dos relativamente baixos

índices de eficiência acadêmica previstos, são consideradas imprescindíveis ao cumprimento da missão da instituição.

Indicador	2017 CAEq	2018 CAEq	2019 CAEq	2020 CAEq	2021 CAEq	Regime Pleno CAEq
Alunos	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861
FIC	3.532	3.735	3.637	3.453	3.492	3.595
Técnico	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
Graduação	8.773	10.211	11.378	13.086	12.685	13.028
Stricto Sensu	505	858	1.019	1.085	1.125	1.063
Lato Sensu	30	46	63	71	76	76
Docentes efetivos	1.359	1.429	1.440	1.359	1.429	1.440
Docentes tempo integral	1.355	1.425	1.436	1.355	1.425	1.436
RAPc	25,1	26,2	27,4	30,8	29,1	29,3

Tabela 4.7: Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio, com detalhamento da Capacidade total anual de Alunos-Equivalentes (CAEq) por nível de ensino.

O quantitativo de docentes necessários à execução da oferta planejada foi obtido pela identificação da demanda de professores em cada câmpus e área de atuação, conforme Projetos Pedagógicos de Cursos correntes no IFSC ou de cursos de outras instituições, como referência para cursos novos. Como referência para justificativa de ocupação de novas vagas de professor, foi considerada uma média semanal de 16 horas-aula em atividades de sala de aula, conforme definido pela Resolução nº 23/2014/CONSUP, que dispõe sobre a distribuição de atividades do corpo docente.

Distribuição de cursos e vagas por tipo de curso, tipo de oferta e eixo tecnológico

O número de cursos e vagas que serão ofertados nos próximos cinco anos, para cada tipo de curso, são apresentados nas tabelas abaixo. A Tabela 4.8 detalha os quantitativos de vagas de ingresso, além do tipo de curso, e vagas por ano e no regime pleno de funcionamento. Por sua vez, a Tabela 4.9 apresenta o número de cursos da oferta total geral planejada pelos câmpus. Ambas mostram o detalhamento dos indicadores por tipo de curso, ao longo dos próximos cinco anos e no regime pleno de funcionamento do Plano.

Tipo de curso	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
Bacharelado	1.048	1.128	1.168	1.208	1.208	1.695
CST	1.276	1.410	1.510	1.550	1.370	1.550
Especialização	1.449	1.631	1.809	1.871	1.879	2.019
FIC	24.706	24.134	20.634	17.973	18.045	18.422
Licenciatura	232	272	272	272	232	232
Mestrado Profissional	103	119	155	115	155	155
Técnico	6.556	6.856	6.851	6.923	6.848	7.123
Total	35.370	35.550	32.339	29.916	29.737	31.196

Tabela 4.8: Totais anuais de vagas de ingresso (VIng) da oferta de custeio próprio, por tipo de curso.

Tipo de Curso/Oferta	2017	2018	2019	2020	2021	Regime Pleno
Bacharelado	20	23	25	26	26	28
CST	31	39	39	39	39	39
Especialização	17	33	39	40	40	40
FIC	158	169	173	174	175	174
Licenciatura	6	7	7	7	7	7
Mestrado Profissional	4	6	7	7	7	7
Técnico	111	114	113	111	111	111
Total	347	391	403	404	405	406

Tabela 4.9: Número de cursos da oferta de custeio próprio, com detalhamento por tipo de curso.

A Tabela 4.10 mostra a capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq).

Tipo de Curso	CAEq 2017	CAEq 2018	CAEq 2019	CAEq 2020	CAEq 2021	CAEq Regime Pleno
Bacharelado	3.728	4.491	5.212	5.933	6.247	6.560
CST	4.199	4.745	5.026	5.930	5.215	5.244
Especialização	505	858	1.019	1.085	1.125	1.063
FIC	3.532	3.735	3.637	3.453	3.492	3.595
Licenciatura	846	975	1.140	1.223	1.223	1.223
Mestrado Profissional	30	46	63	71	76	76
Técnico	19.763	20.776	21.282	21.757	21.846	22.099
Total	32.603	35.626	37.379	39.452	39.223	39.861

Tabela 4.10: Capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq), com detalhamento por tipo de curso.

O primeiro objetivo estratégico do IFSC, em seu planejamento para cinco anos, é “atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.” Com isso, o IFSC quer ampliar sua efetividade como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional. Para alcançar esse objetivo, a oferta do Instituto deve ser dinâmica: ao mesmo tempo em que demandas por novos cursos são identificadas e atendidas, conforme observado na tabela abaixo, determinados cursos entram em extinção. Apresenta o quantitativo de cursos da oferta de custeio próprio que serão extintos ao longo dos próximos cinco anos. A ressaltar que dentre os cursos novos e em extinção, estão aqueles que passam por reformulação de projeto pedagógico.

Tipo de Curso	Cursos em Extinção	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
Bacharelado	1	0	0	0	0	0	0
CST	7	36	0	0	0	0	0
Técnico	35	490	0	0	0	0	0
Total	43	526	0	0	0	0	0

Tabela 4.11: Número de cursos em extinção e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).

A Tabela 4.12 exibe o número de cursos novos da oferta de custeio próprio, com previsão de início de implantação até 2021, e respectivas vagas de ingresso (VIng) criadas, com detalhamento por tipo de curso.

Tipo de Curso	Cursos Novos	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
Bacharelado	7	104	184	224	264	264	264
CST	13	280	550	550	590	510	590
Especialização	28	920	1.302	1.320	1.342	1.350	1.490
FIC	151	9.532	12.834	11.255	9.943	9.978	10.350
Licenciatura	1	40	80	80	80	40	40
Mestrado Profissional	6	63	79	115	115	115	115
Técnico	56	1.770	2.670	2.670	2.782	2.782	2.902
Total	262	12.709	17.699	16.214	15.116	15.039	15.751

Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).

A tabela 4.13 exibe a quantidade de cursos oferta total geral de cursos, considerando tanto a oferta atual (situação corrente ou extinção) quanto a prevista para início de implantação até 2021 (situação novo ou especial).

Tipo de Curso	Cursos Correntes	Cursos em Extinção	Cursos Novos	Cursos de Oferta Única	Cursos de oferta Especial
Bacharelado	27	1	7		
CST	35	7	13	1	1
Especialização	48		28	4	
FIC	298		151	136	21
Licenciatura	7		1		
Mestrado Profissional	13		6		
Técnico	144	35	56		3
Total	572	43	262	141	25

Tabela 4.13: número de cursos da oferta de custeio próprio, conforme situação de curso.

A seguir, as tabelas de 4.14 a 4.18 detalham as áreas da oferta educacional do IFSC, trazendo o número de cursos e o respectivo total anual de vagas de ingresso da oferta geral, conforme o tipo de curso.

Para os cursos FIC, Técnicos e CST, os dados são estratificadas por Eixo Tecnológico. Uma vez que os demais cursos superiores não são categorizados por eixos, as respectivas tabelas estratificam os dados por nome de curso.

Eixo Tecnológico	Ving 2017	Ving 2018	Ving 2019	Ving 2020	Ving 2021	Ving Regime
Ambiente e Saúde	1.342	1.502	1.222	902	862	902
Controle e Processos Industriais	1.622	1.904	1.700	1.583	1.523	1.575
Desenvolvimento Educacional e Social	10.619	11.629	9.599	8.464	8.579	9.479
Gestão e Negócios	540	570	530	450	450	470
Informação e Comunicação	1.830	1.805	1.495	1.445	1.410	1.670
Infraestrutura	1.205	995	805	765	405	445
Produção Alimentícia	675	545	610	570	570	510
Produção Cultural e Design	2.370	1.590	1.320	1.160	1.200	960
Produção Industrial	2.215	1.609	1.223	1.113	1.183	1.183
Recursos Naturais	1.580	1.360	1.620	1.320	1.240	1.180

Segurança	490	610	610	570	610	570
Turismo, Hospitalidade e Lazer	988	930	840	610	1.028	1.338
Não se aplica ou indefinido	900	725	700	625	625	250
Total	26.376	25.774	22.274	19.577	19.685	20.532

Tabela 4.14: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico.

Eixo Tecnológico	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime
Ambiente e Saúde	240	176	216	216	256	256
Controle e Processos Industriais	2.241	2.305	2.345	2.305	2.345	2.345
Desenvolvimento Educacional e Social	40	80	80	80	80	80
Gestão e Negócios	240	400	320	400	320	400
Informação e Comunicação	1.313	788	1.323	1.323	788	863
Infraestrutura	732	752	752	752	752	752
Produção Alimentícia	160	200	200	200	160	200
Produção Cultural e Design	283	318	318	350	350	350
Produção Industrial	743	813	813	813	813	853
Recursos Naturais	480	400	360	400	360	400
Segurança	64	64	64	64	64	64
Turismo, Hospitalidade e Lazer	520	560	560	520	560	560
Total	7.056	6.856	7.351	7.423	6.848	7.123

Tabela 4.15: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Técnicos, por Eixo Tecnológico.

Eixo Tecnológico	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime
Ambiente e Saúde	160	160	160	160	120	160
Gestão e Negócios	80	330	370	370	370	370
Informação e Comunicação	220	260	260	260	260	260
Produção Alimentícia	260	160	260	260	160	260
Produção Cultural e Design	216	286	286	286	286	286
Produção Industrial	260	264	264	264	264	264
Recursos Naturais	0	40	40	40	40	40
Turismo, Hospitalidade e Lazer	80	160	120	160	120	160
Total	1.276	1.660	1.760	1.800	1.620	1.800



Tabela 4.16: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Superiores de Tecnologia, por Eixo Tecnológico.

Bacharelados	Cursos	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
AGRONOMIA	2	40	40	80	80	80	80
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	1	40	40	40	40	40	40
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1	40	40	40	40	40	40
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2	40	40	40	80	80	80
ENFERMAGEM	1	24	24	24	24	24	24
ENGENHARIA CIVIL	3	120	160	160	160	160	160
ENG. CONTROLE E AUTOMAÇÃO	1	80	80	80	80	80	80
ENGENHARIA DE PESCA	1	80	80	80	80	80	80
ENG. DE TELECOMUNICAÇÕES	1	64	64	64	64	64	64
ENGENHARIA ELÉTRICA	4	280	280	280	280	280	280
ENGENHARIA ELETRÔNICA	1	80	80	80	80	80	80
ENGENHARIA MECÂNICA	5	120	120	200	200	200	200
ENGENHARIA MECATRÔNICA	2	120	120	120	120	120	120
ENGENHARIA TÊXTIL	2	70	110	110	110	110	110
Total	26	1.198	1.278	1.398	1.398	1.398	1.398

Tabela 4.17: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Bacharelado, por nome de curso.

Licenciaturas	Cursos	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime
FÍSICA	2	320	120	120	120	120	120
MATEMÁTICA	1	0	40	40	40	0	200
PEDAGOGIA BILÍNGUE	1	40	40	40	40	40	40
QUÍMICA	3	72	152	152	152	152	152
Total	7	432	352	352	352	312	512

Tabela 4.18: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Licenciatura, por nome de curso.

Especializações	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
AGROECOLOGIA	40	40	40	40	40	40
ALIMENTOS	0	40	0	40	40	40

Especializações	Ving 2017	Ving 2018	Ving 2019	Ving 2020	Ving 2021	Ving Regime Pleno
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	0	30	40	70	0	70
CIÊNCIAS MARINHAS APLICADAS AO ENSINO	40	40	0	40	40	0
COLHETA DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO	0	30	0	30	0	30
DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS	25	25	25	65	65	65
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	0	0	0	40	40	40
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	30	30	30	30	30	30
DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	500	400	400	400	400	400
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	32	32	72	72	72	72
EDUCAÇÃO BÁSICA	80	120	160	120	120	160
EDUCAÇÃO DE SURDOS: ASPECTOS POLÍTICOS, CULTURAIS E PEDAGÓGICOS	40	0	40	0	40	40
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	240	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25	0	0	0	0	0
ENSINO	30	30	30	30	30	30
ENSINO DE CIÊNCIAS	24	94	94	134	94	94
ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	28	0	28	0	28	28
ENSINO INTEGRADO EM FILOSOFIA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA	30	0	30	0	30	30
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	300	50	50	50	50	50
GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS	0	0	40	40	40	40
GESTÃO EM SAÚDE	280	0	280	280	0	280
GESTÃO EMPRESARIAL	0	40	0	0	40	0
GESTÃO ESCOLAR	80	80	80	80	80	120
GESTÃO PÚBLICA	440	0	40	40	0	40
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	315	0	0	0	0	0
GESTÃO PÚBLICA PARA A EPT	200	240	240	240	240	240
GOVERNANÇA PARA INOVAÇÃO	100	0	100	100	0	100
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	40	0	0	0	0
MANEJO DE POMARES DE MACIEIRA E PEREIRA	30	0	30	0	30	30
MICROBIOLOGIA	0	40	40	40	40	40
MÍDIAS NA EDUCAÇÃO	290	290	0	290	290	0

Especializações	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
PERÍCIA EM ACIDENTES DE TRÂNSITO	0	0	0	0	0	0
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	80	0	80	40	40	80
PRODUÇÃO DE BEBIDAS	30	0	30	0	30	30
PRODUÇÃO VEGETAL	0	0	0	40	40	40
TECNOLOGIAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS	40	40	40	40	40	40
TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	40	150	190	190	0	140
TRANSVERSALIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	40	40	40	40	40	40
Total	3.429	1.921	2.269	2.621	2.069	2.479

Tabela 4.19: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Especialização, por nome de curso.

Mestrados Profissionais	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
ENSINO	0	16	16	16	16	16
MECATRÔNICA	30	30	30	30	30	30
SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS	0	0	16	16	16	16
CLIMA E AMBIENTE	39	39	39	39	39	39
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	24	24	44	44	44	44
PROTEÇÃO RADIOLÓGICA	10	10	10	10	10	10
Total	103	119	155	155	155	155

Tabela 4.20: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Mestrado Profissional, por nome de curso.

4.2 INDICADORES ESTRATIFICADOS POR CÂMPUS

Esta seção apresenta os principais indicadores de oferta acadêmica de cada câmpus. A oferta detalhada de cada câmpus pode ser consultada nas planilhas individuais disponíveis na página do PDI na internet³.

Os Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus, são mostrados na Tabela 4.21, a seguir.

3 <http://pdi.ifsc.edu.br/download/plano-de-oferta/planilhas-dos-campus/>

Câmpus (Sigla)	VIng	VEq	CAMat	CAEq	AMat	AEq
Araranguá (ARU)	1.134	552	2.377	1.722	1.986	1.361
Canoinhas (CAN)	1.360	548	2.190	1.447	1.886	1.206
Chapecó (CCO)	884	650	2.440	2.321	1.962	1.809
Caçador (CDR)	875	495	1.475	1.171	1.138	893
Centro de Referência (CERFEAD)	2.684	384	3.768	659	3.429	575
Criciúma (CRI)	1.296	606	2.398	1.804	2.105	1.515
Florianópolis-Continente (CTE)	1.830	780	2.985	1.252	2.573	1.106
Florianópolis (FLN)	4.046	3.565	11.988	10.897	14.570	10.947
Gaspar (GAS)	1.100	659	2.120	1.855	1.866	1.592
Garopaba (GPB)	2.953	687	3.513	1.181	3.381	1.073
Itajaí (ITJ)	1.284	1.087	3.212	3.469	2.683	2.831
Jaraguá do Sul (JAR)	820	776	2.320	2.409	1.635	1.715
Jaraguá do Sul - Rau (JGW)	1.760	766	3.520	2.393	2.766	1.678
Joinville (JLE)	1.492	1.208	4.097	4.000	3.687	3.562
Lages (LGS)	1.416	833	2.832	1.904	2.355	1.495
Palhoça-Bilíngue (PHB)	646	425	1.554	1.351	1.326	1.114
São Carlos (SCA)	2.800	507	3.280	1.069	3.035	808
São José (SJE)	1.356	579	2.530	1.882	2.296	1.624
São Lourenço do Oeste (SLO)	880	398	1.600	1.127	1.446	984
São Miguel do Oeste (SMO)	1.152	461	2.134	1.277	1.716	984
Tubarão (TUB)	610	282	1.090	695	934	558
Urupema (URP)	968	283	1.208	509	1.064	394
Xanxerê (XXE)	1.457	542	2.017	1.203	1.905	1.093
Total Resultado	34.803	17.076	66.648	47.597	61.744	40.916

Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.

A Tabela 4.22, na sequência, exibe a distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus, medida por Capacidade de Alunos Equivalentes no Regime Pleno.

Câmpus	TEC (IAEq)	FOR (IAEq)	OUT (IAEq)	Proeja (IAEq)	Proeja (VIng)
ARU	62,1%	13,6%	24,2%	3,8%	8,8%
CAN	57,5%	2,6%	39,9%	11,9%	4,4%
CCO	72,6%	1,8%	25,6%	18,8%	10,3%
CDR	59,6%	2,0%	38,4%	5,5%	13,7%
CERFEAD	0,0%	74,0%	26,0%	0,0%	0,0%
CRI	57,6%	12,1%	30,4%	4,1%	6,6%
CTE	62,2%	1,8%	36,0%	10,8%	6,9%
FLN	49,5%	0,4%	50,1%	2,3%	3,6%
GAS	64,9%	1,7%	33,4%	2,2%	4,4%
GPB	47,1%	5,9%	47,0%	5,4%	3,1%
ITJ	71,0%	0,6%	28,4%	1,0%	5,2%
JAR	66,8%	20,2%	12,9%	6,5%	4,9%
JGW	48,6%	1,2%	50,1%	8,1%	7,3%
JLE	54,1%	0,2%	45,7%	1,6%	17,6%
LGS	46,6%	2,6%	50,8%	1,6%	8,7%
PHB	69,8%	12,5%	17,7%	5,6%	6,2%
SCA	50,6%	8,4%	41,0%	3,4%	1,4%
SJE	62,7%	10,7%	26,6%	7,7%	4,8%
SLO	34,6%	9,9%	55,5%	1,0%	5,9%
SMO	54,4%	0,9%	44,6%	8,2%	13,9%
TUB	42,7%	19,0%	38,3%	2,1%	13,1%
URP	12,5%	0,0%	87,5%	14,9%	8,3%
XXE	64,5%	4,5%	31,0%	3,8%	4,7%
Resultado Total	55,4%	5,8%	38,7%	5,1%	5,8%

Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus.

Câmpus	Modalidade	Ving 2017	Ving 2018	Ving 2019	Ving 2020	Ving 2021	Ving Regime Pleno
ARU	Presencial	1.115	1.206	1.294	1.294	1.274	1.274
CAN	Presencial	3.980	2.295	2.220	1.660	1.540	1.360
CCO	EaD/ofertante	780	780	780	780	780	780
	Presencial	788	856	884	856	884	884
	Total	1.568	1.636	1.664	1.636	1.664	1.664
CDR	EaD/polo	315	0	0	0	0	0
	Presencial	2.935	1.805	1.220	830	950	875
	Total	3.250	1.805	1.220	830	950	875
CERFEAD	EaD/ofertante	5.290	2.810	2.410	2.360	2.360	2.460
	Presencial	274	204	224	224	224	224
	Total	5.564	3.014	2.634	2.584	2.584	2.684
CRI	EaD/ofertante	30	0	30	0	30	30
	EaD/polo	30	0	30	0	30	30
	Presencial	686	1.096	1.096	1.216	1.136	1.266
	Total	746	1.096	1.156	1.216	1.196	1.326
CTE	Presencial	1.185	1.680	1.600	1.320	1.320	1.830
FLN	EaD/ofertante	2.590	1.410	2.300	2.290	1.710	1.500
	Presencial	3.078	3.226	3.286	3.286	3.306	3.306
	Total	5.668	4.636	5.586	5.576	5.016	4.806
GAS	EaD/ofertante	80	40	120	120	40	120
	EaD/polo	40	0	40	40	0	200
	Presencial	740	820	900	820	900	1.370
	Total	860	860	1.060	980	940	1.690
GPB	Presencial	2.953	3.295	2.845	2.430	2.833	2.953
ITJ	EaD/ofertante	80	330	330	330	330	330
	Presencial	1.964	1.924	1.924	1.924	1.964	1.924
	Total	2.044	2.254	2.254	2.254	2.294	2.254
JAR	Presencial	650	820	820	820	820	820
JGW	Presencial	1.120	1.300	1.340	1.340	1.340	1.760
JLE	EaD/ofertante	0	0	0	0	0	360
	Presencial	826	1.042	1.042	1.082	1.082	1.372



Câmpus	Modalidade	VIng 2017	VIng 2018	VIng 2019	VIng 2020	VIng 2021	VIng Regime Pleno
	Total	826	1.042	1.042	1.082	1.082	1.732
LGS	Presencial	760	1.360	1.376	1.456	1.456	1.416
PHB	EaD/ofertante	50	50	50	50	50	50
	Presencial	1.206	991	1.046	891	971	596
	Total	1.256	1.041	1.096	941	1.021	646
SCA	Presencial	3.340	5.160	3.680	3.120	2.760	2.800
SJE	EaD/ofertante	200	200	200	200	200	200
	Presencial	1.090	1.124	1.106	1.156	1.156	1.156
	Total	1.290	1.324	1.306	1.356	1.356	1.356
SLO	EaD/ofertante	0	40	40	0	0	0
	Presencial	960	1.120	1.120	920	920	880
	Total	960	1.160	1.160	920	920	880
SMO	Presencial	922	1.012	1.012	1.092	1.012	1.152
TUB	Presencial	440	730	660	690	610	610
URP	Presencial	788	908	868	908	868	968
XXE	EaD/polo	55	0	0	0	0	0
	Presencial	1.042	1.470	1.302	1.285	1.185	1.457
	Total	1.097	1.470	1.302	1.285	1.185	1.457
Total Resultado		42.382	41.104	39.195	36.790	36.041	38.313

Tabela 4.23: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2017 e 2021 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.

As relações aluno-professor dos câmpus, calculadas pela estimativa do número de alunos equivalentes matriculados (RAPm) e pela projeção de Capacidade de Alunos Equivalentes (RAPc) são apresentadas, respectivamente, nas tabelas 4.24 e 4.25. Os dados se referem ao ano em que a oferta proposta entra em regime pleno e consideram apenas os cursos de custeio próprio não enquadrados na situação expansão.

Câmpus	AEq TEC	AEq FIC	AEq CST	AEq BACH	AEq LIC	AEq ESPEC	AEq MES	Docentes em Tempo Integral	RAPm
ARU	796	98	76	119	123	12	0	63	20,11
CAN	723	83	207	143	0	40	0	54	23,35
CCO	1.122	13	0	321	0	26	7	62	25,24
CDR	592	84	0	183	0	33	0	41	22,81
CERFEAD	0	146	0	0	0	396	23	20	43,21
CRI	847	102	0	301	159	17	0	63	23,82
CTE	722	183	216	0	0	23	0	56	21,13
FLN	3.994	951	1.563	1.725	0	53	21	355	24,62
GAS	1.034	57	480	0	0	12	0	58	28,35
GPB	409	245	212	0	0	0	0	32	27,81
ITJ	1.158	105	0	339	0	11	15	59	28,96
JAR	1.056	55	153	0	243	14	0	59	26,88
JGW	736	171	224	261	0	0	0	58	24,91
JLE	1.015	39	281	554	0	0	0	88	22,52
LGS	685	185	210	239	0	131	7	58	27,63
PHB	750	24	192	0	140	9	0	45	25,72
SCA	405	264	0	139	0	0	0	35	23,51
SJE	1.041	118	0	298	141	19	0	89	18,86
SLO	116	69	0	127	0	20	0	14	25,62
SMO	537	146	107	166	0	29	0	49	21,10
TUB	246	33	174	0	89	23	0	25	24,36
URP	64	116	188	0	0	27	0	22	19,69
XXE	565	66	0	152	0	48	0	34	25,91
Não alocado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3	n.a.
Resultado Total	18.613	3.351	4.282	5.066	895	941	72	1.440	24,37

Tabela 4.24: Alunos-Equivalentes (AEq) e Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.



Câmpus	CAEq TEC	CAEq FIC	CAEq CST	CAEq BACH	CAEq LIC	CAEq ESPEC	CAEq MES	Docentes em Tempo Integral	RAPc
ARU	941	108	180	95	176	14	0	63	24,97
CAN	825	92	207	269	0	42	0	54	28,07
CCO	1.377	14	471	0	0	26	7	62	32,14
CDR	698	108	330	0	0	36	0	41	30,05
CERFEAD	0	148	0	0	0	477	24	20	50,19
CRI	980	112	412	0	181	18	0	63	28,48
CTE	815	207	0	264	0	24	0	56	24,20
FLN	4.553	958	1.826	1.791	0	55	21	355	27,25
GAS	1.198	65	0	570	0	12	0	58	33,04
GPB	443	258	0	240	0	0	0	32	30,23
ITJ	1.449	105	459	0	0	12	16	59	36,33
JAR	1.367	71	0	193	396	18	0	59	36,30
JGW	950	206	459	337	0	0	0	58	35,18
JLE	1.189	41	638	330	0	0	0	88	26,21
LGS	864	187	374	280	0	144	7	58	35,09
PHB	943	24	0	215	160	9	0	45	31,08
SCA	541	282	246	0	0	0	0	35	31,33
SJE	1.175	122	377	0	181	19	0	89	21,90
SLO	137	69	165	0	0	24	0	14	30,64
SMO	695	177	207	165	0	33	0	49	27,35
TUB	300	36	0	213	130	24	0	25	30,29
URP	64	137	0	282	0	27	0	22	25,38
XXE	595	70	209	0	0	48	0	34	28,75
Não alocado	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	3	n.a
Resultado Total	22.099	3.595	6.560	5.244	1.223	1.063	76	1.440	29,26

Tabela 4.25: Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq) e Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.

Câmpus	FIC	TEC	CST	BACH	LIC	ESPEC	M ES	Total
ARU	7.594	1.958	180	-	200	360	-	10.292
CAN	13.740	1.560	360	-	-	120	-	15.780
CCO	775	2.000	-	432	-	-	-	3.207
CDR	5.282	1.042	370	160	-	400	-	7.254
CERFEAD	10.940	-	-	-	200	5.060	180	16.380
CRI	4.187	1.824	-	200	120	520	-	6.851



Câmpus	FIC	TEC	CST	BACH	LIC	ESPEC	M ES	Total
CTE	13.990	1.920	680	-	-	680	-	17.270
FLN	6.472	8.626	2.482	1.720	-	4.070	150	23.520
GAS	3.983	1.690	835	-	-	520	-	7.028
GPB	8.213	2.302	498	-	-	566	-	11.579
ITJ	5.560	1.730	1.500	360	-	105	-	9.255
JAR	7.086	2.310			520	480	-	10.396
JGW	3.470	2.600	440	360	-	-	-	6.870
JLE	3.810	1.892	520	440	-	-	-	6.662
LGS	13.300	2.600	120	360	-	1.360	40	17.780
PHB	4.950	572	160	-	150	128	-	5.960
SCA	2.165	1.080	-	120		120	-	3.485
SJE	5.416	1.428	-	352	288	-	36	7.520
SLO	1.040	1.000	-	120	-	-	-	2.160
SMO	3.485	1.448	200	200	-	180	-	5.513
TUB	2.760	1.240	120	-	-	360	-	4.480
URP	3.059	80	360	-	-	80	-	3.579
XXE	5.025	680	-	200	-	120	-	6.025
Total	125.362	41.582	8.825	5.024	1.278	10.169	226	192.466

Tabela 4.26: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por tipo de curso.

Câmpus	VIng Presencial	VIng EaD	Total
ARU	7.728	2.564	10.292
CDR	6.604	650	7.254
CAN	15.780	0	15.780
CCO	3.207	0	3.207
CRI	6.331	520	6.851
FLN	17.300	6.220	23.520
CTE	16.670	600	17.270
GPB	10.769	810	11.579
GAS	6.028	1.000	7.028
JGW	6.870	0	6.870
ITJ	7.755	1.500	9.255
JAR	9.286	1.110	10.396
JLE	6.662	0	6.662
LGS	15.660	2.120	17.780
PHB	5.810	150	5.960
SCA	3.365	120	3.485
SJE	5.520	2.000	7.520
SLO	2.160	0	2.160
SMO	4.743	770	5.513
TUB	4.120	360	4.480
URP	3.579	0	3.579
XXE	6.025	0	6.025
Total	171.972	20.494	192.466

Tabela 4.27: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.

4.3 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS PRESENCIAIS

Nesta seção é apresentado o cronograma de abertura dos cursos novos presenciais, em quadros separados por tipo de curso: técnicos, superiores de tecnologia (CST), bacharelados, licenciaturas, especializações e mestrados. Além dos cursos que passam a ter sua primeira oferta no IFSC, também são considerados como cursos novos aqueles que passam por reformulação de Projeto Pedagógico (PPC).

Os quadros apresentam o semestre de ingresso da primeira turma de cada curso novo, a periodicidade de entrada de novas turmas, número de vagas de ingresso (VIng) por turma, turno e local da oferta (cidade).

A periodicidade de ingresso pode ser:

- semestral;
- anual;
- bianual;
- diferenciada, quando a entrada se dá apenas após a formatura da turma anterior;
- eventual, quando a oferta ocorre sob demanda ou sem frequência pré-definida

4.3.1 Cursos Técnicos

A tabela 4.28 apresenta o cronograma de abertura de novos cursos técnicos de nível médio, com detalhamento do tipo de oferta: Integrado (INT), Concomitante (CON) e Subsequente (SUB). Cursos do Proeja são classificados em concomitantes (EJA-CON) quando a formação geral é de responsabilidade de instituição parceira ou integrados (EJA-INT) quando os professores do IFSC ministram todas as unidades curriculares do projeto de curso.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Tipo de Oferta	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CAN	INT	ALIMENTOS	anual	40	Matutino
2017/1	CAN	INT	EDIFICAÇÕES	anual	40	Matutino
2017/1	CRI	INT	EDIFICAÇÕES	anual	40	Matutino
2017/1	ITJ	INT	MECÂNICA	semestral	40	Matutino
2017/1	ITJ	INT	RECURSOS PESQUEIROS	semestral	40	Matutino
2017/1	LGS	CON	MECATRÔNICA	anual	40	Matutino
2017/1	CRI	INT	MECATRÔNICA	anual	40	Vespertino
2017/1	CTE	SUB	EVENTOS	anual	40	Vespertino
2017/1	CTE	SUB	PANIFICAÇÃO	anual	40	Vespertino
2017/1	GPB	CON	CONTROLE AMBIENTAL	bianual	40	Vespertino
2017/1	GPB	SUB	RESTAURANTE E BAR	diferenciada	40	Vespertino
2017/1	LGS	CON	AGROECOLOGIA	anual	40	Vespertino
2017/1	LGS	CON	ANÁLISES QUÍMICAS	anual	40	Vespertino
2017/1	ARU	CON	TÊXTIL	anual	40	Noturno
2017/1	CRI	SUB	EDIFICAÇÕES	semestral	40	Noturno
2017/1	CRI	SUB	ELETROTÉCNICA	semestral	40	Noturno
2017/1	CTE	EJA-CON	COZINHA	anual	40	Noturno
2017/1	CTE	SUB	COZINHA	semestral	40	Noturno
2017/1	CTE	SUB	GUIA DE TURISMO	anual	40	Noturno

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Tipo de Oferta	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CTE	SUB	RESTAURANTE E BAR	semestral	40	Noturno
2017/1	ITJ	CON	MECÂNICA	semestral	40	Noturno
2017/1	LGS	SUB	BIOTECNOLOGIA	semestral	40	Noturno
2017/1	LGS	SUB	ELETROMECAÂNICA	semestral	40	Noturno
2017/1	PHB	EJA-INT	MANUT. E SUPORTE EM INFORMÁTICA	bianual	40	Noturno
2017/2	CCO	SUB	MECATRÔNICA	semestral	40	Matutino
2017/2	JGW	CON	INFORMÁTICA	semestral	40	Matutino
2017/2	CAN	CON	INFORMÁTICA PARA INTERNET	anual	20	Vespertino
2017/2	JAR	SUB	TÊXTIL	semestral	35	Vespertino
2017/2	LGS	CON	INFORMÁTICA PARA INTERNET	anual	40	Vespertino
2017/2	TUB	CON	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	anual	40	Vespertino
2017/2	CAN	CON	EDIFICAÇÕES	anual	40	Noturno
2017/2	CTE	EJA-CON	PANIFICAÇÃO	anual	40	Noturno
2017/2	CTE	SUB	CONFEITARIA	anual	40	Noturno
2017/2	PHB	SUB	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	anual	40	Noturno
2018/1	ARU	INT	ELETROELETRÔNICA	anual	35	Matutino
2018/1	ARU	INT	FABRICAÇÃO MECÂNICA	anual	35	Matutino
2018/1	CAN	EJA-INT	AGROECOLOGIA	anual	40	Matutino
2018/1	CDR	INT	PLÁSTICOS	anual	40	Matutino

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Tipo de Oferta	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2018/1	JAR	INT	QUÍMICA	semestral	35	Matutino
2018/1	PHB	INT	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	anual	40	Matutino
2018/1	SCA	INT	AGROPECUÁRIA	anual	40	Matutino
2018/1	XXE	INT	MECÂNICA	anual	40	Matutino
2018/1	CAN	CON	MANUT. E SUPORTE EM INFORMÁTICA	anual	40	Vespertino
2018/1	GPB	INT	INFORMÁTICA	anual	40	Vespertino
2018/1	JAR	INT	MODELAGEM DO VESTUÁRIO	semestral	35	Vespertino
2018/1	SCA	INT	EDIFICAÇÕES	anual	40	Vespertino
2018/1	URP	CON	AGRICULTURA	bianual	40	Vespertino
2018/1	CAN	CON	EDIFICAÇÕES	anual	20	Noturno
2018/1	SMO	CON	ADMINISTRAÇÃO	anual	40	Noturno
2018/1	TUB	CON	LOGÍSTICA	anual	40	Noturno
2018/1	URP	CON	ADMINISTRAÇÃO	bianual	40	Noturno
2018/2	SLO	CON	INFORMÁTICA PARA INTERNET	anual	40	Vespertino
2018/2	LGS	SUB	ADMINISTRAÇÃO	anual	40	Noturno
2019/1	TUB	CON	ELETROTÉCNICA	anual	40	Noturno
2020/1	SJE	EJA-INT	MULTIMÍDIA	anual	32	Matutino
2020/1	CTE	SUB	NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	anual	40	Vespertino

Tabela 4.28: Cronograma de abertura de Cursos Técnicos.

4.3.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

A tabela 4.29 mostra o cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CTE	GASTRONOMIA	anual	40	Matutino
2017/1	CTE	HOTELARIA	anual	40	Matutino
2017/1	GPB	GESTÃO AMBIENTAL	anual	40	Matutino
2017/1	LGS	PROCESSOS QUÍMICOS	anual	40	Matutino
2017/1	CAN	ALIMENTOS	anual	40	Noturno
2017/1	TUB	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	anual	40	Noturno
2017/2	FLN	SISTEMAS ELETRÔNICOS	semestral	40	Noturno
2018/1	CTE	GESTÃO DE TURISMO	anual	40	Noturno
2018/1	GPB	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	anual	40	Noturno
2018/1	GPB	GESTÃO DE TURISMO	bianual	40	Noturno
2018/1	JAR	DESIGN DE MODA	semestral	35	Noturno
2018/1	LGS	GESTÃO AGRONEGÓCIO	anual	40	Noturno
2019/1	TUB	PROCESSOS GERENCIAIS	anual	40	Noturno

Tabela 4.29: Cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia.

4.3.3 Bacharelados

O cronograma de abertura dos bacharelados é mostrado na tabela 4.30.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CDR	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	anual	40	Noturno
2017/2	JLE	ENFERMAGEM	anual	24	Matutino
2017/2	SCA	ENGENHARIA CIVIL	anual	40	Vespertino
2018/1	ARU	ENGENHARIA TÊXTIL	anual	40	Noturno
2018/1	CRI	ENGENHARIA CIVIL	anual	40	Noturno
2019/1	CAN	AGRONOMIA	anual	40	Matutino
2020/1	SLO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	anual	40	Noturno

Tabela 4.30: Cronograma de abertura dos Bacharelados.

4.3.4 Licenciaturas

O cronograma de abertura dos Cursos de Licenciatura, por câmpus, é exibida na Tabela 4.31.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	PHB	PEDAGOGIA BILÍNGUE	anual	40	Noturno
2018/1	TUB	MATEMÁTICA	anual	40	Noturno

Tabela 4.31: Cronograma de abertura das Licenciaturas.

4.3.5 Especializações

O cronograma de abertura é exibido na Tabela 4.32.

Ano / Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade e de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	CCO	ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	bianual	28	Matutino
2017/1	LGS	AGROECOLOGIA	anual	40	Vespertino
2017/1	SJE	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	anual	32	Vespertino
2017/1	GAS	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	bianual	40	Noturno
2017/1	URP	MANEJO DE POMARES DE MACIEIRA E PEREIRA	bianual	30	Noturno
2017/2	CCO	ENSINO	anual	30	Vespertino
2017/2	CERFEAD	EDUCAÇÃO BÁSICA	anual	40	Vespertino
2017/2	CAN	TRANSVERSALIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	anual	40	Noturno
2017/2	CDR	EDUCAÇÃO BÁSICA	eventual	40	Noturno
2017/2	URP	PRODUÇÃO DE BEBIDAS	bianual	30	Noturno
2017/2	XXE	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	diferenciada	40	Noturno
2018/1	JAR	ENSINO DE CIÊNCIAS	anual	30	Vespertino
2018/1	LGS	MICROBIOLOGIA	anual	40	Vespertino
2018/1	SMO	ENSINO DE CIÊNCIAS	bianual	40	Noturno
2018/1	URP	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	bianual	30	Noturno
2018/1	URP	COLHETA DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO	bianual	30	Noturno

2018/1	XXE	EDUCAÇÃO BÁSICA	eventual	40	Noturno
2018/1	XXE	GESTÃO ESCOLAR	eventual	40	Noturno
2018/2	CDR	GESTÃO EMPRESARIAL	eventual	40	Noturno
2018/2	TUB	ÁREA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	anual	40	Noturno
2018/2	XXE	ALIMENTOS	diferenciada	40	Noturno
2019/1	CTE	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	anual	40	Noturno
2019/1	SLO	ENSINO DE CIÊNCIAS	anual	40	Noturno
2019/1	SMO	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	bianual	40	Noturno
2019/1	TUB	GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS	anual	40	Noturno
2020/1	LGS	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	anual	40	Noturno
2020/1	SMO	PRODUÇÃO VEGETAL	bianual	40	Noturno
2020/2	LGS	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS	anual	40	Matutino

Tabela 4.32: Cronograma de abertura dos Cursos de Especialização (pós-graduação *lato sensu*).

4.3.6 Mestrados

O cronograma de abertura dos mestrados profissionais é apresentada a seguir, na Tabela 4.33.

Ano/ Semestre	Câmpus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2017/1	FLN/ITJ/GPB	CLIMA E AMBIENTE	anual	15	Matutino
2017/2	CERFEAD	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	anual	24	Vespertino
2018/1	CCO	ENSINO	anual	16	Matutino
2019/1	LGS	SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS	anual	16	Noturno

Tabela 4.33: Cronograma de abertura dos Cursos de Mestrado Profissional.

4.4 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Esta seção apresenta tanto a atual oferta de educação a distância no IFSC, quanto a planejada para o período de implantação do POCV. Diferentemente da seção destinada ao ensino presencial, nesta seção foi incluída a oferta realizada com fomento externo, por meio de programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec). Além dos parâmetros das tabelas da seção anterior, nesta seção também é informada a situação de cada curso quanto à implantação.

4.4.1 Cursos FIC

A Tabela 4.34 mostra a oferta de Cursos FIC a distância. Alguns cursos não tem o nome especificado, uma vez que o campus pode variar a oferta de cursos dentro de uma mesma área ou eixo tecnológico a cada semestre, conforme demanda.

NOME, ÁREA OU EIXO TECNOLÓGICO DO CURSO	CÂMPUS OFERTANTE	PROGRAMA	VAGAS POR TURMA	Nº DE TURMAS	TURNO	PERIODICIDAD E DE ENTRADA	SITUAÇÃO	SEMESTRE DE INÍCIO
EDUCAÇÃO DE SURDOS	PHB	próprio	25	1	Matutino	eventual	corrente	2017/1
FERRAMENTAS DE E-LEARNING	CERFEAD	próprio	50	4	Vespertino	anual	novo	2017/2
DESIGN INSTRUCIONAL	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	anual	novo	2017/1
DOCENTES INGRESSANTES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: TUTORIA E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	anual	corrente	2017/1

NOME, ÁREA OU EIXO TECNOLÓGICO DO CURSO	CÂMPUS OFERTANTE	PROGRAMA	VAGAS POR TURMA	Nº DE TURMAS	TURNO	PERIODICIDADE DE ENTRADA	SITUAÇÃO	SEMESTRE DE INÍCIO
ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – EPCT	CERFEAD	próprio	50	1	Vespertino	semestral	expansão	20XX/1
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESCOLAR	SLO	próprio	40	1	Noturno	anual	expansão	2018/1
	XXE	e-tec	30	1	Noturno	diferenciada	especial	2017/1
ÁREA LÍNGUAS	CCO	e-tec	390	1	Vespertino	semestral	novo	2017/1
	GAS	e-tec	40	1	Noturno	eventual	especial	20XX/1
		próprio	40	1	Noturno	eventual	expansão	2018/1
ÁREA LÍNGUAS	JLE	e-tec	90	0	x	eventual	expansão	x
ÁREA MECÂNICA	SJE	próprio	50	2	Noturno	eventual	especial	2017/1
ÁREA METEOROLOGIA	FLN	próprio	40	1	Noturno	outro	expansão	2017/1
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CURSOS NA MODALIDADE EAD	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	anual	corrente	2017/1
						eventual	especial	
POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	eventual	especial	2017/1
PRÁTICAS EXTENSIONISTAS COM BASE NA INOVAÇÃO SOCIAL	CERFEAD	próprio	50	4	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	CERFEAD	próprio	50	2	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS INGRESSANTES NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	semestral	corrente	2017/1

NOME, ÁREA OU EIXO TECNOLÓGICO DO CURSO	CÂMPUS OFERTANTE	PROGRAMA	VAGAS POR TURMA	Nº DE TURMAS	TURNO	PERIODICIDADE E DE ENTRADA	SITUAÇÃO	SEMESTRE DE INÍCIO
TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO	CERFEAD	próprio	50	4	Vespertino	anual	corrente	2017/1
EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CERFEAD	próprio	30	5	Vespertino	semestral	corrente	2017/1
			50	3	Vespertino	eventual	especial	2017/1
				1	Vespertino	semestral	corrente	2017/2
				4	Vespertino		novo	2017/1
EIXO RECURSOS NATURAIS	ITJ	próprio	40	1	Vespertino	semestral	expansão	2017/1

Tabela 4.34: Oferta de Cursos FIC a distância.

4.4.2 Cursos técnicos

A Tabela 4.35 informa o número de Cursos Técnicos EaD.

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
INFORMÁTICA PARA INTERNET	FLN	e-tec	500	1	Noturno	eventual	corrente	n.a.

Tabela 4.35: Oferta de Cursos Técnicos a distância.

4.4.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade e de Entrada	Situação	Semestre Início
CST GESTÃO PÚBLICA	FLN	próprio	200	1	Noturno	eventual	expansão	2017/2
CST LOGÍSTICA	ITJ	UAB	50	5	Noturno	anual	novo	2018/1
ESPC GOVERNANÇA PARA INOVAÇÃO	FLN	próprio	100	1	Noturno	diferenciada	especial	2017/2

Tabela 4.36: Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia a distância.

4.4.4 Licenciaturas

Nome do curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade e de Entrada	Situação	Semestre Início
LIC FÍSICA (Licenciatura em EPT)	CERFEAD	UAB	200	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
LIC MATEMATICA	JLE	próprio	200	1	Noturno	anual	expansão	2017/1

Tabela 4.37: Oferta de Cursos de Licenciatura a distância.

4.4.5 Especializações

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
ESPEC Ensino Integrado em Filosofia, Geografia, História e Sociologia	CRI	próprio	30	1	Noturno	diferenciada	novo	2017/2
ESPEC SAUDE DA FAMILIA	JLE	UAB	40	4	Noturno	anual	expansão	20XX/1

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
ESPEC DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	próprio	50	6	Vespertino	semestral	novo	2017/1
ESPEC EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CERFEAD	UAB	110	1	Vespertino	eventual	especial	2017/1
			130	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
ESPEC EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	XXE	parceria	25	1	Vespertino	diferenciada	especial	2017/1
ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	CRI	UAB	30	1	Noturno	eventual	expansão	2017/2
	FLN	próprio	40	6	Noturno	eventual	expansão	2017/1
ESPEC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CERFEAD	UAB	250	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
ESPEC GESTÃO AMBIENTAL	GAS	UAB	40	1	Noturno	bianual	expansão	2017/2
ESPEC GESTÃO EM SAÚDE - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	FLN	próprio	100	1	Noturno	diferenciada	expansão	2017/2
		UAB	280	1	Noturno	diferenciada	novo	2017/2
ESPEC GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	CDR	UAB	315	1	Noturno	eventual	novo	2017/2
ESPEC GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	CERFEAD	UAB	400	1	Vespertino	eventual	especial	2017/2
	FLN	UAB	240	1	Noturno	eventual	expansão	2017/2
	GAS	UAB	40	1	Noturno	bianual	corrente	2017/1
ESPEC GESTÃO PÚBLICA PARA A EPT	CERFEAD	próprio	40	5	Vespertino	anual	corrente	2017/1
ESPEC MÍDIAS NA EDUCAÇÃO	FLN	UAB	290	1	Noturno	diferenciada	novo	2017/1

Nome do Curso	Câmpus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	N. Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre Início
ESPEC TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	GAS	UAB	40	1	Noturno	bianual	novo	2017/2
	CERFEAD	próprio	50	3	Vespertino	anual	novo	2018/1

Tabela 4.38: Oferta de Cursos de Especialização a distância.

4.5 GLOSSÁRIO

Este glossário tem como referência os Anuários Estatísticos da PROEN/IFSC, desenvolvidos pela Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas, e as definições acordadas pela Comissão Temática do POCV (na versão original de 2014) e pela Comissão Central de Revisão do POCV (na revisão de 2017) para elaboração da planilha de registro das informações.

Aluno-Equivalente (AEq). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o conceito Aluno-Equivalente, definido na Portaria MEC nº 818/2015, é calculado a partir do produto do Aluno Matriculado (AMat) pelo Fator de Equiparação de Carga Horária de curso (FECH) e pelo Fator de Esforço de Curso (FEC), ou seja: $AEq = Amat * FECH * FEC$. Neste Plano, o total anual de Alunos-Equivalentes é a soma dos Alunos-Equivalentes do primeiro semestre do ano considerado e das Vagas de Ingresso Equivalentes oferecidas no segundo semestre.

Aluno Matriculado (AMat). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, define-se o por Aluno Matriculado em um dado período o aluno com a situação “Em curso” no SISTEC em pelo menos um dia no período considerado e que não esteja retido por tempo maior do que a duração do seu ciclo. Neste documento, utilizou-se o conceito definido como Matrículas Previstas como aproximação ao conceito de Aluno Matriculado da portaria 25.

Capacidade de Matrículas (CMat). Em relação a um curso, é o número de vagas de ingresso multiplicado pelo número de fases simultaneamente oferecidas, desconsideradas turmas especiais e pendências. A capacidade seria equivalente ao número de alunos que um curso teria se todas as suas vagas de ingresso fossem preenchidas e não houvesse evasão até o início da última fase. Quando referente ao período de um ano letivo, a Capacidade total anual é a soma da capacidade de matrículas do primeiro semestre e do número de vagas de ingresso do segundo semestre. É o indicador usado neste documento como aproximação do número de Ingressantes Acumulados, previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC.



Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq). Indicador usado neste documento como aproximação do número de Ingressantes Acumulados Equivalente, previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC, utilizando-se fórmula análoga de cálculo, ou seja: $CAEq = Cmat * FECH * FEC$. A Capacidade de Alunos Equivalentes de um ano letivo é dada pela soma da Capacidade de Alunos Equivalentes do primeiro semestre e o número de Vagas de Ingresso Equivalentes (Veq) do segundo semestre.

Carga Horária Mínima Regulamentada. Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é:

- a) para cursos técnicos subsequentes e concomitantes, definida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- b) para cursos técnicos integrados ao ensino médio, 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais indicadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, seja de 800, 1.000 ou 1.200 horas;
- c) para cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA, 2.400 horas;
- d) para cursos superiores de tecnologia, definida no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- e) para cursos de graduação, definida nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação;
- f) para cursos de especialização, igual a 360 horas;
- g) para cursos de mestrado, igual a 360 horas;
- h) para cursos de doutorado, igual a 460 horas

Custeio. Diz respeito à forma como a maior parte dos gastos referentes ao curso são financiados, fundamentalmente quanto ao quadro de pessoal. Pode ser de dois tipos:

- **próprio:** cursos em que a carga horária prevista nos Planos Pedagógicos de Cursos é distribuída nos Planos de Atividades Docentes dos professores do quadro do IFSC;
- **externo:** cursos financiados – total ou parcialmente – por programas como Bolsa-Formação (Pronatec), e-Tec e UAB , ou quando um parceiro externo é responsável pela contratação dos professores;

Observação: não se aplica a classificação “parceria” a cursos em que a instituição

parceira é responsável por ministrar a formação geral e o IFSC a específica, mas nesse caso a carga horária de responsabilidade do parceiro não é computada para fins de dimensionamento do quadro de professores do IFSC.

Distribuição da oferta. Percentuais apresentados na legislação que orientam a atuação do Instituto. A Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 8º, estabelece que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir: o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e, o mínimo de 20% de suas vagas para ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O Decreto nº 5.840/2006, por sua vez, dispõe no parágrafo 1º do artigo 2º que no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição sejam disponibilizadas para cursos do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Eixo tecnológico. É a categorização da oferta dos cursos de acordo com a futura área de atuação do egresso. Para este documento, os cursos foram associados a eixos tecnológicos com base em:

- Cursos FIC: usou-se o Guia Pronatec de Cursos FIC.
- Cursos Técnicos: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Cursos Superiores de Tecnologia: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
- Demais cursos: não se fez correspondência a eixos tecnológicos, utilizando-se “não se aplica” para registro do respectivo campo de informação nas planilhas preenchidas pelos câmpus.

Expansão. Cursos a serem ofertados caso haja viabilidade de ampliação de infraestrutura e quadro de pessoal durante a vigência do PDI, à medida que sejam redistribuídos ao IFSC novas vagas de docentes e servidores técnico-administrativos e/ou que haja recursos suficientes para a expansão de infraestrutura para além do previsto no Capítulo

6 – Plano Diretor de Infraestrutura Física. Cursos nessa situação não contabilizam carga horária para fins de dimensionamento do quadro de docentes.

Fator de Equiparação de Carga Horária de curso (FECH). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o FECH para cada curso, excetuando os cursos FIC, é calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso e a sua duração em anos, prevista no projeto pedagógico, considerada a carga horária de referência de 800 horas anuais, ou seja:

$FECH = \text{carga horária mínima regulamentada} / (\text{duração do curso em anos} * 800 \text{ horas}).$

Para cursos FIC, o FECH é calculado pela razão entre a carga horária nominal do curso em seu Projeto Pedagógico e a carga horária padrão de 800 horas anuais.

Fator de Equiparação de Nível de Curso (FENC). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é um fator usado para a equiparar os alunos matriculados em cursos de níveis distintos e, assim, unificar o cálculo da Relação Aluno por Professor e/ou Relação Estudante por Professor, previstas nas estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014. A Portaria 25 define os seguintes valores para o FEC:

- Cursos FIC e Técnicos: 20/20
- Cursos de Graduação: 20/18
- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: 20/12 pela Capacidade total anual de alunos equivalentes
- Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: 20/8

Fator de Esforço de Curso (FEC). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é o ajuste da carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas com redução do número de alunos em decorrência da subdivisão da turma. É sempre um valor igual ou superior a 1 (exemplo: um FEC de 1,27 significa que o Aluno-Equivalente do curso considerado vale 27% mais do que um Aluno Matriculado). O valor do FEC de cada curso consta do Anexo I da Portaria 25.

Ingressantes acumulados (IA). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, são calculados pelo somatório dos ingressantes de todos os ciclos de matrícula com data de

término prevista não expirada. Neste documento, utiliza-se o conceito de Capacidade como aproximação do número de Ingressantes Acumulados, uma vez que: 1) presume-se que, em até 5 anos, o número de vagas de ingresso não preenchidas será desprezível; 2) a ferramenta empregada para a elaboração do planejamento dos câmpus se tornaria muito complexa se tivesse de considerar ciclos de matrícula.

Ingressantes acumulados equivalentes (IAEq). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, são calculados a partir do produto do número de Ingressantes Acumulados pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso, ou seja: $IAEq = IA * FECH * FEC$.

Matrículas previstas. Estimativa do número médio de alunos, por turma, matriculados em cada fase de um curso. Para a primeira fase do curso, é igual ao número de vagas. Nas fases seguintes, é uma estimativa baseada no histórico do curso ou na meta desejada, de forma a obter-se uma projeção realista da relação aluno-professor (RAP). Considera-se como matriculado o aluno que frequentou pelo menos um dia as aulas no semestre de referência, incluindo ingressantes, trancados, desistentes, cancelados, formados e integralizados. A projeção deve levar em conta que o cálculo de Aluno Equivalente pelo MEC não considera os alunos que estão em situação de retenção por mais tempo que o período regular de integralização do curso. Quando a referência é o ano em vez do semestre, o número total de matrículas previstas (ou Alunos Matriculados) de um curso equivale à soma das matrículas previstas em todas as fases oferecidas primeiro semestre letivo mais o número de vagas oferecidas no segundo.

Modalidade. Refere-se à modalidade da oferta, ou seja, a forma de desenvolvimento do curso quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas, podendo ser presencial ou a distância.

Professores em tempo integral. Utilizado para o cálculo da Relação Aluno-Professor, o somatório de Professor Tempo Integral considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais ou de Dedicção Exclusiva e com peso igual a 0,5 aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais.

Regime Pleno. Período no qual todos os cursos “correntes” ou “novos” estarão implantados, ou seja, com todas as suas fases já tendo sido ofertadas pelo menos uma vez, periodicamente, e em funcionamento, bem como com todos os cursos “em extinção” não tendo mais turmas em período regular.

Relação Aluno-Professor (RAP). Simplificadamente, a RAP é o resultado da divisão do número de alunos pelo número de professores do grupo considerado (curso, câmpus, Instituto, etc.). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, a RAP é divisão, pelo número de Professores Efetivos em Tempo Integral, do somatório de alunos-equivalentes multiplicados pelos respectivos Fator de Equiparação de Nível de Curso (FENC). O cálculo da RAP não computa alunos de cursos cujo custeio não seja classificado como “próprio”, nem aqueles cuja situação é “expansão”. Neste documento, calcula-se a RAP de duas formas, conforme o indicador adotado como “aluno”:

- Relação Matrículas-Professor (RAPm): é o cálculo mais aproximado possível da definição da Portaria 25, usando-se Aluno-Equivalente (AEq).
- Relação Capacidade-Professor (RAPc): utiliza a Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq) no lugar do Aluno-Equivalente.

Relação Capacidade-Professor (RAPc). Ver Relação Aluno-Professor.

Relação Matrículas-Professor (RAPm). Ver Relação Aluno-Professor.

Situação do curso. Classificação dos cursos quanto à abertura de vagas. Curso **corrente** é aquele que já é ofertado, podendo estar em regime pleno ou ainda em implantação. Curso em **extinção** é um curso atualmente oferecido, mas que já está ou entrará em processo de extinção, sem abertura de vagas novas durante o período de vigência do PDI. Cursos com previsão de início de implantação durante a vigência do PDI podem ser classificados como **novo** (quando será periodicamente oferecido), **eventual** (quanto a oferta não for periódica) ou de oferta **única** (quando a oferta for pontual, para atendimento de demanda específica). Cursos categorizados como **expansão** são aqueles que o câmpus pretende oferecer, mas cuja implantação é dependente de ampliação de quadro de servidores para além do previsto nesse PDI, de condições de infraestrutura, do

estabelecimento de parcerias externas ou de aprovação em programas como UAB, e-Tec e Bolsa-Formação/Pronatec.

Tipo de curso. Forma de categorização transversal que diferencia os cursos da EPCT em seus diversos níveis e graus. Neste documento, as seguintes categorias são utilizadas: Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico, Curso Superior de Tecnologia (CST), Licenciatura, Bacharelado, Especialização (*Lato Sensu*) e Mestrado Profissional.

Tipo de oferta. Forma de categorização transversal que diferencia as formas de oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Neste documento, são empregadas as categorias Integrado (INT), Concomitante (CON) e Subsequente (SUB) para a oferta de cursos técnicos. Cursos do Proeja, de nível médio ou fundamental são classificados em concomitantes (EJA-CON) quando a formação geral é de responsabilidade de instituição parceira ou integrados (EJA-INT) quando os professores do IFSC ministram todas as unidades curriculares do projeto de curso. Para os cursos FIC que não fazem parte do Proeja e para os demais tipos de curso, não se aplica a categorização de tipo de oferta neste documento.

Vagas de ingresso (VIng). Considera-se o número de vagas de ingresso que serão efetivamente ofertadas em cada curso, no semestre ou ano de referência. O total anual de vagas de ingresso é obtido pela soma das vagas de ingresso oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano de referência.

Vagas de ingresso equivalentes (VEq). É a soma das vagas de ingresso equalizadas pela carga horária semestral oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano considerado. O total anual de vagas de ingresso equivalentes é obtido pela soma das vagas de ingresso equivalentes oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano de referência.

CAPÍTULO 4.....	1
PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS.....	1
4.1 OFERTA TOTAL DO IFSC.....	3
4.2 INDICADORES ESTRATIFICADOS POR CÂMPUS.....	18
4.3 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS PRESENCIAIS.....	25
4.3.1 Cursos Técnicos.....	25
4.3.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST).....	29
4.3.3 Bacharelados.....	30
4.3.4 Licenciaturas.....	30
4.3.5 Especializações.....	31
4.3.6 Mestrados.....	32
4.4 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	33
4.4.1 Cursos FIC.....	33
4.4.2 Cursos técnicos.....	35
4.4.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST).....	35
4.4.4 Licenciaturas.....	35
4.4.5 Especializações.....	36
4.5 GLOSSÁRIO.....	38
Tabela 4.1: Indicadores da Oferta Total Geral do IFSC.....	4
Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC.....	5
Tabela 4.3: Distribuição da oferta de custeio próprio, medida pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).....	6
Tabela 4.4: Oferta de vagas dos cursos do Proeja de custeio próprio, medida pelo total anual de Vagas de Ingresso (VIng) e pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq).....	7
Tabela 4.5: Distribuição da Oferta de custeio próprio por nível de ensino, medida pela Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq).....	7
Tabela 4.6: Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio, com detalhamento do total anual de Alunos-Equivalentes (AEq) por nível de ensino.....	8
Tabela 4.7: Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio, com detalhamento da Capacidade total anual de Alunos-Equivalentes (CAEq) por nível de ensino.....	9



Tabela 4.8: Totais anuais de vagas de ingresso (VIng) da oferta de custeio próprio, por tipo de curso.....	10
Tabela 4.9: Número de cursos da oferta de custeio próprio, com detalhamento por tipo de curso.....	10
Tabela 4.10: Capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq), com detalhamento por tipo de curso.....	10
Tabela 4.11: Número de cursos em extinção e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).....	11
Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng).....	11
Tabela 4.13: número de cursos da oferta de custeio próprio, conforme situação de curso.	12
Tabela 4.14: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico.....	13
Tabela 4.15: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Técnicos, por Eixo Tecnológico.....	13
Tabela 4.16: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Superiores de Tecnologia, por Eixo Tecnológico.....	14
Tabela 4.17: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Bacharelado, por nome de curso.....	14
Tabela 4.18: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Licenciatura, por nome de curso.....	14
Tabela 4.19: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Especialização, por nome de curso.....	16
Tabela 4.20: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Mestrado Profissional, por nome de curso.....	16
Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.....	17
Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus.....	18
Tabela 4.23: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2017 e 2021 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.....	20
Tabela 4.24: Alunos-Equivalentes (AEq) e Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.....	21



Tabela 4.25: Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq) e Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus.....	22
Tabela 4.26: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por tipo de curso.....	23
Tabela 4.27: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.....	24
Tabela 4.28: Cronograma de abertura de Cursos Técnicos.....	28
Tabela 4.29: Cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia.....	29
Tabela 4.30: Cronograma de abertura dos Bacharelados.....	30
Tabela 4.31: Cronograma de abertura das Licenciaturas.....	30
Tabela 4.32: Cronograma de abertura dos Cursos de Especialização (pós-graduação lato sensu).....	32
Tabela 4.33: Cronograma de abertura dos Cursos de Mestrado Profissional.....	33
Tabela 4.34: Oferta de Cursos FIC a distância.....	36
Tabela 4.35: Oferta de Cursos Técnicos a distância.....	36
Tabela 4.36: Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia a distância.....	36
Tabela 4.37: Oferta de Cursos de Licenciatura a distância.....	37
Tabela 4.38: Oferta de Cursos de Especialização a distância.....	38



CAPÍTULO 5.....	1
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	1
5.1 INOVAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS.....	1

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

A organização didático pedagógica do IFSC é apresentada em um documento que regula toda a atividade acadêmica do Instituto, desde a inscrição nos processos seletivos até a emissão de certificados e diplomas: o Regulamento Didático Pedagógico (RDP). Fundamentado nas leis e demais normas do sistema federal de ensino, o RDP mantém estrita consonância com a missão do IFSC e com toda sua estrutura de planejamento, administrativa, de ensino, pesquisa e extensão.

O RDP considera as características do IFSC, bem como as atuais normas e os avanços que o Instituto vem incorporando aos seus processos educativos. O processo de elaboração do atual RDP foi mais um exercício da democracia do IFSC, com ampla consulta à comunidade, apreciação pelo Cepe e aprovação pelo Consup.

Várias questões que refletem os avanços do Instituto estão presentes no RDP, agilizando e simplificando processos, definindo instâncias recursais e garantindo a identidade institucional do IFSC, preceitos de sua lei de criação. Com os demais instrumentos normativos em construção ou atualização, o IFSC garante sua identidade institucional na diversidade de práticas e ofertas por todos os seus câmpus.

A expansão do IFSC trouxe a ampliação das ofertas, desde cursos de formação inicial e continuada até a pós-graduação *stricto sensu*. Com essa nova realidade, a necessidade de harmonização de cursos e procedimentos educativos é premente, razão pela qual se decidiu rever o marco normativo da instituição, padrão para legitimar a democracia pela participação de todos os segmentos, bem como garantir regra única para todo o Instituto.

5.1 INOVAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS

O IFSC incorporará aos seus processos educativos, nos próximos anos, as seguintes inovações:

Harmonização de currículos, uma das expressões de identidade da instituição: um

mesmo curso ofertado em diferentes câmpus terá o mesmo projeto pedagógico; peculiaridades locais serão respeitadas, mas o perfil de formação deverá ser o mesmo.

Estímulo à inserção de vinte por cento da carga horária de todos os cursos em atividades não presenciais: uma forma de incorporar novas tecnologias e novas práticas pedagógicas à educação. Com apoio do Cerfead, é uma prática que poderá em breve ser realidade em nossos cursos.

Permanência e êxito: um desafio constante na educação no que se refere a currículos, integralização, racionalização de cargas horárias, horários noturnos diferenciados, monitoria no ensino técnico, aprovação e reprovação por análise conjunta do corpo docente, validação de componentes curriculares e planos especiais de estudos. O IFSC deverá incrementar seus índices no que se refere às questões acadêmicas, com inovações curriculares e normativas.

Sistema de ingresso nos cursos técnicos: além dos exames **de classificação, sorteio público e** da análise socioeconômica, a instituição deverá utilizar a certificação de competências e a validação de saberes para proporcionar o ingresso em seus cursos técnicos. ~~A fim de incluir mais pessoas em vulnerabilidade social, a participação em programas como o Mulheres Mil, por exemplo, deve ser um meio para ingresso nos cursos técnicos do IFSC.~~

Dez por cento da carga horária de cursos técnicos e superiores para atividades de extensão, conforme o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Esta é uma ação de incentivo para que a formação cidadã vá além das atividades acadêmicas.

Construção da política e regulamento de estágio, na concepção do estágio como prática educativa supervisionada, segundo a Lei nº 11.788/2008, que reconceitua o estágio como parte da formação profissional. Uma política e seu respectivo regulamento deverá sintonizar o estágio com a missão do IFSC.

Nova abordagem do processo de ensino-aprendizagem: nossa organização didática passa a avaliar os alunos e docentes de forma coerente com os propósitos da Lei nº 10.861/2004, subsidiando o planejamento de acordo com análises mais fundamentadas e de forma mais abrangente.

Oferta de cursos de forma dual: os alunos terão parte do curso ofertado diretamente no ambiente de trabalho de uma empresa ou instituição cuja atividade-fim esteja relacionada à formação, incluindo a possibilidade de que trabalhadores da empresa com qualificação possam ministrar aulas aos nossos alunos.

Oferta de cursos técnicos ou superiores em alternância: os alunos utilizarão o tempo de trabalho como parte da carga horária regular do curso quando a atividade estiver diretamente associada à formação. Por meio de atividades orientadas e acompanhadas pelo corpo docente, os alunos serão estimulados a aplicar as competências desenvolvidas em aula nas suas atividades profissionais, bem como trazer do mundo do trabalho os desafios para serem discutidos em sala de aula. É a práxis do trabalho como princípio educativo.

Consolidação do Proeja como oferta educativa regular: utilizar as diversas formas de oferta e metodologias inovadoras para implementar dez por cento das matrículas dos câmpus em Proeja, oferta em alternância, validação de saberes escolares, da vida e do trabalho como parte do processo formativo ou de ingresso.

Aprimoramento da certificação de saberes: por meio de portfólios individuais, qualificar cidadãos para a certificação de saberes associados ao mundo do trabalho. Esse processo implica na construção de procedimentos e normas específicas para elaboração do processo de avaliação e validação de saberes.

CAPÍTULO 6.....	1
PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	1
6.1 SITUAÇÃO.....	1
6.1.1 Bibliotecas.....	1
6.1.2 Espaços físicos.....	4
Geral.....	4
Laboratórios.....	4
Câmpus Araranguá.....	4
Câmpus Caçador.....	5
Câmpus Canoinhas.....	5
Câmpus Chapecó.....	6
Câmpus Criciúma.....	6
Câmpus Florianópolis-Continente.....	6
Câmpus Garopaba.....	6
Câmpus Gaspar.....	7
Câmpus Geraldo Werninghaus.....	7
Câmpus Florianópolis.....	8
Câmpus Itajaí.....	9
Câmpus Jaraguá do Sul.....	9

Câmpus Joinville.....	9
Câmpus Lages.....	10
Câmpus Palhoça-Bilíngue.....	10
Câmpus São Carlos.....	10
Câmpus São José.....	11
Câmpus São Miguel do Oeste.....	11
Câmpus Urupema.....	11
Câmpus Xanxerê.....	11
6.1.3 Acessibilidade.....	12
6.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	16
6.2.1 Diretrizes para as bibliotecas.....	18
6.2.2 Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus.....	18
6.2.3 Diretrizes para a acessibilidade.....	20
6.3 IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	22
Câmpus Araranguá.....	23
Câmpus Caçador.....	24
Câmpus Canoinhas.....	24
Câmpus Chapecó.....	25
Câmpus Criciúma.....	25
Câmpus Florianópolis.....	25

Câmpus Florianópolis-Continente.....	29
Câmpus Garopaba.....	29
Câmpus Gaspar.....	30
Câmpus Itajaí.....	30
Câmpus Geraldo Werninghaus.....	31
Câmpus Jaraguá do Sul.....	31
Câmpus Joinville.....	32
Câmpus Lages.....	32
Câmpus Palhoça Bilíngue.....	32
Câmpus São Carlos.....	33
Câmpus São José.....	33
Câmpus São Lourenço do Oeste.....	33
Câmpus São Miguel do Oeste.....	33
Câmpus Urupema.....	34
Câmpus Xanxerê.....	34
Câmpus Tubarão.....	35
ANEXO I – Levantamento dos espaços físicos do IFSC.....	36

CAPÍTULO 6

PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

Este capítulo tem relação direta com o objetivo estratégico P11: Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas. Uma das prioridades do IFSC para os próximos cinco anos é gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.

São tratadas neste Plano questões relativas às bibliotecas, aos espaços físicos e à acessibilidade. Em primeiro lugar é apresentada a situação atual do IFSC em relação a estes três pontos:

- bibliotecas: sistema de bibliotecas, documentos norteadores, informatização do acervo, quantitativos do acervo, acesso a bases de dados, quadro atual de servidores;
- espaços físicos: levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho Espaço Físico e relação de laboratórios de cada um dos câmpus, especificando o número de postos de trabalho de cada um deles;
- acessibilidade: resultado da aplicação de *check-list* para averiguar a situação atual do Instituto em relação à acessibilidade espacial.

A segunda parte do plano apresenta diretrizes para a ampliação e a adequação da infraestrutura física, bem como diretrizes relacionadas às bibliotecas, de forma a prepará-las para atender à comunidade escolar. Neste item são apresentadas ainda as diretrizes de acessibilidade que devem ser consideradas quando da ampliação e adequação da infraestrutura física.

Por fim, é apresentada uma relação de obras que estão previstas para os próximos cinco anos, em consonância com a prospecção de ofertas do Instituto.

6.1 SITUAÇÃO

6.1.1 Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC), formalizado pela Resolução

Cepe/IFSC nº 165, de 25 de outubro de 2011, tem por objetivo coordenar a política biblioteconômica institucional, promovendo o desenvolvimento do conjunto de Bibliotecas do IFSC. O SiBI/IFSC é composto por 19 bibliotecas distribuídas nos diversos câmpus da instituição, a saber: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça-Bilíngue, São José, São Miguel do Oeste, Urupema e Xanxerê. Para dinamizar suas ações, desde 2013 o SiBI/IFSC é gerido por uma Coordenação Sistêmica em articulação com representações regionais, a saber: Grande Florianópolis, Planalto Serrano e Sul, Oeste, Norte e Vale do Itajaí. Nos próximos anos, o SiBI/IFSC formalizará seus procedimentos junto ao Consup, fortalecendo a atuação das bibliotecas do sistema.

Os documentos institucionais norteadores das ações do SiBI/IFSC são:

- Resolução Cepe/IFSC nº 165/2011 – Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina;
- Resolução Cepe/IFSC nº 037/2012 – Regulamenta as normas para empréstimo de material bibliográfico aos usuários do SiBI/IFSC;
- Resolução nº 09/2012/CS – Aprova cobrança de multas no Sistema de Bibliotecas do IFSC.

O sistema de gestão de biblioteca utilizado é o SophiA, que oportuniza a consulta on-line de todo o acervo. Até dezembro de 2016, o SiBI/IFSC contava com acervo bibliográfico de 42.821 títulos, com 148.417 exemplares, e 307 títulos de periódicos, com 6.270 exemplares. Em 2016, o SiBI/IFSC realizou 142.190 empréstimos domiciliares. O IFSC tem acesso à coleção on-line de periódicos disponibilizada pela Capes no Portal de Periódicos Capes. No mesmo formato (on-line), as Bibliotecas do SiBI/IFSC disponibilizam acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para seus usuários. As Bibliotecas do SiBI/IFSC têm um quadro de 62 servidores, dentre eles 29 bibliotecários, um arquivista e 19 auxiliares de biblioteca. Os horários de funcionamento das bibliotecas são organizados de forma a atender os turnos de funcionamento de cada um dos câmpus. O Quadro 6.1 apresenta os dados referentes a espaço físico, acervo e empréstimos realizados.

CÂMPUS	ESTRUTURA			ACERVO								SERVIÇOS	
	Horário de atendimento	Área (m ²)		Títulos		Exemplares		Títulos de Periódicos		Exemplares de Periódicos*		Empréstimos Domiciliares	
		2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016 ²
ARU	07h30min às 22h	103	153	1.940	2.934	5.738	7.568	100	71	884	633	7.163	5.192
CDR	07h30min às 22h30min	25	120	704	1.149	1.831	2.640	23	23	230	250	345	512
CAN	08h às 22h	330	330	750	1.175	3.400	4.226	15	18		197	2.610	2.478
CCO	08h às 21h30min	145	147	3.069	3.636	7.374	8.827	28	32	264	265	6.285	3.686
CRI	07h45min às 22h	378	378	2.339	2.918	4.140	6.423	16	62	796	1.202	3.981	4.211
FLN	07h30min às 22h30min**	864	864	13.047	14.818	33.730	41.710	252	252	4.566	4.566	22.300	22.846
CTE	07h40min às 21h	50	222	2.011	2.722	5.385	7.815	54	26	734	110	6.481	5.325
GPB	9h às 21h	29	234	511	990	1.179	1.975	15	15	386	347	644	1.165
GAS	08h às 22h	277	277	2.542	2.989	3.353	7.086	39	39	309	354	3.096	3.091
ITJ	07h30min às 22h	65	324	1.144	1.738	2.442	3.712	23	25	230	320	532	1.377
JAR	08h às 22h	250	259	3.187	3.953	5.888	7.551	17	21	175	247	6.865	4.652
JGW	08h às 22h	100	100	879	1.515	2.642	4.304	11	13	166	111	3.166	3.699
JLE	08h às 22h	66	66	3.262	3.972	7.226	8.878	252	19	5.006	252	7.365	4.431
LGS	07h30min às 22h30min	306	306	1.046	2.307	2.393	4.898	20	20	136	136	2.775	2.093
PHB	09h às 21h	324	324	444	1.339	1.437	3.546	8	34	32	235	479	845
SCA	13h às 17h15min e 18h30min às 22h15min	0	45	0	681	0	2.252	0	0	0	0	0	313
SJE	07h30min às 21h	210	258	5.601	5.835	10.067	11.112	28	30	776	933	7.054	4.718
SMO	08h às 22h	320	277	1.165	2.330	2.273	5.160	33	38	353	530	1.535	2.446
TUB	13h às 17h e 18h às 21h	0	100	0	228	0	675	0	0	0	0	0	253
URP	13h30min às 17h30min e 18h30min às 22h30min	22	22	620	795	1.036	1.803	30	30	293	293	21	284
XXE	09h às 21h***	57	61	341	1.093	1.615	3.414	27	31	337	401	1.206	1.119
Total do SiBI/IFSC		3921	4867	44.602	59.117	103.149	145.575	991	799	15.673	11.382	83.903	74.736

Quadro 6.1 Estrutura e acervo das bibliotecas do IFSC.¹

Fonte: Coordenadoria de Bibliotecas

¹ * As bibliotecas do SiBI/IFSC disponibilizam para seus usuários acesso ao Portal Capes e a ABNT Coleção. * As bibliotecas do SiBI/IFSC disponibilizam para seus usuários acesso ao Portal Capes e a ABNT Coleção. ** A Biblioteca do Câmpus Florianópolis/Dr. Hercílio Luz é a única que oferece atendimento aos sábados (8h às 12h). *** A Biblioteca do Câmpus Xanxerê tem horário de atendimento especial nas Terças e Quintas: 08h às 12h e 13h às 22h30min. ¹ Dados até 31/07/2016 ² Empréstimos realizados de Janeiro a Julho/2016

6.1.2 Espaços físicos

Este item apresenta os espaços físicos dos câmpus do IFSC. Ele está subdividido em duas partes: espaços físicos (ambientes) gerais e laboratórios.

Geral

Os dados relativos aos espaços físicos de forma geral foram coletados por um grupo de trabalho entre os meses de maio e outubro de 2013 e atualizados em maio de 2014, com os objetivos de elaborar uma proposta de modelo de referência de espaço físico para os câmpus, realizar um diagnóstico da estrutura física atual dos câmpus e elencar prioridades de infraestrutura.

Para melhor organização do documento, o quadro com o levantamento de ambientes é apresentado no Anexo I. As atualizações das informações estarão disponíveis no sítio do PDI na intranet.

Laboratórios

A situação dos laboratórios do IFSC em maio de 2014 é apresentada nos quadros a seguir por câmpus, detalhando a quantidade de laboratórios e de postos de trabalho de cada um. As atualizações das informações estarão disponíveis no sítio do PDI na intranet.

Câmpus Araranguá

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Física	2	36
Química	1	36
Biologia	1	36
Práticas de ensino	2	24
Estamparia	1	10
Costura	2	18
Computação gráfica	1	24
Mecânica	1	10
Malharia	1	10
Fios	1	10
Modelagem	2	18

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Fotografia	1	18
Eletrônica	1	16
Usinagem CNC	1	16
Acionamentos elétricos	1	16
Soldagem	1	16
Automação	1	16
Instalações elétricas	1	16
Pneumática	1	16
Desenho assistido por computador	1	32
Usinagem convencional	1	16

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Caçador

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Conformação e ajustagem	1	18
Soldagem	1	18
Instalações elétricas	1	18
Máquinas elétricas	1	18
Acionamentos	1	18
Automação e controle de processos de produção	1	18

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrônica Analógica	1	18
Física	1	18
Química	1	18
Informática	1	36
Redes de Computadores	1	18
Eletrônica Digital	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Canoinhas

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Hardware e redes	1	20
Informática 12 e 15	2	20
Informática 13 e 14	2	30
Desenho	1	20
Práticas construtivas	1	20
Materiais	1	20
Geotecnia e mecânica de solos	1	20
Processamento de carnes e vegetais	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	20
Análises químicas	1	20
Análise de alimentos	1	20
Ciências da natureza	1	20
Produção vegetal	1	20
Área de produção vegetal	1	60
Processamento de laticínios e panificação	1	20
Atividades práticas e técnicas diversas	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Chapecó

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Usinagem	1	24
CNC	1	20
Automação	1	16
Soldagem	1	23
Materiais	1	20
Controle	1	16
Solid Works	1	22
Informática 1	1	36
Informática 2	1	16
Informática 3	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Conformação e ajustagem mecânica	1	22
Sistemas hidráulicos e pneumáticos	1	20
Medidas	1	16
Robótica	1	8
Instalações elétricas	1	20
Máquinas elétricas	1	15
Comandos elétricos	1	15
Eletrônica analógica	1	18
Eletrônica digital	1	18
Ciências	1	25

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Criciúma

Informática C 119	1	21
Informática C 120	1	25
Informática C 121	1	40
Videoconferência	1	40
Desenho B213 e B214	2	20
Desenho B216	1	40
Biologia	1	20
Química	1	20
Física	1	20
Matemática	1	20
Robótica	1	18

CLP	1	20
Controle e máquinas especiais	1	20
Automação da manufatura	1	18
Eletrônica e medidas	1	20
Hidráulica e pneumática	1	20
Topografia	1	20
Canteiro de obras	1	20
Solos e materiais	1	20
Instalações elétricas e prediais	1	10
Comandos industriais	1	18
Mecânica	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis-Continente

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	1	24
Reservas e idiomas	1	20
Videoconferência	1	40
Restaurante escola	1	44
Produção de alimentos	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Panificação	1	20
Confeitaria	1	20
Bebidas	1	25
Habilidades Básicas de Cozinha	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Garopaba

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biologia molecular e genética	1	30
Cultura de células	1	30
Bioquímica/química	1	20
Biologia celular/histologia	1	30
Parasitologia	1	30
Sala de esterilização	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Hospedagem/recepção	1	30
Ecologia	1	30
Bebidas (em análise)	1	30
Produção de alimentos (em análise)	1	30
Informática	5	25
Línguas/reservas	1	30

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Gaspar

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Gestão e negócios	1	40
Informação e comunicação	4	40
Modelagem	2	20
Costura	1	40
Máquinas de costura	1	24
Estamparia	1	25
Corte	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	40
Ambiental	1	40
Química orgânica	1	20
Química inorgânica	1	20
Físico-química	1	20
Química geral	1	20
Física	1	40

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Geraldo Werninghaus

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Metrologia	1	36
Hidráulica e pneumática	1	24
Máquinas operatrizes	1	28
Soldagem	1	20
Automação	1	20
Eletrotécnica	1	24
Acionamentos	1	12
Instalações elétricas	1	16
Máquinas elétricas	1	12

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletricidade	1	24
Projetos elétricos	1	24
Eletrônica	1	18
Informática	2	36
CNC	1	8
Programação CNC	1	25
Manutenção e conformação	1	20
Ensaio de materiais	1	15

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrônica digital	1	18
Eletrônica industrial	1	18
Pesquisa e desenvolvimento	1	18
Eficiência energética	1	36
Sistemas de potência	1	36
Circuitos elétricos	1	36
Eletromagnetismo	1	36
Recursos multimídias	1	40
Instalações elétricas	1	18
Comandos industriais	1	18
Máquinas elétricas	1	18
Manutenção eletromecânica	1	18
Medidas elétricas	1	18
Radiologia	1	26
Anatomia	1	26
Química geral	1	24
Redes de computadores	1	25
Processamento digital de sinais	1	20
Gestão em TI	1	30
Banco de dados	1	25
Tic	1	25
Processamento eletrônico de energia	1	15
Lógica discreta	2	20
Eletrônica digital	1	20
Eletrônica de potência	1	20
Microprocessadores	1	20
Sistemas em TI	1	25
Instrumentação eletrônica	1	20
Sistemas informatizados	1	25
Sistemas computacionais	1	25
Planejamento e orçamento	1	12
Pesquisa e desenvolvimento em eletrônica	1	15
Máquinas operatrizes	1	60
Automação da manufatura	1	15
Materiais	1	15
Manutenção mecânica	1	15
Física	1	24

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Metrologia	1	15
Soldagem	1	15
Simulação e instrumentação virtual	1	36
Controle e sistemas embarcados	1	18
Informática industrial	1	18
Acionamentos	1	18
Eletrônica geral	1	18
Simulação e computação	1	18
Criação	2	18
Modelagem	2	18
Fotografia	1	18
Computação gráfica	2	18
Desenvolvimento de produto	1	18
Biologia	1	24
Semiotécnica e suporte básico à vida	1	26
Imagem e oralidade	1	24
Texto – português	1	24
Arquitetura de computadores e sistemas operacionais	1	25
Matemática	1	38
Informática	1	38
Solos e tecnologia dos materiais	1	20
Técnicas construtivas (canteiro de obras)	1	20
Automação (instalação elétrica)	1	20
Instalação hidrossanitária	1	15
Automação topográfica	1	10
Geoprocessamento	1	15
Projetos	1	20
Desenho assistido por computador 1 e 2	2	10
Desenho assistido por computador 3	1	12
Desenho assistido por computador 4	1	15
Desenho assistido por computador 5	1	20
Automação de sistemas hidráulicos e pneumáticos	1	20
Físico-química	1	15
Bacteriologia	1	15
Ecotoxicologia	1	15
Educação ambiental	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Itajaí

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Circuitos elétricos	1	12
Instalações elétricas	1	20
Eletrônica	1	20
Automação	1	12
Máquinas elétricas	1	16
Projetos	1	10

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Pesquisa e monitoramento de algas nocivas e ficotoxinas	1	10
Cultivo de organismos aquáticos	1	15
Análises multidisciplinares	1	15
Agregação de valor ao pescado	1	15
Informática	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Jaraguá do Sul

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Desenho assistido	1	35
Malharia	1	35
Costura	1	35
Modelagem e corte	1	35
Beneficiamento	1	35
Estamparia	1	35
Desenvolvimento têxtil	1	35
Multiúso – desfile – eventos	1	80

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Manutenção de máquina de costura	1	35
Moulage e desenvolvimento de moda	1	35
Fotográfico e preparação de modelos	1	35
Controle de qualidade de fios e tecidos	1	35
Gravação de quadros	1	35
Biologia	1	35
Almoxarifado	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Joinville

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	2	24
Informática	2	40
Robótica	1	20
Eletrônica analógica	1	36
Instalações elétricas prediais	1	36
Automação	1	36
Soldagem	1	20
Fabricação mecânica (Usinagem e CNC)	1	52
Metrologia	1	20
Hidráulica e pneumática	1	26

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Materno infantil	1	24
Centro cirúrgico	1	24
Semiotécnica/anatomia	1	24
Clínica médica/UTI	1	24
Assepsia	1	24
Comandos e máquinas elétricas	1	36
Eletrônica digital e microcontroladores	1	36
Ensaio mecânicos e tratamento térmico materiais	1	20
Projetos mecânicos	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Lages

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microscopia	1	35
Histofisiologia	1	25
Cultura de células e tecidos	1	25
Microbiologia e imunologia	1	25
Análises ambientais, química e fisiologia vegetal	1	25
Processamento de alimentos	1	20
Área experimental	1	120
Estufa	1	30
Máquinas agrícolas	1	25
Materiais e ensaios	1	20
Metrologia	1	20
Automação industrial	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrotécnica	1	20
Eletrônica geral	1	20
Soldagem	1	20
Maquinas térmicas	1	20
Hidráulica e pneumática	1	20
Ajustagem e caldeiraria	1	20
Manutenção mecânica	1	20
Usinagem	1	20
Fresagem	1	20
Desenho técnico	1	20
Laboratório de informática	4	32
Laboratório de informática	2	25
Bioquímica e biologia molecular	1	25

Câmpus Palhoça-Bilíngue

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	2	20
Multimídia	2	20
Multimídia	1	30
Tradução e interpretação	1	32
Língua e linguagem	1	32
Biologia/química	1	32

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Física/matemática	1	32
Artes e cultura geral	1	32
Expressão corporal	1	32
Filmagem/estúdio	1	32
Desenho	1	32

Câmpus São Carlos

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Materiais	1	20
Canteiro	1	20
Instalações hidráulicas	1	20
Instalações elétricas	1	20
Processamento de pescado	1	20
Pesca	1	20
Microbiologia	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Química	1	20
Controle de qualidade	1	20
Manutenção	1	20
Informática	4	30
Costura	1	20
Modelagem	1	20

Câmpus São José

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Meios de transmissão	1	16
Programação	1	30
Instrumentação e eletrônica	1	23
Eletrônica aplicada	1	20
Redes de computadores	1	32
Redes de computadores	1	26
Voz e imagem	1	16
Refrigeração	1	20
Informática	1	22

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Soldagem e sistemas herméticos	1	20
Condicionamento de ar	1	20
Ciências térmicas	1	20
Desenho assistido por computador	3	15
Prototipagem	1	10
Ensaio em refrigeração e climatização	1	10
Aquecimento solar	1	20
Apoio ao ensino de telecomunicações	1	32

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus São Miguel do Oeste

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biotecnologia vegetal	1	20
Fruticultura	1	40
Silvicultura	1	40
Horticultura	1	40
Plantas de lavoura	1	40
Propagação	1	30
Química e fertilidade dos solos	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biologia e microbiologia	1	20
Bromatologia	1	20
Vegetais e panificação	1	30
Leite e derivados	1	30
Carnes e derivados	1	20
Costura	1	20
Corte e modelagem	1	30

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Urupema

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	1	24

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Xanxerê

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	30
Frutas e hortaliças	1	30
Leites e derivados	1	30
Cereais, raízes e tubérculos	1	30
Análise de alimentos	1	30
Carnes e derivados	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Soldagem	1	30
Metrologia e ensaios mecânicos	1	30
Hidráulica e pneumática	1	30
Usinagem convencional	1	30
Usinagem CNC e conformação	1	30

Data da coleta: maio de 2014

6.1.3 Acessibilidade

Na última década, a legislação brasileira avançou significativamente acerca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Os dois principais documentos referentes a estes direitos são: a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2008 com caráter de ementa constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, de 6 junho de 2015. Segundo dados do IBGE (2010), mais de 46 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, o que corresponde a quase um quarto da população do país.

Para serem consideradas acessíveis, as edificações, seu entorno e seus mobiliários devem atender aos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade ABNT NBR 9050, reformulada em 2015.

Em 2013, a comissão responsável pela elaboração da primeira versão deste capítulo do PDI realizou um levantamento das condições de acessibilidade de 17 câmpus do IFSC (Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Lages, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São José, Tubarão, Urupema e Xanxerê), considerando a versão de 2004 da NBR 9050. Utilizou-se, naquele momento, como instrumento as *checklists* propostas por Dischinger, Ely e Borges (2009) no Manual de acessibilidade espacial para escolas, publicado pela Secretaria de Educação Especial do MEC. Os espaços analisados foram intitulados: “rua em frente aos câmpus”, “de portões até portas de acesso”, “recepção e salas de atendimento”, “corredores”, “escadas e rampas”, “salas de aula”, “laboratórios e salas de artes”, “biblioteca”, “auditório”, “sanitários”, “refeitório”, “quadras de esportes” e “pátios”.

No final de 2015, como parte do processo de atualização deste PDI, no intuito de atender a Lei Federal nº10.098/2000 e o Decreto Federal nº5.296/200, bem como verificar as condições de acessibilidade dos câmpus do IFSC considerando a versão 2015 da NBR 9050, foi criada uma Comissão Temática com as seguintes atribuições:

- avaliar e redefinir a metodologia utilizada para levantamento da situação de acessibilidade;
- verificar lacunas de acessibilidade;
- delinear estratégias de ação para elencar prioridades de projetos, reformas, obras e aquisições de acessibilidade.

A nova Comissão é composta por arquitetos especialistas no tema, profissionais da educação especial e representante do setor de engenharia do IFSC. Pelo menos um servidor em cada campus foi capacitado pela comissão para atuar como representante, realizar as vistorias locais e responder ao *checklist* disponibilizado em formulário *online*.

"O acesso principal de pedestres do câmpus é acessível?" Este é um dos primeiros questionamentos que se deve fazer quando se fala em acessibilidade. Sendo assim, este foi o foco das primeiras etapas de levantamento realizadas nos câmpus do IFSC, até o mês de setembro de 2016. É importante salientar que os passeios públicos que conectam os pontos de ônibus até esses acessos de pedestres, assim como as travessias de vias veiculares, devem apresentar condições plenas de acessibilidade.

Resultados preliminares apontam que apenas quatro câmpus possuem travessia de via veicular conforme exigida pela NBR 9050/2015: Araranguá, Florianópolis e Jaraguá do Sul apresentam travessia com rebaixamento de guia e Gaspar dispõe de uma travessia elevada.

A acessibilidade dos passeios públicos em frente aos câmpus também deve ser considerada uma prioridade. Além da elaboração de projeto específico por parte do setor de engenharia, deve ser prevista nos processos licitatórios a execução dos passeios públicos em frente ao lote do câmpus, conforme diretrizes da NBR 9050/2015, uma vez que a responsabilidade por esse trecho é da instituição. A maioria dos câmpus do IFSC possui pavimentação dos passeios públicos, com exceção de Criciúma, São Carlos, São José e São Miguel do Oeste. No entanto, nenhum dos câmpus apresenta adequação plena às exigências da NBR 9050/2015.

Em frente a instituições de ensino, é fundamental a existência de pontos de embarque e desembarque do transporte público urbano em ambos os lados da via e próximos à travessia de pedestres. Os câmpus Araranguá, Caçador, Garopaba, Geraldo Werninghaus, São Carlos, Tubarão e Urupema não possuem ponto de ônibus próximo ao seu acesso principal.

Os Quadros 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5 apresentam o *checklist* completo quanto à acessibilidade espacial do acesso aos câmpus do IFSC.

TRAVESSIA	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP
Existe faixa de travessia de pedestres com faixa elevada na rua em frente ao acesso principal do câmpus?	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N
A transição entre a calçada e a faixa é nivelada (será permitido apenas um pequeno desnível de até 5mm)?	na	na	na	na	na	na	na	na	N	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Existe faixa de travessia de pedestres com rebaixamento da calçada na rua em frente ao acesso principal do câmpus?	S	N	N	N	N	S	N	N	na	N	na	S	N	N	N	N	N	N	N	N
O rebaixamento permite uma faixa livre de circulação, de no mínimo 1,20 m, da calçada?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento é total?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem largura mínima de 1,50 m ?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem rampas laterais com inclinação máxima de 5 % (1:20) ?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento está na direção do fluxo da travessia de pedestre (alinhado com a faixa de pedestres)?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem rampa nas abas laterais?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento está entre canteiros?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem inclinação constante e não superior a 8,33 % (1:12) no sentido longitudinal da rampa central e na rampa das abas laterais?	S	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	na	na	na	na
O rebaixamento tem largura mínima de 1,50 m?	S	na	na	na	na	N	na	na	na	na	na	S	na	na	na	na	na	na	na	na
A rua em frente ao câmpus é pouco movimentada e não oferece perigo eminente para travessia de pedestre?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	S	N	N	N	S
Existe algum elemento que permita a travessia com segurança, como semáforo para automóveis, semáforo para pedestre com sinal sonoro, redutor de velocidade dos carros?	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	na	S	N	na	N	N	N	na
Existe foco de acionamento para travessia de pedestre com altura entre 80cm e 1,20m do piso?	N	na	na	na	na	na	na	na	na	na	N	na	na	N	na	na	na	na	na	na
Há sinalização tátil de alerta e direcional para a travessia?	N	N	N	N	N	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Quadro 6.2: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC – Travessia

CALÇADA EM FRENTE AO CÂMPUS	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
A calçada possui revestimento?	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S
Os materiais de revestimento e acabamento possuem superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado)?	S	S	S	N	na	S	N	S	S	S	S	N	S	N	S	na	na	na	S	N	S
Os materiais de revestimento e acabamento das calçadas possuem padronagem na superfície do piso que favoreça a sensação de segurança e orientação?	S	S	S	S	na	N	N	S	S	S	S	S	S	S	S	na	na	na	S	S	N
Existe na calçada uma faixa livre destinada exclusivamente à circulação de pedestres, sem qualquer obstáculo (ex.: degrau), com no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre?	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N
Esta faixa livre é contínua entre lotes vizinhos ao câmpus?	N	N	N	N	na	na	na	na	N	N	S	S	N	N	S	na	na	na	S	na	na
A calçada possui inclinação transversal da superfície de até 3 %?	N	S	N	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	N
A calçada possui inclinação longitudinal da superfície inferior a 5%? OBS.: Inclinações iguais ou superiores a 5 % são consideradas rampas!	S	N	N	N	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N
A calçada é livre de desníveis (ou tem desníveis de até 5mm ou de até 20mm)?	S	N	N	N	N	S	N	S	S	S	N	S	S	S	S	N	N	N	N	N	S
A superfície que delimita a calçada em um ou ambos os lados segue as recomendações? Caso não se aplique, assinala-se S.	S	S	S	N	N	S	N	N	S	N	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	N
A calçada é constituída de superfície "limpa", sem grelhas e/ou juntas de dilatação?	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S	S	N	N	N	N	S	N
Grelhas e/ou juntas de dilatação estão fora do fluxo principal de circulação?	na	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	N	na	na	na	S	S	N	S	na	N
Os seus vãos possuem dimensão máxima de 15 mm?	na	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	S	na	na	na	N	S	N	N	na	S
Estão instalados perpendicularmente ao fluxo principal ou possuem vãos de formato quadrícula/circular, quando houver fluxos em mais de um sentido de circulação?	na	na	na	na	na	na	N	na	na	na	na	N	na	na	na	N	N	N	S	na	S
A calçada é constituída de superfície "limpa", sem tampas na faixa livre (a calçada deve ter largura mínima de 1,20m, livre de obstáculos)?	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	N	N	N	S	S	N
As tampas estão niveladas com o piso adjacente?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	S	S	N	na	na	N
As tampas possuem frestas de dimensão máxima de 15 mm?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	N	N	N	na	na	N
As tampas são firmes, estáveis e antiderrapantes sob qualquer condição?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	N	S	N	na	na	N
Eventuais texturas, estampas ou desenhos na superfície da tampa, diferem?se da sinalização de piso tátil de alerta ou direcional?	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	S	S	na	na	N	N	N	na	na	N
Existe sinalização tátil e visual de alerta no piso (pisos táteis)?	N	S	S	N	N	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	N
É possível detectar os pisos táteis pelo contraste de relevo e pelo contraste visual?	na	S	S	na	na	S	N	S	S	na	S	S	S	S	na	na	na	na	S	S	na
Os pisos táteis de alerta seguem as especificações da NBR 9050/2015	na	S	S	na	na	S	N	S	S	na	N	S	S	S	na	na	na	na	S	N	na
A sinalização tátil e visual de alerta no piso é utilizada corretamente?	na	S	N	na	na	S	N	N	S	na	N	N	N	S	na	na	na	na	S	N	na
Existe sinalização tátil e visual direcional no piso (pisos táteis)?	N	S	S	N	N	S	N	S	S	N	S	N	S	S	N	N	N	N	S	S	N
Está instalado no sentido do deslocamento das pessoas?	na	S	S	na	na	S	na	S	S	na	S	na	S	S	na	na	na	na	S	S	na

Quadro 6.3: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC – Calçada em frente ao Câmpus

PONTOS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DO TRANSPORTE PÚBLICO	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Existe ponto de ônibus próximo à entrada do câmpus?	N	N	S	S	S	S	S	N	S	N	S	S	S	S	S	N	S	S	S	N	S
Em ambos os lados da rua?	na	na	N	N	S	S	N	na	S	na	S	N	N	N	S	na	S	N	S	na	N
Este(s) ponto(s) de ônibus está(ão) em uma rota acessível (deve ser possível deslocar-se do(s) ponto(s) de ônibus até o acesso do câmpus, por meio de uma rota acessível)?	na	na	N	N	N	N	N	na	S	na	S	N	N	N	S	na	N	N	S	na	S
O(s) ponto(s) de ônibus preserva(m) a faixa de livre circulação da calçada? (Nenhum de seus elementos pode interferir na faixa livre de circulação de pedestres)	na	na	N	S	N	N	N	na	S	na	S	N	N	N	N	na	N	N	S	na	S
Há espaço livre de 80x120cm para pessoa em cadeira de rodas, no(s) ponto(s) de ônibus, quando houver assentos fixos?	na	na	N	N	N	S	N	na	S	na	S	N	N	N	S	na	N	N	S	na	N

Quadro 6.4: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC – Pontos de embarque e desembarque do Transporte Público

ESTACIONAMENTO NA RUA	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	JGW	ITJ	JAR	JLE	PHB	REI	SCA	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Existe estacionamento na rua em frente ao câmpus?	N	S	S	N	S	N	N	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	S	N	S
Este estacionamento está em uma rota acessível (deve ser possível deslocar-se desta vaga até os principais pontos de interesse do câmpus, por meio de uma rota acessível)?	NA	N	S	NA	N	NA	NA	S	N	N	N	S	N	NA	NA	NA	S	NA	S	NA	N
Essas vagas possuem piso regular e estável?	NA	S	S	NA	N	NA	NA	S	S	S	N	N	S	NA	NA	NA	S	NA	S	NA	N
Há pelo menos uma vaga reservada a pessoas com deficiência (deve haver pelo menos uma vaga, ou 2% do total de vagas)?	NA	N	N	NA	N	NA	NA	S	S	N	S	S	N	NA	NA	NA	S	NA	N	NA	S
Existe sinalização vertical (placa) com símbolo internacional de acesso indicando presença de vaga para pessoa com deficiência e/ou pessoa idosa?	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	N	N	NA	N	S	NA	NA	NA	NA	S	NA	NA	NA	S
A borda inferior das placas instaladas está a uma altura livre entre 2,10 m e 2,50 m em relação ao solo?	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	N	N	NA	N	N	NA	NA	NA	NA	S	NA	NA	NA	S
Existe um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura junto à vaga destinada a pessoa com deficiência e/ou pessoa idosa (esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio fio)?	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	S	S	NA	S	S	NA	NA	NA	NA	N	NA	NA	NA	S

Quadro 6.5: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC- Estacionamento na rua

O trabalho de levantamento das condições de acessibilidade espacial será estendido às demais áreas dos câmpus ao longo de 2017, com a Comissão Temática de Acessibilidade assumindo caráter permanente, conforme aprovado pelo Colégio de Dirigentes do IFSC em outubro de 2016.

6.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

O IFSC, com base nas suas características, finalidades e objetivos previstos na lei de criação dos Institutos Federais, propõe diretrizes para ampliação e adequação de sua

infraestrutura física. Essas diretrizes são estabelecidas com base em diversos documentos de referência, dentre eles:

- A Lei nº 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação.
- O Decreto nº 5.773/2006 que estabelece em seu artigo 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas.
- O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma, o IFSC apresenta a seguir algumas diretrizes gerais para ampliação e adequação da infraestrutura física e, nas seções seguintes, especifica as diretrizes para as bibliotecas, os espaços físicos e a acessibilidade.

- Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o plano diretor municipal.
- Atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso possibilitando entre outros a infraestrutura para pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão.
- Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes.
- Atender a toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras.
- Priorizar as obras de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Diretor de Obras e Engenharia.

6.2.1 Diretrizes para as bibliotecas

Quanto às bibliotecas, deve-se considerar que as bibliotecas do SiBI/IFSC atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar, quanto ao de uma biblioteca universitária. Porém, os bibliotecários do IFSC definem essas bibliotecas como universitárias, porque a instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão inerentes à formação universitária. Além disso, as bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais, exclusivamente, à comunidade acadêmica (alunos e servidores do IFSC).

Por estarem no status de biblioteca universitária, as Bibliotecas do SiBI/IFSC devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos câmpus e em quantidade que atenda às exigências do Sinaes. Assim, é obrigatório, para o período 2015-2019, que todas as bibliotecas do sistema contemplem em seu acervo as referidas bibliografias.

As bibliotecas do IFSC devem atender à seguinte estrutura mínima de:

- Pessoal: de acordo com o estabelecido na Resolução nº 12/2013/CDP.
- Mobiliário e equipamentos: estantes, mesas, cadeiras, computadores e sistema antifurto.
- Instrumentos e softwares atualizados: Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2), Classificação Decimal de Dewey (CDD), Sistemas de Gerenciamento de Acervo, Acesso às Normas ABNT, Acesso ao Portal Capes.
- Acervo: obras de referência, obras literárias e bibliografia presentes nos projetos pedagógicos de cursos.

Atendendo aos critérios descritos acima, as bibliotecas do SiBI/IFSC estarão preparadas para atender à comunidade escolar nos primeiros três anos de implantação de um câmpus. Durante esse período, os câmpus deverão planejar a expansão e o crescimento da estrutura física e do acervo informacional da biblioteca, bem como do quadro de servidores, para que seja mantida a qualidade dos serviços oferecidos.

6.2.2 Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus

O IFSC estabeleceu uma relação de ambientes que são referência para a implantação

da infraestrutura física de cada um de seus câmpus. Independentemente do seu porte, todo câmpus do IFSC deve ter uma estrutura da qual contem, no mínimo, os ambientes abaixo organizados em 7 categorias:

1) Ambientes Pedagógicos

- Salas de aula com capacidade para 40 alunos;
- Laboratórios Temáticos
- Sala de videoconferência para ensino a distância;
- Sala para a Coordenadoria Pedagógica;
- Sala para as Coordenadorias de área, nível ou curso;
- Espaço para atendimento reservado a alunos, pais e professores;
- Sala dos professores;
- Gabinetes ou estações de trabalho para professores;
- Espaço para atividades de monitoria;
- Salas de apoio à informática básica, inclusão digital e ensino de línguas;

2) Ambientes administrativos:

- Sala para a Secretaria Acadêmica;
- Salas para os setores de Registro Acadêmico, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Sala reservada para a Direção-geral, preferencialmente com antessala para assessorias e recepção;
- Gabinetes ou estações de trabalho para todos os setores e unidades organizacionais previstas nos Regimentos Internos dos câmpus;
- Sala de reuniões, preferencialmente com equipamento de videoconferência;
- Infraestrutura de trabalho para a CPA;
- Espaço para recepção geral.

3) Auditório



4) Biblioteca, incluindo:

- Sala de processamento técnico;
- Espaço para consulta à Internet;
- Espaços de estudos coletivos e individuais;

5) Ambientes de convivência:

- Espaço para lanchonete/cantina;
- Espaço para serviço de reprografia para alunos e comunidade;
- Espaço para Grêmios Estudantil e Centro Acadêmico;
- Sala de convivência para servidores;
- Espaço coberto para realização de exposições acadêmicas e eventos culturais;

6) Área esportiva:

- Espaço para a prática de atividades físicas;
- Ambiente polidesportivo, em campus com oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio;

7) Áreas comuns e outros ambientes:

- Depósito de materiais e espaço para movimentação de patrimônio
- Almoxarifado para materiais de consumo;
- Sala para equipamentos de processamento e armazenamento de dados;
- Espaços e instalações para servidores terceirizados;
- Garagem coberta para veículos oficiais;
- Bicicletário.

6.2.3 Diretrizes para a acessibilidade

A partir do levantamento das lacunas de acessibilidade realizado nos acessos dos



câmpus do IFSC, é possível traçar ações para sua adequação conforme a NBR 9050/2015 e a nova NBR 16537/2016 (Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

As principais obras necessárias ao atendimento dessas lacunas estão relacionadas pelos câmpus do IFSC nos quadros da seção 6.3, de acordo com a ordem de prioridade estabelecida em cada unidade. Obras, reformas e aquisição de equipamentos devem ser previstas nos Planos Anuais de Trabalho das Unidades Gestoras do IFSC.

Caberá ao Departamento de Obras e Engenharia da Pró-Reitoria de Administração, em articulação com os Departamentos e Diretorias de Administração dos câmpus e da Reitoria, providenciar os projetos e executar as obras de adequação de acessibilidade, consultando a Comissão de Acessibilidade quando necessário. Nesse sentido, todo projeto de construção de novas edificações ou de urbanização deve ser submetido à apreciação técnica da Comissão.

Ressalta-se que, para resolver considerável parte das lacunas de acessibilidade, cabe às Direções-Gerais dos câmpus e pró-reitorias articular ações junto a organizações externas, como, por exemplo, concessionárias do transporte público municipal (pontos de ônibus) e prefeituras (travessias).

Para dar sequência ao levantamento detalhado das condições de acessibilidade nos câmpus é necessário, em um primeiro momento, definir quais são as rotas que precisam ser acessíveis. Ao longo dessas rotas cada câmpus deve garantir condições de acessibilidade. O traçado da rota acessível deverá dar condições de acesso às diversas dependências do câmpus. De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015, p.5), rota acessível é um trajeto sinalizado contínuo e desobstruído que interliga ambientes externos e/ou internos de uma edificação.

A garantia da acessibilidade no ambiente construído contribui diretamente para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante estarmos conscientes que pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Uma das formas de “promover a inclusão”, como declarado na Missão do Instituto

Federal de Santa Catarina, é promover acesso no ambiente construído, independente das habilidades do cidadão – seja ele estudante ou servidor com deficiência, sem deixar de garantir-lhe independência, conforto e segurança.

6.3 IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

Com a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, e o número de câmpus do IFSC passando de 7 para 22 a partir de 2008, as demandas de infraestrutura física cresceram exponencialmente, indo desde a necessidade de pequenas adaptações ou reformas até a ampliação de área em grandes proporções, bem como a manutenção da infraestrutura existente.

Esta seção apresenta as principais demandas de infraestrutura das unidades componentes do IFSC para que seja implantado o Plano de Oferta de Cursos e Vagas apresentado no Capítulo 4, seguidas as diretrizes de organização de ambientes prevista na seção 6.1.2 e preenchidas as lacunas de acessibilidades levantadas na seção 6.1.3. Cada unidade organizou suas demandas em um quadro próprio, em ordem decrescente de prioridade e classificadas de acordo com uma tipologia de itens. Dada a necessidade de realização de projetos, estudos e detalhamento de especificações da maioria dos itens, bem como pela imprevisibilidade orçamentária, o quadro não apresenta estimativas de custo e data de execução.

Como detalhado no Capítulo 12, os recursos para implantação da infraestrutura podem ter, pelo menos, cinco fontes distintas: o orçamento ordinário da unidade, o orçamento geral do IFSC, descentralização de crédito orçamentário pelo MEC para planos de trabalho da Rede Federal, emendas parlamentares e projetos vinculados a outros ministérios e agências de fomento.

Ao passo que obras, equipamentos e instalações de menor porte podem ser custeadas pelo orçamento ou projetos próprios de cada câmpus, conforme a ordem interna de priorização, os itens de maior monta necessitam de aporte de recursos gerenciados pela Reitoria e, portanto, do estabelecimento de uma ordem de prioridade geral na instituição.

Neste cenário, em 2012 foi criado o Plano Diretor de Obras e Engenharia, com o objetivo de cadastrar e classificar todas as necessidades do IFSC em níveis de prioridade conforme critérios preestabelecidos e, assim, nortear o trabalho do Departamento de

Obras e Engenharia do IFSC. Os critérios preestabelecidos são: disponibilidade orçamentária, situação do processo (projeto concluído ou a ser elaborado), regularização junto aos órgãos fiscalizadores (Prefeitura, Bombeiros, Vigilância Sanitária, etc.), situação de infraestrutura existente (se põe em risco a continuidade de alguns cursos ou se apenas impede a abertura de novas vagas, ou ainda se medidas para manter a segurança do usuário são necessárias), verificação da situação de regularidade do terreno para construção, complexidade da obra e impacto institucional (benefício trazido). Ressalta-se que o ranqueamento das demandas no Plano Diretor é dinâmico, sendo automaticamente alterado conforme a disponibilidade dos itens que compõem a base de cada critério.

A partir de 2017, o IFSC contará com um Plano Plurianual de Implantação de Infraestrutura para orientar o Plano Diretor de Obras e Engenharia quanto ao critério do impacto institucional dos itens que requeiram emprego de recursos gerenciados pela Reitoria. O Plano Plurianual de Implantação de Infraestrutura trará a ordem de prioridade geral dos itens de maior monta dos quadros a seguir.

Câmpus Araranguá

Nº	Obras	Tipo
1	Adequações pontuais no Bloco 1	obra de adequação
2	Adaptações no Laboratório de Soldagem para atender exigências de segurança	obra de adequação
3	Correções no sistema de reaproveitamento de água – castelo d'água e Bloco 6	obra de instalação
4	Recepção, incluindo cobertura p/ embarque e desembarque e para estacionamento de motos e bicicletas	obra de ampliação
5	Repintura dos Blocos 2 e 3, muros e alambrados.	obra de recuperação
6	Instalação de grades para muros do entorno da quadra.	obra de recuperação
7	Bloco 7 - ampliação de salas de aula, biblioteca, secretaria e registro acadêmico.	obra de construção
8	Estação de Tratamento de Efluentes no bloco 1	obra de instalação
9	Cobertura entre blocos 2 e 3	obra de adequação

Data da coleta: outubro de 2016

Câmpus Caçador

Nº	Obras	Tipo
1	Quadra poliesportiva para prática de esportes com área aproximada de 1.056 m ² . A quadra será em concreto armado, sendo cercada por alambrado com tela revestida em PVC.	obra de construção
2	Ginásio de esportes.	obra de construção
3	Construção de auditório com capacidade para 350 pessoas. A edificação deverá possuir dois pavimentos para aproveitamento do espaço físico. O primeiro pavimento será composto por sala de recepção e <i>coffee break</i> , banheiros e cozinha. O segundo pavimento abrigaria o auditório com 350 pessoas sentadas, camarins, banheiros, palco, salas de apoio de imagem iluminação e projeção.	obra de construção
4	Construção do Bloco III para cursos superiores previstos no POCV. No bloco III deverá ser destinada área específica para a biblioteca.	obra de construção
5	Ampliação do Bloco I – 2º andar, aumentando o número de salas, propiciando maior organização para o ensalamento. Deverá ser avaliada a capacidade de suporte da estrutura existente. Deverá ser realizada pintura na parte existente para proteção dos elementos construtivos e conforto visual.	obra de ampliação
6	Cobertura da rampa e acesso aos blocos I e II.	obra de construção
7	Bases para 4 mastros e iluminação para destaque de bandeiras.	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017

Câmpus Canoinhas

Nº	Obras	Tipo
1	Quadra Poliesportiva	obra de construção
2	Construção do Galpão de Agroecologia	obra de construção
3	Conserto do Sistema de Combate a Incêndio	Serviço
4	Adequações previstas no laudo de vistoria dos Bombeiros	Serviço
5	Pintura dos muros e do Prédio	Serviço
6	Conserto da calha da Fábrica	Serviço
7	Troca de registro e mapeamento da hidráulica do Castelo D 'Água	Serviço
8	Manutenção dos laboratórios e construção de ralo em dois laboratórios	Serviço
9	Adequações de Acessibilidade / Identificação	Serviço
10	Cobertura da Passarela	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017

Câmpus Chapecó

Nº	Obras	Tipo
1	Muro de Contenção	obra de construção
2	Adequações para obtenção do Habite-se	obra de construção
3	Adequações para atendimento a acessibilidade	obra de construção
4	Construção de Platibanda dos Blocos B e E	obra de construção
5	Construção de blocos para atender demandas de salas de aula, laboratórios e auditório	obra de construção
6	Construção da quadra poliesportiva	obra de construção
7	Adequação de espaço de convivência	obra de urbanização
8	Construção de refeitório	obra de construção
9	Construção do novo departamento de ensino	obra de construção
10	Reestruturação da rede lógica/elétrica dos Blocos A e B	obra de instalação
11	Reestruturação da rede cabeada dos Blocos B e C	obra de reforma
12	Reestruturação do <i>Datacenter</i> e sala da CTIC	obra de construção
13	Construção de garagens	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Criciúma

Nº	Obras	Tipo
1	Impermeabilização de lages das escadas	obra de recuperação
2	Drenagem e frente ao auditório	obra de instalação
3	Pintura Geral	obra de recuperação
4	Isolamento das tubulações do castelo d'água	obra de recuperação
5	Sistema de alarme e iluminação	obra de adequação
6	Infiltração entrada administrativo	obra de adequação
7	Calçadas acesso veículos	obra de urbanização
8	Pisos cerâmicos soltos	obra de reforma
9	Construção/Ampliação de novo Bloco da Fábrica	obra de construção
10	Construção de novo Bloco de salas de aula	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016

Câmpus Florianópolis

Nº	Obras	Tipo
1	Reforma dos Laboratórios da Eletrônica	obra de adequação
2	Reestruturação da rede elétrica do bloco das oficinas*	obra de adequação
3	Atendimento ao Termo de Acordo com o Corpo de Bombeiros (Regularizações)	obra de adequação
4	Reforma Laboratório de Química	obra de reforma

Nº	Obras	Tipo
5	Reforma Depto. Acadêmico de Construção Civil – Laboratórios	obra de reforma
6	Reforma Laboratório Automobilística	obra de reforma
7	Reforma Almojarifado e Patrimônio	obra de reforma
8	Construção do Centro Administrativo	obra de ampliação
9	Construção do Portal do Maciço	obra de construção
10	Obra do Restaurante Escolar	obra de construção
11	Laboratório Didático de Redes de Computadores	obra de reforma
12	Construção de mezanino do Laboratório de Modelagem – Design*	obra de reforma
13	Reforma Laboratório de Manutenção Eletromecânica, SIP, SCEL, LRCI e SLC	obra de reforma
14	Projeto Construção do Novo Bloco do Depto. Acadêmico de Construção Civil	obra de construção
15	Reforma Laboratório de Biologia	obra de reforma
16	Reforma Laboratório de Química Geral na Ala Norte	obra de reforma
17	Reforma do Ambiente do Curso Técnico de Agrimensura	obra de reforma
18	Instalações elétricas e lógica das salas A e B, e dos Laboratórios A, B, LEFE e Almojarifado	serviço
19	Laboratórios DAELN	obra de reforma
20	LD1 (sala F102), LD2 (sala F103), ELD (sala F105), MCP (sala F107), DSP (sala F108).	obra de reforma
21	Laboratórios Didático de Banco de Dados	obra de reforma
22	Reforma da sala 203 e laboratório de Imaginologia	obra de reforma
23	Construção de um novo ambiente para o escritório da estação meteorológica	obra de construção
24	Pintura das salas de aula do Bloco das Oficinas – DAMM	obra de reforma
25	Ampliação do Laboratório de Metrologia	obra de reforma
26	Reforma Laboratório ELP (sala F106).	obra de reforma
27	Reforma DAE – Sala G019	obra de reforma
28	Substituição da rede de Gás (GLP) Laboratórios de Análises Físico-Químicas, Análises Bacteriológicas, Resíduos Sólidos e Ecotoxicologia	obra de reforma
29	Construção de uma quadra de vôlei de areia com alambrado para demarcação da área	obra de reforma
30	Criação espaço clínica Radiologia densitometria , mamó e odonto	obra de ampliação
31	Projeto/Obra Laboratório de Soldagem*	obra de ampliação
32	Reforma Laboratório: LPT (sala F104); Salas: Apoio Didático (sala F101); SMM2 (Sala F109).	obra de reforma
33	Reforma DAE – G102/G102a/G102b/G102c	obra de reforma
34	Instalação da rede de gases para Aparelho de Absorção Atômica	serviço
35	Reforma no ginásio 1	obra de reforma
36	Instalação de novos pontos para internet e computadores – Radiologia Sala de Pesquisa	serviço

Nº	Obras	Tipo
37	Construção do mezanino do Laboratório de Máquinas Operatrizes	obra de construção
38	Substituição da rede lógica existente por nova. Laboratórios: LD1 (sala F102), LD2 (sala F103), MCP (sala F107), DSP (sala F108).	obra de reforma
39	Reforma DAE – Salas e Laboratórios G011, G010, G014, G013, G016	obra de reforma
40	Reconstrução da Cobertura do Canteiro de Obras e Laboratório de Solos e Materiais com a readequação do espaço interno e ampliação da sala dos professores	obra de ampliação
41	Reforma no ginásio 2	obra de reforma
42	Reforma e pintura do Laboratório de Automação Hidráulica e Pneumática	obra de reforma
43	Adequação da rede lógica existente e disponibilização de novos pontos de conexão. Sala de Apoio Didático – DAELN	obra de reforma
44	LIME G023, LMEL G024, LACI G025, G019 – Instalação de Condicionadores de Ar	serviço
45	Troca das divisórias Laboratório de Bacteriologia e Físico-Química (Mezanino)	obra de reforma
46	Melhoria nos acessos aos ginásios 1 e 2	obras de recuperação
47	Divisão do laboratório de mamografia e adaptando para uso de dosimetria	obra de reforma
48	Ampliação de 03 novas salas para implantação de laboratórios de ensino com aproximadamente 60 m2 cada, em local a ser definido, preferencialmente próximo à área já ocupada pelo DAELN.	obra de ampliação
49	Terreno/pátio G012 - Adequação da área externa ao Laboratório de Medidas Elétricas e sistemas de potência, Projeto e Layout do Laboratório externo para as práticas de Medidas Elétricas.	obras de recuperação
50	Miniauditório do DACC	obra de reforma
51	Reforma das quadras externas	obra de reforma
52	Construção de sala de professores do Curso de Design	obra de adequação
53	Obra DAELN – Disponibilização de nova edificação com área total mínima de 2.000 m2 (no mínimo: 15 laboratórios de ensino, 03 laboratórios de pesquisa, 01 laboratório de ensino/ pesquisa/ alunos, 02 salas multimídia, 01 sala de monitoria, 01 sala de apoio didático/ professores, 05 salas administrativas), para onde o departamento possa ser transferido, ficando com suas salas administrativas e laboratórios de ensino concentrados no mesmo espaço.	obra de construção
54	Reforma sala G102c, G024 – DAE	obra de reforma
55	Reforma do Ambiente do Curso Técnico de Agrimensura	obra de reforma
56	Compactação da pista de atletismo	serviço
57	Construção do Espaço para abrigar os ambientes (sala de professores, sala de meios e sala de integração dos alunos)	obra de construção
58	Construção do Espaço para abrigar os ambiente (sala de professores, sala de meios e sala de integração dos alunos) - G005, G008, G018, G017 e G016, G006/G007	obra de reforma
59	Climatização (ambiente com temperatura e umidade controlada) de sala do Laboratório de Solos e Tecnologia dos Materiais.	serviço
60	Manutenção do campo de grama sintética	Serviço
61	Conserto de reboco, pintura, revisão e troca de piso, revisão e troca de instalações elétricas, e hidráulica (este último somente no Laboratório de Artes Visuais) – todos os espaços possuem umidade ascendente (insalubridade)-Laboratórios de: Artes Visuais, Teatro e Música. Sala da Coordenadoria e Assessoria de Artes, Sala do Boca de Siri, Depósito de Artes e Sala de Acervo de instrumentos musicais.	obra de reforma
62	Laboratório de Informática – Enfermagem	obra de ampliação

Nº	Obras	Tipo
63	Banheiro DAE	obra de ampliação
64	Reforma da Secretaria, coordenações de curso e sala dos professores – DACC	obra de reforma
65	Serviços no Laboratório TEXTO – DALTEC	obra de reforma
66	Serviços Laboratório de Matemática I e II	obra de reforma
67	Laboratório de Informática – Estudo de Segurança e Medicina do Trabalho em softwares específicos	obra de reforma
68	Serviços Laboratório de Física	serviço
69	Sala de Professores de Informática – DASS	obra de reforma
70	Laboratórios Didático de Banco de Dados	obra de reforma
71	Laboratórios Didático de Sistemas Operacionais e Arquitetura de computadores – DASS	obra de reforma
72	Laboratórios Didático de Gestão da Tecnologia da Informação	obra de reforma
73	Ampliação e adequação do Laboratório de Música (com manutenção do piso de madeira)	obra de ampliação
74	Ampliação e adequação do Laboratório de Teatro (com troca de piso cerâmico para piso de madeira) - Há necessidade de duplicar a área deste laboratório.	obra de ampliação
75	Adequação do Laboratório de Artes Visuais (troca de piso cerâmico com rejunte amplo para piso cerâmico com junta seca) - realizar acústica deste ambiente prevendo exposições audiovisuais.	obra de ampliação
76	Ampliação e adequação do Depósito de Artes	obra de ampliação
77	Ampliação e adequação da Sala de Acervo de Instrumentos Musicais	obra de ampliação
78	Laboratórios Didático de Sistemas de informação	obra de reforma
79	Laboratório de Semiotécnica	obra de reforma
80	Área de treinamento prático dos conhecimentos vinculados às NR's - Normas Regulamentadoras do MTE (ex: trabalho em altura, espaços confinados)	obra de construção
81	Construção de 01 sala de aula – Informática	obra de construção
82	Reforma das salas de aula do 3º Andar do prédio do DACC	obra de reforma
83	Instalação de rede de ar comprimido para o Laboratório de Solos e Tecnologia dos Materiais	serviço
84	Reforma do Canteiro e Laboratórios de Instalações Hidrossanitárias e Instalações Elétricas	obra de reforma
85	Reforma do Laboratório de Solos e Tecnologia dos Materiais	obra de reforma
86	Construção de 2 salas de aula com capacidade para receber 24 alunos cada – Enfermagem	obra de construção
87	02 laboratórios de pesquisa Construção Tecnologia e Informação	obra de construção
88	02 estúdios de produção de Conteúdos Educacionais – DASS	obra de construção
89	01 auditório/estúdio de transmissão/gravação de aulas – DASS	obra de construção
90	Reforma dos Laboratórios de Análises Físico-Químicas, Análises Bacteriológicas, Resíduos Sólidos e Ecotoxicologia	obra de reforma
91	Reforma das salas de aulas e laboratórios de CAD do 2º andar do prédio do DACC	obra de reforma

Nº	Obras	Tipo
92	Construção de 1 (um) laboratório setorizado, contendo os seguintes setores: sala cirúrgica (pia para escovação, sala de recuperação pós-anestésica), sala obstétrica (pré, intra e pós-parto), sala clínica médica e cirúrgica (com 4 leitos), sala de fundamentos de enfermagem (com bancada e quadro branco)	obra de construção
93	Projeto Implantação laboratório de Medicina Nuclear	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016

Câmpus Florianópolis-Continente

Nº	Obras	Tipo
1	Eliminação de infiltração na laje do bloco A acima do laboratório cambuza	obra de reforma
2	Ampliação da cobertura do sistema Wi-Fi	aquisição de equipamento
3	Aquisição de equipamentos de reposição para câmara fria	aquisição de equipamento
4	Conserto do sistema dos coletores solares para aquecimento de água	Serviço
5	Implantação de sistema de monitoramento das câmaras frias	Serviço
6	Reforma dos pisos das salas de aula do bloco A	obra de reforma
7	Climatização dos ambientes novos e substituição dos aparelhos condicionadores de ar avariados do bloco B	aquisição de equipamento
8	Equipar a sala de pesquisa do campus	aquisição de equipamento
9	Equipar novo laboratório de cozinha regional	aquisição de equipamento
10	Equipar a "copa suja" do laboratório de cozinha regional	aquisição de equipamento
11	Equipar bar pedagógico do laboratório restaurante da cozinha regional	aquisição de equipamento
12	Sistema antifurto para biblioteca	aquisição de equipamento
13	Conexão dos pontos de consumo de água quente dos Laboratórios de Panificação e Confeitaria à rede central no "subsolo"	serviço
14	Equipar nova sala da TI – aquisição/construção de bancada para manutenção, armários, cadeiras/banquetas.	aquisição de equipamento
15	Equipar a copa cambuza do laboratório de cozinha regional	aquisição de equipamento
16	Equipar laboratório de análise sensorial	aquisição de equipamento
17	Montagem do laboratório de tecnologia de alimentos	aquisição de equipamento
18	Montagem do laboratório de microbiologia	aquisição de equipamento
19	Aquisição de gerador elétrico	aquisição de equipamento

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Garopaba

Nº	Obras	Tipo
1	Redes lógica e elétrica dos laboratórios de informática	obra de adequação
2	Sala de Armazenamento de Produtos Químicos	obra de construção
3	Quadra Poliesportiva Coberta	obra de construção
4	Implantação de sistema de energia solar com placas fotovoltaica	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Gaspar

Nº	Obras	Tipo
1	Elaboração do projeto e readequação das instalações dos laboratórios de Química e Biologia.	obra de adequação
2	Contratação de empresa especializada para recuperação das fissuras estruturais.	obras de recuperação
3	Readequação de espaços do laboratório de Vestuário (Fábrica)	obra de adequação
4	Adequação da rede elétrica e lógica para implantação do laboratório de informática 7	obra de instalação
5	Adequação da rede elétrica e lógica para implantação do laboratório de Gestão e Negócios	obra de instalação
6	Readequação da rede elétrica e lógica do Bloco 3	obra de instalação
7	Obras de adequação do câmpus para atender a requisitos de acessibilidade	obra de reforma
8	Lavagem externa dos prédios e repintura	obra de reforma
9	Construção de cisterna para captação e uso de água de chuva	obra de construção
10	Elaboração de projeto para construção do bloco IV (salas de aula e laboratórios)	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Itajaí

Nº	Obras	Tipo
1	Grades nas janelas do piso térreo	obra de adequação
2	Construção do quarto bloco	obra de construção
3	Adequação nos sistemas de prevenção contra incêndio para regularização da situação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí.	obra de adequação
4	Fechamento do átrio com vidro temperado	obra de adequação

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Geraldo Werninghaus

Nº	Obras	Tipo
1	Construção de um novo bloco de salas	obra de construção
2	Sistema de Exaustação no Laboratório de Soldagem	obra de adequação
3	Projeto para central de gases – Laboratório de Solda	obra de adequação
4	Reestruturação do Câmpus (Telhado)	obras de recuperação
5	Revisão hidro / sanitária	obras de recuperação
6	Revisão / reforma do sistema de prevenção de incêndios	obra de instalação
7	Rede de Ar Comprimido	obra de instalação
8	Pintura do campus	obras de recuperação
9	Complemento da urbanização do talude posterior	obra de urbanização
10	Ginásio esportivo	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Jaraguá do Sul

Nº	Obras	Tipo
1	Reestruturação elétrica	obra de instalação
2	Sistema de prevenção de incêndio	obra de instalação
3	Reestruturação do cabeamento lógico	obra de instalação
4	Cobertura da Quadra	obra de construção
5	Revitalização das salas de aula	obra de reforma
6	Projeto de adequação de acessibilidade	obra de adequação
7	Local coberto para bicicletas e motos	obra de construção
8	Pintura do câmpus	obra de reforma
9	Novo Bloco para salas de aula e laboratórios	obra de construção
10	Urbanização e Paisagismo do câmpus	obra de urbanização
11	Adequação do Muro e Guarita	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Joinville

Nº	Obras	Tipo
1	Construção do Bloco de Salas de Aula e Biblioteca – Bloco VI	obra de construção
2	Manutenção corretiva da estrutura dos blocos já existentes do Campus Joinville.	obra de reforma
3	Equipamentos para a academia do câmpus	aquisição de equipamento
4	Elaboração de Projeto para a construção do Bloco VII	obra de construção
5	Reestruturação da infraestrutura física, lógica e de serviços elétrico, de rede e telecomunicações	Serviço
6	Reforma da Passarela que interliga os Blocos	obra de reforma

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Lages

Nº	Obras	Tipo
1	Fechamento de vãos com esquadrias e vidros (licitado em obra vigente mas com risco de não entrega por parte da construtora)	obra de ampliação
2	Adequação de laboratórios e instalação de redes de gases e ar comprimido + passarelas cobertas	obra de adequação
3	Implementação da área experimental dos cursos de ambiente e saúde (barracão, quiosque e almoxarifado)	obra de construção
4	Novo bloco da área de Processos Industriais	obra de construção

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Palhoça Bilingue

Nº	Obras	Tipo
1	Construção da quadra poliesportiva coberta	obra de construção
2	Reforma do sistema de coleta de águas da chuva e impermeabilização do telhado	obra de reforma
3	Equipamentos para o laboratório de audiovisual	aquisição de equipamento
4	Aquisição de equipamentos de informática conforme PDTI	aquisição de equipamento
5	Construção de novo espaço para atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão do Câmpus (sala multiuso, espaço para a sala de condicionamento físico, sala para o grêmio estudantil e diretório acadêmico)	obra de construção
6	Consolidação da estrutura do NEAD	aquisição de equipamento
7	Pintura do Câmpus	obra de recuperação

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus São Carlos

Nº	Obras	Tipo
1	Construção da área multiúso (auditório, quadra esportes e área de lazer)	obra de construção
2	Equipamentos para laboratórios	aquisição de equipamento
3	Construção de contenção do muro e calçada em frente ao câmpus	obra de urbanização
4	Cobertura nas áreas de acesso ao câmpus (entradas do prédio)	obra de adequação
5	Adequação das condições de acessibilidade às dependências do câmpus	obra de urbanização

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus São José

Nº	Obras	Tipo
1	Recuperação das fachadas, tetos, paredes e pintura do câmpus	obras de recuperação
2	Reforma do sistema elétrico do câmpus	obras de recuperação
3	Reforma do sistema hidráulico	obras de recuperação
4	Execução do projeto preventivo de incêndio do câmpus	obra de instalação
5	Recuperação do passeio externo do campus (calçadas)	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus São Lourenço do Oeste

Nº	Obras	Tipo
1	Estruturação do <i>datacenter</i> do campus	aquisição de equipamento
2	Adequação da rede elétrica	obra de instalação
3	Viabilização da rede lógica e de dados	obra de instalação
4	Melhorias da rede hidrossanitária	obra de instalação
5	Restauração do telhado	obras de recuperação
6	Adequações de acessibilidade de pessoas nas dependências do câmpus	obra de adequação
7	Adequação das áreas externas para o funcionamento do campus	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus São Miguel do Oeste

Nº	Obras	Tipo
1	Construção do Galpão	obra de construção
2	Almoxarifado para armazenamento de produtos químicos	obra de construção
3	Cobertura passarela nas áreas de acesso aos blocos do câmpus	obra de urbanização
4	Calçamento do Estacionamento	obra de urbanização

Data da coleta: outubro de 2016.

Câmpus Urupema

Nº	Obras	Tipo
1	Construção de moradia para os estudantes	obra de construção
2	Adequação do acesso à Estufa	obra de construção
3	Implantação do toldo ligando o Bloco I ao II	obra de construção
4	Adequar o acesso ao pomar	obra de construção
5	Construção de uma Casa de ferramentas para o pomar	obra de construção
6	Instalação de divisórias das salas	obra de adequação
7	Urbanização e paisagismo do câmpus	obra de construção
8	Implantação de uma Plataforma de acessibilidade	obra de construção
9	Adequação da Rede lógica nas salas administrativas	obra de adequação
10	Manutenção bloco I e II	obra de adequação
11	Adequação de laboratórios	obra de adequação
12	Adequação do espaço externo para implantação de equipamentos para atividades esportivas	obra de adequação

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Xanxerê

Nº	Obras	Tipo
1	Construção do bloco V	obra de construção
2	Construção de uma quadra multiúso	obra de construção
3	Reforma estrutura elétrica do bloco I	obra de adequação
4	Demolição da parede e construção de uma nova;	serviço
5	Construção de uma cabine de pintura para a área da mecânica	obra de construção
6	Almoxarifado para agroindústria	obra de construção
7	Revestimento da calçada	Serviço
8	Paisagismo, estacionamento, pavimentação, iluminação	obra de urbanização
9	Construção de um bloco de salas	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

Câmpus Tubarão

Nº	Obras	Tipo
1	Adequação do mezanino para salas administrativas com divisórias e refrigeração.	obra de adequação
2	Readequação das redes de água e energia para instalação de quiosque para funcionamento cantina para alunos no hall de entrada.	obra de instalação
3	Aquisição de sistema de filtragem de água para todo o Câmpus, com instalação no ponto de acesso da Companhia fornecedora.	obra de instalação
4	Readequação dos quadros de distribuição de energia do Câmpus para isolar circuitos de iluminação do entorno do bloco, estacionamento, salas, corredores, etc...	obra de instalação
5	Substituição das luminárias do entorno e estacionamento por luminárias econômicas LED.	obra de instalação
6	Aquisição e instalação de tendas e contêineres para abrigar alunos no espaço externo.	obra de adequação
7	Aquisição e instalação de contêiner para abrigar almoxarifado.	obra de adequação
8	Readequação da iluminação interna com lâmpadas econômicas LED das salas de aulas e laboratórios, atendendo aos padrões de qualidade e Iluminância de interiores, estabelecidos na NBR-5413 da ABNT.	obra de instalação
9	Instalação de elevatória para adequar aos conceitos de sustentabilidade e acessibilidade.	obra de instalação
10	Construção do Bloco II da Expansão.	obra de construção
11	Construção da Fábrica para atender aulas práticas dos novos eixos.	obra de construção
12	Limpeza e conservação de terreno baldio destinado a construção e urbanização do projeto de expansão.	Serviço
13	Readequação de Secretaria – divisão entre Registro Acadêmico e Secretaria	Obra de adequação
14	Criação de Novos Espaços – Biblioteca: salas de processamento de dados; sala de estudos	obra de construção

Data da coleta: janeiro de 2017.

ANEXO I – Levantamento dos espaços físicos do IFSC²³

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
DIREÇÃO-GERAL																				
Sala reservada para o diretor-geral	1	*	1	1	1	1	1	1	1	*	1	1	1	1	1	1	1	*	1	1
Antessala para secretário ou assessor		*	1				2			*			1			1		*		
Sala de reuniões			1			1		*		*	1			1	1	1	1			
Sala de reuniões com videoconferência						1	1	*		*	1				1					
Banheiro				1		1	2	*		*				1	1	1	1			
Copa						1	1	*		*				1	1	1	1			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO																				
Sala principal, para diversos setores	1				1	1		1	1	*		1	1	1	1	1		1	1	
Sala reservada para diretor ou chefe de departamento de administração		*		1			1	*		*	1			1	1					
Sala para o setor de desenvolvimento de pessoas	1	*	1				1	*		*	1	1		1	1	1	1			
Sala para o setor de materiais e finanças		*	1	1			2	*		*	1			1	1	1	1			1
Sala para o setor de almoxarifado e patrimônio	1	*	1	1			2	1		*		1	1	1	1	1			*	
Sala de movimentação de patrimônio	1	*		1			1			*										
Sala para o setor de manutenção ou infraestrutura		*			1		6			*	1					1			*	
Sala para o setor de protocolo		*		1			1													
Sala para o setor de tecnologia da informação e comunicação	1	*	1	1	1	1	2	1	1	*	1		1	1	1	1	1			1
Sala para os equipamentos de processamento e armazenamento de dados	1	*	1		1	1	2	1	1			1	1	1		1	1	1	*	
Sala de reuniões											1									
Sala de arquivo				1			1							1						

2 Os espaços marcados com o asterisco estão em obras.

3 Os dados foram atualizados em junho de 2014.

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (continuação)																				
Sala para processamento técnico na biblioteca	1	*			1	1	1	*	1	*	1			1	1	1	1			
Salas de estudos coletivos na biblioteca	1	*			1	1	1	*		*	1			1	1	1				
Salas de estudos individuais na biblioteca		*			1		1			*				1						
Sala com computadores na biblioteca, para consulta a internet		*	1		1	1	1	1	1	*	1				1	1	1			
Sala de leitura na biblioteca	1	*		1	1	1	1	*		*				1	1	1	1			
AMBIENTES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Salas de aula exclusivas – pequenas (até 20 alunos)				1			5	1 (6*)		2*		1				1				
Salas de aula exclusivas – médias (de 21 a 31 alunos)	2				6		17	1 (13*)		4*		10	7	3						1
Salas de aula exclusivas – normais (de 32 a 40 alunos)	6	2 (10*)	14	13		13	35	1	12	3*	15	2	4	4	12	14		2	5*	4
Salas de aula exclusivas – grandes (mais de 40 alunos)	1			3								2	4	3			12			
Salas de aula informatizadas (menos laboratórios)							4			*			1							
AMBIENTES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Continuação)	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Sala de videoconferência para ensino a distância	1	2				1	2	1		1*	1			1	1	1	1		*	1
Salas de aula dentro de laboratórios, com capacidade para, no máximo, 20 alunos	3			1	1		21	2		4*			1		5	22			7*	2
Salas de aula dentro de laboratórios (mais de 20 alunos)						8	13						7						1*	
Sala de estudos para alunos (menos biblioteca)	1						3							1	1	1				
Sala para monitoria	1						3			1*				1	1					
Salas para grupos de pesquisa				1	1		24	*	1				1	1			1			
Laboratórios de informática	2	2	4	1	1	3	30	2 (6*)	5	3*	4	2	3		4	2	2	2	1 (1*)	2
Computadores em laboratórios de informática	50	48	80	5	24	70	603	45	160	90	70	70	96	6	80	23	60		36	70

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Ginásio poliesportivo							2													
Quadra de esportes coberta																1				
Quadra de esportes descoberta							2				1		1	1						
Campo de futebol			1				1		1											
Cancha de areia	1								1											
Vestiários							2									1				
Depósito de materiais esportivos							1									1				
Sala de ginástica							1			*						1				
Pista de caminhada									1											
Pista atlética							1													
Piscina																				
OUTROS	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Depósito temporário na biblioteca							1									1				
Espaço em implantação do hotel tecnológico																1			*	
Sala para o setor de saúde							1									1				

CAPÍTULO 7.....	1
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	1
7.1 DIRETRIZES GERAIS.....	1
7.1.1 Critérios de Seleção e Contratação.....	1
7.1.2 Da Admissão de Pessoas com Deficiência.....	4
7.1.4 Da admissão de estrangeiros.....	5
7.1.5 Centro de Referência em Formação e EaD.....	6
7.1.6 Ambientação e Procaed.....	6
7.2 CORPO DOCENTE.....	7
7.2.1 Composição.....	7
7.2.2 Plano de carreira.....	7
7.2.3 Procedimentos para Substituição de Professores e Recomposição do Quadro.....	9
7.2.4 Política de Qualificação.....	10
7.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	12
7.3.1 Composição.....	12
7.3.2 Plano de Carreira.....	12
7.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro.....	15
7.3.4 Política de Qualificação.....	18
7.4 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL.....	19
Tabela 7.1: Tipologia de câmpus e Quadro de Referência de TAE.....	17
Tabela 7.2. Projeção de expansão do quadro docente.....	21
Tabela 7.3: Quadro de vagas de servidores técnico-administrativos.....	23

CAPÍTULO 7

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

7.1 DIRETRIZES GERAIS

A Gestão de Pessoas do IFSC envolve os processos relativos ao recrutamento e seleção, admissão de pessoal, movimentação de servidores, capacitação e avaliação, atenção à saúde, controle funcional e pagamento, por meio das seguintes políticas:

- a) recrutamento e seleção: o recrutamento será baseado na análise dos cargos com o objetivo de traçar o perfil do servidor que melhor se adaptaria a uma função específica, de acordo com as políticas de gestão de pessoas e o planejamento institucional. A seleção será realizada com base nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) verificadas em cada um dos candidatos e nas competências esperadas pela instituição;
- b) capacitação: propor ações de desenvolvimento para os servidores, considerando as competências institucionais e as individuais. As capacitações serão pautadas em trilhas de desenvolvimento gerais e específicas;
- c) avaliação: os programas de avaliação de desempenho dos servidores estarão pautados no acompanhamento e no desenvolvimento de competências relacionadas as diretrizes do cargo de contratação, e deverão considerar as diretrizes da Política de Gestão de Pessoas instituída pelo Governo Federal. A avaliação de desempenho dos servidores fará parte da avaliação institucional;
- d) atenção à saúde: promover ações voltadas à saúde e melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- e) movimentação de servidores: traçar diretrizes para movimentação de servidores através de editais, buscando a padronização e a unificação dos processos já existentes;
- f) controle funcional e pagamento: será realizado de acordo com as normas e diretrizes vigentes.

7.1.1 Critérios de Seleção e Contratação

O IFSC necessita ter um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos

em permanente processo de atualização técnica e pedagógica. Frente aos desafios e demandas para promover um processo educativo e investigativo com inclusão social e práticas pedagógicas emancipadoras, que contribuam para a identificação de problemas e suas soluções técnicas e tecnológicas de forma sustentável na região em que se situa, o IFSC vem realizando as seguintes ações: estímulo à formação e atualização dos profissionais da educação que compõem o seu quadro de pessoal; aperfeiçoamento do processo de seleção de novos servidores, sejam eles docentes ou técnico-administrativos.

Nesse sentido, sem perder de vista o disposto em Lei, o Instituto Federal de Santa Catarina possui duas formas de ingresso em seu corpo docente, seja por meio de um processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos, seja por intermédio da realização de Concurso Público de provas e títulos.

No processo seletivo simplificado, a seleção inclui prova escrita e entrevista com uma banca examinadora. No Concurso Público há diferentes etapas para aprovação de candidatos no certame. Essas etapas incluem a realização de prova objetiva, discursiva, prática de desempenho didático e de títulos.

A prova objetiva exige conhecimentos de legislação e contexto histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além dos conhecimentos pedagógicos e aqueles específicos da área objeto de inscrição no Concurso.

A prova discursiva discute temas relacionados aos níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Instituto e práticas pedagógicas fundamentais no exercício da docência, exigindo do candidato a elaboração de um texto dissertativo sobre um determinado tópico de natureza pedagógica. Pretende-se, desse modo, selecionar docentes que tenham o domínio de conteúdos específicos relacionados a sua área de atuação profissional, bem como demonstrem conhecimento de metodologias e recursos didáticos. Pretende-se também verificar capacidade de síntese e clareza textual, habilidade de articulação entre os conhecimentos específicos, efetiva prática pedagógica e conhecimento da legislação pertinente, adequando sua proposta de trabalho ao nível de ensino indicado na questão da prova.

A prova prática de desempenho didático, por sua vez, pretende selecionar aqueles candidatos com domínio não só do conhecimento específico de sua área de atuação, mas

também de saberes relacionados à prática pedagógica e ao efetivo desempenho didático. Os candidatos são avaliados por uma banca examinadora.

A prova de títulos, por fim, pontua a titulação do candidato, buscando valorizar tanto o seu itinerário formativo e sua experiência no magistério, quanto a sua experiência profissional não acadêmica. Ressalta-se que, em seus Concursos Públicos, a graduação tem sido o requisito mínimo de escolaridade aceito pelo IFSC para a investidura no cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. De acordo com a Lei nº 12.772/2012, a exigência permitida para os cargos de docente é somente Graduação, estando vetado ao IFSC exigir qualquer tipo de pós-graduação em seus Concursos Públicos e Processos Seletivos para docentes.

Para o ingresso na Carreira de Técnico-administrativo em Educação no IFSC, faz-se necessária aprovação em Concurso Público promovido pela instituição, constituído das seguintes etapas: prova objetiva para todos os cargos e prova prática para alguns deles.

A prova objetiva avalia os conhecimentos específicos relacionados à área de atuação profissional dos candidatos, organizada de tal modo que também são cobrados conhecimentos gerais, de legislação e de Língua Portuguesa.

Quanto à prova prática, que se realiza perante uma banca examinadora, o candidato deve desenvolver atividades inerentes ao cargo objeto de sua inscrição no certame, com base em um roteiro previamente definido pela banca.

São diferentes os requisitos de escolaridade exigidos para a investidura nos cargos da Carreira de Técnico-administrativo em Educação, haja vista que são três os níveis de classificação estabelecidos para esses cargos: C, relacionado ao nível fundamental; D, referente ao nível médio e E, equivalente ao nível Superior. Destaca-se, ainda, que não somente a escolaridade mínima é requisito para ingresso na Carreira, mas também a experiência profissional, conforme define o Anexo X da Lei nº 11.233/2005.

O Codir realiza a validação da divisão de códigos de vaga entre câmpus e Reitoria. Tanto o Banco de Professor-Equivalente (BPeq) quanto o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (QRSTAE) fazem parte das discussões deste Colegiado, que aprovou recentemente, a tipagem dos câmpus, em relação ao número de servidores técnico-administrativos dos câmpus e da Reitoria.

Divididos o BPeq e o QRSTAE, as vagas desocupadas são ofertadas em remoção interna, através de editais. Caso não ocupadas pela remoção, as vagas são ofertadas aos candidatos do Concurso Público vigente.

Para o Concurso Público, os critérios de seleção dos docentes são escritos de forma democrática, com a presença dos Chefes de Ensino dos câmpus. Para os cargos técnico-administrativos são estabelecidos os critérios dispostos no Ofício nº15/2005 do MEC e na Lei nº 11.233/2005, que tratam dos requisitos necessários para ocupação desses cargos.

A seleção de servidores no IFSC está baseada nas seguintes normas e legislações: Decreto nº 7.311/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 56/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do MEC; Decreto nº 7.312/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 142/2011, do MPOG e MEC; Portaria 1.475/2012, do MEC; Decreto nº 6.944/2009, combinado com a Portaria Ministerial nº 450/2002, do MPOG; Portaria nº 619/2012, do MPOG; Lei nº 12.772/2012; Lei nº 8.112/1990 e suas respectivas alterações.

7.1.2 Da Admissão de Pessoas com Deficiência

Para o IFSC, Pessoas com Deficiência são aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, bem como na Súmula nº 45, da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular). A nomenclatura de Pessoas com Deficiência dar-se-á de acordo com o Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009.

As Pessoas com Deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, particularmente em seu Artigo 40, participam do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação e aos comandos do Decreto Federal nº 6.944/2009.

Em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 5º, da Lei nº 8.112/1990, bem como na forma do Decreto nº 3.298/1999, para as Pessoas com Deficiência será reservado o percentual de até 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do concurso. Para todos os cargos a ocupação dar-se-á de forma alternada com a lista geral de classificados.

7.1.3 Da reserva de vagas para Negros

É realizada a reserva de vagas para negros no percentual de 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas, de acordo com o previsto na Lei 12.990 de 09 de junho de 2014. Para todos os cargos a ocupação dar-se-á de forma alternada com a lista geral de classificados.

Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, conforme artigo 2º da Lei 12.990 de 2014, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os negros participam do Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação e aos comandos do Decreto Federal nº 6.944/2009.

7.1.4 Da admissão de estrangeiros

No IFSC, há a possibilidade de admissão de candidatos estrangeiros, mas somente em Concurso Público e para os cargos de docente. Para os cargos de Técnico-administrativos em Educação e nos casos de Processo Seletivo Simplificado não é permitida a admissão de candidatos estrangeiros.

Para investidura no cargo, além de outros requisitos, é necessária a nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, do Art. 12 da Constituição da República Federativa

do Brasil e na forma do disposto no Art. 13, do Decreto nº 70.436/1972 ou, ainda, no caso de nacionalidade estrangeira, estar em conformidade com as normas e os procedimentos das Leis nº 8112/1990 e nº 9515/1997.

7.1.5 Centro de Referência em Formação e EaD

O Consup do IFSC aprovou, por meio da Resolução nº 08/2014/Consup, a criação do Centro de Referência em Formação e EaD.

Cabe a esse Centro de Referência fomentar, articular e encaminhar demandas de formação da área de Gestão Pública em Instituição de Ensino e demandas de Formação de Formadores, internas à instituição, em articulação com as Pró-Reitorias de Administração e de Ensino. Além disso, cabe também ao Centro de Referência fomentar, articular e encaminhar demandas de Formação de Formadores e de Gestão Pública em Instituição de Ensino externas à instituição, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.

A partir de fevereiro de 2014, é o Centro de Referência que oferta os cursos de formação aos servidores e ao público externo do IFSC, sempre em parceria com as Pró-Reitorias.

7.1.6 Ambientação e Procaed

A ambientação tem a função de situar o novo servidor na instituição, tratando de questões ligadas à história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como de processos e fluxos do IFSC. Ela é composta por momentos presenciais e a distância. Há também a Ambientação Setorial, aquela em que o servidor é recebido no seu local de trabalho e recebe os primeiros treinamentos em serviço.

Uma das grandes ações de 2013 foi o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Educacional (Procaed) do IFSC. O Procaed, Módulo EaD, tem como objetivo a formação continuada dos servidores do Instituto Federal de Santa Catarina por meio da modalidade a distância, possibilitando a construção de saberes pertinentes à sua atuação profissional e cidadã. A sua oferta se justifica pela demanda institucional de desenvolvimento permanente do servidor público, de acordo com o Decreto nº 5707/2006. Foram ofertadas, nesse primeiro módulo, 600 vagas, distribuídas nos cursos de Comportamento Humano no Trabalho, Ética na Gestão Pública, Concepção e Gestão de

Projetos Públicos, Gestão de Pessoas, Novos Paradigmas na Gestão Pública e Comunicação.

7.2 CORPO DOCENTE

7.2.1 Composição

A composição do corpo docente do IFSC é bastante diversa. Em dezembro de 2016, de acordo com o Siape, o número de docentes efetivos era 1.289. Quanto à titulação, 47,5% desses docentes são mestres, 25,2% doutores e 27,5% graduados ou especialistas.

7.2.2 Plano de carreira

O Plano de Carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disciplinado pela Lei nº 12.772/2012 e é composto de cinco classes (DI, DII, DIII, DIV e titular). As classes DI e DII têm, cada uma, dois níveis, enquanto as classes DIII e DIV têm quatro níveis cada uma. A classe titular compreende apenas um nível. Além disso, há o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto de um nível apenas.

O professor do IFSC, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I – 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou
- II – tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, o IFSC poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

O regime de 40 horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas em Lei.

Os docentes em regime de 20 horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as

despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, nas seguintes hipóteses:

- I – ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou
- II – participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da Instituição Federal de Ensino.

O desenvolvimento da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão funcional e promoção, na forma da Lei nº 12.772/2012. Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Para a Progressão, os critérios a serem observados cumulativamente são:

- a) o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e;
- b) aprovação em avaliação de desempenho individual.

Já a promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

- para as Classes D II, DIII e DIV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- para a Classe Titular:
 - a) possuir o título de doutor;
 - b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e
 - c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

O IFSC regulamentou a Promoção à Classe Titular através da Resolução Nº 05/2014/Consup. Em junho de 2014, o número de professores titulares no IFSC era 28.

Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem aos seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

- I – de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e

II – de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Uma novidade trazida para a Carreira dos Docentes pela Lei nº 12.772/2012 foi o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). No caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o RSC.

De acordo com a legislação, o RSC poderá ser concedido pelo IFSC em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III.

A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma:

I – diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;

II – certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III – titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

No IFSC, a Resolução Nº 29/2014/Consup dispõe sobre a regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

7.2.3 Procedimentos para Substituição de Professores e Recomposição do Quadro

No IFSC, os procedimentos relativos à contratação de professores substitutos são regidos pela Lei nº 8.745/1993; Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 94.664/1987; Lei nº 9.849/1999; Portaria Interministerial nº 164/2003; Decreto nº 4.748/2003; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7485/2011 e Lei nº 12.425/2011.

De acordo com as normas legais, tal modalidade de contratação é utilizada em caráter excepcional e temporário para suprir a falta de docentes do quadro de pessoal efetivo do IFSC, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos: vacância, licença por motivo de afastamento do cônjuge, licença para o serviço militar, licença para o desempenho de mandato classista, afastamento para estudo ou missão no exterior, afastamento para servir em organismo internacional, afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, licença à servidora gestante, licença

para tratar de interesses particulares, afastamento para servir a outro órgão ou entidade, afastamento para exercício em mandato eletivo, licença para tratamento de saúde, nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor e Diretor de câmpus. Além da legislação, o IFSC tem normas internas que tratam do assunto.

De acordo com a legislação, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos do quadro, regra que o IFSC vem observando cuidadosamente. Para a seleção de professores substitutos, o IFSC realiza, de acordo com a demanda, processos seletivos simplificados.

O tempo em que o professor substituto pode atuar na instituição depende do término do afastamento do professor efetivo, mas seu contrato não pode ultrapassar a vigência de 24 meses. O Regime de Trabalho dos professores substitutos limita-se apenas ao de 20 ou 40 horas semanais.

De acordo com o Decreto nº 8259/2014, o BPeq é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor-equivalente. Em 29 de maio de 2014, o BPeq do IFSC era igual a 2.584,22.

Com a existência do BPeq, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, etc, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto, enquanto se elabora um novo Concurso Público para ocupar definitivamente aquela vaga desocupada.

Além disso, o IFSC trabalha com a política da remoção interna. De 2013 até o primeiro semestre de 2014, quase 150 servidores foram removidos por meio dos editais de remoção. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar na vigência dos editais, são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFSC, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados câmpus, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

7.2.4 Política de Qualificação

Há, no IFSC, vários incentivos à qualificação do corpo docente. As regras para

afastamento para pós-graduação estão disciplinadas da Resolução nº 19/2012/CDP. O servidor do IFSC poderá afastar-se de suas funções para realizar cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas as exigências contidas na presente Resolução e na legislação vigente.

O afastamento para pós-graduação poderá ser parcial ou integral, conforme as seguintes definições:

I – O afastamento parcial é aquele em que o servidor recebe liberação de até 50% da carga horária relativa ao seu regime de trabalho;

II – O afastamento integral é aquele em que o servidor recebe liberação total da carga horária de seu regime de trabalho para dedicação exclusiva à atividade de pós-graduação.

Os prazos de afastamento para pós-graduação são fixados e compreendem: até 12 meses para especialização; até 24 meses para mestrado; até 48 meses para doutorado; até 12 meses para pós-doutorado.

Os afastamentos para pós-graduação serão concedidos considerando-se a relevância da capacitação para o IFSC, de acordo com a Política de Formação e o Plano Anual de Capacitação (PAC).

Para afastamentos integrais de docentes haverá a concessão de professor substituto apenas para aqueles classificados em edital específico. O processo de classificação com fins de concessão de afastamento integral aos docentes do IFSC inscritos em programas de Mestrado, Doutorado ou em projetos de Pós-Doutorado é divulgado semestralmente. Professores substitutos podem ser contratados, dentro de um número respectivo de vagas, disciplinado por Edital.

Além desse incentivo, há também o processo de seleção para conceder auxílio para participação em programas de pós-graduação aos servidores do IFSC inscritos em programas de Mestrado e Doutorado. O objetivo é incentivar o desenvolvimento dos servidores, auxiliando-os na realização de estudos e pesquisa por meio de concessão de auxílio para o custeio de atividades relacionadas à participação em cursos de Mestrado e Doutorado no país, reconhecidos pela Capes.

O IFSC também possibilita aos seus servidores, tanto docentes quanto técnico-

administrativos, a participação em programas de Minter e Dinter, mediante seleção por edital de responsabilidade da instituição parceira.

7.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.3.1 Composição

A composição do corpo técnico-administrativo do IFSC também é bastante diversa. Há, em sua formação, servidores técnico-administrativos classificados em cinco níveis, quais sejam: nível A (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado e ensino fundamental incompleto); nível B (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado, ensino fundamental incompleto e completo); nível C (referente aos cargos com escolaridade de ensino fundamental); nível D (referente aos cargos com escolaridade de ensino médio); e nível E (referente aos cargos com escolaridade de ensino superior). Em dezembro de 2016, de acordo com o Siape, o número de técnico-administrativos era 1.181. Quanto à titulação, cerca de 85,9% dos técnico-administrativos são graduados ou especialistas, 10,8% são mestres e 0,9% são doutores¹.

7.3.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira dos servidores Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) está disciplinado pela Lei nº 11.091/2005, atualizado pela Lei nº 12.772/2012, e é estruturado em cinco níveis, cada um com quatro classes de capacitação. Além disso, cada nível tem 16 pisos, que representam a progressão do servidor por mérito.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. Porém, a regra não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais (Redação dada pela Lei nº 8.270/1991). Há algumas profissões que também possuem jornadas de trabalho fixadas através de acordos, legislações ou convenção coletiva de trabalho.

Há também, no IFSC, a jornada de trabalho flexibilizada, fixada pelo Decreto nº 1.590/1995, quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou

¹ Dados extraídos do Siape em dezembro de 2016.

escalas, em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A Resolução nº 2/2014/Codir regulamenta a jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSC.

Outra possibilidade é a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, disciplinada pela Medida Provisória nº 2.174-28/2001, na qual o servidor pode reduzir sua jornada de 40 horas semanais e oito diárias para 30 semanais e seis diárias ou 20 semanais e quatro diárias.

O desenvolvimento do servidor técnico-administrativo na carreira dá-se, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, de acordo com o Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012.

No IFSC, as regras para concessão da Progressão por Capacitação, além da Lei nº 11.091/2005, são previstas na Resolução nº 07/2013/CDP.

Entende-se por capacitação o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Entende-se por eventos de capacitação os cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Entende-se por capacitação interna os eventos de capacitação promovidos pelo IFSC ou pelo IFSC em parceria com outra instituição.

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vetado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a vinte horas-aula. A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.

Aos servidores titulares de cargos de Nível de Classificação E, a conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo do servidor, em cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser considerada como certificação em Programa de Capacitação para fins de Progressão por Capacitação Profissional, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.

A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.

É devido o Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do item b do anexo XVII da Lei nº 12.772/2012, observados os seguintes parâmetros:

I – a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor implicará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II – a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão. O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, deverão ser respeitadas as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional, cujos critérios e processos de validação dos certificados e títulos estão dispostos no Decreto nº 5824/2006. No IFSC, as regras para concessão do Incentivo à Qualificação, além da Lei nº 11.091/2005 e do Decreto nº 5824/2206, são previstas na Resolução nº 21/2012/CDP.

7.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro

Com a existência do QRSTAE, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, etc, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público.

Além disso, o IFSC trabalha com a política da remoção interna. Desde 2013, foram lançados os editais de remoção nº 30/2013, 43/2013 e 16/2014, nos quais quase 150 servidores foram removidos até o fim do primeiro semestre de 2014. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar, na vigência dos editais, são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFSC, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados câmpus, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

A Resolução nº 12/2013 do CDP aprova o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos em Educação do IFSC, desenvolvido por um Grupo de Trabalho denominado GT Quadro.

A montagem dos quadros de referência se demonstrou um trabalho relativamente complexo, pois buscou-se contemplar as realidades dos diversos estágios em que se apresentam os câmpus do IFSC, dentro de um limite de vagas de TAE inferior à projeção de 45 por câmpus da expansão, que foi usada como base na elaboração do PDI vigente.

Embora com limitações, também procurou-se minimizar as distorções decorrentes das distribuições de vagas realizadas antes do Decreto nº 7.311/2010 e da Lei nº 12.677, as quais, de certa forma, privilegiaram os câmpus da pré-expansão e expansão I.

A tipologia desenvolvida pelo GT Quadro caracteriza os câmpus da seguinte forma:

- tipo VI: quadro mínimo para funcionamento completo de um câmpus, independentemente do número de alunos; não é entendido como um teto, mas sim como uma referência a ser disponibilizada o mais rapidamente possível durante o período de implantação de qualquer câmpus;
- tipo V: quadro para funcionamento completo, em dois turnos, de um câmpus com cerca de 800 alunos;
- tipo IV: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para até 1200 alunos;
- tipo III: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para pelo menos 1200 alunos, baseado nas estruturas dos câmpus do Plano de Expansão I;
- tipo II: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para 1800 alunos;
- tipo I: classificação de câmpus pré-expansão que, por terem porte, estrutura e histórico peculiares, não se enquadram na tipologia de referência.

Para a elaboração do POCV deste PDI, os câmpus utilizaram os quadros de referência como teto para o número projetado de servidores técnico-administrativos.

A classificação do câmpus em um determinado tipo não lhe dá o direito de pleitear a efetivação do quantitativo de vagas planejado enquanto não houver enquadramento nos critérios de crescimento, exceção feita ao quadro do tipo VI. Assim, para que sejam repassadas ao câmpus todas as vagas previstas no tipo em que está classificado, o câmpus deverá se qualificar por critérios que serão definidos, como por exemplo, número de alunos, espaço físico e comprovação de demandas dos cursos.

O enquadramento de um câmpus na tipologia poderá ser alterado nos períodos de revisão do PDI entre 2015 e 2019, nas seguintes situações:

- se a Setec repassar novos códigos de vagas, criados por futuras leis;

- se um câmpus atingir sua meta de alunos e houver comprovadamente demanda para crescimento, desde que outro câmpus não consiga alcançar indicadores que justifiquem sua permanência no tipo inicialmente previsto;
- na situação contrária à anterior.

A Tipologia de Câmpus e Quadro de Referência de TAE aprovada pela Resolução nº 12/2013/CDP é apresentada na Tabela 7.1.

CARGO	NÍVEL	TIPO DE CÂMPUS				
		II	III	IV	V	VI
ADMINISTRADOR	E	3	1	1	1	1
CONTADOR	E	1	1	1	1	1
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA	E	2	2	1	1	1
ASSISTENTE SOCIAL	E	2	1	1	1	1
PEDAGOGO-AREA	E	4	2	2	1	1
PSICOLOGO-AREA	E	2	1	1	1	1
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	3	2	2	2	1
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	E	1	1	0	0	0
regionalizados	E	1	1	1	1	0
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	D	22	17	13	8	7
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	D	3	2	2	2	1
TECNICO DE LABORATORIO-AREA	D	8	8	6	4	2
ASSISTENTE DE ALUNO	C	3	3	3	3	3
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	2	2	3	1	1
subtotal nível	E	19	12	10	9	7
subtotal nível	D	33	27	21	14	10
subtotal nível	C	5	5	6	4	4
TOTAL GERAL		57	44	37	27	21

Tabela 7.1: Tipologia de câmpus e Quadro de Referência de TAE.

Os câmpus do IFSC ficam enquadrados na tipologia da seguinte forma:

- tipo I: Florianópolis e São José;
- tipo II: Joinville;
- tipo III: Jaraguá do Sul, Florianópolis-Continente, Chapecó e Araranguá;
- tipo IV: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus, Lages e São Miguel do Oeste;
- tipo V: Caçador, Garopaba, Palhoça-Bilíngue, Xanxerê, Tubarão e São Carlos;

- tipo VI: Urupema.

O Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste terá quadro próprio conforme modelo definido pelo MEC, não se enquadrando na tipologia.

7.3.4 Política de Qualificação

Há, no IFSC, várias formas de fomento à qualificação do corpo técnico-administrativo. As regras para afastamento para pós-graduação estão disciplinadas da Resolução nº 19/2012/CDP. O servidor poderá afastar-se de suas funções para realizar cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas as exigências contidas na presente Resolução e na legislação vigente.

O afastamento para pós-graduação poderá ser parcial ou integral, conforme as seguintes definições:

I - o afastamento parcial é aquele em que o servidor recebe liberação de até 50% da carga horária relativa ao seu regime de trabalho;

II - o afastamento integral é aquele em que o servidor recebe liberação total da carga horária de seu regime de trabalho para dedicação exclusiva à atividade de pós-graduação.

Os prazos de afastamento para pós-graduação são fixados e compreendem: até 12 meses para especialização; até 24 meses para mestrado; até 48 meses para doutorado; até 12 meses para pós-doutorado. Serão concedidos considerando-se a relevância da capacitação para o IFSC, de acordo com a Política de Formação e o Plano Anual de Capacitação (PAC).

Além desse incentivo, há concessão de auxílio, por meio de edital, para participação de servidores em programas de Mestrado e Doutorado, para incentivar o desenvolvimento dos servidores, auxiliando-os na realização de estudos e pesquisa.

O IFSC também possibilita aos seus servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, a participação em programas de Minter, mediante seleção por edital de responsabilidade da instituição parceira.

Além disso, há também os editais de apoio em participação de eventos. Para que

se possa acelerar a qualificação, existe o “horário especial para estudante”, pelo qual o servidor pode, mediante compensação, organizar sua jornada de trabalho de 40 horas e seus horários de aula, respeitando a legislação vigente. Essa matéria está disciplinada pela Resolução nº 8/2012/CD. O servidor também tem a opção de reduzir sua jornada de trabalho, com vencimentos proporcionais, conforme citado na seção 7.3.2.

Há outras ações das quais o IFSC incentiva seus servidores a participar. Em 2014 os servidores públicos tiveram a possibilidade de fazer dois cursos de Mestrado que fazem parte do Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Plafor). Um deles é o Mestrado Profissional em Ciências da Computação, que estabelece as normas para o preenchimento de vagas através da Nota Técnica Informativa nº 52/2014. O Mestrado destina-se a servidores efetivos técnico-administrativos, Técnicos de Tecnologia da Informação e Analistas de Tecnologia da Informação, em um convênio Setec/UFPE. Outro exemplo é o Mestrado Profissional em Gestão Pública, em convênio com a Setec e a Universidade de Brasília.

Por fim, em 2017, o IFSC participará, como polo presencial, da oferta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, aprovado junto à CAPES pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

7.4 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL

De acordo com seu POCV, até o final da vigência deste PDI, o IFSC terá um crescimento de mais de 50% no número de docentes. A tabela 7.2 apresenta a projeção de expansão do quadro docente por câmpus e em todo o Instituto, a qual será reavaliada a cada revisão do POCV. Destacamos que o quadro não é fixo e deve ser reavaliado no momento das readequações necessárias ao POCV.

O total planejado de vagas de docentes, e utilizado como base para a elaboração do POCV, foi limitado pelo Banco de Professores Equivalentes (BPEq) do IFSC e o número de códigos de vaga do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico pactuados entre MEC e IFSC. Assim, considerando o Decreto Nº 8.259, de 29 de maio de 2014, que atribui ao IFSC um BPEq de 2.584,22, determina fatores de 1,59 e 1,00 para, respectivamente, professores em regime de dedicação exclusiva e

professores substitutos, bem como estabelece um teto de professores substitutos igual a 20% dos efetivos, o POCV foi elaborado com o limite de 1.444 docentes². Por simplificação e previsão de pior caso em termos de ocupação do BPEq do IFSC, o planejamento considerou todos os docentes em regime de dedicação exclusiva.

2 Com os códigos de vaga já disponíveis e os novos parâmetros de cálculo do BPEq dados pela Portaria Interministerial 405/MPDG/MEC, de 14 de dezembro de 2016, quando esta revisão do PDI já estava concluída, será possível a contratação de até 1.465 docentes em regime de Dedicação Exclusiva.

Câmpus	Quantidade de Vagas de Docentes Efetivos							
	out. 2014	dez. 2016	previsão de alocação de vagas					
			2017	2018	2019	2020	2021	2022
Araranguá	54	64	64	64	64	64	63	63
Caçador	8	30	37	39	40	41	41	41
Canoinhas ³	25	49	50	52	52	52	53	55
Cerfead	6	18	20	20	20	20	20	20
Chapecó	52	62	62	62	62	62	62	62
Criciúma	37	58	58	61	62	63	63	63
Florianópolis ³	326	357	357	357	357	357	357	357
Florianópolis-Continente	56	56	56	56	56	56	56	56
Garopaba	15	22	24	30	32	32	32	32
Gaspar ³	38	51	57	59	59	59	59	59
Geraldo Werninghaus	33	39	48	50	56	58	58	58
Itajaí	24	45	55	57	58	59	59	59
Jaraguá do Sul	52	59	59	59	59	59	59	59
Joinville	69	82	87	87	88	88	88	88
Lages	29	44	47	53	57	58	58	58
Palhoça Bilingue	24	46	45	45	45	45	45	45
São Carlos	1	22	24	35	35	35	35	35
São José	89	93	93	92	91	90	90	90
São Lourenço do Oeste	2	9	9	10	11	12	12	14
São Miguel do Oeste	25	34	43	47	49	49	49	49
Tubarão	1	9	12	17	21	23	25	25
Urupema	13	19	21	22	22	22	22	22
Xanxerê	14	30	31	33	33	34	34	34
Total	993	1298⁴	1359	1407	1429	1438	1440	1444

Tabela 7.2. Projeção de expansão do quadro docente.

Quanto ao quadro de servidores técnico-administrativos, a tabela 7.3 apresenta distribuição de vagas por câmpus e no total do IFSC. Considerando o total de 911 vagas ocupadas no final de 2014, ao longo da vigência deste PDI terão sido admitidos ao menos 311 novos servidores técnico-administrativos. Como mostrado pela tabela 7.3, a maior parte dessas vagas já foram alocadas nos câmpus e Reitoria do IFSC.

3 Os três docentes que, no Capítulo 4, aparecem como “Não alocados” por estarem atuando fora do câmpus de lotação, aqui aparecem computados em seus respectivos câmpus de lotação, quais sejam CAN, FLN e GAS.

4 Fonte: Planilha do Banco de Professores/DGP

A tabela 7.3 apresenta o total de vagas alocadas em julho de 2014 e fevereiro de 2016, bem como a previsão de alocação de vagas ainda não distribuídas pela Reitoria. Por vagas alocadas, compreende-se o total de vagas ocupadas ou ainda não preenchidas, mas já distribuídas às unidades organizacionais. Dentro das vagas previstas (coluna Prev.) estão computadas as vagas ainda não redistribuídas pela SETEC/MEC ao IFSC, referentes ao Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.

A reposição de vacâncias referentes a cargos em extinção, em todos os níveis, não é direta, uma vez que a Lei nº 12.677/2012 não criou códigos de vaga para tal e que as suas atribuições normalmente correspondem a serviços terceirizáveis. Entretanto, na medida da disponibilidade de códigos de vaga, a instituição pode analisar a compensação indireta com outros cargos, conforme vem sendo realizado desde a criação do QRSTAE.

Da tabela 7.3, também constam os servidores regionais: auditores, engenheiros, jornalistas e médicos que são lotados em um dos câmpus da região que atendem. A regionalização, além de propiciar a descentralização de alguns processos, tem por princípio fundamental possibilitar mais agilidade e eficiência no cumprimento das finalidades institucionais e atendimento das demandas da sociedade. Assim, de modo a possibilitar o atendimento das demandas dos câmpus nas áreas de auditoria, engenharia e jornalismo, teve início a implantação gradual da regionalização desses serviços, pautada nos princípios da flexibilidade, cooperação, cogestão, eficiência e subsidiariedade.

Unidade Organizacional de lotação	Nível E				Nível D				Nível C				Cargos em extinção				Total Geral
	2014	2017	Prev	Tot	2014	2017	Prev	Tot	2014	2017	Prev	Tot	D	C	B	A	
Araranguá	14	15	-	15	27	27	-	27	5	5	-	5	-	-	-	-	47
Caçador	9	8	-	8	11	14	-	14	6	6	-	6	-	-	-	-	28
Canoinhas	9	9	-	9	20	18	-	18	8	9	-	9	-	-	-	-	36
Chapecó	14	13	-1	12	24	28	-	28	5	5	-	5	-	-	-	-	45
Criciúma	10	10	-	10	17	19	-	19	8	9	-	9	-	-	-	-	38
Florianópolis	55	58	-	58	93	95	-	95	22	26	-	26	3	15	9	2	208
Florianópolis-Continente	15	15	-1	14	27	30	-	30	6	6	-	6	-	-	-	-	50
Garopaba	8	8	-	8	11	13	-	13	6	8	-	8	-	-	-	-	29
Gaspar	11	11	-	11	18	23	-	23	8	9	-	9	-	-	-	-	43
Geraldo Werninghaus	10	10	-	10	20	21	-	21	8	9	-	9	-	-	-	-	40
Itajaí	12	12	-	12	19	19	-	19	7	9	-	9	-	-	-	-	40
Jaraguá do Sul	18	17	-	17	23	25	-	25	3	6	-	6	-	-	-	-	48
Joinville	17	19	-	19	27	33	-	33	5	7	-	7	-	-	-	-	59
Lages	11	11	-	11	16	19	-	19	7	9	-	9	-	-	-	-	39
Palhoça-Bílingue	11	11	-	11	13	16	-	16	7	9	-	9	-	-	-	-	36
São Carlos	2	5	3	8	7	12	-	12	2	4	1	5	-	-	-	-	25
São José	29	29	-	29	35	35	-	35	16	17	-	17	5	8	5	3	102
São Lourenço do Oeste	-	-	3	0	-	3	3	6	-	3	-	3	-	-	-	-	12
São Miguel do Oeste	10	10	-	10	19	19	-	19	8	9	-	9	-	-	-	-	38
Tubarão	3	5	3	8	4	11	1	12	3	5	-	5	-	-	-	-	25
Urupema	8	7	-	7	8	10	-	10	6	5	-	5	-	-	-	-	22
Xanxerê	9	8	-	8	11	13	-	13	6	6	-	6	-	-	-	-	27
Cerfead	2	6	-	6	2	4	-	4	-	-	-	0	-	-	-	-	10
Reitoria	78	88	-	88	76	75	-	75	1	1	1	2	-	1	-	-	166
Regionais	13	15	-	15	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	-	15
Total	378	400	7	407	528	582	4	586	153	182	2	184	8	24	14	5	1228

Tabela 7.3: Quadro de vagas de servidores técnico-administrativos.
Data da coleta: fevereiro de 2017. Fonte: Planilha do Banco de TAES/DGP

CAPÍTULO 8.....	1
POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	1
8.1 INGRESSO.....	1
8.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS).....	2
8.3 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTUDANTE.....	3
8.4 PERMANÊNCIA E ÊXITO NO PERCURSO FORMATIVO.....	4
8.5 ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....	5
8.6 EGRESSOS.....	6

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico, no objetivo estratégico A4, um compromisso com o atendimento efetivo às demandas dos alunos. Esse objetivo visa a melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.

Ao compreender a centralidade do discente na instituição e as distintas demandas que o público atendido pelo IFSC apresenta, são desenhadas políticas de atendimento aos discentes. Essas políticas levam em consideração a diversidade de necessidades do universo de discentes, visando auxiliar aqueles com mais dificuldades, seja no processo de escolarização ou na presença de outras vulnerabilidades. Neste sentido, a vulnerabilidade social deve ser considerada nas diversas formas de assistência estudantil, seja nos programas de ensino, pesquisa e extensão.

A perspectiva central nas políticas de atendimento aos discentes está pautada na oferta de uma educação de qualidade com vistas à inclusão, permanência e êxito, sendo concebida como viver a experiência da diferença, não discriminando discentes por sua classe, cor, deficiência, estado nutricional, orientação sexual ou outra característica da pessoa. Abaixo, descrevem-se as políticas adotadas pelo IFSC nos dias de hoje e aquelas que a instituição pretende adotar ao longo dos próximos cinco anos no âmbito do atendimento direto ao discente.

8.1 INGRESSO

O acesso ao IFSC é o primeiro contato do estudante com a instituição e, compreendendo a importância de atender adequadamente aos seus futuros discentes, o IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico o objetivo estratégico P2: “aprimorar o processo de ingresso.” Uma das ações relacionadas a esse objetivo foi a qualificação buscando-se garantir, além de outras questões inclusivas, o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas. É objetivo da instituição, também, trabalhar

para que a forma de aplicação do sistema de cotas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012, seja aperfeiçoada, facilitando a compreensão e agilizando a resposta ao estudante. Da mesma forma, deve ser implantada a reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme Lei nº 13.409/2016. Serão fortalecidos os processos de ingresso ~~por análise socioeconômica~~ para os cursos técnicos e de formação inicial e continuada, tornando-os mais simplificados e inclusivos. Para os cursos de graduação, deve-se priorizar a seleção por meio do desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio e de seu respectivo processo seletivo (SiSU), visando à otimização de recursos e o aperfeiçoamento do processo seletivo.

Para os cursos de pós-graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*), o objetivo é institucionalizar e aprimorar a seleção, de modo a potencializar a ocupação das vagas ofertadas com o público-alvo dos cursos, fomentando a pesquisa e a inovação.

8.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS)

O PAEVS é um programa que existe na instituição desde 2010 e tem o objetivo de proporcionar as condições mínimas para um bom aprendizado a discentes de todos os níveis de ensino (cursos de qualificação profissional, cursos técnicos, graduações e pós-graduações). Por meio desse Programa, os discentes têm acesso a auxílio financeiro a ser utilizado para o pagamento de suas despesas como, por exemplo, alimentação, material escolar e transporte no percurso casa-escola-casa. Entretanto, o valor recebido varia conforme as condições financeiras apresentadas pelo discente e sua família. Em 2015 foram atendidos pelo Programa 2571 discentes e, em 2016, foram atendidos 4464 discentes.

A partir dos resultados levantados pelas Avaliações da Assistência Estudantil do IFSC realizada desde 2011, puderam ser implementados aprimoramentos no Programa, como a melhoria na sua divulgação. Constatou-se também a necessidade de ampliar a assistência estudantil na área de alimentação.

A instituição pretende fortalecer o PAEVS, que passará por reestruturações normativas, com a revisão de suas regras de acesso e permanência. Além disso, pretende-se qualificar os processos de avaliação com os discentes e servidores da

instituição.

8.3 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTUDANTE

O Programa de Segurança Alimentar do discente (PSAE) constitui-se num conjunto de estratégias que defendem a garantia de oferta de uma alimentação aos discentes, dentro de um critério de segurança alimentar e nutricional, atendendo as concepções de Direito Humano à Alimentação Adequada. O Plano de Alimentação Estudantil (PAE), o Plano Cantina Saudável e o Plano de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são partes integrantes do Programa de Segurança Alimentar do discente do IFSC e são caracterizados pela universalidade do atendimento. Essa proposta tem como objetivos: contribuir para um adequado crescimento e desenvolvimento dos discentes; aprimorar o rendimento escolar; criar elementos pedagógicos mais positivos no âmbito da Educação em Saúde; formar hábitos alimentares mais conscientes e auxiliar na sustentabilidade ambiental do universo a que se insere esse público.

O Programa de Alimentação Estudantil do IFSC tem como base regulamentadora a Constituição Federal de 1988 (artigos 6º, 205, 208 e 211); a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 25); o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (artigo 11); a Lei nº 11.947/2009; a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009; a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465/2010; a Nota Técnica nº 02/2012 – COTAN/CGPAE/DIRAE/FNDE; a Resolução/CD/FNDE nº 67/2009 e a Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, dentre outras regulamentações na área. Em consonância com o exposto na Lei, o IFSC inicia a implantação do Programa em um de seus câmpus em 2014, com a organização da adequada infraestrutura física e de pessoal, além de ações educativas na área de saúde, alimentação e segurança alimentar.

Pretende-se trabalhar na implementação efetiva do Programa de Segurança Alimentar do Estudante (PSAE) em tantos câmpus quanto possível, conforme a disponibilidade orçamentária, financeira, de infraestrutura e de pessoal.

8.4 PERMANÊNCIA E ÊXITO NO PERCURSO FORMATIVO

Estão agrupadas neste item diferentes ações que visam aprimorar o processo de ensino e fornecer suporte aos discentes durante seu percurso formativo. Ao intervir nesse processo a instituição está desenvolvendo meios de favorecer a permanência e o êxito dos discentes, contemplando sua diversidade.

A principal iniciativa da instituição é o fortalecimento das equipes interdisciplinares que atuam diretamente no atendimento do discente e na orientação ao docente nos câmpus, que denominamos de Coordenadorias Pedagógicas. Nos anos de 2013 e 2014 houve diversos chamamentos de concurso público para preenchimento de vagas nessas equipes que tem como composição mínima um psicólogo, um assistente social, um pedagogo e outro profissional de nível superior do campo da educação. Além do crescimento das equipes, a Pró-Reitoria de Ensino está desenvolvendo um projeto para a troca de experiências entre os servidores das Coordenadorias Pedagógicas, por meio de encontros regionais e com a posterior publicação das práticas exitosas. A partir desses encontros e das publicações, pretende-se trabalhar na construção dos fluxos e processos de trabalho das Coordenadorias Pedagógicas, que devem auxiliar no processo de implantação do sistema acadêmico no IFSC.

São consideradas ainda propostas que contribuem para a permanência e o êxito dos discentes atividades de prevenção e promoção de saúde, de combate à discriminação e de valorização das diferenças entre os discentes. Essas atividades são desenvolvidas pelos câmpus, conforme os calendários estabelecidos em cada um deles.

A prática de atividades culturais e esportivas são compreendidas como parte da formação integral e cidadã que a instituição se propõe a ofertar aos discentes. O compromisso com esta proposta de formação é contemplado na realização anual dos Jogos do IFSC (JIFSC). Com a realização dos jogos objetiva-se incentivar a prática desportiva e a cooperação e interação entre os discentes.

A inserção do discente no mundo do trabalho também se trata de um desafio que precisa de apoio da instituição. Neste sentido, pretende-se implementar uma Coordenação de Estágios na Pró-reitoria de Ensino. Esta Coordenação trabalhará na construção de documentos reguladores da prática de estágio dos discentes do IFSC e na

normatização dos processos. Desta maneira, espera-se que o atendimento dos discentes seja qualificado e facilite o acesso dos discentes ao estágio e a conclusão dos mesmos com êxito, buscando reduzir a burocratização dos processos da área.

8.5 ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O atendimento às pessoas com necessidades específicas demanda uma especialização por parte da instituição em vários âmbitos: de pessoal, de infraestrutura e atitudinal. O atendimento educacional especializado será qualificado através de ações encadeadas que serão disparadas pela PROEN e devem se estender a todo o corpo da instituição para que sejam eficazes. Essas ações estão desenhadas no planejamento estratégico do IFSC em seu objetivo estratégico P8 (atender as pessoas com necessidades específicas). Esse objetivo estratégico aponta para a necessidade de aperfeiçoar e implantar processos para o atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas (PNE), através das seguintes iniciativas estratégicas: P0801, “garantir atendimento especializado no processo de ingresso adequado às PNE”; P0802, “garantir o atendimento educacional especializado e atuação em rede para atender as PNE”; P0803, “implementar a legislação relacionada à acessibilidade e à inclusão”; e P0804, “proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar”.

A primeira ação é a sensibilização dos gestores da instituição através de atividades com o Colégio de Dirigentes, para que compreendam a importância do atendimento educacional especializado e sejam parceiros dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nos campi e também na reitoria. Essas ações serão conduzidas em 2014. Em paralelo, está sendo construído um projeto de formação dos servidores que realizam o atendimento aos discentes com necessidades específicas que deve iniciar ainda em 2014. A formação desses servidores é crucial para a melhoria do atendimento dos discentes, hoje realizado por servidores que não tem formação na área de atendimento educacional especializado. Com estas ações pretende-se que haja

mudanças na atitude dos servidores em relação aos discentes com necessidades específicas, tornando o ambiente escolar um espaço acolhedor das diferenças.

Para garantir que o trabalho aconteça de forma qualificada e delimitada, será construído o Regulamento do NAPNE, conforme previsto no Regimento Geral do IFSC. Através desse documento serão estabelecidos parâmetros gerais para o atendimento adequado dos discentes com necessidades específicas, buscando garantir a efetividade dessas ações.

Quanto à infraestrutura, objetiva-se ampliar a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento às necessidades dos discentes. Para a realização de tal objetivo, o IFSC busca o estabelecimento de parcerias com o governo federal para garantir o financiamento e compra dos equipamentos. Também é preciso fazer a adaptação arquitetônica das instalações do IFSC para que atendam as normas vigentes de acessibilidade. Para tanto, a instituição aguarda a revisão da NBR 9050, a qual normatiza a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos que estão sendo realizadas em 2014, para iniciar um projeto específico de adequação dos espaços físicos.

8.6 EGRESSOS

O IFSC pretende implementar uma proposta de acompanhamento de egressos, em atendimento ao Objetivo Estratégico P5. Ao garantir uma forma de diálogo com os egressos, busca-se ter um retorno quanto ao impacto da formação dada pelo IFSC na vida profissional desses sujeitos e fomentar a formação continuada deste público, garantindo que nosso discente possa fazer seu percurso formativo no IFSC (desde a formação inicial e continuada, passando pelos cursos técnicos de nível médio e chegando na graduação e pós-graduação).

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O IFSC é uma instituição pública federal vinculada ao MEC por meio da Setec. Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada por câmpus e Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura organizacional básica¹ do IFSC é composta por:

I – Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior, de caráter deliberativo e consultivo;
- b) Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo;

II – Órgão Executivo e de Administração Geral: Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores:

1. Pró-Reitoria de Ensino;
2. Pró-Reitoria de Administração;
3. Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

III – Órgãos de Assessoramento:

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas:
 1. Comissão Permanente de Pessoal Docente;
 2. Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE;
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Comissão Própria de Avaliação.

IV – Órgão de Controle: Auditoria Interna;

V – Procuradoria Federal;

1 De acordo com o Regimento Geral do IFSC.

VI – Órgãos de atividade finalística: Diretorias-gerais dos câmpus e Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – EaD;

VII – Órgãos de Assessoramento das Diretorias-gerais dos câmpus: Colegiados dos câmpus.

Na sequência apresentam-se as estruturas que compõem a Reitoria e as Pró-Reitorias, com suas principais competências.

Compete à Reitoria:

I. A administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II. Formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes;

III. Planejar as estratégias de desenvolvimento da instituição;

IV. Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados;

V. Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; e

VI. Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC.

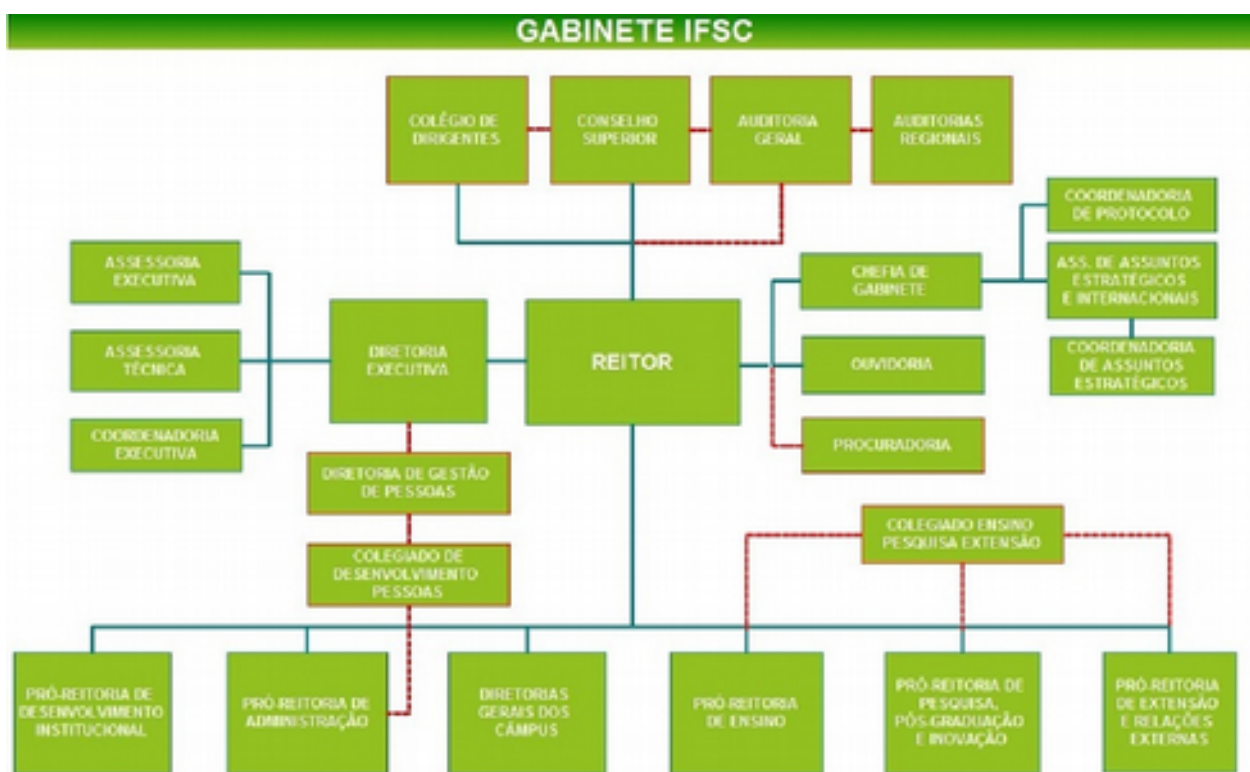


Figura 9.1: Organograma do Gabinete de Reitoria

A Pró-Reitoria de Administração é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor. Compete a essa Pró-Reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias, departamentos e secretarias da Pró-Reitoria de Administração:

- Diretoria de Administração – Gerenciar os recursos institucionais, coordenando a elaboração da prestação de contas do IFSC;
- Diretoria de Gestão de Pessoas – Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas e dos recursos alocados no orçamento de pessoal;

- c) Departamento de Orçamento e Financeira – Coordenar a execução financeira dos recursos disponibilizados ao IFSC pelo Governo Federal;
- d) Departamento de Compras – Coordenar e acompanhar a execução dos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços referentes à instituição;
- e) Departamento de Contratos – Elaborar, fiscalizar, supervisionar e registrar a execução dos processos de contratos e seus termos aditivos;
- f) Departamento de Obras e Engenharia – Acompanhar, fiscalizar e aprovar a execução de obras e serviços da instituição;
- g) Departamento de Seleção de Pessoas – Organizar e coordenar a realização de Concursos Públicos, além de elaborar e implementar o plano de capacitação dos servidores, supervisionando sua execução e a execução da política de gestão de pessoas a todos os servidores.
- h) Departamento de Administração de Pessoal – Supervisionar e executar atividades referentes à administração de pessoal, prestando apoio e assessoria aos Câmpus e à Reitoria em assuntos relativos ao seu Departamento.
- i) Secretaria do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas – Assessorar a Pró-Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional definidas pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.



Figura 9.2: Organograma da Pró-Reitoria de Administração

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional compete promover a integração

entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- a) Diretoria de Gestão do Conhecimento – Fomentar o desenvolvimento da cultura de compartilhamento de conhecimentos, de informações e de práticas de gestão do conhecimento e inovação no IFSC;
- b) Diretoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação – Projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o PDI, auxiliando no desenvolvimento e manutenção dos serviços de tecnologia da informação da instituição.
- c) Departamento de Sistemas de Informação - Atender as necessidades de manutenção corretiva nos sistemas de informação e administrar o modelo de dados corporativos e os bancos de dados da Instituição.



Figura 9.3: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Às diretorias, departamentos e secretaria da Pró-Reitoria de Ensino competem:

- a) Diretoria de Ensino – Executar as políticas e programas de desenvolvimento de ensino

determinadas pela instituição e Governo Federal;

b) Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas – Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmica, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão;

c) Diretoria de Assuntos Estudantis – Planejar, implementar, supervisionar e avaliar a política de assistência estudantil do IFSC, com foco no acesso, permanência e êxito dos discentes, visando à inclusão;

d) Departamento de Ingresso – Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição;

e) Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – Promover a integração sistêmica com os câmpus, para a consolidação das políticas institucionais de formação de Formadores, de formação em Gestão Pública em Instituição de Ensino e de apoio à EaD;

f) Departamento de Educação a Distância – Propor, discutir, desenvolver e manter as políticas e mecanismos para a modalidade de educação a distância;

g) Departamento de Formação – Promover a formação de Formadores da Educação Básica.

h) Procuradoria Educacional Institucional - Operar a interlocução do IFSC com o MEC no tocante à prestação de informações educacionais.

i) Secretaria do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – Assessorar a Pró-Reitoria em relação às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC definidas pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão.



Figura 9.4: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências da diretoria e departamento que integram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

- a) Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – Assessorar o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pesquisa e pós-graduação, colaborando, coordenando e executando as políticas de pesquisa e pós-graduação definidas pela Pró-Reitoria e pelo Cepe;
- b) Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais – Gerenciar os programas de cooperação internacional vigentes e assessorar na elaboração da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.



Figura 9.5: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

À Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Consup. Além disso, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências das diretorias e departamento da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

- a) Diretoria de Extensão – Elaborar, planejar e coordenar o planejamento anual da Diretoria, além de cumprir as diretrizes estabelecidas no PDI, promovendo ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na instituição;
- b) Diretoria de Comunicação Institucional – Coordenar, elaborar e promover melhorias nas atividades de comunicação da instituição;
- c) Departamento de Marketing e Jornalismo – Coordenar a produção de jornais impressos e boletins informativos, voltados para a comunidade acadêmica e para o público externo, além de tratar de assuntos pertinentes ao marketing e ao jornalismo institucional.

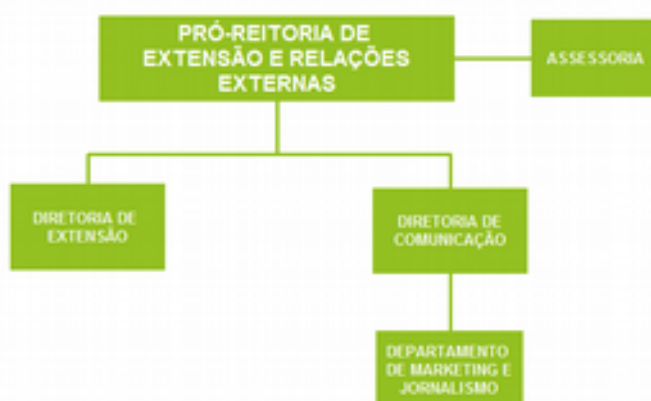


Figura 9.6: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

9.1.1 Estrutura administrativa dos câmpus

Os câmpus do IFSC são administrados por diretores-gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos regimes estatutários e regimentais e delegações do Reitor. Sua estrutura de referência, de caráter obrigatório e independente do porte do câmpus, é composta por:

I. Diretor-Geral e Vice Diretor-Geral²;

II. Assessoria do Diretor-Geral;

III. Diretoria ou Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV. Diretoria ou Departamento de Administração ou Diretoria de Administração;

V. Departamento de Assuntos Estudantis;

VI. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

VII. Coordenadoria de Registro Acadêmico ou Departamento de Assuntos Estudantis.

VII. Função Comissionada de Coordenação de Curso – FCC

Além da estrutura acima, o regimento interno de cada câmpus deve dispor sobre as coordenações e assessorias que contemplem o atendimento aos serviços de relações externas, comunicação social, estágios, extensão, acompanhamento de egressos, pós-graduação, pesquisa e inovação, apoio pedagógico, ingresso, secretaria acadêmica, assistência estudantil, biblioteca, Núcleo de Educação a Distância, áreas acadêmicas,

² Para os câmpus com mais de 2.500 alunos e conforme disponibilidade de Cargo de Direção.

níveis de ensino, atendimento a PNE, tecnologia da informação e comunicação, planejamento, compras, contratos, orçamento e finanças, infraestrutura, manutenção, almoxarifado e patrimônio.

9.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO

9.2.1 Conselho Superior (Consup)

É o órgão máximo do IFSC, com caráter consultivo e deliberativo. É composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do setor público, do MEC e do Codir do IFSC, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores-gerais, entre outros.

São competências do Consup:

- I - zelar pela observância dos objetivos e finalidades do IFSC;
- II - homologar as diretrizes da política institucional nos planos administrativo, econômico-financeiro, de ensino, pesquisa e extensão, apresentadas pela Reitoria;
- III - submeter à aprovação do MEC o Estatuto do IFSC, assim como aprovar os seus regulamentos;
- IV - aprovar a proposta orçamentária anual e acompanhar a sua execução;
- V - deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo IFSC, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;
- VI - autorizar a alienação de bens imóveis e legados na forma da lei;
- VII - apreciar as contas da Reitoria, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade de registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária das receitas e das despesas;
- VIII - aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;
- IX - deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFSC e dos diretores-gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- X - deliberar sobre criação, alteração e extinção dos cursos, observada a legislação

vigente;

XI - autorizar, mediante proposta do Reitor, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestruturas, mantida a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de licitações;

XII - aprovar o seu próprio Regimento Interno;

XIII - propor a reformulação do Estatuto do IFSC, após consulta à comunidade acadêmica por meio de audiência pública, submetendo-o à aprovação pelo órgão competente do MEC;

XIV - aprovar o Regimento Geral do IFSC e propor sua reformulação por 2/3 (dois terços) do total de seus membros, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;

XV - homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFSC;

XVI - aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

XVII - constituir outros órgãos colegiados de natureza consultiva, mediante proposta apresentada pelo Reitor, conforme necessidades específicas do IFSC;

XVIII - deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFSC levados a sua apreciação pelo Reitor.

9.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)

É um órgão de apoio ao processo decisório do IFSC, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-gerais dos campi, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária, financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos que passam pelo Codir.

São competências do Codir:

I. assessorar a Reitoria em assuntos administrativos do IFSC;

II. apreciar e recomendar as normas e critérios para a distribuição do orçamento anual;

III. propor ao Consup a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFSC;

- IV. expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual;
- V. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos câmpus e da Reitoria;
- VI. apreciar o calendário e a agenda sistêmica do IFSC;
- VII. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- VIII. elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado pelo Consup;
- IX. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- X. apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFSC.

9.3 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

9.3.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

É o órgão normativo e consultivo da Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional. É presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Administração. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, o Diretor de Gestão de Pessoas, representantes dos servidores docentes (compondo a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD) e representantes dos servidores técnico-administrativos em educação (compondo a Comissão Interna de Supervisão – CIS).

São competências do CDP:

- I - estabelecer diretrizes para a gestão de pessoas;
- II - estabelecer os critérios de caráter geral para a realização de Concurso Público para o ingresso no IFSC e aprovar as normas específicas elaboradas pelos setores responsáveis, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes e das diretrizes de pessoal civil da União;
- III - emitir parecer sobre os processos relacionados à gestão de pessoas, como instância de recurso;
- IV - regulamentar a carreira do magistério quanto: aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho; aos limites mínimos e máximos de carga horária de

aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas a natureza e a diversidade de funções, e ao processo de acompanhamento e avaliação das atividades docentes;

V - regulamentar a carreira dos técnico-administrativos em educação quanto aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho e ao processo de acompanhamento e avaliação das atividades administrativas;

VI - estabelecer normas e critérios para a avaliação do desempenho docente e dos técnico-administrativos em educação;

VII - estabelecer normas e critérios para a avaliação do estágio probatório dos docentes e dos técnico-administrativos em educação;

VIII - estabelecer normas e critérios para o afastamento dos servidores para fins de capacitação, licença capacitação e licença sabática, progressão funcional por mérito e demais direitos previstos na legislação em vigor;

IX - criar comissões para tratar de matérias específicas;

X - encaminhar ao Consup proposta de alteração do seu Regulamento.

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

É o órgão que formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. Ela é composta por três professores do quadro permanente do IFSC que estejam no efetivo exercício.

Comissão Interna de Supervisão (CIS)

A Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE foi criada pela Lei nº 11.091/2005. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira e tem a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do IFSC, propondo à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

9.3.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)

É um órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão, sendo presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Ensino. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, o Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas, os diretores de ensino, extensão e pesquisa, representantes dos servidores docentes, representantes dos

servidores técnico-administrativos em educação e representantes dos discentes.

São competências do Cepe:

- I - assessorar a Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFSC;
- II - analisar os projetos pedagógicos dos cursos do IFSC e submetê-los ao Consup;
- III - regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas do IFSC;
- IV - estabelecer diretrizes curriculares para oferta educativa do IFSC;
- V - emitir parecer sobre o PDI e o PPI do IFSC;
- VI - definir diretrizes para a elaboração e aprovação do calendário acadêmico do IFSC;
- VII - emitir parecer sobre recursos de processos de natureza didático-pedagógica;
- VIII - elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado e aprovado pelo Consup;
- IX - regulamentar os projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- X - estabelecer diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XI - expedir orientações para a elaboração da Organização Didático-pedagógica do IFSC;
- XII - emitir parecer sobre a Organização Didático-pedagógica dos campi do IFSC;
- XIII - exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas deliberações;
- XIV - julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- XV - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de pesquisa e inovação;
- XVI - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de extensão e relações externas;
- XVII - coordenar a elaboração e aprovação do RDP do IFSC;
- XVIII - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de pesquisa e inovação;
- XIX - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de extensão.

9.3.3 Colegiados dos campi

O Colegiado do campo é órgão normativo e deliberativo por delegação do Consup, no âmbito do campo, de forma a assessorar o Diretor-geral, colaborando para o

aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFSC. Os colegiados dos câmpus são presididos pelos diretores-gerais, e têm em sua composição representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos em educação, representantes dos discentes, representantes da sociedade civil, o Chefe do Departamento de Administração ou Diretor de Administração, quando houver, o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando houver.

São competências dos colegiados dos câmpus:

- I. A apreciação interna e o encaminhamento ao Cepe de projetos de novos cursos e alterações dos cursos existentes;
- II. A apreciação e a aprovação do PAT do câmpus;
- III. A apreciação da proposta de calendário letivo anual, em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo Cepe;
- IV. A apreciação da oferta anual de vagas do câmpus, de acordo com diretrizes expedidas pelo Cepe;
- V. A apreciação dos dados orçamentários do câmpus e a definição sobre as prioridades em função dos recursos disponíveis, convênios e editais;
- VI. A apreciação, quando solicitado ou quando se fizer necessário, de assuntos didático-pedagógicos e administrativos;
- VII. A avaliação de necessidades de servidores, a solicitação de movimentação dos mesmos e a destinação de vagas;
- VIII. A avaliação de necessidades de servidores, dimensionamento, solicitação de movimentação e destinação de vagas no âmbito do câmpus;
- IX. A apreciação das solicitações dos alunos, no que se refere às questões não previstas na Organização Didática;
- X. A apreciação de questões que prejudiquem o andamento normal das atividades do câmpus envolvendo servidores, alunos e comunidade externa;
- XI. A definição sobre linhas de pesquisa do câmpus, em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas pelo Cepe;
- XII. A apreciação do Relatório Anual de Gestão do câmpus;

XIII. A criação de grupos de trabalho e comissões internas;

XIV. A apreciação de propostas de atualização do Regimento Interno do câmpus, após realização de Assembleia Geral, encaminhando-as para aprovação do Consup;

XV. A apreciação do funcionamento dos demais órgãos colegiados do câmpus.

9.3.4 Comitê Permanente de Gestão de Crises

O objetivo do comitê é gerir as situações de crise de forma a propiciar uma interação ágil e competente com os públicos estratégicos do IFSC, além de favorecer a circulação da versão oficial diante dos fatos circunstanciais que motivaram a crise. O comitê é presidido pelo ocupante do cargo de Reitor, e composto pelos ocupantes dos cargos de Diretor Executivo, Assessor Técnico do gabinete da Reitoria, Pró-Reitores, Diretor de Comunicação, Ouvidor e Diretores-gerais dos câmpus. Fazem parte também desse comitê profissionais de Relações Públicas e do Jornalismo.

9.3.5 Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)

É um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela portaria da Reitora nº 403/2012, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISP. É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).

O CTI é constituído pelo Reitor, a quem cabe sua presidência, pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, a quem cabe a secretaria-executiva, e também pelo Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, pelo Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, pelo Pró-reitor de Ensino, pelo Pró-reitor de Administração e pelo Pró-reitor de Extensão e Relações Externas; também fazem parte do CTI os diretores de Comunicação, Gestão de Pessoas e do Centro de Referência e Apoio ao EaD, além de 02 (dois) diretores-gerais, 02 (dois) pesquisadores e 02 (dois) representantes das Coordenações de Tecnologia da Informação e Comunicação ou setores equivalentes dos câmpus, indicados ou escolhidos a cada dois anos.

9.3.6 Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA)

O Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA) é uma instância de organização e funcionamento do Programa de Educação Tutorial (PET) do IFSC. Suas funções são de organização, articulação e supervisão dos Grupos PET no IFSC e desses grupos com a Secretaria de Educação Superior (Sesu). É composto pelos tutores dos grupos PET, coordenadores dos cursos envolvidos, representantes dos estudantes bolsistas PET, representante da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e representante da Pró-Reitoria de Ensino.

9.4 COMISSÕES E NÚCLEOS PERMANENTES

9.4.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sinaes, toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação, com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A comissão é constituída por uma comissão central, composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na Reitoria. As comissões locais nos câmpus são compostas por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil. A comissão local na Reitoria é composta por representantes dos servidores em atuação na Reitoria.

9.4.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais

É responsável pelo assessoramento à Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino, em questões relacionadas às políticas de inclusão. Dissemina a cultura da inclusão e da educação para a convivência e a aceitação da diferença no âmbito do IFSC por meio de projetos, pesquisa, assessorias e ações educacionais. Além disso, contribui para a implementação das políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. É

composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, dez servidores, sendo um Coordenador indicado pela Pró-Reitoria de Ensino e por Coordenadores dos NAPNE dos câmpus escolhidos entre seus pares.

9.4.3 Comissão de Ética

Órgão integrado ao sistema de gestão da ética pública conforme o Decreto nº 6.029/2007. Atua como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade e aplica o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Público Federal (Decreto nº 1.171/1994).

9.4.4 Comissão de Integração dos Programas Sociais (CIPS)

A Comissão de Integração dos Programas Sociais surgiu no primeiro semestre de 2013 pelo diálogo entre 4 Coordenações. Três ligadas à Pró-Reitoria de Ensino (Proen) quais sejam: Coordenação do (PROEJA), Coordenação de Reconhecimento de Saberes no âmbito da Rede Nacional de Certificação Profissional (Certific), Coordenação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e a Coordenação do Programa Mulheres Mil ligada a Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

Figura 9.1: Organograma do Gabinete de Reitoria.....	3
Figura 9.2: Organograma da Pró-Reitoria de Administração.....	4
Figura 9.3: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	5
Figura 9.4: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino.....	7
Figura 9.5: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	8
Figura 9.6: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.....	9
CAPÍTULO 9.....	1
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	1
9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	1
9.1.1 Estrutura administrativa dos câmpus.....	9
9.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO.....	10
9.2.1 Conselho Superior (Consup).....	10
9.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir).....	11
9.3 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.....	12
9.3.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP).....	12
9.3.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).....	13
9.3.3 Colegiados dos câmpus.....	14
9.3.4 Comitê Permanente de Gestão de Crises.....	16
9.3.5 Comitê de Tecnologia da Informação (CTI).....	16
9.3.6 Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA)	17
9.4 COMISSÕES E NÚCLEOS PERMANENTES.....	17
9.4.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	17
9.4.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais.....	17
9.4.3 Comissão de Ética.....	18
9.4.4 Comissão de Integração dos Programas Sociais (CIPS).....	18

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O IFSC é uma instituição pública federal vinculada ao MEC por meio da Setec. Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada por câmpus e Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura organizacional básica¹ do IFSC é composta por:

I – Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior, de caráter deliberativo e consultivo;
- b) Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo;

II – Órgão Executivo e de Administração Geral: Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores:

- 1. Pró-Reitoria de Ensino;
- 2. Pró-Reitoria de Administração;
- 3. Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
- 4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- 5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

III – Órgãos de Assessoramento:

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas:
 - 1. Comissão Permanente de Pessoal Docente;
 - 2. Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE;
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Comissão Própria de Avaliação.

IV – Órgão de Controle: Auditoria Interna;

V – Procuradoria Federal;

1 De acordo com o Regimento Geral do IFSC.

VI – Órgãos de atividade finalística: Diretorias-gerais dos câmpus e Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – EaD;

VII – Órgãos de Assessoramento das Diretorias-gerais dos câmpus: Colegiados dos câmpus.

Na sequência apresentam-se as estruturas que compõem a Reitoria e as Pró-Reitorias, com suas principais competências.

Compete à Reitoria:

I. A administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II. Formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes;

III. Planejar as estratégias de desenvolvimento da instituição;

IV. Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados;

V. Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; e

VI. Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC.

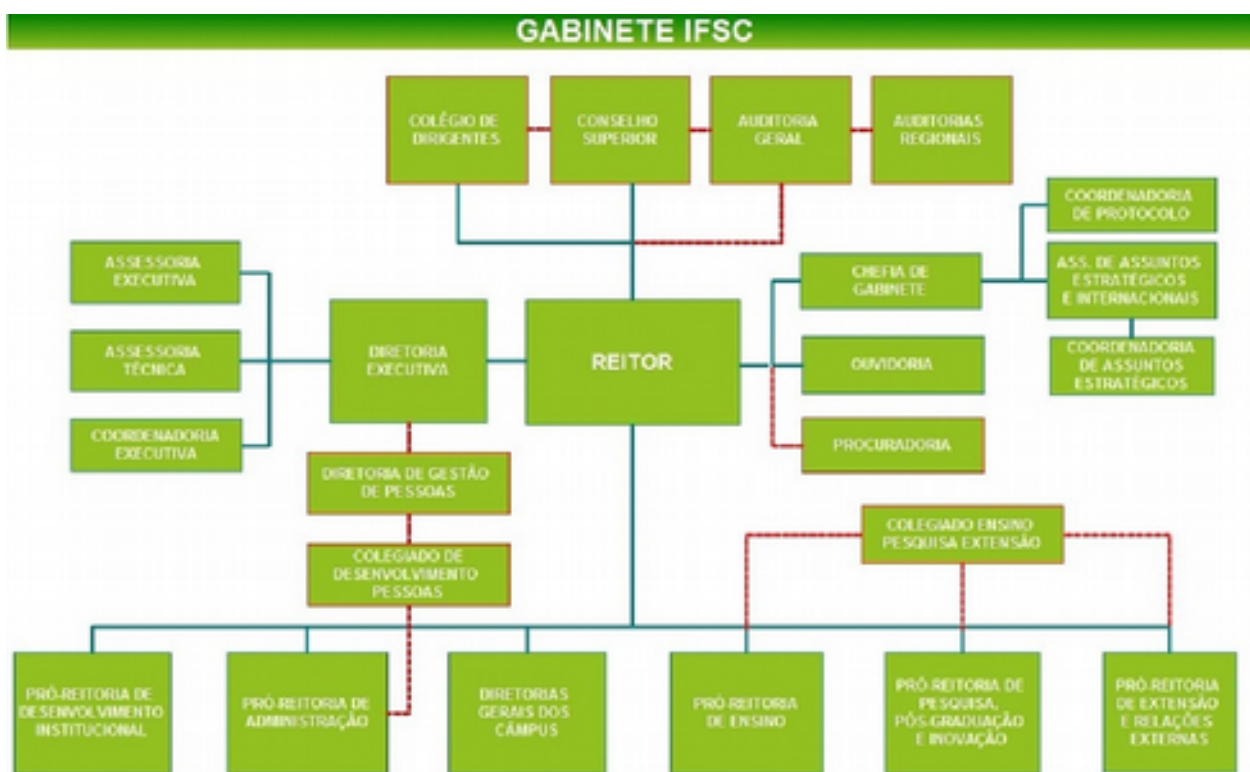


Figura 9.1: Organograma do Gabinete de Reitoria

A Pró-Reitoria de Administração é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor. Compete a essa Pró-Reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias, departamentos e secretarias da Pró-Reitoria de Administração:

- Diretoria de Administração – Gerenciar os recursos institucionais, coordenando a elaboração da prestação de contas do IFSC;
- Diretoria de Gestão de Pessoas – Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas e dos recursos alocados no orçamento de pessoal;

- c) Departamento de Orçamento e Financeira – Coordenar a execução financeira dos recursos disponibilizados ao IFSC pelo Governo Federal;
- d) Departamento de Compras – Coordenar e acompanhar a execução dos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços referentes à instituição;
- e) Departamento de Contratos – Elaborar, fiscalizar, supervisionar e registrar a execução dos processos de contratos e seus termos aditivos;
- f) Departamento de Obras e Engenharia – Acompanhar, fiscalizar e aprovar a execução de obras e serviços da instituição;
- g) Departamento de Seleção de Pessoas – Organizar e coordenar a realização de Concursos Públicos, além de elaborar e implementar o plano de capacitação dos servidores, supervisionando sua execução e a execução da política de gestão de pessoas a todos os servidores.
- h) Departamento de Administração de Pessoal – Supervisionar e executar atividades referentes à administração de pessoal, prestando apoio e assessoria aos Câmpus e à Reitoria em assuntos relativos ao seu Departamento.
- i) Secretaria do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas – Assessorar a Pró-Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional definidas pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.



Figura 9.2: Organograma da Pró-Reitoria de Administração

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional compete promover a integração

entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- a) Diretoria de Gestão do Conhecimento – Fomentar o desenvolvimento da cultura de compartilhamento de conhecimentos, de informações e de práticas de gestão do conhecimento e inovação no IFSC;
- b) Diretoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação – Projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o PDI, auxiliando no desenvolvimento e manutenção dos serviços de tecnologia da informação da instituição.
- c) Departamento de Sistemas de Informação - Atender as necessidades de manutenção corretiva nos sistemas de informação e administrar o modelo de dados corporativos e os bancos de dados da Instituição.



Figura 9.3: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Às diretorias, departamentos e secretaria da Pró-Reitoria de Ensino competem:

- a) Diretoria de Ensino – Executar as políticas e programas de desenvolvimento de ensino

determinadas pela instituição e Governo Federal;

b) Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas – Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmica, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão;

c) Diretoria de Assuntos Estudantis – Planejar, implementar, supervisionar e avaliar a política de assistência estudantil do IFSC, com foco no acesso, permanência e êxito dos discentes, visando à inclusão;

d) Departamento de Ingresso – Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição;

e) Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – Promover a integração sistêmica com os câmpus, para a consolidação das políticas institucionais de formação de Formadores, de formação em Gestão Pública em Instituição de Ensino e de apoio à EaD;

f) Departamento de Educação a Distância – Propor, discutir, desenvolver e manter as políticas e mecanismos para a modalidade de educação a distância;

g) Departamento de Formação – Promover a formação de Formadores da Educação Básica.

h) Procuradoria Educacional Institucional - Operar a interlocução do IFSC com o MEC no tocante à prestação de informações educacionais.

i) Secretaria do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – Assessorar a Pró-Reitoria em relação às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC definas pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão.



Figura 9.4: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências da diretoria e departamento que integram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

- a) Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – Assessorar o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pesquisa e pós-graduação, colaborando, coordenando e executando as políticas de pesquisa e pós-graduação definidas pela Pró-Reitoria e pelo Cepe;
- b) Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais – Gerenciar os programas de cooperação internacional vigentes e assessorar na elaboração da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.



Figura 9.5: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

À Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Consup. Além disso, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências das diretorias e departamento da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

- a) Diretoria de Extensão – Elaborar, planejar e coordenar o planejamento anual da Diretoria, além de cumprir as diretrizes estabelecidas no PDI, promovendo ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na instituição;
- b) Diretoria de Comunicação Institucional – Coordenar, elaborar e promover melhorias nas atividades de comunicação da instituição;
- c) Departamento de Marketing e Jornalismo – Coordenar a produção de jornais impressos e boletins informativos, voltados para a comunidade acadêmica e para o público externo, além de tratar de assuntos pertinentes ao marketing e ao jornalismo institucional.

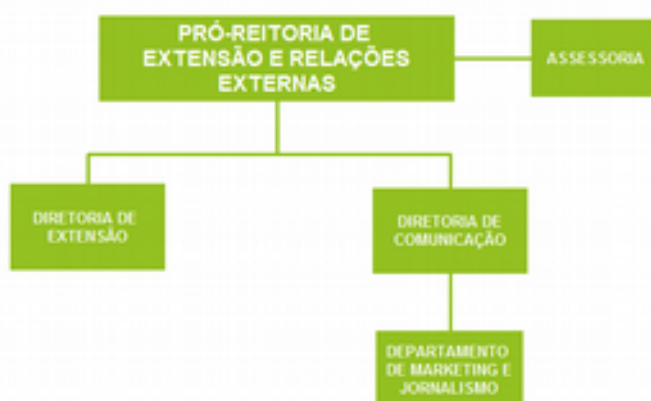


Figura 9.6: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

9.1.1 Estrutura administrativa dos câmpus

Os câmpus do IFSC são administrados por diretores-gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos regimes estatutários e regimentais e delegações do Reitor. Sua estrutura de referência, de caráter obrigatório e independente do porte do câmpus, é composta por:

I. Diretor-Geral e Vice Diretor-Geral²;

II. Assessoria do Diretor-Geral;

III. Diretoria ou Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV. Diretoria ou Departamento de Administração ou Diretoria de Administração;

V. Departamento de Assuntos Estudantis;

VI. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

VII. Coordenadoria de Registro Acadêmico ou Departamento de Assuntos Estudantis.

VII. Função Comissionada de Coordenação de Curso – FCC

Além da estrutura acima, o regimento interno de cada câmpus deve dispor sobre as coordenações e assessorias que contemplem o atendimento aos serviços de relações externas, comunicação social, estágios, extensão, acompanhamento de egressos, pós-graduação, pesquisa e inovação, apoio pedagógico, ingresso, secretaria acadêmica, assistência estudantil, biblioteca, Núcleo de Educação a Distância, áreas acadêmicas,

² Para os câmpus com mais de 2.500 alunos e conforme disponibilidade de Cargo de Direção.

níveis de ensino, atendimento a PNE, tecnologia da informação e comunicação, planejamento, compras, contratos, orçamento e finanças, infraestrutura, manutenção, almoxarifado e patrimônio.

9.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO

9.2.1 Conselho Superior (Consup)

É o órgão máximo do IFSC, com caráter consultivo e deliberativo. É composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do setor público, do MEC e do Codir do IFSC, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores-gerais, entre outros.

São competências do Consup:

- I - zelar pela observância dos objetivos e finalidades do IFSC;
- II - homologar as diretrizes da política institucional nos planos administrativo, econômico-financeiro, de ensino, pesquisa e extensão, apresentadas pela Reitoria;
- III - submeter à aprovação do MEC o Estatuto do IFSC, assim como aprovar os seus regulamentos;
- IV - aprovar a proposta orçamentária anual e acompanhar a sua execução;
- V - deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo IFSC, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;
- VI - autorizar a alienação de bens imóveis e legados na forma da lei;
- VII - apreciar as contas da Reitoria, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade de registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária das receitas e das despesas;
- VIII - aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;
- IX - deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFSC e dos diretores-gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- X - deliberar sobre criação, alteração e extinção dos cursos, observada a legislação

vigente;

XI - autorizar, mediante proposta do Reitor, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestruturas, mantida a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de licitações;

XII - aprovar o seu próprio Regimento Interno;

XIII - propor a reformulação do Estatuto do IFSC, após consulta à comunidade acadêmica por meio de audiência pública, submetendo-o à aprovação pelo órgão competente do MEC;

XIV - aprovar o Regimento Geral do IFSC e propor sua reformulação por 2/3 (dois terços) do total de seus membros, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;

XV - homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFSC;

XVI - aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

XVII - constituir outros órgãos colegiados de natureza consultiva, mediante proposta apresentada pelo Reitor, conforme necessidades específicas do IFSC;

XVIII - deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFSC levados a sua apreciação pelo Reitor.

9.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)

É um órgão de apoio ao processo decisório do IFSC, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-gerais dos campi, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária, financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos que passam pelo Codir.

São competências do Codir:

I. assessorar a Reitoria em assuntos administrativos do IFSC;

II. apreciar e recomendar as normas e critérios para a distribuição do orçamento anual;

III. propor ao Consup a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFSC;

- IV. expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual;
- V. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos câmpus e da Reitoria;
- VI. apreciar o calendário e a agenda sistêmica do IFSC;
- VII. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- VIII. elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado pelo Consup;
- IX. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- X. apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFSC.

9.3 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

9.3.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

É o órgão normativo e consultivo da Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional. É presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Administração. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, o Diretor de Gestão de Pessoas, representantes dos servidores docentes (compondo a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD) e representantes dos servidores técnico-administrativos em educação (compondo a Comissão Interna de Supervisão – CIS).

São competências do CDP:

- I - estabelecer diretrizes para a gestão de pessoas;
- II - estabelecer os critérios de caráter geral para a realização de Concurso Público para o ingresso no IFSC e aprovar as normas específicas elaboradas pelos setores responsáveis, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes e das diretrizes de pessoal civil da União;
- III - emitir parecer sobre os processos relacionados à gestão de pessoas, como instância de recurso;
- IV - regulamentar a carreira do magistério quanto: aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho; aos limites mínimos e máximos de carga horária de

aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas a natureza e a diversidade de funções, e ao processo de acompanhamento e avaliação das atividades docentes;

V - regulamentar a carreira dos técnico-administrativos em educação quanto aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho e ao processo de acompanhamento e avaliação das atividades administrativas;

VI - estabelecer normas e critérios para a avaliação do desempenho docente e dos técnico-administrativos em educação;

VII - estabelecer normas e critérios para a avaliação do estágio probatório dos docentes e dos técnico-administrativos em educação;

VIII - estabelecer normas e critérios para o afastamento dos servidores para fins de capacitação, licença capacitação e licença sabática, progressão funcional por mérito e demais direitos previstos na legislação em vigor;

IX - criar comissões para tratar de matérias específicas;

X - encaminhar ao Consup proposta de alteração do seu Regulamento.

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

É o órgão que formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. Ela é composta por três professores do quadro permanente do IFSC que estejam no efetivo exercício.

Comissão Interna de Supervisão (CIS)

A Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE foi criada pela Lei nº 11.091/2005. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira e tem a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do IFSC, propondo à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

9.3.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)

É um órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão, sendo presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Ensino. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, o Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas, os diretores de ensino, extensão e pesquisa, representantes dos servidores docentes, representantes dos

servidores técnico-administrativos em educação e representantes dos discentes.

São competências do Cepe:

- I - assessorar a Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFSC;
- II - analisar os projetos pedagógicos dos cursos do IFSC e submetê-los ao Consup;
- III - regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas do IFSC;
- IV - estabelecer diretrizes curriculares para oferta educativa do IFSC;
- V - emitir parecer sobre o PDI e o PPI do IFSC;
- VI - definir diretrizes para a elaboração e aprovação do calendário acadêmico do IFSC;
- VII - emitir parecer sobre recursos de processos de natureza didático-pedagógica;
- VIII - elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado e aprovado pelo Consup;
- IX - regulamentar os projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- X - estabelecer diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XI - expedir orientações para a elaboração da Organização Didático-pedagógica do IFSC;
- XII - emitir parecer sobre a Organização Didático-pedagógica dos campi do IFSC;
- XIII - exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas deliberações;
- XIV - julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- XV - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de pesquisa e inovação;
- XVI - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de extensão e relações externas;
- XVII - coordenar a elaboração e aprovação do RDP do IFSC;
- XVIII - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de pesquisa e inovação;
- XIX - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de extensão.

9.3.3 Colegiados dos campi

O Colegiado do campo é órgão normativo e deliberativo por delegação do Consup, no âmbito do campo, de forma a assessorar o Diretor-geral, colaborando para o

aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFSC. Os colegiados dos câmpus são presididos pelos diretores-gerais, e têm em sua composição representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos em educação, representantes dos discentes, representantes da sociedade civil, o Chefe do Departamento de Administração ou Diretor de Administração, quando houver, o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando houver.

São competências dos colegiados dos câmpus:

- I. A apreciação interna e o encaminhamento ao Cepe de projetos de novos cursos e alterações dos cursos existentes;
- II. A apreciação e a aprovação do PAT do câmpus;
- III. A apreciação da proposta de calendário letivo anual, em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo Cepe;
- IV. A apreciação da oferta anual de vagas do câmpus, de acordo com diretrizes expedidas pelo Cepe;
- V. A apreciação dos dados orçamentários do câmpus e a definição sobre as prioridades em função dos recursos disponíveis, convênios e editais;
- VI. A apreciação, quando solicitado ou quando se fizer necessário, de assuntos didático-pedagógicos e administrativos;
- VII. A avaliação de necessidades de servidores, a solicitação de movimentação dos mesmos e a destinação de vagas;
- VIII. A avaliação de necessidades de servidores, dimensionamento, solicitação de movimentação e destinação de vagas no âmbito do câmpus;
- IX. A apreciação das solicitações dos alunos, no que se refere às questões não previstas na Organização Didática;
- X. A apreciação de questões que prejudiquem o andamento normal das atividades do câmpus envolvendo servidores, alunos e comunidade externa;
- XI. A definição sobre linhas de pesquisa do câmpus, em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas pelo Cepe;
- XII. A apreciação do Relatório Anual de Gestão do câmpus;

XIII. A criação de grupos de trabalho e comissões internas;

XIV. A apreciação de propostas de atualização do Regimento Interno do câmpus, após realização de Assembleia Geral, encaminhando-as para aprovação do Consup;

XV. A apreciação do funcionamento dos demais órgãos colegiados do câmpus.

9.3.4 Comitê Permanente de Gestão de Crises

O objetivo do comitê é gerir as situações de crise de forma a propiciar uma interação ágil e competente com os públicos estratégicos do IFSC, além de favorecer a circulação da versão oficial diante dos fatos circunstanciais que motivaram a crise. O comitê é presidido pelo ocupante do cargo de Reitor, e composto pelos ocupantes dos cargos de Diretor Executivo, Assessor Técnico do gabinete da Reitoria, Pró-Reitores, Diretor de Comunicação, Ouvidor e Diretores-gerais dos câmpus. Fazem parte também desse comitê profissionais de Relações Públicas e do Jornalismo.

9.3.5 Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)

É um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela portaria da Reitora nº 403/2012, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISP. É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).

O CTI é constituído pelo Reitor, a quem cabe sua presidência, pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, a quem cabe a secretaria-executiva, e também pelo Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, pelo Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, pelo Pró-reitor de Ensino, pelo Pró-reitor de Administração e pelo Pró-reitor de Extensão e Relações Externas; também fazem parte do CTI os diretores de Comunicação, Gestão de Pessoas e do Centro de Referência e Apoio ao EaD, além de 02 (dois) diretores-gerais, 02 (dois) pesquisadores e 02 (dois) representantes das Coordenações de Tecnologia da Informação e Comunicação ou setores equivalentes dos câmpus, indicados ou escolhidos a cada dois anos.

9.3.6 Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA)

O Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA) é uma instância de organização e funcionamento do Programa de Educação Tutorial (PET) do IFSC. Suas funções são de organização, articulação e supervisão dos Grupos PET no IFSC e desses grupos com a Secretaria de Educação Superior (Sesu). É composto pelos tutores dos grupos PET, coordenadores dos cursos envolvidos, representantes dos estudantes bolsistas PET, representante da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e representante da Pró-Reitoria de Ensino.

9.4 COMISSÕES E NÚCLEOS PERMANENTES

9.4.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sinaes, toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação, com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A comissão é constituída por uma comissão central, composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na Reitoria. As comissões locais nos câmpus são compostas por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil. A comissão local na Reitoria é composta por representantes dos servidores em atuação na Reitoria.

9.4.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais

É responsável pelo assessoramento à Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino, em questões relacionadas às políticas de inclusão. Dissemina a cultura da inclusão e da educação para a convivência e a aceitação da diferença no âmbito do IFSC por meio de projetos, pesquisa, assessorias e ações educacionais. Além disso, contribui para a implementação das políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. É

composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, dez servidores, sendo um Coordenador indicado pela Pró-Reitoria de Ensino e por Coordenadores dos NAPNE dos câmpus escolhidos entre seus pares.

9.4.3 Comissão de Ética

Órgão integrado ao sistema de gestão da ética pública conforme o Decreto nº 6.029/2007. Atua como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade e aplica o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Público Federal (Decreto nº 1.171/1994).

9.4.4 Comissão de Integração dos Programas Sociais (CIPS)

A Comissão de Integração dos Programas Sociais surgiu no primeiro semestre de 2013 pelo diálogo entre 4 Coordenações. Três ligadas à Pró-Reitoria de Ensino (Proen) quais sejam: Coordenação do (PROEJA), Coordenação de Reconhecimento de Saberes no âmbito da Rede Nacional de Certificação Profissional (Certific), Coordenação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e a Coordenação do Programa Mulheres Mil ligada a Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

CAPÍTULO 10.....	1
RELAÇÕES EXTERNAS.....	1
10.1 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS.....	1
10.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	2

CAPÍTULO 10

RELAÇÕES EXTERNAS

10.1 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

Para o cumprimento da missão institucional, o IFSC empreende esforços para fortalecer e ampliar suas relações com a comunidade através da articulação e formalização de parcerias com instituições governamentais, não governamentais e empresas.

Em seu planejamento estratégico, o IFSC estabeleceu o objetivo estratégico P7: “ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada”, compreendendo que a instituição deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.

Um dos indicadores de acompanhamento do alcance desse objetivo estratégico é o número de parcerias estabelecidas. A formalização das parcerias é um importante instrumento para aqueles que dedicam suas atividades a ações que garantem a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão e que, dessa forma, contribuem para a consecução dos objetivos do IFSC conforme a Lei nº 11.892/2008 em seu artigo 7º.

As parcerias desenvolvidas possuem diversas finalidades. Uma delas é o fortalecimento das atividades de inovação, alinhando as ações institucionais com as diretrizes nacionais, que, por meio de editais, vêm financiando projetos de pesquisa e extensão tecnológica que visam a alavancar a interação entre setor público e privado, assim como desenvolver mecanismos legais para impulsionar a transferência de tecnologia. Além desta, possui a finalidade de promover a cooperação mútua da instituição com a sociedade para o desenvolvimento de projetos de extensão que causem impacto direto na comunidade local e regional dos Câmpus onde o IFSC está inserido.

A aproximação do IFSC com os diversos atores da sociedade qualifica o ensino e impulsiona as atividades de pesquisa e de extensão, ampliando a captação de recursos financeiros e permitindo que o IFSC atenda às demandas da sociedade.

Programas especiais como, por exemplo, Proeja, Certific, Pronatec e **Mulheres Sim** (oferta para mulheres e meninas em vulnerabilidade social e oferta para mulheres imigrantes e refugiadas) também necessitam da articulação entre o IFSC e a sociedade a fim de garantir as ações entre os diversos setores da sociedade que atuam de forma transversal com as demais políticas públicas e sociais, buscando potencializar e fortalecer as ações de educação, assistência social, saúde, organizações populares, movimentos sociais, entre outros.

A formalização de parcerias com as diversas instituições garante segurança nas ações planejadas, contribui para aumentar o leque de atividades, podendo ser de forma periódica ou pontual, e para incluir novos atores sociais no processo de ensino.

Termos de Cooperação Técnica e Contratos de Prestação de Serviço são exemplos de instrumentos utilizados para viabilizar a execução de projetos ou atividades de duração certa. Os Acordos de Cooperação Técnico-científica, por sua vez, destinam-se a formalizar intenções de se desenvolver futuramente projetos e ações em conjunto.

Na necessária articulação com os diversos setores da sociedade, o IFSC intervém por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, construindo processos que contribuem para o desenvolvimento local e regional, assumindo que a educação profissional e tecnológica atua atendendo o seu compromisso com o todo social.

Portanto, as relações sociais construídas com diferentes interesses e expectativas fazem com que o IFSC seja um agente estratégico na estruturação de diretrizes regionais e de formação com base nas demandas reais, contribuindo para o desenvolvimento com base nos aspectos sociais, culturais e econômicos de uma região.

10.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, “internacionalização é o processo de inclusão das dimensões do global, do internacional e do intercultural nos currículos, no processo ensino/aprendizagem, na pesquisa, na extensão e na cultura organizacional da universidade com o objetivo de proporcionar a sua comunidade uma diversidade de conceitos, ideologias e princípios gerenciais contemporâneos sem, contudo, perder de vista suas origens e suas motivações próprias.”

A internacionalização se refere a um processo de mudanças organizacionais, de

inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades (RUDZKI, 1998)¹.

O IFSC pretende, nos próximos cinco anos, fortalecer sua internacionalização com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, realizando divulgação, produção científica e tecnológica. Esse é um dos objetivos estratégicos da instituição para os próximos cinco anos.

A internacionalização no IFSC tem como objetivo o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas para integrar as dimensões internacional e intercultural. Através da internacionalização, tende-se a formalizar os benefícios da cooperação internacional, que visam a atender a toda a comunidade do IFSC.

O processo de internacionalização implica em uma série de ações, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes itens:

- mobilidade de estudantes e servidores;
- internacionalização do *curriculum*;
- oferta educativa internacional;
- duplas titulações;
- acordos interinstitucionais;
- pesquisa e pós-graduação conjuntas;
- ensino-aprendizagem de idiomas e culturas estrangeiras;
- programas de cooperação para o desenvolvimento de pesquisa, extensão e de interesses comuns entre o IFSC e as instituições parceiras.

A fim de promover tais ações, o IFSC trabalha para propor diretrizes com vistas em uma política institucional na área de cooperação internacional, ensino de idiomas e mobilidade, divulgando suas atividades em outros países, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão.

A instituição conta com uma Coordenação de Assuntos Internacionais, que a assessora e a representa em questões referentes a assuntos internacionais. A

1 RUDZKI, R. E. **The strategic management of internationalization:** towards a model of theory and practice.

Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy at the School of Education. University of Newcastle upon Tyne, United Kingdom, 1998.

Coordenadoria também dá apoio, propõe e realiza eventos internacionais em conjunto com os câmpus, assim como recebe e apoia as demandas externas de propostas de cooperação internacional em suas diversas modalidades, emitindo, quando necessário, pareceres nos processos de acordos e convênios internacionais.

Assim sendo, o IFSC gerencia as informações referentes a programas de cooperação internacional existentes, como é o caso do Programa Ciências sem Fronteiras do Governo Federal e o Programa de Cooperação Internacional para Intercâmbio de Estudantes do IFSC – Propicie. A instituição também apoia o intercâmbio internacional de estudantes, coordenando os processos de homologação e demais procedimentos necessários a sua viabilização.

Os programas de mobilidade visam ao intercâmbio de servidores e discentes, não somente nas áreas técnicas e de pesquisa, mas também na capacitação, certificação e proficiência em idiomas. Inúmeras ações têm sido realizadas, como a criação de cursos de línguas, a participação em editais nacionais, a aplicação de testes de proficiência em idiomas e a promoção de encontros para o debate de políticas nessa área.

O IFSC dá assistência a participantes estrangeiros que se encontram em atividade na instituição, promovendo sua inserção junto aos câmpus. Em linhas gerais, o IFSC divulga e promove a conscientização da importância das atividades de cooperação internacional, enfatizando a relevância de uma experiência internacional para alunos, professores e técnicos administrativos, sempre buscando intercâmbio com instituições e agências de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural no exterior.

CAPÍTULO 11.....	1
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	1
11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFSC.....	1
11.2 ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	2
11.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	5
11.4 CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	5

CAPÍTULO 11

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFSC

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Essa modalidade é regulada pelos Decretos nº 5.622/2005, nº 5.773/2006 e nº 6.303/2007, e pela Portaria Normativa nº 40/2007, republicada em 2010.

A Educação a Distância no IFSC teve início em 1999, quando o Câmpus São José ofereceu o primeiro Curso Básico de Refrigeração a distância. Em 2006, o Câmpus Florianópolis ofereceu, em parceria com as Centrais Elétricas do Sul – Eletrosul, o Curso Técnico em Eletrotécnica na modalidade EaD, dando início, assim, ao Núcleo de Ensino a Distância do Câmpus Florianópolis.

Ainda em 2006, o Câmpus Florianópolis participou do primeiro edital do Programa UAB, publicado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC (SEED/MEC), ofertando, em 2007, 300 vagas para o CST em Gestão Pública.

Em 2009, o IFSC aderiu ao Programa e-Tec Brasil, iniciando a oferta do curso Técnico de Informática para Internet. Também nesse ano, realizou o curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e em 2010 começou a ofertar as especializações em: Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências. Em 2012, foi ofertada a primeira turma do Curso de Especialização em Mídias na Educação e teve início a oferta da Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos.

O Departamento de EaD era, até 2013, subordinado a Pró-Reitoria de Ensino, mas após um longo e participativo debate em toda a instituição com o objetivo de construir um modelo de educação a distância, foi desenvolvido o conceito de Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), ao qual o Departamento de EaD está vinculado. Um dos objetivos do Cerfead é fomentar a expansão da EaD no IFSC, fornecendo assessoria técnica e pedagógica na implantação dos Núcleos de Educação a Distância (Nead) e na articulação das ofertas em EaD.

Credenciado em 2014, o IFSC é o único Instituto Federal que participa do Sistema Universidade Aberta do SUS. Trata-se de um grande programa nacional de capacitação de servidores do SUS, que oferta cursos em vários níveis e modalidades, de acordo com as demandas do sistema.

Em 2016, o IFSC foi credenciado para a Educação a Distância pela Capes com conceito 4.

11.2 ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A estrutura de EaD no IFSC é composta pela diretoria de EaD, componente do Cerfead, pelos Neads, além de polos de apoio presencial em convênio com prefeituras municipais.

Conforme a Resolução nº 22/2013/Consup, o Nead é um espaço para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos a distância de cada câmpus. Esses núcleos poderão desenvolver projetos pedagógicos de cursos e ofertá-los na modalidade EaD, de acordo com o eixo tecnológico ou competência do câmpus. Poderão, também, sediar a oferta de cursos de outros câmpus ou por meio de convênios com os programas parceiros do IFSC. O Nead é estruturado de acordo com a proposta pedagógica de cada câmpus, o qual deve oferecer infraestrutura física, de pessoal e tecnológica para o seu funcionamento, estando apto a receber recursos de fomento para a oferta em EaD.

Para oferta de seus cursos, considerado o segundo semestre de 2016, o IFSC conta com 28 polos UAB (Quadro 11.1), 10 polos e-Tec (Quadro 11.2) e 17 câmpus credenciados como Neads, com funcionamento autorizado pelo Consup (Quadro 11.3).

nº	Cidade	Mantenedor
1	ARARANGUÁ-SC	Prefeitura Municipal de Araranguá
2	BLUMENAU-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
3	BRAÇO DO NORTE-SC	Prefeitura Municipal do Braço do Norte
4	CAÇADOR-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
5	CACHOEIRA DO SUL-RS	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul
6	CAMPOS NOVOS-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
7	CANOINHAS	Prefeitura Municipal de Canoinhas
8	CANELINHAS	Prefeitura Municipal de Canelinhas
9	CONCÓRDIA-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
10	CRICIÚMA-SC	Prefeitura Municipal de Criciúma
11	FLORIANÓPOLIS-SC	Prefeitura Municipal de Florianópolis
12	FOZ DE IGUAÇU-PR	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
13	INDAIAL-SC	Prefeitura Municipal de Indaial
14	ITAJAÍ-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
15	JALES-SP	Prefeitura Municipal de Jales
16	JOINVILLE-SC	Prefeitura Municipal de Joinville
17	LAGES- SC	Prefeitura Municipal de Lages
18	LAGUNA-SC	Prefeitura Municipal de Laguna
19	OTACÍLIO COSTA-SC	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa
20	NOVA LONDRINA-PR	Prefeitura de Nova Londrina
21	PALHOÇA-SC	Prefeitura Municipal de Palhoça
22	PALMITOS-SC	Prefeitura Municipal de Palmitos
23	SÃO JOSÉ-SC	Prefeitura Municipal de São José
24	SÃO MIGUEL DO OESTE-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
25	TAPEJARA-RS	Prefeitura Municipal de Tapejara
26	TREZE TÍLIAS -	Prefeitura Municipal de Treze Tílias
27	TUBARÃO	Prefeitura Municipal de Tubarão
28	VIDEIRA-SC	Prefeitura Municipal de Videira

Quadro 11.1: Polos da UAB com oferta de cursos do IFSC
Data da coleta: outubro de 2016.

nº	Cidade	Local
1	CAÇADOR	Prefeitura Municipal de Caçador
2	CRICIÚMA	Prefeitura Municipal de Criciúma
3	GAROPABA	Prefeitura Municipal de Garopaba
4	INDAIAL	Prefeitura Municipal de Indaial
5	ITAPEMA	Prefeitura Municipal de Itapema
6	ITAPOÁ	Prefeitura Municipal de Itapoá
7	OTACÍLIO COSTA-SC	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa
8	SÃO JOSÉ-SC	Prefeitura Municipal de São José
9	SANTA CECÍLIA	Prefeitura Municipal de Santa Cecília
10	XANXERÊ-SC	Prefeitura Municipal de Xanxerê

Quadro 11.2: Polos da Rede e-Tec Brasil com oferta de cursos do IFSC
Data da coleta: novembro de 2016

nº	Câmpus	Data de credenciamento pelo Consup
1	CRICIÚMA	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
2	LAGES	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
3	PALHOÇA-BILÍNGUE	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
4	CANOINHAS	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
5	GASPAR	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
6	SÃO MIGUEL DO OESTE	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
7	ARARANGUÁ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
8	CAÇADOR	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
9	CHAPECÓ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
10	FLORIANÓPOLIS	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
11	FLORIANÓPOLIS-CONTINENTE	23 de setembro de 2015 (Resolução 33/2015)
12	GAROPABA	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
13	ITAJAÍ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
14	JARAGUÁ DO SUL	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
15	JOINVILLE	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
16	TUBARÃO	02 de outubro de 2014 (Resolução 34/2014)
17	XANXERÊ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)

Quadro 11.3: Needs do IFSC
Data da coleta: novembro de 2016

11.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A oferta de cursos na modalidade EaD no IFSC, considerado o segundo semestre de 2016, compreende os seguintes cursos:

- Curso Técnico em Informática para Internet (e-Tec);
- Tecnólogo em Gestão Pública (UAB);
- Especialização em Educação de Jovens e Adultos (UAB);
- Especialização em Gestão em Saúde (UAB);
- Especialização em Ensino de Ciências (UAB);
- Especialização em Mídias na Educação (UAB);
- Especialização em Gestão Pública para a Educação Profissional e Tecnológica (CERFEAD);
- Especialização em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica (CERFEAD);
 - Especialização em Perícia em Acidentes de Trânsito (CERFEAD);
- Cursos em Formação Inicial e Continuada: Responsabilidade Socioambiental, Formação Continuada de Tutores para EaD, Gestão e Trabalho em Equipe, Planejamento e Desenvolvimento de Cursos na Modalidade a Distância e Tecnologias para EaD (CERFEAD).

A oferta prevista para o período de vigência deste PDI é apresentada no Capítulo 4 – POCV.

11.4 CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Cerfead tem como missão desenvolver programas, projetos e procedimentos na área de formação para a Educação Profissional e Tecnológica e em EaD e, assim, contribuir com o desenvolvimento pleno social e profissional de sua comunidade. Esse Centro vislumbra a referência nacional na área de formação de formadores e de gestão pública na Educação Profissional. Além disso, pretende dar o apoio à consolidação do uso da modalidade de educação a distância como instrumento para a ampla socialização do

conhecimento e para o desenvolvimento do indivíduo em seu contexto social. Esse Centro vislumbra a referência nacional na área de formação de formadores e de gestão pública na Educação Profissional. Além disso, pretende dar o apoio à consolidação do uso da modalidade de educação a distância como instrumento para a ampla socialização do conhecimento e para o desenvolvimento do indivíduo em seu contexto social.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, o IFSC deverá garantir, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o mínimo de 20% de suas vagas para atender a cursos de licenciatura, bem como a programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O planejamento estratégico do IFSC estabelece, como um de seus indicadores, o atendimento aos percentuais de distribuição de oferta previstos nessa lei. Além disso, tem como um de seus objetivos estratégicos “Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia”, com diversas ações relacionadas ao desenvolvimento da educação a distância na instituição.

A melhoria da qualidade do ensino constitui um dos desafios centrais da política nacional. Nesse sentido, a valorização profissional do servidor público, através de investimentos na formação contínua, é nomeadamente uma das medidas que se considera para possibilitar o processo de “reflexão-ação” em seu contexto social e profissional. O planejamento estratégico do IFSC aponta para esse sentido, principalmente em dois de seus objetivos: “Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia”, que implica em “Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.”

A criação do Cerfead é uma das ações do IFSC para alcançar esses objetivos. Esse Centro se estabelece dentro de um paradigma de processo formativo contínuo, potencializando o desenvolvimento de diversas habilidades, competências e a (re)construção de saberes para as comunidades interna e externa do IFSC, de modo que adotem, em sua ação diária, políticas práticas associadas, prioritariamente, ao emprego de soluções que promovam o bem-estar do seu contexto local e regional.

Atualmente, o Cerfead é o responsável pela oferta do Curso de Pós-graduação *latu sensu* em Formação Pedagógica a Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em

Perícia de Acidentes de Trânsito e em Gestão Pública para EPT, em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, capacita os servidores do IFSC, com cursos estendidos à comunidade, com cinco ofertas de qualificação: Responsabilidade Socioambiental, Formação Continuada de Tutores para EaD, Gestão e Trabalho em Equipe, Planejamento e Desenvolvimento de Cursos na Modalidade a Distância e Tecnologias para EaD. Também oferta os cursos de ambientação para os servidores do IFSC e apoia outras formações e capacitações estratégicas para a Instituição.

CAPÍTULO 12.....	1
CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	1
12.1 A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC.....	2
12.1.1 A estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC.....	3
12.1.2 O Orçamento do IFSC.....	3
12.1.3 A Matriz Conif.....	7
12.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO x PREVISÃO DE DESPESAS.....	11
12.3 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC.....	12
Tabela 12.1: LOA 2015 IFSC.....	5
Tabela 12.2: Projeção do Orçamento do IFSC conforme Matriz Conif.....	8
Tabela 12.3: Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias.....	10

CAPÍTULO 12

CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (ONU, 1987¹).

A sustentabilidade é “consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se essas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade”. (CAPRA, 2006 apud ROSA, 2007²).

“Em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade e que deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado”. (DINIZ DA SILVA, 2010 apud BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010³).

Em resumo, ser sustentável é não gastar ou não planejar gastar mais do que se tem ou se preveja ter, ou seja, não gerar prejuízo, proporcionando o máximo retorno possível ao investimento. Nesse sentido, o IFSC tem como objetivo estratégico “Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos” de forma a otimizar continuamente a gestão dos processos e alcançar com efetividade as metas institucionais.

Para ser sustentável o IFSC precisa atender com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social às necessidades dos alunos e da sociedade, para que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas. Sendo assim, o IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico o objetivo “Gerenciar recursos financeiros com efetividade”, a fim de maximizar os resultados da instituição e otimizar o

1 <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>

2 ROSA, Altair. **Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Curitiba, 2007.

3 BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf>

tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento da captação, da aplicação e da execução dos recursos financeiros.

12.1 A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicampus e para atender às necessidades da comunidade, respeitando a autonomia administrativa de cada câmpus, é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados.

Conforme estabelecido em seu planejamento estratégico, o IFSC pretende consolidar a governança institucional e a gestão em rede, garantindo a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.

A atuação em rede das unidades que compõem o IFSC tem trazido bons resultados e busca tornar ainda mais eficiente a gestão de seus processos para que o ensino ofertado seja da máxima qualidade. Por seis anos consecutivos, o IFSC obteve o melhor IGC da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Mesmo assim, tem-se a consciência de que muito precisa ser feito e aprimorado e, principalmente, que essa avaliação positiva é resultado do esforço coletivo de servidores comprometidos e qualificados e de alunos competentes e preparados.

Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja orçamento próprio para cada unidade, é preciso destacar que se trata de uma metodologia adotada pela União para previsão e distribuição dos recursos a cada Instituto Federal e que, principalmente, o IFSC é uma instituição pública federal com missão e valores únicos e que tem, prioritariamente, os recursos públicos como forma de financiamento.

Sendo assim, os recursos destinados ao IFSC por meio da LOA não são de cada câmpus nem da reitoria, são do público. As decisões quanto à alocação e execução desses recursos não podem levar em consideração os interesses individuais, políticos e segmentados. É necessária uma atuação técnica e sistêmica para definição das prioridades institucionais em prol da Rede IFSC e da sua comunidade.

É necessário compreender, ainda, que cada câmpus possui especificidades quanto

a diversas condições: número de alunos, número de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outros.

Entender que autonomia administrativa difere de independência e soberania na atuação é primordial. A autonomia administrativa é garantida somente quando há justiça e equidade no tratamento das questões entre os envolvidos, com o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos, visão sistêmica, estabelecimento de diretrizes e regulamentação de processos. Dessa maneira, pode-se ter transparência e unidade entre os câmpus e a reitoria para que o IFSC cumpra sua missão.

Através da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IFSC busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

12.1.1 A estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC

A gestão orçamentária do IFSC ocorre de forma parcialmente descentralizada: a Reitoria é, atualmente, a única Unidade Gestora Executora (UG-E) do IFSC, enquanto os câmpus são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Cada câmpus planeja e gerencia seu orçamento próprio, porém a execução final é realizada pela Reitoria. Alguns procedimentos, porém, já foram descentralizados para agilizar o processo e capacitar os gestores e servidores dos câmpus para a descentralização orçamentária, tais como a emissão de notas de empenho e a liquidação de notas fiscais.

A proposta da instituição é de que, assim que o processo de implantação dos câmpus esteja consolidado, todos os gestores e servidores sejam capacitados e, principalmente, as diretrizes orçamentárias da Rede IFSC sejam discutidas e elaboradas. Dessa maneira, será feita a descentralização orçamentária aos câmpus, transformando-os em Unidades Gestoras Executoras, e seus diretores-gerais em Ordenadores de Despesas.

12.1.2 O Orçamento do IFSC

Os recursos orçamentários do IFSC advêm do Orçamento Geral da União por meio

da LOA, o que permite visualizar os limites da gestão em cada Exercício Financeiro. Os recursos previstos na LOA têm sua execução planejada e dividida em: despesas de pessoal (folha de pagamento), de custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e de investimento (obras e aquisição de equipamentos e imóveis).

ORÇAMENTO			
		2015	2016
	DISCRIMINAÇÃO	LIMITES	LIMITES
FUNCIONAMENTO E CAPACITAÇÃO DA EPT	Capacitação	R\$ 1.493.476,00	R\$ 1.307.837,00
	Custeio	R\$ 49.687.360,00	R\$ 54.062.896,00
	Investimento	R\$ 22.489.135,00	R\$ 9.826.992,00
	Subtotal	R\$ 73.669.971,00	R\$ 65.197.725,00
DEMAIS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS	Despesas Correntes – recursos próprios	R\$ 738.776	R\$ 1.152.899,00
	Despesas de Capital – recursos próprios	R\$ 738.775	R\$ 277.442,00
	CONIF	R\$ 110.649,00	R\$ 51.979,00
	Educação básica (FIC)	R\$ 602.680,00	-
	Fomento ao Desenvolvimento da educação	R\$ 334.838,00	-
	Expansão e Reestruturação	R\$ 20.000.000,00	R\$ 3.658.537,00
	Assistência Estudantil	R\$ 8.821.596,00	R\$ 9.031.973,00
	Subtotal	R\$ 31.347.314,00	R\$ 14.172.830,00
PESSOAL E ENCARGOS	Inativos e Pensionistas	R\$ 30.797.000,00	R\$ 34.332.207,00
	Pessoal Ativo	R\$ 192.818.522,00	R\$ 243.533.331,00
	PASEP	R\$ 34.844.352,00	R\$ 39.946.517,00
	Subtotal	R\$ 258.459.874,00	R\$ 317.812.055,00
OUTROS VALORES DA FOLHA DE PESSOAL	Assistência e Auxílios	R\$ 14.999.335,00	R\$ 17.120.652,00
	Sentenças judiciais e Precatórios	R\$ 1.302.396,00	R\$ 44.238.015,00
	Subtotal	R\$ 16.301.731,00	R\$ 61.358.667,00
TOTAL		R\$ 379.778.890,00	R\$ 458.541.277,00

Tabela 12.1: Limites orçamentários do IFSC conforme Leis Orçamentárias Anuais de 2015 e 2016.

O orçamento inicial do IFSC para 2015, com recursos do Tesouro, atingiu cerca de 380 milhões de reais, compreendendo as despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos (Tabela 12.1).

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC), cabendo à gestão do IFSC informar eventuais reestimativas dentro do exercício.

O orçamento do IFSC, conforme apresentado na Tabela 12.1, conta também com recursos decorrentes de receita própria, ou seja, recursos diretamente arrecadados. Esses recursos são captados por meio de ações como aluguel de ambientes, realização de concursos e outros, compondo uma parcela que correspondeu, em 2015, a apenas 0,38% do valor oriundo da União.

Além desses recursos, o IFSC conta também com os recursos diretamente arrecadados, com orçamento próprio para projetos/programas específicos, tais como Pronatec e UAB, com as descentralizações de créditos, com eventuais emendas parlamentares e com convênios públicos e privados. A instituição firma convênios e termos de cooperação com a Setec, a Capes, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e outros órgãos públicos de fomento. Esses convênios e termos de cooperação permitem ampliar o nível de investimentos e desenvolver outros projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, em sua grande maioria, são firmados por meio de Termos de Cooperação com a Setec, que subsidia as ações de expansão e melhoria da educação profissional e tecnológica, bem como a construção dos câmpus, cujos valores, em 2015, representaram um acréscimo de 3,7% ao orçamento inicialmente previsto.

Os recursos diretamente arrecadados, as descentralizações de créditos e as emendas parlamentares são distribuídos com base em alguns critérios, tais como:

- a. Matrículas e quantidade de alunos
- b. Número de alunos e de docentes

- c. Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos
- d. Apoio às instituições públicas de ensino
- e. Programas de extensão e certificação
- f. Produção de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico
- g. Núcleos de inovação tecnológica
- h. Registro e comercialização de patentes
- i. Resultados das avaliações
- j. Sistemas de informação e programas do MEC
- k. Programas de mestrado e doutorado

12.1.3 A Matriz Conif

A parcela do orçamento da União referente às despesas de custeio (manutenção, materiais de consumo e serviços) e capital (investimento, equipamentos permanentes e obras), prevista na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – e projetos correlatos – é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz Conif.

Essa matriz é um modelo matemático, elaborado através de discussão conjunta entre o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (Forplan), e a Setec.

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos exercícios considera, para efeito de composição e cálculos, uma estrutura e alguns parâmetros. A estrutura da Matriz é composta por blocos: pré-expansão⁴, expansão⁵, Reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados são os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) referentes aos dois semestres anteriores à programação orçamentária⁶, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as categorias dos câmpus (implantado ou em

4 Câmpus com mais de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (implantado).

5 Câmpus com menos de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (em implantação).

6 Meio do ano anterior ao exercício de referência da matriz.

implantação, agrícola ou não, etc.) e os tipos e pesos dos cursos.

Dessa forma, as principais variáveis que impactam no valor destinado a cada instituição são: a quantidade de alunos matriculados e os pesos distintos para os vários cursos ofertados. Esses pesos são definidos considerando-se o custo de implantação e manutenção de um curso na Rede Federal. As matrículas são equalizadas pela carga horária anualizada de cada curso e seu período de oferta ao longo de um semestre. Assim, é possível fazer comparações entre matrículas equalizadas de toda a Rede Federal. Após esses ajustes e discussões entre o Conif e a Setec, a instituição tem seu orçamento previsto e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades, instrumentalizando o contínuo caminho para um orçamento participativo e, sobretudo, buscando mais eficiência na gestão da despesa pública.

Os recursos aportados pela LOA ao IFSC, conforme dispostos na Matriz Conif são apresentados na Tabela 12.2. Além dos valores constantes da Matriz Conif 2015 e 2017, a tabela apresenta uma projeção até 2023, considerando as regras e parâmetros utilizados para elaboração da Matriz Conif 2017 e a estimativa de alunos-equivalentes prevista pelos câmpus no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (capítulo 4). Os dados da tabela desconsideram o ajuste que anualmente é feito pelo IPC-A.

Os valores apresentados para a Reitoria, na Tabela 12.2, incluem os blocos complementares da Matriz Conif denominados *Educação a Distância* (custeio para incentivo à institucionalização da EaD) e *Pesquisa Aplicada, Extensão e Inovação* (aplicado em editais institucionais de pesquisa e extensão e inovação tecnológica). Em 2015, esses blocos representaram, respectivamente, R\$ 231.577,00 e R\$ 1.481.574,00.

Quanto ao orçamento do Cerfead, cabe esclarecer que a maior parte do aporte de recursos é feito pela Reitoria, uma vez que o Centro está ligado diretamente à Pró-Reitoria de Ensino. Os créditos orçamentários apresentados para o Cerfead na Tabela 12.2 são relativamente pequenos, pois a relação entre matrículas da educação à distância e orçamento segue regras diferentes do ensino presencial, assim como são diferentes as

regras da Matriz para os Centros de Referência, e parte substancial da oferta do Centro se dá via programas e parcerias com aporte de recursos externos à Matriz.

Câmpus	Créditos orçamentários por UG-R conforme Matriz Conif (em R\$)							
			Projeção conforme estimativa de Alunos-Equivalentes do POCV					
	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ARU	2.821.155	2.030.628	2.079.110	2.149.543	2.312.878	2.399.359	2.531.158	2.632.518
CDR	1.959.457	1.181.359	1.450.666	1.719.973	1.719.973	1.792.953	1.839.160	1.860.408
CAN	2.609.905	1.724.139	1.867.549	2.257.567	2.613.395	2.613.628	2.712.188	2.806.333
CCO	3.058.127	2.282.287	2.674.877	3.239.771	3.408.868	3.421.222	3.416.661	3.421.447
CRI	2.651.216	2.304.573	2.739.533	3.121.151	3.142.921	3.225.096	3.267.907	3.378.622
FLN	14.964.405	12.039.465	14.185.702	16.789.112	16.926.923	16.985.767	17.066.396	17.066.396
CTE	2.821.155	1.724.025	1.721.999	1.719.973	1.719.973	1.803.002	1.859.456	1.882.474
GPB	1.919.788	1.065.262	1.392.617	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
GAS	2.409.348	1.722.889	2.111.586	2.898.543	3.055.501	3.042.240	3.033.794	3.048.864
JGW	3.021.465	2.374.304	2.103.573	2.203.985	2.641.933	2.760.924	2.801.599	2.807.581
ITJ	2.034.051	1.723.514	1.908.985	2.664.687	3.326.269	3.661.125	3.556.731	3.562.087
JAR	2.821.156	1.961.795	1.924.441	1.883.018	2.107.530	2.313.441	2.452.806	2.483.520
JLE	5.595.339	3.462.967	3.574.783	3.826.891	3.900.481	4.057.449	4.255.986	4.326.635
LGS	2.245.959	1.895.550	2.220.615	2.429.596	2.583.298	2.739.261	2.841.618	2.851.589
PHB	1.959.031	1.119.164	1.419.568	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
SCA	628.740	1.053.849	1.386.911	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
SJE	4.525.201	2.739.892	2.980.215	3.264.153	3.330.803	3.331.275	3.370.930	3.388.708
SLO	n.a.	504.499	520.294	537.039	564.151	1.159.298	1.248.598	1.362.452
SMO	2.444.578	1.723.515	1.747.436	1.949.899	2.119.808	2.252.526	2.813.220	2.323.168
TUB	628.470	1.098.278	1.117.254	1.155.923	1.238.387	1.284.396	1.298.617	1.301.248
URU	1.973.273	1.084.297	1.402.135	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973	1.719.973
XXE	2.692.161	1.339.149	1.529.561	1.764.349	1.870.417	2.039.953	1.964.237	2.063.609
Cerfead	n.a.	6.393	22.021	49.238	66.198	65.805	232.015	226.407
Reitoria	8.022.135	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951	5.855.951
Total	73.806.115	54.017.744	59.937.382	68.360.254	71.385.550	73.684.563	75.298.920	75.529.909

Tabela 12.2: Projeção do Orçamento do IFSC conforme Matriz Conif.

Em função da complexidade de estimativa, não são apresentados na Tabela 12.2, os recursos para assistência estudantil, que compõem um outro bloco complementar da Matriz Conif.

Os recursos distribuídos na Matriz Conif são previstos, na LOA, como créditos orçamentários vinculados às ações orçamentárias referentes ao funcionamento da educação profissional (ação 20RL), à capacitação de servidores (ação 4572) e à assistência estudantil (ação 2294).

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal ainda traz créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e a outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa. Assim, a Tabela 12.3 apresenta a série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, conforme agrupamentos de tipos de finalidades de ações orçamentárias, a fim de permitir a verificação de tendências para os cinco anos de vigência do PDI.

Grupo de ações orçamentárias	2009 R\$	2010 R\$	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2014 R\$	2015 R\$
Expansão e reestruturação da Rede Federal de EPT	300.000	8.549.450	1.028.865	8.200.000	9.639.563	17.100.000	20.000.000
Funcionamento da educação profissional	11.228.716	23.290.651	36.097.437	61.817.013	63.401.015	70.562.346	73.654.046
Projetos e programas específicos	0	498.107	179.940	40.900	1.870.161	1.030.912	937.518
Assistência estudantil	350.000	550.000	2.957.929	4.395.883	5.308.829	8.067.806	8.821.596
Capacitação	205.000	310.000	400.000	1.125.000	1.206.500	1.691.900	1.493.476
Folha de pagamento	61.674.177	90.926.575	104.668.932	144.482.248	157.658.991	221.731.600	274.761.605
Total de créditos orçamentários	73.757.893	124.124.783	145.333.103	220.061.044	239.085.059	320.184.564	379.668.241
Total de créditos orçamentários menos folha de pagamento	12.083.716	33.198.208	40.664.171	75.578.796	81.426.068	98.452.964	104.906.636

Tabela 12.3: Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias

12.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO X PREVISÃO DE DESPESAS

Planejar é fazer escolhas e definir metas e instrumentos. Quando se fala de gestão orçamentária, é preciso ter clareza sobre quais são as despesas essenciais para o bom funcionamento da instituição e, a partir do atendimento delas, definir quais são as demais despesas prioritárias para a alocação de recursos financeiros. Nem todas as necessidades poderão ser atendidas no ano seguinte e, por esse motivo, é preciso que a instituição pense sistemicamente, a médio e longo prazo, em como vai atender a todas as prioridades da Rede de forma sustentável.

Dessa forma, a cada ano, é imprescindível que se realize ou atualize um diagnóstico das necessidades e um plano anual de trabalho (PAT) para cada unidade administrativa do IFSC.

Na etapa de diagnóstico é necessário que se reveja toda a previsão de gastos correntes da unidade com a compra de materiais de consumo para os cursos e ambientes administrativos, com os custos fixos (despesas de custeio como água, energia elétrica, dentre outras) e com os demais serviços (alocação de mão de obra terceirizada e outros). Para que o PAT seja eficiente e sustentável, é necessário que se faça uma avaliação do ano anterior (histórico de despesas) e se definam as prioridades para o ano seguinte e para os próximos anos.

Realizados o diagnóstico de necessidades, a avaliação e a reorganização de despesas essenciais, cada unidade deverá organizar de forma democrática e participativa o seu PAT, indicando as necessidades orçamentárias para cada ação e o nível de priorização. Esse plano pode ser composto de novos projetos e de melhorias dos projetos existentes.

Com esses documentos em mãos e após a disponibilização da previsão orçamentária para o ano seguinte pelo MEC, realiza-se a compilação das necessidades da Rede IFSC. Por fim, essas necessidades são incluídas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Execução, no período chamado de “programação orçamentária”.

12.3 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC

O IFSC realiza, há alguns anos, ações para a implementação e o aprimoramento do modelo de gestão em rede colaborativa e sustentável. Nesse sentido, a primeira experiência da gestão em rede, no então CEFET-SC em 2007, foi a realização de reuniões multicâmpus dos setores de Compras e execução de processos de “Compras Compartilhadas pelo Sistema de Registro de Preços” entre todas as Unidades de Ensino da época.

Como um dos resultados do planejamento efetivo e acompanhamento dessa área, o IFSC conseguiu, por exemplo, diminuir suas contratações diretas de mais de 500 processos ao ano, em 2007, para apenas 22 dispensas de licitação em 2015.

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o IFSC, desde 2012, a utilizar as UG-R para identificar o gasto das despesas por cada um dos câmpus, pró-reitorias e gabinete. Respeitou-se a indicação do valor destinado a cada câmpus pela Matriz Conif, definida pelo número de alunos e pelo peso dos cursos, bem como pelas demandas das políticas institucionais, como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas, entre outras.

Para que a gestão dos recursos financeiros do IFSC seja realizada de forma sustentável e eficiente, essas estratégias e ações efetivas, bem como a discussão participativa, são necessárias. A Rede IFSC precisa se organizar tecnicamente para planejar a execução de seus projetos prioritários dentro de seus limites orçamentários e, assim, conseguir planejar o atendimento, a médio e longo prazo, de todas as suas necessidades para o atendimento pleno de sua missão.

É preciso, acima de tudo, visão sistêmica dos gestores e da comunidade para entender o IFSC como uma única instituição com necessidades comuns e específicas que precisam ser tratadas conjuntamente por todos os atores envolvidos e, assim, resolvidas de forma mais eficiente e justa. Não é possível atender a todas as necessidades de cada câmpus do IFSC em apenas um exercício e sem a atuação conjunta, seja ela procedimental ou orçamentário-financeira.

Além disso, é necessário que a cada novo projeto que se pretenda implementar –

seja um novo curso, uma nova estrutura, um novo equipamento ou a contratação de um serviço – seja analisado o custo atual e posterior do investimento e não apenas o seu preço momentâneo.

Essas estratégias de atuação em rede têm como objetivo evitar o retrabalho e o desperdício do dinheiro público, compartilhar boas práticas, desburocratizar a gestão e, principalmente, proporcionar a melhor qualidade possível do serviço público prestado à comunidade: o ensino público, gratuito e de excelência.

Dessa forma, o IFSC tem como estratégias para a sustentabilidade financeira em rede:

- visão sistêmica de todos os envolvidos;
- diretrizes orçamentárias para gestão em rede, democrática e sustentável;
- prazos e procedimentos claros e objetivos, visando qualidade do gasto público, eficiência e possibilidade de recursos extraorçamentários;
- gestão de planejamento e orçamento do IFSC;
- mapeamento de competências e capacitação permanente;
- estabelecimento de “Planos Diretores Institucionais” para Tecnologia da Informação, para Licitações e para Obras/Serviços de Engenharia – incluindo a discussão de diretrizes, procedimentos, normas e planejamento – com o estabelecimento de critérios para definição de prioridades – e execução conjunta;
- processos de execução orçamentária conjunta, tais como “Compras Compartilhadas” (economia de escala, melhor planejamento, prevenção de retrabalho);
- realização de fóruns de discussão e compartilhamento;

Além disso, são estabelecidas estratégias para a sustentabilidade financeira em cada câmpus:

- diagnóstico participativo de necessidades de curto, médio e longo prazo;
- elaboração e revisão participativas dos PAT;
- vinculação/condicionamento da execução de despesas à previsão específica no PAT (com revisões trimestrais e provisão para despesas com imprevistos, inovações etc);

- tomadas de decisão de forma democrática e além dos mandatos de gestão;
- acompanhamento e avaliação da execução orçamentária (disponibilização de relatórios bimestrais);
- definição de despesas essenciais e demais prioridades (apresentação e discussão democrática em cada unidade);
- plano de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos;
- captação de recursos extraorçamentários.

Outra estratégia de gestão econômico-financeira do IFSC é a captação de recursos extraorçamentários. Além da dotação definida na LOA, o IFSC necessitará de aporte de recursos extraorçamentários para a consolidação e adequação da infraestrutura, bem como para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a qualificação dos servidores e a assistência ao educando, durante a vigência do PDI.

Nos últimos anos, o Instituto recorreu à Setec para obter suplementação orçamentária, por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar seu crescimento. As descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos em sua maioria são firmadas com a Setec, que subsidia em maior volume as ações de expansão, a melhoria da educação tecnológica e a construção de câmpus.

Essa providência tem ocorrido em função do aumento das despesas do IFSC com terceirizados e serviços essenciais ao funcionamento dos câmpus, que correspondem a 53,19% do valor destinado ao Custeio e Investimento da rede, confirmando o desequilíbrio entre a dotação orçamentária autorizada para a instituição e sua crescente despesa. Com o intuito de minimizar essa situação, o IFSC precisa aumentar suas receitas próprias, por meio da prestação de serviços e da realização de convênios e parcerias, além de melhorar a qualidade do gasto e a eficiência na gestão dos processos.

Em 2016 o IFSC implementara o Plano de Gestão de Logística Sustentável e adotara novas medidas para intensificar a efetividade do projeto. Algumas ações administrativas vem sendo implementadas nesse sentido, dentre elas a adoção de sistema de compras compartilhadas, editais de obras e compras com critérios sustentáveis, melhoria da qualidade do gasto público com mais planejamento efetivo e diminuição das compras diretas, além da adesão ao Programa Esplanada Sustentável do

Governo Federal. Além disso, diversas ações pontuais estão sendo sistematizadas para compartilhamento de boas práticas, como impressões frente e verso, redução do uso de papel, distribuição de canecas de material reciclado, capacitações, reciclagem, reaproveitamento de água da chuva, etc.

CAPÍTULO 13

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

13.1 CICLO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico do IFSC – apresentado no capítulo 2 – aponta para a importância do aprimoramento da gestão a partir da avaliação constante de seus processos, com implementação de diferentes formas e instrumentos de avaliação. Por sua vez, o Planejamento Estratégico – capítulo 3 deste documento – traz como objetivo “Consolidar a governança institucional e a gestão em rede” (objetivo P9), relacionando uma série de iniciativas que orientarão os Planos Anuais de Trabalho do IFSC (PAT) e que enfatizam a importância da otimização dos processos da instituição e das estruturas implementadoras da estratégia. Aliado a isso, o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada à estratégia da instituição (objetivo estratégico C5) é fundamental para que se concretize a excelência expressa na nova visão de futuro declarada pela instituição.

Para acompanhar e avaliar a execução deste PDI, o IFSC conta com diferentes ferramentas de gestão. Os colegiados são uma delas. A consolidação desses órgãos tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Eles são instrumentos integradores que facilitam a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados que compõem o Instituto.

Nessa vertente, outra ferramenta importante é a Comissão Própria de Avaliação – CPA, que elabora e executa o processo de autoavaliação institucional, exercendo papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição, conforme detalhado na seção 13.2. A CPA tem ação autônoma em relação à administração da instituição e seus órgãos colegiados, embora, para fins de suporte administrativo, seja assessorada pela Prodin.

Para o ciclo do PDI 2015-2019, corroborando com as ferramentas já citadas, apresenta-se o Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento

Institucional, estrutura voltada a subsidiar o alinhamento institucional em prol do alcance da estratégia concebida, coletivamente, para o próximo quinquênio.

O planejamento do IFSC também inclui como objetivo estratégico a disponibilização de dados, informações e conhecimento (objetivo C2), o que se relaciona tanto com a disponibilização da infraestrutura necessária quanto com a disseminação da cultura de utilização da informação para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais. O alcance desse objetivo tem impacto direto no processo de acompanhamento do desenvolvimento institucional, visto que o IFSC adota indicadores estratégicos para sua gestão.

Com o alinhamento dos instrumentos de avaliação ao seu planejamento estratégico, os indicadores poderão ser mensurados periodicamente, permitindo que a comunidade e os gestores verifiquem se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas e, conseqüentemente, avaliem a necessidade de repactuá-las ou de redefinir o planejamento em um ou mais de seus níveis.

A Figura 13.1 apresenta o contexto do planejamento estratégico institucional a partir da ótica de um ciclo desejável, pelo qual é possível perceber as relações entre os principais referenciais estratégicos que norteiam a gestão, a saber: PDI, Plano Anual de Trabalho, Programação Orçamentária, Execução Orçamentária, Avaliação Institucional e Relatório de Gestão/Prestação de Contas.

No ciclo da Figura 13.1, o PDI, com vigência quinquenal, exerce papel fundamental, configurando-se como o elemento principal de coesão dos diferentes referenciais, orientando a sua concepção e desenvolvimento a cada exercício anual.

Destaca-se ainda a relevância do processo de construção do Relatório de Gestão ou de Prestação de Contas Anual. Instrumento de caráter obrigatório, normatizado e auditado pelos órgãos externos de controle, traduz em seu conteúdo, de forma objetiva, todo o fazer institucional ao longo do exercício, tanto na esfera educacional, compreendendo ensino, pesquisa, extensão e inovação, como na esfera da gestão. Em síntese, apresenta para a sociedade e comunidade acadêmica os resultados obtidos e as dificuldades enfrentadas pela instituição no exercício, considerando os ativos tangíveis e intangíveis.



Figura 13.1: Ciclo Desejável – Planejamento Estratégico

Adicionados, o Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado anualmente pela CPA e o Relatório de Gestão/Prestação de Contas constituem-se nos principais documentos de avaliação do desenvolvimento institucional.

Os dados, informações e conhecimentos disponibilizados nos documentos possibilitam a qualificação da etapa de diagnóstico institucional, imprescindível para subsidiar o processo de planejamento, tanto no nível estratégico, como nos níveis tático e operacional.

A cada exercício será concebido o PAT, instrumento operacionalizador dos objetivos traçados no planejamento estratégico, o qual possibilita também a organização da disponibilidade de recursos orçamentários em projetos e demandas de manutenção da instituição, de acordo com a prioridade.

O veículo de concepção dos projetos e elo principal com o planejamento estratégico, a cada exercício, inclui as iniciativas estratégicas, que dependendo dos contextos interno e externo, poderão ser atualizadas anualmente.

Por fim, apesar da necessidade de disponibilização de dados, informações e conhecimento, por meio de relatórios e sistemas de informação, para que seja possível a análise sobre a evolução da performance institucional, a continuidade do desenvolvimento

de competência institucional voltada à capacidade analítica é de grande importância.

É por meio de análises críticas e fundamentadas que se aprimora o ciclo de gestão, possibilitando a correção da trajetória em prol do alcance das finalidades institucionais e atendimento às políticas públicas delineadas.

13.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Considerando a importância da CPA na otimização do processo de desenvolvimento institucional, apresenta-se a seguir a sua estrutura de composição e de funcionamento.

A CPA é constituída por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na reitoria. As comissões locais dos câmpus são compostas por quatro representantes: um docente, um discente, um técnico administrativo e um membro da sociedade civil. A comissão local da reitoria é composta por quatro representantes dos servidores em atuação na reitoria.

Para essa comissão, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sinaes e as singularidades do IFSC.

As competências da CPA Central são:

- I - elaborar e executar o projeto de autoavaliação do IFSC;
- II - conduzir o processo de autoavaliação da instituição e encaminhar parecer para as tomadas de decisões;
- III - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do IFSC;
- IV - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do IFSC, para o processo de avaliação institucional;
- V - fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação;
- VI - disseminar, permanentemente, informações sobre avaliação;

VII - avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos;

VIII - acompanhar, permanentemente, o PDI e o PPI;

IX - articular-se com as CPAs de outras IES e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes);

X - informar sobre suas atividades ao Consup, mediante relatórios, pareceres e recomendações.

As comissões locais da CPA têm as seguintes competências:

I - organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu câmpus/reitoria;

II - conduzir o processo de autoavaliação no câmpus/reitoria e encaminhar parecer para as tomadas de decisões;

III - acompanhar os processos de avaliação externa do câmpus e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);

IV - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do câmpus/reitoria, para o processo de avaliação institucional;

V - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do câmpus/reitoria;

VI - propor à Comissão Central instrumentos de avaliação específicos à realidade do câmpus/reitoria;

VII - realizar a socialização dos resultados do processo autoavaliativo no câmpus/reitoria;

VIII - sugerir ações e encaminhar relatórios para a Comissão Central.

O Programa de Avaliação Institucional do IFSC segue os princípios e dimensões do Sianes. A CPA organiza os procedimentos e instrumentos para a autoavaliação, em observância às dimensões propostas pelo Sinaes e às diretrizes definidas pela Conaes.

- Dimensão um: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Dimensão dois: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- Dimensão três: a responsabilidade social, considerada especialmente no que se

refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

- Dimensão quatro: a comunicação com a sociedade.
- Dimensão cinco: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- Dimensão seis: a organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.
- Dimensão sete: a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação.
- Dimensão oito: o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
- Dimensão nove: as políticas de atendimento aos estudantes.
- Dimensão dez: a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades.

A CPA utiliza procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades e buscando assegurar:

- I - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;
- II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III - o respeito à identidade e à diversidade de seus órgãos;
- IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo do IFSC e da sociedade organizada, por meio de suas representações.

Quanto à metodologia, a CPA elabora questionários para os três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, técnico-administrativos e discentes. Esses questionários são disponibilizados na internet, podendo ser acessados e respondidos por

alunos e servidores de todos os câmpus do IFSC. Periodicamente, os instrumentos são revisados para melhor atenderem às demandas da instituição.

Para motivar a participação na pesquisa, é feito um processo de mobilização nos câmpus e na reitoria, coordenado pela comissão central e organizado pelas comissões locais. Uma ampla divulgação da avaliação é realizada na instituição.

Após a coleta dos dados, eles são compilados e analisados, considerando comparativo entre os três segmentos participantes em cada questão e as dimensões estabelecidas pelo Sinaes. A CPA pode utilizar, além do questionário, relatórios, dados e informações institucionais para realizar a autoavaliação institucional.

13.3 PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na estrutura organizacional do IFSC, cabe à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, entre outros: promover a integração entre a reitoria e os câmpus; promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; sistematizar dados, informações e procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico. No desenvolvimento dessas competências, a Prodin conta em sua estrutura com a Diretoria de Gestão do Conhecimento e coordenadorias vinculadas.

Além disso, compete ao Codir expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual e, ao Consup, aprovar o planejamento anual e o PDI.

A cada ciclo de planejamento a instituição vem aprimorando as suas práticas, metodologias e instrumentos de registro, de acompanhamento e de socialização. Nesse sentido, e para corroborar com a Prodin e as estruturas colegiadas, será instalado o Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional.

O acompanhamento é essencial para que a comunidade acadêmica e gestores possam monitorar a forma de evolução do processo, e assim propor ações efetivas de ajuste se necessário. Além do acompanhamento, o desenvolvimento institucional deve ser objeto frequente de avaliação e atualização, a partir de uma reflexão mais ampla, que reflita as percepções e anseios da comunidade acadêmica.

13.3.1 Acompanhamento, Avaliação e Atualização do PDI

O processo de acompanhamento, avaliação e atualização do PDI será gerenciado pelo Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Esse comitê é o órgão responsável pelo monitoramento da implementação da estratégia institucional, bem como pela proposição das funções necessárias para o seu monitoramento. Para tal, configura-se como elemento articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias normativas e deliberativas institucionais, propondo ações efetivas para a otimização e a execução do PDI e do PAT.

Considerando a complexidade do trabalho a ser efetuado e visando à garantia da representatividade da comunidade acadêmica e de suas instâncias colegiadas, o comitê será constituído por:

- I. Auditor Chefe da Unidade de Auditoria Interna;
- II. Presidente do CDP;
- III. Presidente do Cepe;
- IV. Presidente da CPA;
- V. Representante dos Chefes de Departamento de Administração dos câmpus;
- VI. Representante dos Chefes de Departamento/Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão dos câmpus;
- VII. Representante dos Diretores-Gerais dos câmpus;
- VIII. Representante dos membros discentes do Consup;
- IX. Titular da Diretoria de Administração;
- X. Titular da Diretoria de Comunicação;
- XI. Titular da Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas;
- XII. Titular da Diretoria de Gestão de Conhecimento;
- XIII. Titular da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que o presidirá.

Os componentes previstos nos incisos V, VI, VII e VIII serão escolhidos pelos seus pares. O comitê deverá reunir-se trimestralmente e suas regras de funcionamento serão previstas em regulamento próprio. Para subsidiar o processo de revisão e atualização do PDI, as seguintes diretrizes deverão ser consideradas:

- I. O PPI, dada a sua natureza mais perene, deverá ser avaliado formalmente em período imediatamente anterior ao do início da construção do novo PDI. O resultado da avaliação

apontará a necessidade de manutenção, atualização ou de reestruturação do documento, servindo de subsídio para o processo de construção do novo PDI.

II. Os demais capítulos do PDI poderão ser objeto de revisão, exceto no que se refere às políticas estabelecidas. Entretanto, é facultada a inserção de novas políticas institucionais, se justificada por análises fundamentadas dos contextos interno e/ou externo.

III. Quanto ao planejamento estratégico, fica estabelecido que:

1. Os objetivos estratégicos vigorarão de acordo com o período de vigência do PDI, cabendo revisão somente no caso de alteração da legislação e após a avaliação pelos órgãos competentes.
2. Os indicadores poderão ser revistos de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).
3. As metas poderão ser repactuadas de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).
4. As iniciativas estratégicas sofrerão processo de revisão anual, tendo como instância de apreciação o Codir, e de deliberação o Consup.

IV. O POCV deverá ser revisado em dois momentos distintos durante a vigência do PDI, de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).

V. O Plano Diretor de Infraestrutura Física será objeto de revisão anual, em função das revisões do POCV, da disponibilidade orçamentária e de novas fases do Plano de Expansão da Rede Federal de EPCT, tendo como instância de apreciação o Codir, e de deliberação o Consup.

A Tabela 13.1 apresenta o cronograma geral de revisão e atualização do PDI 2015-2019 e de Construção do PDI 2020-2024.

13.3.2 Acompanhamento dos Indicadores de Desempenho

Os indicadores estabelecidos no planejamento estratégico serão acompanhados periodicamente, em conformidade com os atributos estabelecidos. Para tal, será utilizada como referência a Ficha do Indicador (Quadro 13.1).

Indicador:	
<i>Nome do indicador</i>	
Objetivo Estratégico:	
<i>Objetivo estratégico relacionado ao indicador</i>	
O que mede:	
<i>Definição básica do indicador</i>	
Para que medir:	
<i>O que espera alcançar medindo o indicador</i>	
Quem mede:	<i>Área responsável pelo indicador</i>
Quando medir:	<i>Periodicidade (mês, trimestre, semestre, ano)</i>
Onde medir:	<i>Base de dados, onde coleta a informação</i>
Como medir:	
<i>Fórmula de cálculo</i>	
Tipo de indicador:	<i>Eficiência (Produtividade) ou Eficácia (Qualidade)</i>
Polaridade:	<i>Positiva (Quanto maior melhor) ou Negativa (Quanto menor melhor)</i>
Dificuldade de medição:	
<i>Relatar suposta dificuldade na coleta de dados e na construção do indicador</i>	
Início da medição:	<i>Data de início da medição</i>
Resultado do ano anterior:	
<i>Caso o indicar já exista, preencher resultado do ano anterior</i>	
Metas:	
<i>Definir metas</i>	

Quadro 13.1: Ficha do Indicador – Modelo

Com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e a divulgação de forma mais frequente e ampla da evolução dos indicadores e metas, será concebido e implementado o Painel de Indicadores. A ferramenta possibilitará a visualização da performance

institucional, subsidiando a adoção de medidas, preferencialmente, de caráter preventivo.

Para contribuir com o processo, poderão ser elaborados relatórios periódicos de análise dos indicadores. Destaca-se, entretanto, no momento da análise, a importância da consideração das relações de causa e efeito entre os diferentes indicadores abordados.

13.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

As organizações não implementam estratégias, são as pessoas que o fazem. Partindo dessa premissa, resgata-se aqui a importância da participação e do envolvimento dos diferentes atores que constituem o IFSC, no processo de concepção, execução, acompanhamento, avaliação e atualização do PDI.

Essa dinâmica histórica de encaminhamento das questões institucionais é declarada no PPI, no qual o IFSC afirma que preza pela gestão democrática, o que implica a participação da comunidade nos processos decisórios. A diversidade de opiniões deve ser considerada, nessa concepção, como parte do processo democrático e participativo, contribuindo para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Da mesma forma, a avaliação institucional deve ser abrangente e aberta aos envolvidos nos processos.

Em adição, o PPI delinea também diretrizes de gestão preocupadas com a garantia de espaços de discussão e integração dos segmentos da comunidade acadêmica, formando lideranças para o exercício da representatividade. Além disso, preocupa-se com o envolvimento da comunidade nos processos decisórios, por meio de organizações sociais, e com a promoção das condições necessárias para essa participação de forma organizada, transparente e democrática.

Para que a comunidade possa participar da avaliação institucional, espaços de discussão e preparação para a tomada de decisões coletivas devem ser promovidos. Esse processo deve ser coletivo e participativo, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

Dentre os vários espaços de participação da comunidade acadêmica e representantes da sociedade, destacam-se: fóruns colegiados; assembleias; audiências públicas; comissões; grupos de trabalho; comitês; consultas públicas; reuniões técnicas;

seminários; fóruns e reuniões da reitoria itinerante.

O objetivo estratégico C5 – “Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia” – aponta para a necessidade da participação cada vez mais efetiva da comunidade nos processos de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, uma vez que objetiva, dentre outros aspectos, desenvolver a cultura da gestão em rede.

Nesse sentido, cabe à instituição prover também um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.

Há que se garantir, portanto, na implementação da estratégia, a integração entre as pessoas, os processos desenvolvidos e a cultura institucional. A gestão tem que ser transparente e democrática. Os objetivos estratégicos e metas têm que ser acordados, e os resultados, disseminados e avaliados, propiciando a transparência, a participação, a corresponsabilidade e o respeito à coletividade.

Somente por meio da internalização progressiva dos princípios que norteiam o planejamento, será possível construir uma cultura permanente de autoavaliação crítica das suas políticas. O estabelecimento de uma cultura de planejamento exige um considerável esforço e tempo para a conscientização, discussão e amadurecimento do processo, conduzindo a construção de métodos e instrumentos de suporte ao processo de tomada de decisão na Instituição e envolvendo suas unidades acadêmicas e administrativas (UFSC, 2010)¹.

O ciclo de desenvolvimento institucional tem que ser visualizado, acima de tudo, como um processo formativo, através do qual as pessoas e a instituição aprendem continuamente, aprimoram suas práticas e relações laborais e sociais a partir da consideração dos valores institucionais.

1 UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 - 2014**. Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.die.ufsc.br/arquivos/PDI_2010_2014.pdf. Acesso em: 04 jul. 2014.